

# *Curso de Literatura Portuguesa* **de Camilo Castelo Branco**

## ÍNDICE

### *Introdução*

#### CAPÍTULO II (de 1580 a 1700)

##### I – Considerações respectivas às epopeias do século XVII

Poesia épica

Poesia lírica

Poesia dramática

##### II – Historiadores civis e eclesiásticos

Biografia

##### III – Considerações retrospectivas acerca da oratória eclesiástica

Mística

Filosofia moral, crítica dos costumes

Epistolografia

Academias particulares

## NOTAS

#### CAPÍTULO II (Século décimo oitavo)

##### I – Prosseguimento das academias

Academia Real da História Portuguesa

Os precursores da Reforma

##### II – Arcádia Ulissiponense

Teatro

Poetas estranhos à Arcádia

##### III – Academia Real das Ciências

O Dicionário da Língua Portuguesa

##### IV – Poetas da colónia brasileira

Nova Arcádia

Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional

## NOTAS

## INTRODUÇÃO

José Maria de Andrade Ferreira dividiu em «épocas» o seu *Curso de Literatura Portuguesa*. Seguiremos este roteiro, que não desmerece comparando aos anteriormente seguidos. Os diversos historiadores demarcaram a seu arbítrio os períodos em que as letras se manifestaram com diversa feição, quer progressiva, quer decadente. Alguns, abrindo profunda barreira entre as quadras literárias, estremaram os períodos em idade de ouro e de ferro, como se depois do luminoso século XVI, desde o fim do reinado de D. João III até D. João V, não tivéssemos literatura digna de história e de estudo. É um preconceito inveterado e falsamente legitimado por escritores respeitáveis que exauriram a sua admiração nos exemplares da Renascença, e só volveram a soldar a cadeia quebrada do nosso progredimento intelectual quando os árcades, exercitando a ode horaciana, à feição de Pedro António Correia Garção e António Dinis da Cruz e Silva, se consideraram sucessores aperfeiçoados de Ferreira e Camões.

Houve injustiça com muitos nomes beneméritos que a torrente irresistível da moda extraviou da trilha do purismo. Não se lhes descontaram os defeitos no entusiasmo da novidade. Queriam que os poetas das academias do século XVIII se estremassem das outras nações e se imobilizassem na escola de Sá de Miranda, enquanto a poesia e a prosa, tanto em Itália como em Espanha, e não menos que em França, se desatavam dos velhos cânones, rejeitando os obsoletos Sannazaro, Garcilaso e Ronsard.

Dessas imaginárias trevas, que enoçaram a literatura nacional desde 1580 até 1720, responsabilizaram primeiro D. João III, depois o jugo de Castela, e conjuntamente os jesuítas.

Andrade Ferreira quando chegou com o seu inteligente *Curso* à altura em que tinha de aceitar ou rejeitar a opinião estabelecida por Francisco Freire de Carvalho, no seu *Primeiro Ensaio sobre História Literária de Portugal*, abraçou-a. Assim seguiu os vestígios de outros pensadores de grande vulto a quem cumpria restaurar a verdade, destrinchando-a das arguições apaixonadas que enraizaram no terreno da política, acostando-se aos parcialíssimos libelos da *Dedução Cronológica* e do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Quer-nos, porém, parecer que o distinto crítico se desviaria ainda assim do erro quase comum, adoptando (ilustrada opinião a tal respeito expendida por Luís Augusto Rebelo da Silva no estimável livro com que fechou a sua tão curta vida – o Tomo V da *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*).

A responsabilidade que desluz os últimos anos do reinado do filho de D. Manuel não podemos impor-lha com a absolutismo exercido na moderna maneira de processar as instituições passadas. Cumpria julgar D. João III no seu século: ir aí medi-lo no estalão dos soberanos seus coevos; vê-lo como político, e desviarmos a nossa atenção dos interesses da literatura, que eram meros acidentes na época das conquistas, ou mais exactamente, da custosa sujeição dos povos avassalados.

Ainda príncipe, e em boa parte dos anos que reinou, encontramos-lo tão afecto aos sábios, tão aporfiado em rivalizar com seu pai no favor prestado às letras, que não se dedigna de trasladar a *Crónica do Imperador Clarimundo*, do seu amigo João de Barros, e de cartear-se activamente com Damião de Góis, que residia em Flandres e aquecera o seu espírito nos focos mais incendiários da reforma luterana. Maravilhado e seduzido inconscientemente pelo renome dos grandes adais da revolução intelectual, perguntava ao futuro cronista de seu pai se seria possível atrair a Coimbra, para onde tencionava transferir os estudos, o celebrado Erasmo. Deste patrocínio dado às letras não se

depreenda que D. João III tivesse alguma leve tintura de saber. O seu sincero cronista, Frei Luís de Sousa, apenas lhe concede «uma boa inclinação para leitura e letrados». E é de notar que, ao mesmo tempo que D. João III sentava nas cátedras escolares professores estrangeiros e portugueses, lá fora, alumniados pela Renascença, Carlos V, sobressaltado pelas doutrinas de Lutero, solicitava, mediante o papa, uma lista dos livros eivados de heresia a fim de os vedar nos seus estados; e, desde o cubículo de S. Justo, escrevia à princesa regente que fizesse punir com a maior severidade os luteranos; «por quanto», dizia ele, «não pode haver paz nem prosperidade onde não houver conformidade de doutrina.» E citava Alemanha e Flandres.

Não exagerava. Via as coisas como príncipe e não como filósofo. Estava na tradição e não se sentia propellido por paixões pessoais a desmembrar-se do catolicismo como Segismundo, Gustavo. Vaza e Henrique VIII. Acreditava no efeito espiritual das indulgências como o franciscano Sansão contra quem Zuínglio levantou o estandarte da rebeldia. Pudera também apontar os tumultos da Dinamarca, da Suécia e de parte da Hungria, amotinados pelos propagandistas da Reforma. Na Inglaterra soava já o rebete contra Roma. Surgia a República das Províncias Unidas, e os Países Baixos sacudiam o jugo. Não se proclamavam direitos políticos: arvorava-se a renovação da ideia religiosa. Os monarcas eram pela religião contra os perturbadores, e não tinham ilustração nem heroísmo bastantes para saudarem a liberdade do pensamento, escolhendo uma das multiplicadas seitas inclusas e baralhadas no protestantismo. D. João III, à semelhança de Carlos V, ganhou medo aos grandes homens que admirara e estimara enquanto, minguado de compreensão, lhes não previu os intuitos. Não faltaria quem, por interesse da religião e do Estado, lhe incutisse desconfianças bem fundadas na ciência dos Buchanan, dos Gouveias e dos Teives, e porventura do seu estimado Damião de Góis, cuja opinião o monarca talvez apreciara na escolha dos professores suspeitos. À frente dos seus conselheiros, espavoridos pelos efeitos do livre exame, estava um dos mais alumniados varões do seu tempo: o bispo de Silves D. Jerónimo Osório. E assim como sem premeditação impulsionara os estudos na directriz que as universidades estrangeiras lhes imprimiam, com igual inconsideração O rei inepto – inepto em relação ao que hoje denominaríamos soberano ilustrado – retraiu as liberdades que dera ao ensinamento secular, quando lhe fizeram sem grande esforço entender que as desordens da Europa eram o funesto resultado da liberdade de pensar e escrever, exercitada pelos heréticos, educados em universidades donde ele transplantara para Coimbra Diogo de Gouveia, Nicolau Grouchy, Fabrício, Rozerto, Patrício e Jorge Buchanan, e os outros que a tempo se evadiram ao Santo Ofício. Atemorizado pelo exemplo e obrigado pela obediência ao pontífice, confiou a manutenção da inteireza religiosa aos padres da Companhia de Jesus, representados na corte pelo padre Simão Rodrigues de Azevedo, o mais ardente apóstolo da nova milícia e mestre doutrinal do príncipe.

Não influiu menos no ânimo do rei devoto a desenfreada relaxação dos costumes. Nicolau Clenardo, nem fanático nem hipócrita, escrevendo desde Évora, em 1535, ao seu mestre Latomus, bosquejava deste modo a desmoralização de Portugal: «...para em breve o dizer: por toda a Espanha me parece que quadra de molde a *Vénus* o epíteto de *Pública*, e muito mais em Portugal, onde é raro topar mancebo legitimamente ligado. Pelo que tais costumes bastante me inquietaram por amor de meu irmão, quando veio a este reino. Temi que na sazão da vida em que o desvairar-se um mancebo lhe é natural, me desse mágoas, no trato de moços de sua idade; porém, felizmente, Portugal não teve a honra de agradar ao rapaz. Creio até que todos nós fugiríamos daqui apressadamente, se tivéssemos modo de o fazer de salto, ao vermo-nos a braços com tantas e tão más costumeiras diversas das nossas. Mas quem aqui chega, dissaboriado da pátria e no extremo da pobreza, preferirá ir-se ao fim do mundo... Aqui, uns, aproveitando-se da

licenciosidade comum, depravam-se nas deleitações e na libertinagem; outros sofrem a miséria e os vexames deste viver tão diverso... É o que eu faço...»<sup>1</sup>.

Qual fosse a moralização imanente do púlpito contra a soltura dos costumes depreende-se da oratória de Paiva de Andrade, de Frei João de Ceita, do padre Luís Álvares, do bispo Pinheiro, de Galvão, de Calvo e doutros discursadores em linguagem castiça e nenhuma unção. As ordens ricas medravam na proporção da sua inércia: as pobres eram ignorantes. Não havia missionários para o reino, e menos ainda para as conquistas. D. Fernando de Molina e Manuel Severim deploram a falta de evangelizadores.<sup>2</sup> Neste lance, ofereceram-se os jesuítas a D. João III; e o monarca, sem embargo da contrariedade de seu irmão o cardeal D. Henrique, aceitou-os. «Nós devemos a Deus toda a preservação dos erros do Norte», escreve um dos maiores sábios do século XVIII, o franciscano Cenáculo Vilas Boas. Como presidente da Junta de Providência Literária e também como adversário da Companhia de Jesus, regeneradora dos estudos, o bispo de Beja podia dar a Deus o que era de Deus, e conceder à devotada Companhia alguma parte na vitória, se o foi, alcançada a preço de muito sangue. Como quer que seja, repetiremos com o doutíssimo prelado: «Nós devemos a Deus toda a preservação dos erros do Norte.»<sup>3</sup>

Assim como, na esfera da política, os funestos desvios da justiça são absolvidos por escritores liberais, seria equidade descontar, em atenção às épocas e às circunstâncias, as demasias exorbitantes da área religiosa. Um historiador ilustre, indultando o despotismo do reinado de D. José I, exprime-se nestes termos: «No reinado de D. José o despotismo não se disfarçou; foi pública e sistematicamente proclamado. O génio do marquês de Pombal, ministro deste rei, era tão vasto, e sua energia e actividade tão vigorosas que, dominando o monarca, não se sujeitava à influência de pessoa nem de ordem alguma. No seu sistema social as funções do rei eram mandar o que lhe aprouvesse e as da nação obedecer e nada mais. Nos documentos do Governo não se falou mais em prerrogativas dos povos nem em cortes. Não é o concurso das ordens nem a opinião dos povos que ocupam os pomposos preâmbulos das leis deste tempo; mas sim «a alta e independente soberania que o rei recebe imediatamente de Deus, pela qual manda, quer e decreta aos seus vassallos, de ciência certa e poder absoluto». Agora o próprio censor absolve o déspota: «As vistas profundas e patrióticas do ministro, e as ideias do século em que vivia, podem desculpá-lo de ter seguido este sistema, o único talvez então apropriado para despertar a apatia da nação ignorante e sobrecarregada de prejuízos.»<sup>4</sup> Ainda concedido que a sociedade portuguesa, galvanizada pelas violências do arbitrário ministro, não resfriasse no antigo marasmo logo ao seguinte reinado, ainda assim, a respeito das medidas repressoras na manutenção do catolicismo, seria de justiça desculpar ao sacerdócio o fervor exagerado dos seus deveres.

Da decadência das letras pátrias são acusados, pela maioria dos que tratam estes assuntos, os jesuítas e os reis castelhanos intrusos pelo direito da força. Quanto aos jesuítas, constituídos senhores absolutos do ensino, não nos propomos defendê-los, mas simplesmente aproveitar neste limitado espaço o que é justificável e adequado na história da literatura portuguesa.

A crítica censura com vagas declamações o método jesuítico no ensino da latinidade. É lugar-comum de todos os professores e autores de compêndios, desde

---

<sup>1</sup> «Relações Antigas entre Bélgica e Portugal», nas *Memórias da Academia das Ciências de Bruxelas*. Esta carta de Nicolau Clenardo vem integralmente e com insuficiente fidelidade traduzida por A. P. Lopes de Mendonça, nos *Anais das Ciências e Letras* (1857), desde págs. 131 a 146.

<sup>2</sup> *Epístola Apologética*, pág. 185; *Notícias de Portugal*, Discurso VI.

<sup>3</sup> *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, pág. 143.

<sup>4</sup> Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal*, artigo 11º.

Francisco José Freire até ao Sr. Dr. Teófilo Braga, acusarem a gramática latina do padre Manuel Álvares de estorvo ao cultivo das ciências secundárias. As indeterminadas frases com que invectivavam o método alvarístico permitem pensar que os jesuítas atrofiavam o cérebro dos alunos quando insidiosamente lhes inculcavam preceitos de mera prosódia e de inocente sintaxe. Nenhum dos censores se julga obrigado a mostrar os defeitos do método, sendo eles, ao que parece, tais e tamanhos que todas as ciências maiores participavam dos aleijões desse método inicial. Merece a pena investigarmos ligeiramente o misterioso veneno da gramática latina do professor jesuíta.

Quem mais idoneamente nos pode informar é o oratoriano António Pereira de Figueiredo, que, em 1754, com o pseudónimo de *Francisco Sanches*, defendia o seu *Novo Método de Gramática Latina*, contra as censuras do jesuíta Francisco Duarte. É de supor que todos os defeitos do método alvarista sejam assoalhados por tão poderoso adversário, em desforra das invectivas arrojadas aos parciais de Figueiredo pelos parciais de Álvares, que nem sempre eram membros da Companhia de Jesus.<sup>5</sup> Vejamos. Os malefícios do latinista Álvares consistem em meras questiúnculas gramaticais, de que apontaremos as mais narcóticas, mas de nenhum modo ofensivas; por exemplo se *brevior* se devia declinar por *brevis*; se *ecqui* e *siqui* eram nominativos do singular: se *spontis* era genitivo: se *acabus* era dativo, etc. São desta natureza as dezenas de motivos questionados por António Pereira de Figueiredo. O autor do *Novo Método* discute enfadonhamente, sem elevação filológica, em defesa do seu sistema que apenas difere do outro no bom intento de compendiar sem a mínima alteração nas bases do ensino. Funda-se mias artes anteriores à do jesuíta; encarece como boas a de Estêvão Cavaleiro (1517), a de D. Máximo de Sousa (1535), a de Nicolau Clenardo (1518) e as de Jerónimo Cardoso e Fernando Soares (1557), demonstrando que em Portugal houve excelentes latinos antes da arte do padre Álvares; e destarte impugna que a arte do jesuíta haja sido «a que nos amanheceu para a luz da latinidade», como lá diziam os seus apologistas. Não demoremos este incidente de nenhuma importância. Deixemo-lo como padrão para aferir a ciência dos que rompem a objurgatória contra o ensino eclesiástico, impondo com expressões indefinidas os horrores ocultos do método adoptado em Coimbra e Évora até que a reforma dos estudos se ensaiou nas escolas da Congregação do Oratório.

No tocante à filosofia ensinada pelos jesuítas, e nomeadamente pelo padre Pedro da Fonseca, antonomasticamente chamado o *Segundo Aristóteles*, aceitemos o parecer dos que professaram a ciência e julgaram os professores jesuítas desprendidos de preconceitos. Não se acreditem os capciosos juízos de Freire e dos que no *Compêndio Histórico* e na *Dedução Cronológica*, em grande parte aspidas pela crítica desembaraçada de ódios políticos, aprenderam a menoscabar promiscuamente e com inveterada antecipação os actos censuráveis e os talentos indiscutíveis, os maus e os bons produtos da Companhia de Jesus.

Barthelemy de Saint-Hilaire, citado inteligentemente pelo Sr. Lopes Praça, na sua *História da Filosofia em Portugal*, conceitua deste teor a escola filosófica dos professores de Coimbra: «Os coimbrões têm em filosofia um lugar assaz considerável; sustentam a autoridade de Aristóteles com trabalhos muito estimáveis, se não devo dizer muito novos, numa época em que esta autoridade é ameaçada de todas as partes. Instituem os mais laboriosos estudos sobre esta grande doutrina, numa época em que ela está desacreditada, e procuram conservar em todo o seu vigor hábitos que não estão no

---

<sup>5</sup> Uma gazeta da Holanda (1753) atribuiu aos jesuítas os papéis satíricos escritos contra o método da Congregação do Oratório. Figueiredo propriamente defende a Companhia da arguição nestas palavras dirigidas aos redactores holandeses: «*Em darem aos podres jesuítas por autores de tão imodestos escritos se mostram equivocados ou mal informados*». *Defesa do Novo Método, etc.*, pág. 5.

espírito daquele tempo. São escolásticos nos séculos XVI e XVII. Não imitam as escolas protestantes que não querem conhecer Aristóteles se não rio próprio Aristóteles. Os coimbrões querem estudar Aristóteles com o arsenal inteiro de todos os comentadores que ele produziu. De mais, os jesuítas não fizeram nisto senão o que faziam as outras ordens mais antigas que a sua, as quais guardavam as tradições escolásticas com a mais escrupulosa fidelidade... A Companhia de Jesus, com os princípios que devia defender, não podia fazer em filosofia senão o que fez, O papel de novadores pertencia aos espíritos livres que, à imitação de Ramus, Bacon e Descartes, procuravam caminhos novos em ciência e filosofia. Os coimbrões, por sua parte, remoçaram quanto puderam a escolástica fundamentada sobre Aristóteles: não podiam ir além. Esta reserva teve certamente o seu lado censurável; e prolongada demasiadamente pôde ter no século XVIII o seu lado algum tanto irrisório; mas teve também suas vantagens: foi ela que em parte conservou pela antiguidade estas lembranças de respeito e de estudo que Leibnitz tanto apreciava e que a nossa idade renovou com tão bom êxito.»

Em seguimento ao imparcial juízo de Saint-Hilaire, acrescenta o historiador da filosofia em Portugal:

«Quem tiver conhecimento da filosofia dos comentadores conimbricenses não poderá negar na generalidade a estas palavras de Barthelemy de Saint-Hilaire um carácter de imparcialidade, justiça e exactidão, que só pode dar aos seus escritos o homem instruído e consciencioso.»<sup>6</sup>

É certo que a filosofia racional, no tempo em que os jesuítas a professaram em Coimbra e Évora, representava o atraso, em relação à ciência professada por Pedro Ramus e Bacon; mas esse atraso era também uma barreira anteposta à invasão da Reforma. Os jesuítas, congregando-se para rebater-lhe os ímpetos perigosos, acastelaram-se nos redutos mais achegados ao baluarte da tradição e fé. Acoimá-los de rebeldes a um progresso de luzes reflexas dos incêndios que lavravam na Europa é tão absurdo quanto seria, naqueles dias, execrável que os mestres da mocidade e atalhias da religião professassem as doutrinas de Melanchton ou Zuinglio. Mas foi acaso a filosofia dos jesuítas portugueses que perseguiu e foragiu Descartes? Os nossos tardios comentadores de Aristóteles forçaram o encarcerado Galileu às retratações do terror? E, todavia, em que alto ponto comparativo não iam as ciências filosóficas em França e Itália, em França, mormente, onde o jesuíta Daniel Gabriel, historiógrafo de Luís XIV, ainda em 1696, impugnava calorosamente e com grande partido o cartesianismo!

Que a Reforma impulsionou as letras, emancipando-as da tutela eclesiástica, não o impugnamos. Porém, que elas saíssem regeneradas e livres da peleja travada entre luteranos, calvinistas, socinianos e anglicanos, todos contraditórios, senão ridículos com os seus exclusivos de inspirações divinas, refutamo-lo. O alarde que faz a Reforma, dando-se como berço do renascimento das letras, é pretensão insustentável. Sem Lutero e Calvino, a inteligência dos sábios continuadores das tradições dos grandes luminares do catolicismo iriam progressivamente aligando os elos da corrente que se honra com os Bossuets e Lacordaires. A civilização não caminha a empurrões dos homens: leva-os ante si; e, quando arautos insofridos tentam acelerá-la com prematuro esforço, o progresso transcende o compasso que lhe marcam, esmaga-os, e avança vertiginosamente.

«As letras renasceriam sem o aparecimento da Reforma», diz um discreto escritor. «A descoberta da imprensa, o novo caminho para as Índias, a revelação do novo mundo, a tomada de Constantinopla pelos maometanos, o acolhimento que os sábios gregos

---

<sup>6</sup> *História da Filosofia em Portugal nas Suas Relações com o Movimento Geral da Filosofia*, Coimbra, 1868.

obtiveram em Roma, as naturais aspirações da inteligência humana, bastariam para explicar o novo movimento literário. As maiores ilustrações da Reforma saíram das escolas católicas, para não falarmos já dos vigorosos atletas que a combateram. Corria, pois, ao catolicismo a obrigação impreterível de obstar aos formidáveis progressos do protestantismo. Opondo-se ao seu desenvolvimento desviará os povos de todas as funestas consequências a que um tal sistema religioso dava origem. Não foi portanto sem motivo que os jesuítas se propuseram, entre outros fins, o de defender a fé católica contra os hereges, que sustentavam doutrinas perigosas e que estavam bem longe de ser preferíveis às sustentadas pela Igreja romana.»<sup>7</sup>

A defesa da Companhia de Jesus, no ponto de vista literário, requeria mais amplo espaço sobre pulso mais vigoroso. Na órbita das letras, ao crítico ilustrado não lhe faltariam bons lanços para glorificar-lhes a memória. A censura não passaria por eles silenciosa; mas o louvor também ergueria a sua voz, pondo ouro fio a balança dos bens duradouros e erros transitórios: e perdoaria aos culpados em desconto dos mártires que escreveram com sangue a palavra «caridade» entre nações onde o protestantismo não mandou abrir os fastos do seu martirologio.

Acusam os Filipes de abaterem a literatura portuguesa com o propósito de embrutecerem e apagarem os derradeiros lampejos do patriotismo nas almas obscurecidas pela ignorância. Esta arguição poderia vingar se as ciências em Espanha, no século XVII, se avantajassem às nossas. O menoscabo das letras, no ânimo dos Filipes, pesava por igual sobre todos os seus estados. Portugal, entre 1580 e 1620, produziu, em várias províncias da ciência, livros comparativa e numericamente mais perfeitos e eruditos do que produzira antes de conquistado por Castela, exceptuada a epopeia de Camões. «Se desde a invenção da imprensa até ao ano de 1580», diz Rebelo da Silva, «se publicaram em Portugal cento e oitenta e duas obras, desde 1580 até 1640 não saíram dos prelos menos de quatrocentas e oitenta e seis, entrando neste número trinta e seis edições de Camões.»<sup>8</sup> Os reis intrusos, bem longe de impedirem a vulgarização dos engenhos portugueses, deram impulso ao prosseguimento de obras incompletas, e iniciaram com o incentivo de louvor a publicação de outras. Entre alguns exemplos que nos ocorrem, lembra o encargo cometido por Filipe II a Duarte Nunes de Leão, e satisfeito em 1616 por João Baptista Lavanha, para a formação da IV Parte das *Décadas* que João de Barros deixara informe; lembra o encargo dado a Diogo de Couto, para continuar as *Décadas* de Barros; deu privilégio a Frei Bernardo de Brito e a Duarte Nunes de Leão para lhes facilitar a impressão das crónicas; e Filipe IV incumbiu Frei Luís de Sousa de escrever a crónica de D. João III. Este modo de proceder com escritores portugueses que encareciam as glórias de Portugal é o menos significativo que pode ser de intenção hostil às manifestações dos talentos da nação subjugada. Quanto à censura política, essa consentia que se divulgassem profecias aplicadas à restauração do reino, e permitia que Luís da Natividade pregasse em Guimarães mandando arvorar no templo o pelote de D. João I, enquanto discorria violentamente sobre o *Retrato de Portugal Castelhana*, na presença da guarnição espanhola<sup>9</sup>. Se nos replicarem que os escritores escolhidos para esses honrosos encargos eram parciais dos Filipes, a isso responderemos que semelhante argumento vem despropositado, porque não estamos questionando sobre patriotismo – palavra que exprime um sentimento obliterado nos Portugueses da primeira metade do século XVII.

Pelo que respeita à difusão do ler e do escrever, confrontemos. Em pleno reinado de D. João III, os mestres de primeiras letras em Lisboa eram trinta e quatro; e no

<sup>7</sup> Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal*, págs. 139 e 140.

<sup>8</sup> *História de Portugal dos Séculos XVII e XVIII*, Tomo V, pág. 278.

<sup>9</sup> *Divindade do Filho de Deus Humanado*, etc., Lisboa, 1645.

reinado de Filipe III de Castela subiam a sessenta. A concorrência aos estudos maiores é ainda mais significativa. O Colégio das Artes abrangia cerca de dois mil alunos em 1586; e em 1615 orçavam por quatro mil. E observe-se que D. João III inclinou-se a converter em despesas de guerra o que despendia com a instrução pública; os Filipes ampliaram-na, e D. João IV atendeu nas cortes de 1641 aos capítulos que lhe pediam se fechassem as universidades do reino, salvante a de Coimbra, por tempo de cinco anos, a fim de louvavelmente se dar aos cabos de guerra o que se despendia com professores. Quanto ao regulamento da Universidade de Coimbra, escreve o Sr. José Silvestre Ribeiro:

«A imparcialidade manda observar, em honra de Filipe III de Portugal, que muito melhor andou ele do que o rei português D. João. LV, o qual, pela provisão de 29 de Abril de 1641, mandou que as cadeiras vagas se proovessem por votos dos estudantes.»

<sup>10</sup> Donde se depreende que o jugo de Castela, pesando cruelmente sobre o país empobrecido e esfacelado, não tolhia a cultura dos espíritos, antes a equiparava à melhor que se dava em Espanha. O sensato amor à independência não carece de arvorar a calúnia como bandeira de patriotismo.

Estas páginas, longas talvez em demasia, não nos podemos dispensar de as escrever entre a última página do nosso antecessor, suspensa pela morte, e a primeira que vamos escrever em seguida ao desastre do neto de D. João III. O marasmo da pátria, a julgar pela actividade intelectual dos seus filhos mais ilustrados, não se demorou muito. Assim como para a nobreza foi bastante consolação um novo rei que firmava cédulas, também para os homens dados às letras a sobrevivência da sua Minerva e do seu Apoio à morte funestíssima do Portugal independente lhes permitiu consolarem-se, como Diogo Bernardes, moço da toalha do arquiduque Alberto, e Pedro de Andrade Caminha, e todos quantos tinham espada ou inteligência que mercadejar.

---

<sup>10</sup> *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Tomo I, pág. 135.

## CAPÍTULO I

(De 1580 a 1700)

### I

**Considerações respectivas às epopeias do século XVII. Poesia épica:** Gabriel Pereira de Castro, Francisco de Sá de Meneses, Luís Pereira Brandão, Francisco Rodrigues Lobo, Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco, António de Sousa de Macedo. **Poesia lírica:** Fernão Álvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo, Manuel da Veiga Tagarro, Manuel de Faria e Sousa, Frei Bernardo de Brito, D. Tomás de Noronha, António Serrão de Castro, António da Fonseca Soares, Diogo de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo. **Poesia dramática:** D. Francisco Manuel de Melo.

### Considerações respectivas às epopeias do século XVII

Quando o período heróico das proezas lusitanas parecia caducar na perda da independência, os poemas heróicos surgiram à porfia, como se a alta inspiração de Luís de Camões, o cantor do ciclo glorioso, pudesse ainda aquecer espíritos enregelados na servidão mal disfarçada. Admiráveis engenhos se acostaram ao grande exemplo do imortalizador do Gama, quer em acatamento da sua memória, arvorando-o como mestre, quer no propósito de o deslumbrar, exornando a inspiração de mais vistosos recamos de ciência, que lhe levassem vantagem num tempo em que a retórica prevalecia à simplicidade nativa da refugada escola meridional. Os épicos, porém, que rastream Camões, com a vaidade de o igualarem ou excederem, erraram fundamentalmente o intento, architectando fantasmagorias mitológicas, e dando à parte tradicional das suas epopeias uma figuração secundária na contextura. Desta arte o mito corrompia as origens estabelecidas na crónica, iludia a curiosidade, e nenhum sentimento de pátria estimulava.

Na epopeia nacional de Camões, os enfeites da arte greco-latina, os atavios homéricos e virgilianos por nenhum modo deformam as proeminentes feições da história; o entusiasmo estua no sentimento do poeta e irradia patriotismo e nobre vaidade. Um simples facto material, em que revê o bom senso popular, sentenciam entre *Os Lusíadas* e os seus pretendidos rivais. Nos sessenta anos de sujeição à Espanha, o poema de Camões foi trinta e seis vezes reimpresso; e a *Ulisseia*, a *Ulissipo*, o *Naufrágio de Sepúlveda*, o *Afonso Africano* e tantos outros de não vulgar merecimento, e até melhormente metrificadas que *Os Lusíadas*, se não passaram desatendidos, a julgar das edições, com poucos exemplares satisfizeram a curiosidade dos doutos, pois em todos escasseia o estímulo à recordação da prosperidade, ou à esperança da restauração. Luís de Camões era mais que um talento portentoso: era uma saudade; era a voz que desde o túmulo gemia em tom elegíaco os seus hinos por entre as ruínas dos vastos domínios que perpetuara para a glória dos lidadores do vasto império ultramarino e para opróbrio dos áulicos de Filipe II, abastardada raça dos cavaleiros de Aljubarrota. Não diremos que, em 1640, *Os Lusíadas* fossem parte no entusiasmo da restauração, porque não há fiarmo-nos na preponderância do ideal heróico de um poema sobre os intuitos políticos dos fidalgos conjurados, na maior parte movidos por sentimentos de positivo interesse; mas não duvidamos crer que na classe média actuassem desde mais remota origem recordações de façanhas egrégias cantadas por Camões e transmitidas no

livro e na palavra de pais a filhos [1].

Os poemas heróicos da primeira metade do século XVII correm hoje desvaliados pelo arcaísmo da textura e pelo vício da linguagem. Nunca tão longe estivemos de os repor na linha dos livros proveitosos. Apesar da diferença que os distingue, o menosprezo lançou-os todos fora da circulação. Apodados promiscuamente da mancha de «gongóricos», o descrédito, em que a crítica os abaixou baldaria quaisquer louvores e incitamentos com que tentássemos abrir na banca do estudioso os poemas em que se firmaram as reputações de Gabriel Pereira de Castro, de Vasco Mouzinho de Quevedo e de Francisco de Sá e Meneses, aos quais muito deve a língua pela ductilidade e elástico com que a desataram de velhos empecilhos.

A depreciação de «gongorismo» não cabe a todos os seiscentistas com igual justiça. Alguns escreveram os seus poemas, quando o cordovês Gôngora ainda não tinha reputação que fundasse escola. Primeiramente aceitaram da mão dos espanhóis as extravagâncias de Itália. Marini foi elogiado até ao desvario por Lope de Vega, que o denominara enfaticamente «um sol de quem Tasso havia sido a aurora», com a mesma consciência que à portuguesa D. Bernarda Ferreira de Lacerda apelidou a «décima musa». Bastaria tão grande juiz para formar a opinião que em 1584, pela boca de Miguel Cervantes, extremava Luís de Gôngora, na flor dos anos, de entre a turba dos poetas.

É inaceitável o conceito dos que atribuem ao domínio espanhol a degeneração da escola petrarquista em Portugal. É uma queixa pouco menos de absurda. O gongorismo passaria a Portugal por cima das suas fronteiras inexpugnadas como passara a escola clássica-italiana. Os poetas coevos de D. Manuel e D. João III aceitaram as fórmulas toscanas, as renovações chamadas Renascença, quais lhes haviam sido comunicadas pelos poetas do reinado de Carlos V. As duas literaturas peninsulares, desde o século XV, nunca mais tiveram vitalidade espontânea, sua e independente: obedeciam simultâneas a um impulso externo. A escola clássica, tanto em Castela como em Portugal, envelheceu ao mesmo tempo; e era já o ponto de cair, quando deixámos de ser nação.

Não se presuma, porém, que o desvario dos seiscentistas foi exclusivo da península hispânica. «Não era tão-somente em Espanha», diz Ticknor, «que se viam semelhantes destemperos. Desde o meado do XV século, quando se difundiu o conhecimento dos grandes mestres da Antiguidade, entre os estudiosos do Ocidente, as línguas das principais regiões da Europa forcejavam por formar e cultivar um estilo digno de tais modelos. Parte desses esforços foi doutamente encaminhado, e produziu a feitura de autores que hoje constituem os poetas e prosadores ilustres da cristandade, e rivalizam com os modelos que mais ou menos imitaram. Outros, porém, transviados pelo pedantismo e gosto destragado, resvalaram desde muito ao esquecimento. Mas o período em que semelhantes esforços se tentaram com menos senso e discernimento é a derradeira parte do século XVI e o começo do XVII, época em que a «plêiada», como ela se chamava, dominou em França, e os eufuístas dominaram em Inglaterra, e os marinistas em Itália.»<sup>11</sup>

A evolução política nada teve comum com a decadência das letras, nem o desprimor dos produtos literários de Portugal foi tão rápido que se possa imputar à súbita absorção da nossa independência. Desde 1580 em diante continuámos a ser espanhóis em literatura como o havíamos sido desde a escola galega, através da italiana, até ao gongorismo do século XVII. Os formadores do cancionero de Resende, e Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Camões e Sá de Miranda, poetaram simultaneamente

---

<sup>11</sup> *História da Literatura Espanhola*, Tomo III, Capítulo XXIX.

nas duas línguas, e consoante a poética que legislava para ambas as nações. Não se atribuem pois a influências de outra ordem as causas que moveram D. Francisco Manuel de Melo, Miguel da Silveira e António de Sousa de Macedo a escreverem na língua da nação quer vencedora, quer odiada depois da restauração de 1640.

Além de que é mal fundamentada a opinião que houvermos de formar do gosto do século XVII aferindo-o pelo gosto aperfeiçoado, ou que assim se nos figura, do século actual. Na história das literaturas não há pautas infalíveis com que regremos as balizas do belo. O bem discernir não pertence àquela beleza imutável que é a face da verdade eterna. Gôngora arrastou após si os adversários que primeiramente o agrediram, e depois se lhe avantajavam nos defeitos. Para salvar Mardones e Garcia de Salcedo, o belo em poesia afirmou-se nos dislates de Gôngora. O gongorismo não significava ignorância; pelo contrário, os enfeites da erudição, as infladas ornamentações da retórica desluziam as belezas naturais; isto, porém, devendo chamar-se degeneração de bom juízo, não lhe quadra a nomeada de «corrupção».

Gabriel Pereira de Castro, o primeiro poeta da falange que manteve as boas letras sem indignidade no século XVII, tratou as ciências históricas e jurídicas com muito luzimento, e foi inquestionavelmente mais instruído que Sá de Miranda e António Ferreira e Luís de Camões. É certo que hoje em dia ninguém resistirá sem enfado à leitura de um cântico da *Ulisseia*; mas o que aí nos enfastia não são as hipérbolés nem os trocadilhos e equívocos: é o mecanismo mítico, a urdidura pagã, a desnaturalidade do maravilhoso. Este elemento que cansa e impacienta não o introduziu Marini nem Gôngora; ressurgiu nos quinhentistas; deu-o a Renascença, inveterou-se nos árcades; e pode dizer-se que ainda ontem, com o restabelecimento do romantismo, foi arrancado do cadoz dos poetas pelo autor de *D. Branca* e de *Camões*.

### Poesia épica

A primeira manifestação do cultismo em escritor de vulto aparece na *Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro, Tendo nascido coevo de Camões (1571), foi educado quando ainda não era de todo extinta a veneração aos bons modelos.<sup>12</sup> A sua elevada categoria no estado e na jerarquia do talento dera-lhe autoridade. Bem pudera ele manter ilesas dos vícios espanhóis as suas estâncias, moldurando-as por Camões e Corte Real; mas o laureado desembargador, encomiado de superior poeta em verdes anos, não podia estacionar. O seu tempo era mau; corria-lhe, porém, a obrigação de ser do seu tempo, sob pena de submergir-se na torrente impetuosa dos iniciadores da forma castelhana. Acusam-no de ter aspirado a disputar a primazia a Luís de Camões. É hipótese sem algum fundamento. Do seu poema não transpira semelhante emulação, nem ele é responsável das lisonjas com que o vitoriaram postumamente; todavia, de fora parte a nacionalidade do assunto, e a originalidade que totalmente lhe escasseia, não só iguala, antes prevalece a Camões na harmonia, no número, na sinonímia, enfim na abundância das locuções. Nem sempre a propriedade dos epítetos é exemplar; mas esse defeito procede da demasia da adjectivação com que procura enriquecer a prosódia restrita e acanhada de Ferreira e Sá de Miranda. E, de feito, conseguiu dar às formas pesadas da oitava rima, para assim dizer, macieza e flexibilidade, o que lhe deve ser levado em conta nas máculas do cultismo e nos plagiatos dos episódios. Em culpa análoga incorrera Camões, alcunhado pelos seus contemporâneos de criador de neologismos; e igual censura tem agorentado os créditos de todos os iniciadores de artes novas enquanto as

---

<sup>12</sup> A *Ulisseia ou Lisboa Edificada* veio a lume em 1636. O autor era já falecido quatro anos antes; mas a formação do poema é trabalho da mocidade de Gabriel Pereira de Castro, desde estudante de Coimbra, logo depois de 1600.

regras se não consolidam na formação das escolas. Gabriel Pereira de Castro metrificou em dez cantos monótonos a edificação de Lisboa por Ulisses. O interesse do poema afunda-se logo em cimentos fabulosos, por maneira que ninguém hoje lhe daria lugar entre livros de proveito por algum mérito histórico. O notável desenho dos caracteres, a multiplicidade de episódios, e tudo o mais que dava lustrosa primazia nesse género de poemas, se lhe faltar o elemento didáctico da pureza na linguagem, pouco pesa na balança da crítica. É mediocrementemente importante confrontar o modo como se houveram Homero e Gabriel Pereira de Castro na apreciação do carácter de Páris. O grego ridiculiza-o como roncadador que bravateia façanhas e desata a fugir diante de Menelau; o português figura-o extremado herói, mercê de Vénus que o protege. Estas intrigas e parcialidades dos deuses, sempre facciosos no Olimpo à conta dos grandes potentados da Terra seus parentes ou amigos, afrouxam toda a curiosidade na investigação da quadra literária que não concebeu a epopeia sem a intervenção das potências celestiais. Entretanto, a *Ulisseia* suscitou parcialidades irreconciliáveis nas lições literárias. O padre José Agostinho de Macedo, jurado depreciador de Luís de Camões, antepunha-lhe Gabriel Pereira de Castro com o costumado despropósito das suas opiniões rancorosas. O padre Francisco José Freire consignava-lhe o lugar imediato, José Maria (ia Gosta e Silva) prefere-lhe a *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá de Meneses; Garrett, finalmente, à *Ulisseia* apodou-a de «quixótica» e «sesquipedal», e à *Malaca* alcunhou-a de «hiperbórea» e «campanuda». Todos têm razão; mas o último, além da razão, tem por si o consenso de toda a gente nascida neste século.

Francisco de Sá de Meneses, autor da *Malaca Conquistada*, nasceu aproximadamente ao terminar o século de quinhentos. Não era filho de algum irmão de Francisco de Sá de Miranda, como asseveram respeitáveis escritores; era apenas seu parente em quinto grau [2]. No vigor da idade viuuvou, e seguiu a vereda que levava à paz do claustro as grandes dores da vida. Ali, no Mosteiro de Benfica, nove anos antes acabara o cavaleiro Manuel de Sousa Coutinho amortalhado no hábito de Frei Luís de Sousa. Também ele, vestindo a túnica dominicana, mudou de nome, chamando-se Frei Francisco de Jesus, em 14 de Dezembro de 1641, se é bem apurada esta data inscrita em alguns biógrafos.

O assunto da *Malaca* é a tomada da metrópole indiana, e o herói é Afonso de Albuquerque, o valoroso capitão que ainda convencionalmente se sustenta invulnerado e respeitado nas hercúleas proezas do Oriente. Gomo poema histórico é aproveitável a quem hoje se recrear na leitura das crónicas rimadas. Os afeites mitológicos são expungidos da urdidura, e substituídos por um artifício mais a sabor cristão. São raras na poesia do tempo as descrições dos costumes orientais; todavia, Sá de Meneses enxertou agradáveis trechos onde lhe vinham de molde; e revelou vasta erudição geográfica, nomeando as terras e logo as usanças que as caracterizam, à imitação de Homero. Nas pinturas eróticas é mais recatado que Luís de Camões, talvez porque a pedestre e fria inspiração o não impulsava a raptos descomedidos. Falta-lhe invenção e génio onde sobeja a honestidade. Descreve com onomatopaicos estridores batalhas e naufrágios. Nos quadros maviosos esmorece em prosa estirada e descolorida. Quanto à linguagem, argui descuidos pouco usuais no seu tempo, de envolta com uns purismos acrisolados que o não dispensam de escorregar por vezes no estilo hiperbólico e nas metáforas a que tentou esquivar-se amoldando-se às locuções frouxas ou aspérrimas de António Ferreira. Os árbitros mais graduados do mérito da *Malaca Conquistada* são Francisco Dias Gomes, o gélido académico, e Almeida Garrett, o espírito moderno que tudo viu e aquilatou com a dupla vista do talento. Francisco Dias Gomes considerou o poema de Francisco de Sá de Meneses «a mais inferior das nossas epopeias regulares». Garrett classificou-o «um dos derradeiros títulos de glória da literatura portuguesa», não

se dispensando, todavia, de a malsinar de «hiperbórea» e «campanuda».

Outro poema que devera perpetuar-se, se mais altos espíritos lhe bafejassem alentos, é a *Elegíada*, de Luís Pereira Brandão<sup>13</sup>. Descreve a catástrofe, e os consequentes desastres, de Alcácer-Quibir. Que amplíssimo assunto, e que formoso título tão friamente versado por um dos citaristas que D. Sebastião levou consigo para lhe cantarem a *Ilíada*! Luís Pereira nasceu no Porto, provavelmente, entre 1530 a 1540. Era de estirpe nobilíssima, dado que José Maria da Costa e Silva (*Ensaio Biográfico*, Tomo IV, pág. 63) haja dito que «da sua família tudo se ignora, assim como a profissão que exerceu» [3]. São uma narrativa insulsamente rimada estes anais do cativo na barbaria. A difusão dos dezoito cantos é piorada pela metrificação acerba e escabrosa. Recheiam-na plebeísmos, que lhe não são o pior defeito. Pois apesar de tantas máculas, o poema de Luís Pereira Brandão tem méritos históricos que o fazem mais valioso aos estudiosos que o maior número das epopeias do século XVII. O impertinente Francisco Dias Gomes acusa-o de inventar palavras desnecessárias. As que ele renovou ou inventou correm hoje bem aforadas vernaculamente, e não seriam de mais na prosódia pouco rica do crítico irreconciliável com os neologismos.

Por grande maioria de opiniões autorizadas, a epopeia de Francisco Rodrigues Lobo, intitulada *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, impressa pela primeira vez em 1609, é um estafador aranzel, sem lume de poesia, difusa explanação da vida do condestável, com todos os enfados da cronologia, e menção dos incidentes biográficos do herói dos Atoleiros. Desadoram o poema porque não tem as tramóias da fábula nem gira sobre as molas do maravilhoso; conta casos triviais com certo ar de família; parece uma biografia. «E que outro nome merece um poema (pergunta Costa e Silva) que conta toda a vida do herói desde pouco antes do seu casamento até morrer donato no Convento do Carmo de Lisboa?... Um poema em que não aparece aquele empenho de um poder que atrasa e de um poder que adianta a acção, para me servir dos termos de Torquato Tasso no seu discurso sobre o poema épico, e de que nascem aquelas alternativas de susto e esperança de que mana o interesse que o leitor toma na leitura de uma obra semelhante?»<sup>14</sup> E por causa deste insensato amor ao maravilhoso que desvairava a crítica de Gosta e Silva e de outros melhores entendimentos, a epopeia de Rodrigues Lobo foi desprezada em virtude de ser natural, verdadeira e despida de enfeites mitológicos.

O *Afonso Africano*, de Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco, nascido e falecido em anos incertos, levantou-se nos aplausos de Garrett, quanto havia caído nas censuras de Gosta e Silva. O primeiro entreviu o ideal do poema depurado de alegorias e mitos; o segundo, constante no seu amor às maravilhas, queria que a fábula tivesse complicações mais aptas às grandes peripécias, e que os episódios – a parte mais tolerável do poema não estorvassem a acção principal. A acção, consoante o título, dá a esperar os efeitos cavaleirosos de Afonso V, na tomada de Arzila e Tânger. O filho de D. Duarte, porém, é uma feição apenas bosquejada na fisionomia do poema – anomalia que desde a base lhe desluz a importância sequer histórica. O interesse da crónica, único já agora capaz de reviver as epopeias, desvanece-se no longo trabalho de Quevedo com as nebulosidades alegóricas. A peleja trava-se entre os «sete pecados mortais» e as virtudes opostas. O governador de Arzila tem sete filhos, que são os referidos pecados; claro é que no arraial cristão enriem a lança os sete guerreiros que simbolizam as

<sup>13</sup> Este poema está na quadra dos seiscentistas; mas pertence, pela data da sua publicação (1588), à época inicial desta segunda parte do *Curso de Literatura* (1580-1640). Além de que nos move a mencioná-lo ter o falecido Andrade Ferreira muito de passagem aludido à obra de Luís Pereira, que no livro se chama por erro tipográfico *Elegia* (Tomo I, pág. 379).

<sup>14</sup> *Ensaio Biográfico-Crítico sobre os Melhores Poetas Portugueses*, Tomo V, pág. 37.

virtudes contrárias. Travada a luta, a Humildade prostra a Soberba, a Temperança mata a Guia ferindo-a na boca, e a Luxúria morre vulnerada nas fibras mais viciosas da sua compleição. Estes desacatos ao siso comum, classificados naquele tempo entre os portentos da fantasia, não podem reproduzir-se senão como depoimento de decadência. Os sincretismos de deuses gentílicos e credices da Idade Média, que maream *Os Lusíadas*, refinam no *Afonso Africano*. O Eterno, falando ao nosso Santo António, assegura-lhe que a nação portuguesa será o seu povo, e levará a cabo árduas empresas,

*por mais que o inferno brama.*

Leituras desta espécie não se inculcam como ortodoxas nem sequer como recreativas.

Louvam-se em Mouzinho de Quevedo as consonâncias naturais e fluentes das rimas, de par com elegâncias de frase e purismo de palavra. Pelo que respeita à metrificação, é, como a dos seus contemporâneos, a mais fácil e óbvia, monótona, sem relevo, estafada de trivialíssimas rimas; pelo que é do estilo, não lhe faltam conceitos desgraciosos que emparelham com as mais insignes contorções de Gôngora. Quanto a nós, o *Afonso Africano*, aferido pelas pautas da crítica moderna, é um dos tantos produtos da escola castelhana condenada ao esquecimento.

António de Sousa de Macedo (1606-1682) um dos fidalgos mais esclarecidos do seu tempo e operosíssimo escritor que em várias línguas nos deixou bons modelos e testemunhos de erudição, é menos lembrado pela poesia que pelas prosas. O seu poema *Olissipo* (1640) repete o banal assunto da fundação de Lisboa; mas com mais claro discernimento que o doutor Gabriel Pereira de Castro, porque se atempera mais ao gosto da escola italiana, e usa moderadamente dos recursos que lhe oferecia o fabulário das origens de Lisboa redigido por Frei Bernardo de Brito. Não se dispensa, porém, helenizar a rainha do Tejo; e, navegando até Gacilhas com a honra dos primórdios gregos, sepulta ali Cassília, a esposa de Górgoris! Os intuitos da poesia, assim compreendidos, demonstram quanto a erudição balda e estéril daqueles homens, saturados promiscuamente da antiguidade e do cultismo, havia abafado a espontaneidade do sentimento. Não se cansavam de explorar o dessangrado veio de Homero. A imitação servil principiou no primeiro poema da Renascença, a *Itália Liberata*, de Trissino; e, desde aí, não floresceu epopeia que com maior ou menor desprante não recaldeasse as formas gastas do problemático poeta das sete cidades. E à feição das epopeias referidas, derivam na mesma corrente a perderem-se no mar morto das bibliotecas inúteis o *Viriato Trágico*, de Brás Garcia Mascarenhas, a *Insulana* e a *Fénix da Lusitânia*, de Manuel Tomás, o *Macabeu*, de Miguei da Silveira, o *Alfonso*, de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, a *Espanha Libertada*, de D. Bernarda Ferreira de Lacerda, e outros de tão fastidiosa análise que não podem ser aquilatados pelo apreço que lhes deram os contemporâneos, nem hoje em dia têm préstimo ao menos para avaliar o desenvolvimento progressivo do vocabulário. As musas épicas, que no século XVII se consideram as mais fidalgas manifestações da arte, são para nós a porção menos apreciada da literatura desse tempo; não obstante, se transluz delas vago ideal de patriotismo, pela assiduidade com que se rememoravam os briosos lances que a saudade da independência encarecia.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> À semelhança do poema de Brás Garcia impresso em 1699, muitos anos depois do falecimento do autor, incluímos no catálogo desses livros reservados meramente para satisfação dos colectores bibliográficos todos os que depois procederam da mesma escola, quer espanhola quer italiana, até à reivindicação do Romantismo. Da lista dos poucos épicos, mencionados no *Manual de Literatura* do Sr. Teófilo Braga, pág. 337, excluímos os alunos a *Espanha Destruída*, de André Nunes da Silva. Tal poema

## Poesia lírica

Os poetas líricos, de desigual merecimento, que sobressaíram no século XVII, são Fernão Álvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo, Manuel da Veiga, Frei Bernardo de Brito, Manuel de Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Melo e Diogo de Sousa.

Fernão Álvares do Oriente, militou na Índia, onde nasceu no último quartel do século XVI. Tudo se ignora de sua vida, salvo que capitaneou uma fusta, pela menção que faz do poeta o historiador Diogo do Conto, e há presunções de que seguisse o bando do prior do Grato. Das suas poesias e prosas intercaladas vislumbram-se alguns traços de aventuras amorosas; todavia são tão suspeitas de fantásticas as autobiografias dos poetas que por nossa parte deixamos aos intérpretes da pastoral de Fernão Álvares o prazer de lhe decifram o que menos faz à sua individualidade literária. Não se lhe designa o local nem o ano do falecimento. O que podemos averiguar com certeza, contra a opinião de Ferdinand Denis, é que ainda vivia depois de 1595, quando levava a pouco mais de meio a sua *Lusitânia*, e ainda depois de 1598 por um privilégio transferido a um seu filho. Inferimos a primeira data dos louvores que o poeta consagra a Luís de Camões, e vão em nota na página seguinte. Quando fala em «príncipe dos poetas» alude ao epitáfio que D. Gonçalo Coutinho mandou gravar na lápide que assentou sobre as cinzas trasladadas de Camões em 1595.

*A Lusitânia Transformada* é um bom arremedo da poesia toscana. Sannazzaro cativou-lhe a admiração e formou-lhe o gosto. O que o poeta quis exprimir no seu livro com semelhante título não se depreende do contexto da obra. Como quer que seja, o poeta, que nascera em Goa e na Ásia transcorreram o mais da sua vida, não se estrema dos poetas bucólicos nascidos em Portugal quanto à pintura dos afectos, dos costumes e da natureza, salvo na *História de Saladin*, aonde a espaços realçam uns toques um tanto estranhos ao jeito comum. O colorido asiático não lhe matiza os versos; mas, em compensação, a linguagem é tão castiça que por causa de o ser lhe assacaram o aleive de se ter apropriado do perdido *Parnaso* de Camões, e quem Fernão Álvares venerava pela maneira como o significa a páginas 156 da edição de 1781.<sup>16</sup> A prosa é mais descurada, frouxa e pobre; não tem aquele boleio e sabor antigo da frase de Seropita nem a nitidez e elegância de Francisco Rodrigues Lobo; mas é estimável pelo desartifício e suavidade.

Francisco Rodrigues Lobo, natural de Leiria, estudou em Coimbra por 1600, como diz Faria de Sousa, quando o infama de publicar com o próprio nome um livro de versos roubados a Camões. Graduou-se em licenciado e morreu afogado no Tejo entre 1623 e 1627, segundo as bem colhidas inferências do distinto bibliógrafo o Sr. Inocêncio Francisco da Silva (*Dicionário Bibliográfico*, Tomo IX. pág. 368). D. João de S. José Queirós, cujas *Memórias*, providas do mosteiro beneditino de Tibães, publicámos em 1868, foi o primeiro que lhe poetizou a vida com uns amores por certa aia do palácio do duque de Caminha, em Leiria, «se não foram mais altos seus pensamentos. Morrendo», escreve o faceto bispo, «diria talvez inspirado de melhor

---

nunca existiu. A pág. 367 já mencionou o mesmo professor a *Destruição de Espanha*, do mesmo André Nunes; a pág. 381 dá-nos a mesma *Destruição de Espanha* como obra do desembargador André da Silva Mascarenhas. Os professores devem destringer, a bem dos seus alunos, estes confusos «Andrés», e fazer-lhes compreender que André Nunes da Silva escreveu versos místicos e mais nada.

<sup>16</sup> «Muitas estátuas estavam pelas colunas do templo alevantadas, mas consumidas de maneira que se não deixavam conhecer, nem ainda ler os letreiros que declaravam cujas fossem; mas entre todas a estátua do *Príncipe dos Poetas*, título que parece que daqui trasladou à sepultura um peito ilustre e generoso (referência a D. Gonçalo Coutinho que, em 1595, fez escrever o epitáfio). Estava só com toda a sua perfeição com que seu escultor ali a pusera a princípio, conquanto que um esquadrão de benzas e roilos, que lhe ficavam aos pés, com muitos tiros pretendiam danificá-la...»

númen: *formoso Tejo meu, quão diferente, etc.*»<sup>17</sup>

O autor do *Condestabre* estaria esquecido, se não resgatasse os favores da esquiva glória nos seus *Romances* (1596), na *Primavera* (1601, 1608 e 1614) e nas *Éclogas* (1605). Pertence-lhe um dos primeiros lugares entre os bucólicos antigos; e Garrett quer que seja o primacial. A linguagem dos seus pastores é rústica e singela, sem as desnaturalidades que tornam inverosímeis os pegureiros de Sá de Miranda, de Bernardes, e propriamente os das éclogas camonianas. O lirismo dos seus *Romances* e das três partes que formam a *Primavera* são belíssimos como ideia e como purismo de língua; a frase é castigada sem arrebiques; lhana sem os adereços de epítetos supérfluos, nem as delongas vinculadas nas interpostas prosas pastoris. Nas pinturas dos quadros da natureza distribui colorido admirável, aformoseado por uns toques de saudade e tristezas do ermo em que nenhum poeta português se lhe avanta, nem em Sannazzaro, seu mestre, os há mais encantadores. A poesia actualmente floreja por muito longe dessas belezas nativas que Francisco Rodrigues Lobo poetizou; não obstante, por mais desafecto a autoridade que se ostente o «realismo», ser-lhe-á sempre vantajoso, pois que Baudelaire escreve em bom francês, reparar algum tanto na arte de escrever com acerto, com elegância e com as graças portuguesas do *Pastor Peregrino* e do *Desenganado*. As prosas deste insigne escritor pertencem a outra secção.

Os redactores do *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado pela Academia Real das Ciências (1793), e Costa e Silva no rasto daqueles, e o Sr. Teófilo Braga no rasto de todos, à míngua de notícias positivas da vida de Manuel da Veiga Tagarro, autor da *Laura de Anfriso*, teceram urna biografia conjectural fundamentada nas referências que o poeta se faz em suas poesias: amores, aos doze anos, contrariedades, tiranias, prisões, trevas em masmorras profundas, clausuras, eremitérios, com tudo mais que avulta nos infortúnios do enamorado Macias, de Torquato Tasso, de Cristóvão Falcão e na aventurosa juventude de Brás Garcia Mascarenhas. O que pode asseverar-se independentemente da equívoca autoridade dos poemas é que Manuel da Veiga nasceu em Évora, licenciou-se em Teologia, pertence ao primeiro quartel do século XVII, e supõe-se que falecera antes de 1640. Resguardou-se da epidemia do gongorismo, com rara felicidade, entre os italianos e os seiscentistas portugueses. Tem forte imaginação, lances de alto sentimento, linguagem, se não rica, bem apropriada e correcta, frases concisas a sabor horaciano; em tudo isto há muito que descontar na unissonância dos poemas que libram todos em uma subjectividade amorosamente fastidiosa.

Manuel de Faria e Sonsa, cuja biografia esboçaremos na secção dos «Historiadores», escreveu e imprimiu em Madrid a *Fuente de Aganipe y Rimas Varias* (1624-1627). Os sete tornos compreendidos sob aquele título, há século e meio que já eram raríssimos, com duas edições desde muito esgotadas. Este facto revela o tempo e não o mérito dos seiscentos sonetos, dos doze poemas em oitavas, das vinte éclogas e dos «acrósticos», «esdrúxulos» e «ecos» que formam o sétimo tomo, intitulado *Engenho*. Pela natureza das peças classificadas em *Engenho*, e pelas amostras que deu Gosta e Silva no seu *Ensaio*, é permitido ajuizar que as líricas de Manuel de Faria e Sonsa não eram melhores que as dos seus confrades e seriam talvez piores pelo consumo que tiveram. Rodrigues Lobo, Manuel da Veiga e D. Francisco Manuel de Melo, que o excediam sobremaneira na pureza, na regrada imaginação e no acatamento à arte, foram incomparavelmente menos estimados poetas. A *Fuente de Aganipe* escasseou na circulação literária como todos os livros que a moda absorve num período, e revessa ao montão das inutilidades, passado O entusiasmo da elaboração. O livro que nos saboreou o paladar depravado, logo que decaiu de moda, por via de regra não o

<sup>17</sup> Este soneto, que o bispo atribui a Lobo, diz Barbosa, na *Bibliografia lusitana*, que é de Fernão Álvares do Oriente.

enfileiramos cuidadosamente na estante dos mestres e amigos. Refugamo-lo, e consentimos que as crianças o desfolhem e lacerem. Destarte se explica a raridade de muitas obras frívolas, enquanto outras de valor sobrevivente às mudanças de gostos e instituições permanecem na primeira edição mais amarelidas pelo tempo que pelo uso. Em 1733, o conde da Ericeira escrevia: «A *Fonte de Aganipe*, a *Albânia...* são tão raras que apenas podem as livrarias mais selectas ter um jogo perfeito.» Se então se reimprimissem os versos de Manuel de Faria e Sousa, o senso público rejeitaria a fertilidade desses embrechados de agudezas, empolas, equívocos e conceitos de péssima imitação de Marini.

A *Sílvia de Lizardo*, de Frei Bernardo de Brito, lida com igual fervor, desde 1597 a 1632, e ainda reproduzida em quarta edição em 1785, tem uns traços de família com a *Albânia*, de Manuel de Faria e Sousa; mas, nos restantes poemas, Brito prevalece muito ao seu panegirista. Para a si se louvar na pessoa daqueles que lhe deram o exemplo, diz Faria e Sousa que Bernardo de Brito nas composições líricas é superior a Diogo Bernardes. Publicou o famigerado historiador os seus poemas em castelhano e português (1597) quando o amor o preocupava mais que a história. Tem sonetos de elegante simplicidade, bem que contagiados da doença da época. Os admiradores do género citam a perfeição do décimo oitavo, mormente os tercetos, e exemplificam-nos aos que se arrostam com as dificuldades do soneto. Eis aqui as graças do preconizado poema:

*Mostrou-me (o amor) uns olhos verdes sossegados  
E por cima dois arcos vitoriosos  
De uma certa brandura acompanhados.*

*Mas achei seus efeitos rigorosos,  
Que nunca de matar vivem cansados  
E tão duros me são quanto formosos.*

Para a crítica do nosso contemporâneo José Maria da Costa e Silva, chamar às sobranceiras «dois arcos vitoriosos» era uma ideia lúcida e provava génio<sup>18</sup>. Os pastores de Frei Bernardo discorrem letradamente, e questionam com admirável hermenêutica, e debaixo dos preceitos da lógica aristotélica:

*E como uma alma tem três excelências  
De memória, vontade e entendimento,  
Daquela só essência três essências...*

A isto responderia o circunspecto Bernardes:

*Está tão mal a um pastor de cabras  
Tratar de astrologia e medicina  
Como a um grande rei de gado e labras.*

---

<sup>18</sup> Declarei «nosso contemporâneo» Costa e Silva para que os indoutos o não avaliem pela antiguidade que lhe dá o Sr. Dr. Teófilo Braga. Este professor de literatura nacional no curso superior, historiando as representações dos bonifrates no teatro da Mouraria, antes de 1735, tira certas conclusões, e acrescenta: o que se depreende do testemunho do coevo Costa e Silva» (*História do Teatro Português*, pág. 7). Cumpre saber que Costa e Silva nasceu em 1788 e não podia assistir à representação dos bonifrates em 1734 para depor nas conjecturas do Sr. T. Braga.

No século XVII floresceram poetas satíricos de grande pulso e extrema graça. D. Tomás de Noronha, cognominado o *Marcial de Alenquer*, Cristóvão Alão de Morais, António Serrão de Castro, o Dr. João Sucarelo, do Porto, Jerónimo Vaia e Diogo de Sousa Camacho foram os árbitros da gargalhada nos banquetes dos fidalgos, entre os quais o primeiro e segundo daqueles poetas eram distintos; mas na nobiliarquia do dinheiro não valia o *Marcial* mais que os seus mordazes competidores de glória e vida airada. D. Tomás de Noronha foi o que seus versos dizem no Tomo V da *Fénix Renascida*, e melhor o afirmam e esclarecem as muitas poesias inéditas que possuímos<sup>19</sup> António Serrão de Castro, nascido em Lisboa por 1610, vivia ainda em 1683 – é o mais que os biógrafos alcançaram. Esteve no Santo Ofício, por judaizante, e em paga da menos má hospedagem que lhe deram escreveu *Os Ratos da Inquisição*, poema inédito constante de dois mil e noventa versos octossílabos, e tão facetos que as delongas lhes não exaurem a veia zombeteira.

A prudência aconselhou-lhe que escondesse o picaresco poema, e que publicasse algum livrinho de trovas pias como quem lançava um bolo às fauces do dragão inquisitorial. Assim o fez o bem-avisado poeta, escrevendo um romance atoantado, em 1671, com este título: *Relação das Festas com que os Religiosos da Ordem dos Pregadores Celebraram as Canonizações de S. Luís Beltrão e Sta Rosa Maria e a Beatificação de S.<sup>ta</sup> Margarida de Sabóia no Ano de 1671*. As poesias abrangidas pelas páginas 151-251 do Tomo IV da *Fénix Renascida* são dele, afora outras nas *Academias dos Singulares* e no *Forasteiro Admirado*. São as mais dispiciendas, porque o poeta, amordaçado pela censura, falseava a índole sarcástica engenhando pieguices, e enfileirando-se na baixa plebe dos versistas, padre João Aires de Morais, Sebastião da Fonseca e Paiva e André Nunes da Silva. Morreu Serrão de Castro em 1684, com setenta e quatro anos bem gozados, apesar da longa intermitente que demorou nos cárceres da Inquisição.<sup>20</sup>

São deste período os poemas de António da Fonseca Soares, o esbelto e valoroso capitão de quem daremos notícia mais espaçosa quando o mencionarmos na «Epistolografia» com o nome de Frei António das Chagas. No *Postilhão de Apoio* e nos Tornos LV e V da *Fénix Renascida* jaz olvidada uma diminuta parte das suas poesias. Apesar dos esforços que ele empregou para destruir as inéditas, depois que vestiu o hábito varatojano, ainda hoje sobrevivem à fama do seu autor volumes manuscritos que, se nada prestam como provas de estro, ocultam jóias de locução que denotam profundo estudo da língua, e vontade de opulentá-la com neologismos castelhanos. A sua poesia mística não desmerece comparada à unção e maviosidade dos *Cânticos Espirituais* do espanhol Frei João da Cruz.

Diogo de Sousa ou Camacho, autor da *Vida Picaresca*, protestou contra o desatino métrico dos seus antecessores e também dos contemporâneos, em um poema que, intercalado entre as poesias mais cáusticas da escola camoniana, não destoaria das do autor dos *Disparates na Índia* e das trovas a Miguel Rodrigues *Fios Secos*. Denominou-o *Jornada às Cortes do Parnoso*. O boleio da frase é seiscentista, na melhor monção das musas desse ciclo. O século transcorrido, desde a escola florentina até à corrupção importada de Castela, parece que lhe opulentou o tesouro linguístico, ensinando-lhe o meneio e a maleabilidade daquelas frases rijas e ásperas dos Ferreiras e Caminhas. Há aí versos que se fazem admirar, a um tempo, pela agudeza do chiste e pela vernácula adjetivação. Este poema originalíssimo que dedilha todo o teclado da sátira contra escritores a quem a morte constituíra inviolados, foi publicado postumamente na *Fénix Renascida* com torpes erros; e apesar de corrigidos em segunda edição, Costa e Silva,

<sup>19</sup> Veja *Noites de Insónia*, Tomo V, pág. 83.

<sup>20</sup> Veja *Noites de Insónia*, Tomo IV, págs. 94 a 99.

com repreensíveis e desgraçadas correcções de sua lavra, os reproduz e aumenta no traslado que passou ao seu *Ensaio Biográfico*, Tomo V. É pasmosa a infidelidade das cópias, confrontadas com o próprio manuscrito original que possuímos, em parte alterado pelo autor. Quanto ao ignorado ano do falecimento de Diogo Camacho, podemos apenas determinar que o seu poema fosse escrito depois de 1640, porque aí se nomeia uma «Brígida de Alfama», colareja celebrada pela parte sanguinária que teve na dilaceração do cadáver de Miguel de Vasconcelos.

*Vinha com ele Brígida de Alfama  
De lampreias saxatiles gulosa  
Nem célebre por nome nem por fama*<sup>21</sup>

Figura-se-nos, todavia, que esta Brígida seja outra, coeva de Camões. Poderíamos conjecturar que Diogo de Sousa falecesse depois de 1634, ano em que apareceu a *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá e Meneses, se com este poeta se entendesse o terceto:

*No fim de companhia tão lustrosa  
Um Francisco de Sá aparecia  
Poeta até o umbigo, o de mais prosa,*

como conjectura Costa e Silva, contra o parecer de D. Francisco Manuel, que judiciosamente aplica a Francisco de Sá de Miranda a sátira, melhorando o terceiro verso deste teor:

*Poeta até o umbigo, e os baixos prosa.*

E acertadamente conjectura o autor dos *Apólogos Dialogais*, que o verso imediato lho está insinuando:

*A este respondeu Boscan um dia...*

João Boscan é contemporâneo de Sá de Miranda, e morreu meio século antes de nascer Francisco de Sá e Meneses.

Temos pois unicamente como averiguado por Diogo Barbosa Machado (*Bibliografia Lusitana*) que Diogo de Sousa nasceu na vila de Pereira, duas léguas distante de Coimbra, onde se licenciou em jurisprudência e exercitou a advocacia.

A maioria dos poetas descritos e muitos outros pertencentes ao século anterior tiveram juiz, nem sempre indeclinável, em D. Francisco Manuel de Melo. Nasceu este insigne polígrafo em Lisboa, aos 23 de Novembro de 1611. Herdou de seus pais, D. Luís de Melo, que morrera no vigor da idade, e D. Maria de Mancelos, fartos bens e duas rendosas comendas. Estudou com os jesuítas no Colégio de Santo Antão. Aos dezassete anos encetou a carreira militar, e foi mestre de campo, no termo de valorosos actos nas guerras da Flandres. Foi enviado a Évora, quando aí estrondearam os alvoroços de 1638, precursores da restauração de 1640. De volta a Castela, Filipe IV,

---

<sup>21</sup> Este terceto, no traslado de Costa e Silva, está assim estragado:

*Vinha com ele Brígida de Alfama  
De formosas lampreias mui gulosa  
Mais célebre por nome que por fama.*

suspeitando-lhe a lealdade, mandou-o encarcerar. Disse ao propósito D. Francisco Manuel na *Epanáfora Primeira* que «fora o primeiro português que em Castela padecera pela fé de Portugal». Desvanecidas as suspeitas, foi enviado a governar a praça de Ostende na Flandres. Em 1640, militando na Catalunha, foragiu-se dali para Inglaterra, apresentou-se aos embaixadores de D. João IV, e passou a Holanda, e daí a Portugal com o posto de general da armada. Tinha pouco mais de trinta anos, constituição vigorosa, porte cavalheiresco, imaginação ardente, e alguns bens de fortuna, restantes de outros já desbaratados. Aventurou-se a altos amores, em que topou D. João IV como competidor. Disso e de um homicídio que lhe assacaram para colorir uma covarde vingança lhe resultou a prisão, prolongada por largos anos, a qual terminou pelo desterro, e depois pela morte, aos cinquenta e cinco anos, em 1666, ou em 1667, como encontro em um *Nobiliário de Figueiredos* que é o da sua família. Teve um filho ilegítimo, D. Jorge de Melo, o qual, querendo casar desigualmente em Lisboa, tais embaraços e dissabores encontrou que, saindo de Portugal, foi acabar na batalha de Senef em 1674. D. Francisco Manuel morreu em uma quinta própria no sítio de Alcântara, e foi sepultado na Capela do Santo Cristo dos Cardais, onde tinha missa quotidiana quando João Baptista de Castro escrevia o *Mapa de Portugal* (1783)<sup>22</sup>.

As *Obras Métricas*, publicadas um ano antes da sua morte, encerram as *Segundas Três Musas do Melodino*, escritas em português, pequena parte comparada ao muitíssimo que escreveu em castelhano, tão a molde de Lope da Vega que parecem desferir na mesma lira. Contém cem sonetos, número, para assim dizer, obrigatório a todos os engenhos que pautavam aritmeticamente a inspiração pela centúria. Precede-os uma dedicatória amargurada como de quem a escrevera no cárcere.

*Se entre os ecos de um mísero cativo  
Não há decentes números, da glória  
Que se deve ao valor tão excessivo,  
Seja penhor e vítima a memória  
Do benefício a vós devido: enquanto  
Tempero a tuba para a grande história,  
E livre solto a livre voz...*

E longos anos ainda esperou a liberdade sofismada em desterro. A prisão era aspérrima: di-lo o soneto quadragésimo com um acerbo sorriso, «respondendo a um amigo que mandara perguntar a vida que fazia em sua prisão»:

*Casinha desprezível, mas forrada,  
Furna lá dentro mais que o inferno escura,  
Fresta pequena, grade bem segura,  
Porta só para entrar, logo fechada;*

*Cama que é potro, mesa destronçada,  
Pulga que por picar faz matadura,  
Cão só para agourar, rato que fura,  
Candeia nem cos dedos atçada;*

*Grilhão que vos assusta eternamente,  
Negro boçal, e mais boçal ratinho*

---

<sup>22</sup> O enredo que enlutou vinte anos da existência deste eminente escritor Pode ver-se no prefácio que antepusemos à última edição da *Carta de Casados*, Porto, 1872.

*Que mais vos leva que vos traz da praça;*

*Sem amor, sem amigo, sem parente;  
Quem mais se dói de vós, diz: coitadinho!  
Tal vida levo. Santo prol me faça.*

Exceptuados alguns sonetos pintalgados do colorido da época, e tais que parecem alheios, os remanescentes são admiravelmente bem feitos, conceituosos sem demasia, brandos, melodiosos sem a aspereza dos mais estimados da escola de Ferreira. Eis aqui um modelo de aberração, em que o poeta verseja para assombrar os seus consócios na Academia dos Generosos. O soneto lamenta «uma despedida», e é o trigésimo terceiro da colecção:

*Parto, parto-me enfim, senhora minha,  
O fado o quis assi que nos reparte,  
Mas quem cuidareis vós que é o que parte?  
Parte aquele que, só, partir convinha.*

*É verdade que parte e que caminha;  
Mas parte-se e caminha por tal arte  
Que cá vos deixa aquela triste parte  
Que não terá melhor, nem melhor tinha.*

*Ao céu, ao mar, ao vento, ao lenho, ao linho  
A vida entregarei, que os satisfaça:  
Temo quem dos perigos não tem medo;*

*A vida temo mais do que o caminho;  
Porque, para me dar maior desgraça,  
Sei que me há-de trazer a sorte cedo.*

As *Éclogas* e as *Cartas*, escritas em quintilhas, não cedem às mais pregoadas. Os zagais dialogam pastorilmente em termos montesinhos que ainda hoje rescendem na linguagem dos serranos de Barroso; quanto à lógica desses «inocentes» pegureiros, não se cuide que o industrialismo moderno lha haja incutido.

*Damiana é bem verdade  
que é formosa e bem nascida,  
tem parentes na cidade;  
mas olhos não são herdade  
e a pobreza é mui cumprida.*

*Bom rosto, boas palavras,  
tudo insosso, é grão revés;  
que é das vinhas?, que é das lavras,  
o pai não tem quatro cabras  
e tem soberba por dez.*

*Que os pensamentos desveles,  
saiam lágrimas do peito,*

*e perderem-se elas e eles,  
percam-se; mas tu após deles,  
será amor, mas é mal feito.*

*Busque-lhe da sua ugalha  
o pai vaqueiro à novilha  
já que tanto fumo espalha;  
peixe grosso em curta malha  
mais luta, mais se envelilha, etc.* <sup>23</sup>

As élogas assim compostas de palavras e filosofias congeniais no espírito inculto da gente campesina não envelhecem, estudam-se quando a forma poética dessa difícil espécie foi expungida da arte. Como tesouro de castiça linguagem joeirada do vocabulário peregrino que então, ainda bem, ampliava o idioma português, não há aí mais clássicos poemas que as *Élogas* e *Cartas* de D. Francisco Manuel de Melo. E, contudo, não há aí também poeta menos lido. As *Obras Métricas* deste polígrafo são as mais raras entre todos os seus livros. Já Costa e Silva se queixava da raridade da obra, que significa um desleixado olvido: «Apesar de toda a diligência que costume empregar (diz ele) em objectos desta natureza, nunca pude encontrar de venda nem ver em alguma das bibliotecas desta cidade algumas das suas composições poéticas, à excepção das *Três Musas do Melodino*, que, não contendo senão poesias castelhanas, mal podem ser citadas ou examinadas neste ensaio, nem dar ao leitor ideia do merecimento deste escritor considerado como poeta português.» <sup>24</sup>

À volta deste talento superior, a arraia-miúda dos glosadores de teses híbridas eram estranhos à irradiação de D. Francisco Manuel. Ele mesmo, abatendo-se até à craveira dos seus confrades académicos, descaracterizava-se, e era tão enfático nas prosas como abstruso nas poesias. É incompreensível esta dualidade de talento, e talvez mais rara a facilidade na manifestação do mau, quando se tem o dom de discernir e executar o bom. D. Francisco Manuel passou desconhecido ao vulgar dos seus contemporâneos; e, na roda dos letrados, apenas era avaliado pelas composições apastadas da moda. Admire-se, porém, no brioso mestre de campo de Filipe IV a feliz casualidade de escrever em português os seus poemas dignos de memória.

Conquanto o *Parnaso Lusitano de Divinos e Humanos Versos*, de soror Violante do Céu, viesse a lume em 1733, quarenta anos depois que a celebrada religiosa dominicana falecera, a sua poesia mística era tida em conta de prodígio pelos admiradores do metaforismo. Não nos deteremos a desenhar os contornos de uma celebridade esvaída por entre tantas, que se não mencionam.

Na segunda metade do século XVII, dois únicos livros trouxeram à praça as amostras da arte antiga: as *Segundas Três Musas do Melodino* e a quarta edição das *Saudades*, de Bernardim Ribeiro. Foram um pregão baldado: ninguém os entendeu [4].

### **Poesia dramática**

No primeiro quartel do século XVII já eram raros os vestígios do teatro de Jorge de Ferreira, de Camões, de António Prestes, de Jorge Pinto e de António Ribeiro Chiado – vestígios tão pouco trilhados que se a escola não feneceu com os seus implantadores, não chegou a durar tanto como o século em que florescera. Teve uma obscura vida, porque viveu estranha à compreensão popular, sem a qual pode o drama existir, mas não

<sup>23</sup> *Écloga André e Gil*, pág. 55.

<sup>24</sup> *Ensaio Biográfico e Crítico*, Tomo VIII, pág. 201.

haver teatro. O teatro do povo medrou sempre a despeito dos eruditos. Lá tinha as comédias mágicas de Simão Machado, o autor da *Pastora Alfeia*, e dos seus imitadores. Os autos religiosos e as farsas, apesar da reacção clássica, derivaram desde Gil Vicente, mau grado os Plautos e os Terêncios antonomastados, formando os fuzis da cadeia que vai ligando Afonso Álvares, Baltasar Dias e D. Francisco Manuel de Melo às comédias de António José da Silva. À torrente mais ou menos turva nunca foi estancada.

No meio do século, a degeneração do teatro deve-se a circunstâncias de todo ponto estranhas à influência teocrática. O clero, cortando pelas liberdades da cena, não afrontava as tendências civilizadoras do teatro; amordaçavam as licenciosidades do vocabulário. Quais ideias de Gil Vicente aspiravam a dilatar os direitos do homem, civilizando-o? Que outras franquias pedia ele a não ser o rústico desplante de arrancar gargalhadas grossas como a expressão? O índice dos livros proibidos, que o inquisidor Mascarenhas publicou em 1624, repeliu do templo escandalosas tramóias aí exibidas, e nos tablados das praças e feiras; mas não atacou a honesta e graciosa liberdade de D. Francisco Manuel de Melo, de Rodrigo Ferreira, e as inofensivas inépcias de Manuel Coelho Rebelo, autor da *Musa Entretenida*.

São poucos os portugueses notáveis em literatura dramática, naquele tempo, visto que este ramo não podia deixar de retrair-se desflorado, abafado pela fecundidade espantosa dos poetas espanhóis, Lope de Vega, Montalvão, o padre João Telez (Tirso de Molina), Alarcón, e Calderón de la Barca davam comédias e inspirações para os maiores teatros da Europa. Que muito, se nós, os Portugueses, absorvidos em uma mesma comunidade de gosto e língua, quinhoássemos da glória deles, sendo que os nossos melhores escritores contribuam para essa opulência, como D. Francisco Manuel de Melo, João Bautista Diamante, citado por Philarette Chasles de parceria com Lope de Vega e Calderón? Corneille extraía de Espanha o seu *Le Menteur*, Molière tomava das mãos de Tirso de Molina a estátua do comendador e poucos desbastes lhe fez, Addison imitou do castelhano o *The Drmmer*, que depois Destouches transplantava para o francês: *Le Tambour Nocturne*. «O nosso teatro contém mais de duzentos dramas provenientes de Espanha», diz o citado professor de Literatura em França<sup>25</sup>.

Comédias e comediantes era tudo castelhano. Teatro nacional não o havia, nem sabemos se alguém lhe deplorava a falta em um país que era província de Espanha. Em 1642 quando já tínhamos pátria, repontavam sintomas de restauração na cena. D. Francisco Manuel de Melo ensaiou a musa em loas, deu-a brilhantemente provada na farsa do *Fidalgo Aprendiz*, tão cerrada com os jeitos e ares de Lope de Vega que não há por onde possamos traçar a linha divisória entre os dois engenhos. O escudeiro «Afonso Mendes» é a preexistência dos criados ladinos à italiana, mais tarde introduzidos no teatro de Molière [5]. O enredo é bem travado e verosímil, a linguagem tem arcaísmos que denotam a imitação zelosa do antigo; mas assim mesmo distancia-se grandemente do obsoletismo de António Prestes. Em uma loa, que precede a *Comédia de Job*, na cerimónia da profissão de uma religiosa, trava-se um meigo e mui ascético diálogo entre a «Alegria» e a «Devoção». Uma destas formosas personagens, trajando galas próprias de sua missão, entra em cena com esta fala:

.....  
*por celebrar a pompa deste dia,  
 quem cuidareis que sou?, sou a Alegria.*

*Não aquela que em campos e entre flores*

---

<sup>25</sup> Philarette Chasles, *Etudes sur l'Espagne et sur les Influences de la Littérature Espagnole en France et en Italie*.

*como profana ninfa nasce e vive,  
nem que nos altos paços dos senhores  
deseja sempre que a lisonja prive.  
Melhor pai, melhor mãe, avós melhores,  
melhores sucessores tenho e tive;  
do céu sou natural .....*

*Eu sou filha do Amor e da Virtude  
irmã da paz, esposa do sossego...<sup>26</sup>*

Isto em português, pelo que respeita a arte, não era melhor nem pior que as «tragicomédias» dos jesuítas. Estas composições dramáticas eram aplicadas a exercitar os alunos dos colégios na fácil conversação latina. Aqueles doutíssimos padres não atentavam contra as boas letras, pelo menos voluntariamente, quando engenhavam as suas tragédias em sonoros versos, à imitação do *Sedécias*, e os mancebos alegremente os repetiam diante de D. Sebastião, no Colégio das Artes, com o seu padre Luís da Cruz, autor e mestre, muito contente do rei, de si e dos discípulos. Não pode gabar-se de engenho muito atilado quem diz que este género de literatura é a última degradação da arte. Uma das feições da arte no século XVII era aquilo que não admiramos nem ousamos reprovar. A arte do século XIX é outra. Não há regras perpétuas e inalteráveis para a arte em que a eterna beleza não mostre algumas de suas faces. As coisas contingentes não têm a fixidez do belo.

---

<sup>26</sup> *Obras Métricas*, «A Tuba de Calíope», pág. 198.

## II

**Historiadores civis e eclesiásticos:** Frei Bernardo de Brito, Frei António Brandão; Frei Francisco Brandão, Diogo de Couto, Duarte Nunes de Leão, Frei Luís de Sousa, Manuel de Faria e Sousa, António de Sousa de Macedo, Jerónimo de Mendonça, Frei Bernardo da Cruz, Miguel Leitão de Andrade, D. Francisco Manuel de Melo, D. Luís de Meneses, Francisco de Brito Freire, Frei Rafael de Jesus, D. Rodrigo da Cunha, padre Baltasar Teles. **Biografia:** Frei Luís de Sousa, Jacinto Freire de Andrade, Diogo do Couto, padre João de Lucena, Manuel Severim de Faria, Álvaro Pires de Távora, Francisco Soares Toscano.

### Historiadores civis e eclesiásticos

No século XVII, mormente na primeira metade, a ciência histórica foi professada honrosamente pelos sucessores de João de Barros e Damião de Góis. O cronista-mor do reino, Bernardo de Brito, que fora no século Baltasar de Brito e Andrade e nascera em 1569, assentou os alicerces da *Monarquia Lusitana*, escrevendo a I e II Partes. Começa as origens de Portugal, «desde o princípio do mundo». De permeio aos dois tomos da *Monarquia* escreveu a *Crónica de Cister* (I Parte). Os *Elogios dos Reis de Portugal* é trabalho simultâneo com os outros estudos históricos. Dado que morresse ainda antes dos cinquenta anos de idade, na vila de Almeida, sua pátria, em 1617, as obras que deixou são diminutas, se as computarmos pela usual fertilidade dos escritores monásticos do seu tempo; mas o seu laborioso processo de investigação nas Partes I e II da *Monarquia* denota quanto dispêndio inútil de tempo lhe levaria a tecer de fios frágeis a tela das fabulosas origens da Lusitânia, à imitação de Garibay com as de Espanha. E daí promanou o descrédito que foi aumentando desde que Diogo de Paiva de Andrade publicou o *Exame de Antiguidades* (1616) até que o eminente historiador o Sr. Alexandre Herculano o expungiu da lista das autoridades. Inculcam-lhe o predicado da correcção, principalmente na I Parte da *Crónica de Cister* (1602); mas nesse mesmo atributo não merece ser graduado entre os escritores de primeira plana. A linguagem é fria, estirada e algumas vezes falsamente colorida com as tintas hiperbólicas do cultismo. Havia sido educado em Roma, donde voltou instruído nas línguas grega, hebraica, mas com abstrusas teorias sobre o método de escrever a história. D. Francisco Alexandre Lobo, estimável exemplar de crítica pelos velhos processos, escreve, a respeito da *Crónica de Cister*: «Quando eu, arrancando-me da leitura da *Crónica de S. Domingos*, abro, para comparar, a de Cister... sou frio a tudo, tudo me cansa: um capítulo acho já muito dilatado.»<sup>27</sup>

Seguiu-se-lhe na formação histórica da *Monarquia Lusitana* um mais sensato, posto que menos erudito escritor, Frei António Brandão, cronista-mor do reino. Nasceu em Alcobaça em 1584 e ali morreu no seu mosteiro cisterciense em 1637. Escreveu com circumspecta crítica e linguagem chã a III e IV partes da *Monarquia Lusitana*. Visitou os cartórios, ponderou os documentos, refugou os apócrifos e reconstruiu de novo as origens, datando-as desde a baliza em que achou alicerces sólidos sobre que assentar o edifício. Revela a intuição do talento histórico, inferindo indutivamente de factos dispersos a índole e organização social. É menos retórico, mais parco em enfeites de forma, menos colorista em descrições de batalhas; e daí lhe vem a sua grande superioridade. Sucedeu-lhe no lugar de cronista-mor do reino, e na continuação da V e

<sup>27</sup> *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo*, bispo de Viseu, Tomo II, pág. 163.

VI Partes da *Monarquia Lusitana* seu sobrinho Frei Francisco Brandão, que nasceu em 1601 e faleceu em 1680. Manteve os créditos da obra em que seu tio se revelara o primeiro historiador do seu século.

Diogo do Couto, guarda-mor da Torre do Tombo na Índia, por nomeação de Filipe II, nasceu em 1542, em Lisboa, e morreu em 1616, em Goa. Escreveu com menos pomposo, porém mais adequado estilo que João de Barros, as *Décadas* desde a IV. O seu trabalho abrange proximamente oitenta anos, desde o governo de Lopo Vaz de Sampaio até ao vice-reinado de D. Francisco da Gama [6]. Historiou, pois, os factos mais notáveis das glórias portuguesas no, Oriente, e assistiu aos primeiros rebates da decadência, que ele assinalou com resolutivo ânimo no *Soldado Prático*, em que descreve a doença mortal que lavrava nas conquistas da Ásia. Este livro e o do *Diálogo do Soldado Prático* foram conjuntamente impressos em 1790. A coragem de os escrever foi grande: o publicá-los então seria, sobre perigosa audácia, uma inutilidade. O esfacelo do vasto mas já corrupto império de D. Manuel e D. João III era já irremediável, porque às crueldades da conquista havia sucedido a relaxação deliciosa e covarde dos exploradores. Observara Couto «que uma vez que se interrompeu o furor da guerra, e houve tempo para cada um começar a provar das comodidades da paz, logo foi desaparecendo a cobiça da glória e do nome, que dantes era o móvel de todas as acções dos Portugueses na Índia e entrou no lugar dela a ambição do lucro»<sup>28</sup>

Sob a mesma impressão do desgraçado abatimento da Índia, publicava-se em Lisboa, por 1630, sem nome de autor, um livro de severas queixas contra os costumes portugueses no Oriente. *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, se intitula o livro «antigamente composto nas mesmas partes da Índia oriental». Encarece o respeito com que os gentios de Bisnaga tratam as mulheres cativas de guerra, porque não tocam na mulher embora lhe matem o marido, e acrescenta: «Nós mais nobres somos que os gentios, e em diferente lei vivemos para nisto e em tudo termos mais primor; mas há soldados tão faltos dele que as matam com os filhos nos braços e fazem outras cruezas que não são de soldados valorosos. Parece-nos que estamos vendo mais de oitocentas mulheres na cidade de Brava (quando Tristão da Cunha a destruiu), umas com as mãos cortadas por lhes tirarem as manilhas, e outras com as orelhas por lhes tirarem as arrecadas (cruza que fez a gente baixa da nossa armada), pedir justiça ao céu de gente tão cruel, petição a nosso parecer digna de ser ouvida... o mor mal que na guerra lhes hemos de fazer é cativá-las; e, não podendo isto ser por qualquer impedimento, nem por isso as matar, ferir, nem tratar mal, assim porque todas nestas partes nos são afeiçoadas, e fazem por nós mil extremos, como por lhes termos natural obrigação. Por aviso de uma mulher párisea foi Diogo Lopes de Sequeira com toda a sua armada livre da morte em Malaca. Mulheres deram a vida a muitos portugueses que escaparam do desbarato de D. Jorge de Castro na ilha de Ceilão, no reino de Cândia, onde houve algumas que, por salvarem da morte os portugueses, se ofereciam a ela. Se houvéssemos de contar os benefícios que nestas partes delas temos recebido, seria necessário uma comprida escritura. Não tão-somente somos obrigados por lei de bom primor a sermos piedosos com os vivos, mas também com os mortos, não os espedaçando, nem fazendo outras cruezas... Temamos as mortes desastradas de que comumente morrem os cruéis. Contam as histórias da Índia que vindo D. Francisco de Almeida, primeiro visor-rei dela, com aquela grande vitória que houve em Diu da armada de Mirocem, capitão do grão soldão do Cairo e Babilónia, salvou Cananor com a artilharia, mandando meter os míseros vencidos nas bocas das bombardas em lugar de pelouros (espectáculo cruel e horrendo!); vê-lo-emos castigado pelo céu, morto no cabo

---

<sup>28</sup> António Caetano do Amaral, *Introdução ao Soldado Prático*.

da Boa Esperança às pedradas e zargunchadas por cafres nus e desarmados.»<sup>29</sup> Citamos este livro, menos conhecido que raro, porque há nele páginas de história muito diversas das que os cronistas oficiais escreviam. João de Barros, referindo a mesma asselvajada crueldade de D. Francisco de Almeida, desculpa-o porque os rumes lhe haviam matado um filho. Igual na ousadia, ou mais valoroso ainda, procedeu o bispo Jerónimo Osório na *Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel (De Rebus Emmanuelis)*. Nem o egrégio nome de Afonso de Albuquerque lhe travou do pulso, quando houve de o mostrar manchado à posteridade: «Na gente delas [das embarcações cativas de Coje-Atar] exerceu Afonso de Albuquerque uma barbaridade indigna de seus preclaros feitos, mandando cortar mãos, orelhas e narizes a quantos marinheiros e besteiros nelas vinham, e aos outros meio pé ainda além das orelhas e narizes.»<sup>30</sup> Não são descabidos neste livro os dois historiadores moralistas, quando, ao dar a rol os nossos historiadores, nos é dever demonstrar que alguns não merecem a invectiva de objectos aduladores dos grandes.

As crónicas de Duarte Nunes de Leão, publicadas em 1600 e 1643, gozam algum crédito de verídicas; todavia, Frei António Brandão, na III e IV Partes da *Monarquia Lusitana*, corrige os erros do seu antecessor. O período em que Duarte Nunes escreveu pertence ao século anterior; mas as suas crónicas e a de Francisco de Morais (*Crónica de D. João III*) vieram a lume no século VXII.

No sublime lavor da forma, os historiógrafos monásticos levavam descompassada vantagem aos cronistas políticos, e a todos dominou na arte de escrever Frei Luís de Sousa.

Manuel de Sousa Coutinho, terceiro neto do segundo conde de Marialva, e filho de Lopo de Sousa Coutinho e de sua mulher D. Maria de Noronha, nasceu em Santarém por 1555. É ponto duvidoso se frequentou temporariamente a Universidade de Coimbra, posto que seu pai, varão de elevado espírito e cultíssimo nas letras, perguntado porque mandava a Coimbra o filho herdeiro da casa, respondeu: «Que mal me fez este filho para o deixar ignorante?»<sup>31</sup> Noviciou na religião de Malta à volta de 1576. Foi presa dos mouros e levado cativo a Argel em 1577. Diz o autor da *Biblioteca Lusitana*, sem algum fundamento crítico, que Manuel de Sousa Coutinho contraíra no cativo «muito estreita amizade» com Miguel Cervantes de Saavedra. Infere o irreflectido biógrafo esta mui estreita amizade de uns dizeres da novela de Cervantes: *Trabalhos de Persiles e Sigismunda*. A própria novela desvanece a conjectura, reproduzida por escritores de melhor critério, sem exclusão do historiador Rebelo da Silva. A novela demonstra que Miguel Cervantes não teve trato algum com Manuel de Sousa Coutinho, se isso que lá vem no.. conto se entende com o nosso cavaleiro maltês. Por nossa parte já tocámos esse assunto em um breve estudo [7].

O cativo de Manuel de Sousa durou menos de um ano. Demorou por Valência com Jaime Falcão, matemático e poeta insigne, e repatriou-se depois de 1578. Casou provavelmente, segundo as lúcidas conjecturas do bispo de Viseu, entre 1584 e 1586 com D. Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, morto na batalha de Alcácer Quibir. Residiu Manuel de Sousa em Almada com a patente de coronel de setecentos infantas e cem cavalos. Aí se deu ao estudo em aprazível sossego, no trato da vida rural, e desoprimido de cuidados. Em 1599, esta suavíssima paz foi perturbada por

<sup>29</sup> *Primor e Honra*, págs. 108 v. e 109.

<sup>30</sup> Versão de F. M. do Nascimento, Tomo II, pág. 100.

<sup>31</sup> Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, art. «Lopo de Sousa Coutinho». Diz o abade de Sever, e repete D. Francisco Alexandre Lobo na biografia de Frei Luís de Sousa, que Lopo de Sousa é autor de um poema intitulado *Livro da Perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda, sua mulher e seu filho*. Isto é inexacto, nem tal poema existe. Lopo de Sousa escreveu uma relação em prosa que tem o seguinte título: *Livro Primeiro do Cerco de Diu que os Turcos Puseram à Fortaleza de Diu*, etc. Coimbra, 1556.

motivos que denotam génio bravo e desesperação; e, a nosso ver, menos heroísmo do que os biógrafos lhe encarecem. Quando os governadores do reino, foragidos à peste que ardia em Lisboa, queriam violentamente aposentar-se na casa de Manuel de Sousa Coutinho, em Almada, o inimigo pessoal dos governadores incendiou o edifício. Praticado o desvairado feito, furtou-se às consequências penais, passando logo a Madrid, onde conseguiu disfarçar o que havia condenável no seu procedimento. No ano seguinte, 1600, Manuel de Sousa coligiu e fez estampar as obras poéticas do seu falecido amigo Jaime Falcão. Em seguida, fez-se de vela para as Índias Ocidentais, a explorar riquezas mercantis, chamado talvez pelo irmão, que mercadejava no Panamá. A realidade saiu-lhe em desconcerto com as esperanças. Aí o saltaram saudades da esposa e de uma sua filha única, de nome D. Ana de Noronha. Por esse motivo, agravado com o malogro das tentativas negociosas, voltou a Portugal em 1604 ou 1605. Restabeleceu residência em Almada, remoçando o prazer do estudo no seio da família, e na convivência de amigos ilustrados com quem antes da fuga havia reunido em sua casa uma academia de doutas palestras. Calcula D. Francisco Alexandre Lobo que ali viveram oito ou nove anos felizes os dois esposos, e a estremecida filha, que ao cabo desse tempo faleceu. Este funestíssimo sucesso, complicado dos dissabores que amarguravam os homens saudosos da pátria independente, e as melancolias congeniais da velhice, enlutaram o espírito de Manuel de Sousa. O refúgio das almas recolhidas em aflições grandes na perda das pessoas queridas, era a religião, o claustro e a penitência. O marido de D. Madalena de Vilhena pendia aos sessenta anos quando de harmonia com sua esposa deliberou acolher-se à religião dominicana; e ela, por sua parte, ferida de análogas tristezas, iria vestir o mesmo hábito no Mosteiro do Sacramento. Para semelhante resolução, que não era acto sequer estranho em tal tempo, não se requeriam catástrofes estrondosas. A devoção explicava e aplaudia este prematuro morrer de dois velhos que a natureza e a amizade ensinariam a amparar-se mutuamente, se a religião não se antepusesse como amparo santo e único. Dispensa-se, na interpretação do divórcio, a fábula contada cinquenta anos depois por frades mais atidos à peripécia novelesca do aparecimento de D. João de Portugal na Palestina, que nas poderosas influências do misticismo. Os exemplos eram bastantes como incentivo. Já Francisco de Sousa lavares, pai de D. Madalena, vestira o hábito na província da Piedade, e morrera no Mosteiro de Santo António em Aveiro; e D. Luís de Portugal, amigo de Manuel de Sousa, estava então no Mosteiro de Benfica, esperando licença para professar em S. Paulo de Almada, e chamar-se Frei Domingos do Rosário; sua mulher D. Joana de Meudonça recolhia-se ao mesmo mosteiro onde D. Madalena de Vilhena professou desligando-se do esposo e de duas filhas que tinha de seu primeiro marido. O biógrafo já citado do ilustre cronista ainda Interrogava as improbabilidades da intervenção trágica de D. João de Portugal na mudança do cavaleiro Manuel de Sousa Coutinho em Frei Luís de Sousa dominicano: «Se D. João de Portugal», pergunta o bispo de Viseu, «ficou cativo na batalha de Alcácer, ou fugiu do campo depois do desbarato, como foi parar a Jerusalém? Dado que pudesse escapar-se e passar a Jerusalém, como esperou para dar notícias suas «à mulher e filhos» trinta e cinco anos que se contam desde 1578 até 1613? Como se pode crer que, achando o peregrino ocasião de portador, não escrevesse de próprio punho, e se contentasse de mandar novas suas tão vagas e tão pouco verosimilhanças?... Não consta que da parte da família se pusesse tempo e empenho em apurar a verdade de um facto tão importante, ou em fazer restituir D. João à pátria, o que indispensavelmente se havia de fazer naquela suposição. Ultimamente, se D. João era vivo ou morto, D. Madalena não podia dispor de si encerrando-se em um convento «logo com ânimo de professor»... Estas ou semelhantes considerações certamente levaram Nicolau António à prudente dúvida que mostra sobre a causa do

divórcio e moveram Echard, mais resoluto, a recusar a história do peregrino. Eu me inclino muito também a segui-los na suspeita veemente da falsidade da história.»<sup>32</sup>

Professou Frei Luís de Sousa em 1614 no Convento de Benfica. O seu primeiro propósito foi absoluto silêncio, e alhear-se de tudo que recendesse a vaidades literárias. Fez-se enfermeiro. Este abatimento era a virtude contrária e expiatória do mundanal orgulho com que o arrogante cavaleiro incendiou a casa para não hospedar magistrados afectos a Castela. No frade esmoreceu o timbre do cavaleiro a ponto de transigir tão amavelmente com o Governo usurpador que em vários lanços de suas obras lhe balanceia o turbúlo da lisonja e faz preto de humilde vassalagem.

Foi-lhe imposto «com obediência» – dizem os seus biógrafos – polir, desbastar e concertar os toscos elementos que Frei Luís de Cacegas deixara para a vida do arcebispo de Braga e para a crónica do seu convento. A obra saiu primorosa de sob a pena de Frei Luís de Sousa, o qual, desprendido de glória, atribuía o melhor da vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires ao seu antecessor, e assim o entremostra nos trabalhos da história. A instâncias de Filipe IV escreveu a *Crónica de D. João III*, interrompida pela morte em Maio de 1632. Os *Anais de D. João III*, publicados em 1844, não corresponderam às conjecturas que se haviam formado enquanto a obra se deplorou perdida. A morosidade do estilo, e o desinteresse das narrativas já escritas por outros historiadores com menos aparada pena, mas com mais vasta compreensão política – Francisco de Andrade, por exemplo, na crónica do mesmo monarca, e João de Barros, nas *Décadas* – abatem algum tanto o quilate da obra, e não lhe faz pequeno desfavor a comparação dos outros livros de Frei Luís de Sousa. A nosso modo de sentir, o historiador de D. João III tinha o condão de :brunir e facetar os diamantes brutos da locução de Cacegas, possuía todos os enfeites com que aformosear ideias mal entrajadas; mas, quer por avançado em anos a tocar nos setenta, ou por mal-avindo com a arte de tecer os sucessos complicadíssimos do reinado do rei piedoso, apenas nos deixou os apontamentos que lhe subministraram melhormente alinhados. A razão de ele se demorar com aprazíveis delongas nos sucessos africanos deu-a lucidamente a alta intuição histórica do Sr. A. Herculano, a quem devemos o invento e a publicação dos *Anais*. Diz o grande historiador: «O grande crédito que naquele tempo merecia João de Barros como historiador fez com que Frei Luís de Sousa o seguisse passo a passo nas cousas do Oriente; e não é uma das circunstâncias menos curiosas dos *Anais* o ver Sousa resumir as largas narrações de Barros. Quanto aos sucessos da metrópole, os capítulos relativos a eles estão muitas vezes apenas delineados: são pouco mais que uma série de apontamentos. Onde se encontra geralmente verdadeiro apego do escritor à matéria de que trata é em tudo o que respeita à nossa história de África. Nesta parte, ainda ao correr da pena, Frei Luís de Sousa é, por via de regra, digno de si mesmo. Descobre-se no historiador uma certa complacência em narrar os sucessos daquelas partes, e em descrever miudamente os sítios dos recontros e correrias. Lembram-nos sempre com triste saudade o lugar e o tempo onde passámos dias de mocidade, embora esses dias fossem esquivos e trabalhados. Lembrava-se, porventura, Frei Luís de Sousa do seu cativo em Argel: ou era antes que a sua alma grandemente poética se comprazia nas memórias daquele teatro onde até mais tarde luziu o astro do nobre, puro e

---

<sup>32</sup> *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo*, bispo de Viseu, Tomo II, págs. 111 e 112. Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de África*, publicada em 1607, nomeia entre os oitenta fidalgos postos a resgate um D. João de Portugal, que depois morreu dos ferimentos juntamente com seu pai D. Francisco de Portugal. Este não era com certeza o marido de D. Madalena de Vilhena. Mas Frei Bernardo da Cruz na sua *Crónica de El-Rei D. Sebastião*, pág. 288, arrolando os fidalgos que morreram na batalha, nomeia D. João Portugal, filho de D. Manuel Portugal. Aquele é que era o morto que serviu para o maravilhoso do sucesso. Os propaladores do aparecimento de D. João na Palestina não viram a *Crónica* de Frei Bernardo da Cruz, testemunha presencial da batalha. Este livro foi publicado em 1837.

desinteressado esforço português, convertido na Ásia, havia já muito, em cobiça sanguinária de mercadores. Apraz-nos crer que debaixo da estamena monástica de Frei Luís, o frade domínico, batia o coração de Manuel de Sonsa Coutinho, o cavaleiro poeta, e que no espectáculo dos reinados de D. Manuel e D. João III, vasto cemitério de podridão e lentejoulas, a que uma história sem filosofia e sem verdade chama época gloriosa, ele apenas via surgir como um monumento santo de tradições antigas os muros enegrecidos de Alcácer, Tânger, ou Arzila, pouco a pouco desmoronados para que não fossem uma repreensão contínua e implacável de todo o género de corrupção e decadência.»<sup>33</sup>

Do escritor que consideramos na mais elevada cadeira do magistério, quanto a elegância da língua e a execução prima, no estilo descritivo, derivamos ao mais apregoado e fértil historiador do século XVII na península hispânica. Manuel de Faria e Sonsa nasceu em 1590, aos 18 de Março, na paróquia de Pombeiro, ou no conto de Felgueiras, dizem outros, e Quinta da Caravela ou do Souto. Chamaram-se seu pai Amador Peres de Eiró e sua mãe Luísa de Faria. Alguns biógrafos, acostados à afirmativa do espanhol Francisco Moreno Porcel, autor coetâneo, amigo de Faria, e primeiro compositor de sua vida, dizem que eram pessoas nobres os ascendentes dele. O que sabemos de sua prosápia é Faria quem principalmente o encareceu. Ufanava-se de neto de Estácio de Faria, poeta do século XVI, e afirma que o soneto de Camões que principia:

*Agora toma a espada, agora a pena,  
Estácio nosso, em ambas celebrado...*

se entende com o pai de sua mãe, que foi fidalgo da casa real. Todavia, Sonsa, na sua *Fuente de Aganipe*, em uma écloga dedicada ao genealogista Álvaro Ferreira de Vera, desfaz nos méritos da fidalguia herdada, remoqueando-a e antepondo a honra adquirida à nobreza derivada de avós. Em outra passagem zomba dos fidalgos de Cabeceira de Basto, e raro lance perde de invectivar contra genealogias, dado que anotasse o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, para servir caprichos nobiliários de vontade alheia. Posposta a estéril averiguação da estirpe de Faria de Sonsa, dizem alguns biógrafos que ele seguiu em Braga os seus primeiros estudos; mas D. Frei João de S. José Queirós, bispo do Grão-Pará, recolheu em 1728, no mosteiro beneditino de Refojos de Basto, a tradição de ali ter estudado alguns anos com os frades Manuel de Faria, protegido pelo bispo portuense D. Gonçalo de Morais, que noviciara naquele convento. Enquanto alguns consideram Faria aparentado com o prelado do Porto, o bispo do Pará nas suas *Memórias* o dá como afilhado ou fâmulos de D. Gonçalo. O colegial beneditino Queirós entrou em Refojos, transcorridos setenta e nove anos aquém do falecimento de Faria. Os frades antigos então existentes provavelmente ouviram de outros condiscípulos de Manuel de Faria o que transmitiram a Queirós. O certo é que o bispo paraense acusa de ingrato o historiador, porque «devendo tanto aos padres bentos nunca os elogiou».

É certo que Faria, na primeira mocidade, viveu no Porto em casa do bispo D. Gonçalo de Morais. O senhor visconde de Juromenha, na fé pouco segura de Costa e Silva, escreve que Manuel de Faria entrara na qualidade de secretário do bispo em 1604. Devia ter, portanto, catorze anos de idade o secretário!

Antes dos vinte e dois, revelou engenho agudo de poeta; e da poesia ao amor, e do amor ao casamento a passagem foi lógica e rápida. Por 1614, deixando a carreira eclesiástica, matrimoniou-se com D. Catarina Machado, filha do contador-mor Pedro

---

<sup>33</sup> *Anais de El-Rei D. João III*, «Advertência Preliminar», págs. XX e XXI.

Machado. Em 1618, perdido o amparo do bispo, que falecera em 1617, recolheu-se a Pombeiro, e em 1619 passou a Madrid como secretário do conde de Muge. Neste ano acompanhou Filipe III a Lisboa; e, falecido o conde, voltou a Madrid sem emprego. Correram alguns anos de baldados esforços para o poeta, já então pai de numerosos filhos, e pobre como devemos presumir do teor da sua vida e confissão de versos. É razoável supor que a esposa lhe não levasse dote. As *Memórias* do bispo do Pará dão a perceber que os desposórios de Faria com a dama, ajoelhada num templo em Sexta-Feira Santa, seriam poéticos e arrebatados a ponto de que o contador-mor os levaria em desagrado. Como quer que fosse, Faria e Sonsa, entre 1623 a 1628, deu à estampa as suas primeiras publicações por lhe ser mister viver da escrita. Não é fácil determinar a razão da mesquinha de Filipe III com um requerente de não vulgar capacidade. Em uma enciclopédia francesa moderna, encontramos a explicação da má sorte de Faria em Madrid: «Ses manières franches jusqu'à rudesse, son caractère bizarre et tenace choquèrent les seigneurs castillans, au point qu'il dut renoncer bientôt à tout espoir d'avancement.» Verdadeiramente, Faria e Sonsa, se foi infeliz, não podemos argui-lo de negligente no emprego dos processos com que, em tal tempo, devia ser-lhe propícia a granjearia de mercês. Qual meio mais eficaz e operativo que escrever um livro de louvores a Filipe II e a Cristóvão de Moura? Um livro em que a legitimidade, a prudência, a honradez e tolerância do usurpador realçassem à custa de muito denegrir nos portugueses rebeldes ao jugo de Castela? Que melhor documento para captar a generosidade do monarca e bater moeda que o levantasse barba por barba com os desonrados que ele encomiasse? Pôs mãos a obra, e escreveu o livro chamado *Epitome de las Historias portuguesas*, impresso em 1628. Manuel de Faria estreou-se na obra imoral da lisonja da história pátria. Começou historiando o antagonismo dos pretendentes em volta do leito do cardeal-rei moribundo; e, chegando ao lanço em que lhe cumpria incensar Cristóvão de Moura – o arrebanhador dos vendidos a Castela –, escreve: «D. Cristóvão de Moura com maravilhosa placidez mostrava maravilhosa diligência; é certo que muitos ânimos o opugnavam; muitos, porém, que estavam sossegados, quase concordavam com os muitos que se lhe afeiçoaram; conheciam já o direito do seu príncipe e punham olhos em sua força.» Por enquanto é permitido duvidar se o ânimo do historiador se bandeou com os amigos de Moura, que «conheciam já o direito do seu príncipe.» Do cardeal fala irrisoriamente nestes termos: «Propunham que o cardeal se casasse. Nomearam-lhe como noivas a filha de Bragança e a rainha-mãe de França, cujo retrato mandou vir e trazia consigo; e o certo é que, segundo sua disposição e idade, tendo-a pintada, tinha-a como a podia ter; e, posto que já tivesse sido mãe, quanto a ele estava como a sobrinha; e, contudo, os que o desejavam casado, conhecendo que nem com mulher já casada teriam fruto do casamento, ousaram dizer... que lhe trouxessem mulher ainda que já viesse pejada.» A jogralidade convinha assim para que Filipe se risse. Trata D. António, prior do Crato, rigorosamente; e aos seus faccionários nas cortes de Almeirim apoda-os de «escória inexorável»; e, assentando um engenhoso dilema sobre ser ou não ser a legitimidade de Filipe, conclui que os portugueses vendidos devem repor o recebido, porque venderam o que já era de quem lho comprou. Neste sentido aplaude Cristóvão de Moura porque nunca permitiu que seu pai visse o rei para não receber dele mercê. Lastima que os rebeldes se não aquietem nem movidos pela autoridade real e venerável do monarca, nem com o exemplo dos principais do reino... nem com as forças da razão. Morto o cardeal, «Começaram na averiguação», diz Faria de Sonsa, «da precedência dos pretenses; mas esta é já do novo príncipe Filipe, que entra a mostrar seu direito com as armas àquele pedaço ínfimo da plebe impaciente, pelo que os jurisconsultos lhe mostraram com a pena».

No prómio da IV Parte do *Epitome*, celebra Faria e Sonsa a felicidade da nossa

sujeição a Filipe II, e faz assim uma comparação: «Assim como ficou parecendo ditoso o pecado de Adão, porque resultou dele a vinda de Cristo ao mundo, havia de ser venturosa a ruína desta coroa com o reparo.» Já outro historiador mais velho que Faria entremeteu a Divina Providência nas desgraças do reino, dando-nos a consolação de o não termos.<sup>34</sup>

Historiando a invasão do duque de Alba, e a vinda de Filipe II, refere como certas cidades abriram os olhos, e, quando o rei o não esperava, lhe enviaram as chaves; e acrescenta: «Isto acabou de despeitar a canalha que seguia D. António, a qual, atropelando toda a razão e ordem se acabou de confundir, e em Santarém o aclamou rei.» Relatando o recontro de Alcântara, apouca a vitória do duque; consente, porém, que se lhe dê tal nome, não para glória da pátria, mas para «glória das mesmas armas do nosso príncipe, que, acostumadas a conseguir grandes triunfos, fora desacreditá-las, se lhes não concedêssemos este.» D. António é repellido, porque «fazia mais a natural virtude e amor com que D. Cristóvão andava conquistando o reino para eles, assim como a eles os havia conquistado para o rei». Convoca Filipe cortes a Tomar, «onde já com alegria e aplauso o tinham jurado legítimo herdeiro daqueles estados». Entra em Lisboa o «legítimo herdeiro»; descreve o júbilo da cidade, e acrescenta: «Por esta quietação e contentamento se viu como tinha ganhado os corações dos Portugueses com seu direito e valor natural, e não com suas armas como diz o vulgo, porque a alteração de pouca gente, e essa esquecida, não podia desluzir a conformidade e fé de quase todos.» Expõe Faria os privilégios com que Filipe II respondeu ao preito dos Portugueses; e, ao propósito, exclama: «Saibamos agora quem é o conquistado: o rei de quem o reino auferiu tais graças, ou o reino de quem um rei não pôde sê-lo sem elas.» E nunca se exprime sem retorcer a locução nestes símiles e conceitos. Louva a magnanimidade de Filipe: «Com pública satisfação compôs o rei em Lisboa as coisas passadas e presentes; e, depois de haver usado algum castigo com alguns culpados, usando da demência de Júlio César com os romanos, perdoou a outros, dizendo purificada em poucos a prudência de todos os enganados; e todos foram tão poucos que, querendo reservar alguns, numerou, pela primeira vez quando o rigor estava no seu auge, vinte e cinco somente; e, à segunda, somente cinco.» O castelhano Herrera, mais português que Manuel de Faria, assevera que as pessoas exceptuadas do indulto foram cinquenta e duas. E sobre o louvor à parcimónia da justiça, o historiador português amplia: «As muitas mercês que fez Filipe, as muitas acções com que se mostrou digno daquele império, assaz lhe dariam no ânimo de todos o título, quando já não fosse seu.»

A baixa lisonja não logrou o estipêndio que os Filipes por via de regra costumavam decretar às consciências vendidas por escritura pública. O hábito de Cristo e foro já Faria os havia obtido antes de 1621 sem lhe empecer o menoscabo que fazia das distinções nobiliárias. É notório que o servil autor do *Epítome*, passado tempo, saiu desgostoso de Madrid; e, estabelecendo-se com família numerosa em Lisboa, diligenciou encartar-se no ofício de secretário da Câmara ou no de secretário do Estado da Índia. Dizem os biógrafos que o marquês de Castelo Rodrigo, representante dos Mouras, recomendados à posteridade nas laudas do *Epítome*, se atravessara aos requerimentos de Faria, demovendo-o de solicitar empregos inferiores ao seu mérito, e a dar-se por melhormente galardoado acompanhando o marquês na embaixada à corte pontifícia. Deteve-se dois anos incompletos em Roma, servindo sob título de secretário os interesses do senhor que o levava como objecto de alardo e pompa. Em Roma ganhou Faria nomeada de poeta e grandes gabos de Urbano VIII. Em 1634, voltou a Madrid, e foi preso por inconfidente, solto três meses depois, ilibado em seus créditos de

---

<sup>34</sup> Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*.

infidelidade, e amerceado com sessenta ducados mensais por graça do rei, e promessas de vantagem. O motivo da prisão depreende-se de suspeitas avessas ao affecto demonstrado no *Epitome*. Não pode dar-se outro mais obsequioso a Faria; porém, se esse foi, bastou o calmante dos sessenta ducados para lhe remitir a febre patriótica. No ano imediato, dizem que o historiador, atacado novamente da nostalgia, já tinha o pé no estribo para evadir-se, quando o duque de Olivares o reteve. Desde este ano de 1635 não constam novas tentativas de repatriar-se o dissaboreado escritor. Esta foi a sação mais operosa e fecunda da sua inteligência e opulentíssima memória.

Restaurado o trono português em 1640. Faria e Sonsa continuou a residir em Madrid. Se o desejo de se ver com portugueses restaurados era enérgico, decerto o não foi tanto que o impedisse como a D. Francisco Manuel de Melo. Ficou. E, em 1644, falecida D. Isabel, mulher de Filipe IV, escreveu três *Nénias* à morte da rainha, nas quais a musa lisonjeia mais o rei vivo que a esposa morta. E, por singular capricho, escreveu em língua portuguesa, como se quisesse significar que era bem português o poeta que turbulava a soberania expulsa de Portugal.

A memória deste homem, falecido em 1649, seria menos gravada de opróbrio, se alguns portugueses, com o intuito de lhes lustrarem, a não mascarrassem. O espanhol D. Francisco Moreno Porcel havia escrito que Faria e Sonsa, leal a Filipe IV, vivera pobre, e miseravelmente acabara em Madrid desprezando os engodos com que lhe acenavam de Portugal. Deixassem-no dizer isto que era verosímil, provável e até perdoável. Se havia pundonor ainda para admirar, era a fortaleza de aceitar na indigência, no leito emprestado do marquês ele Montebello, sob cujo tecto morreu, as legítimas consequências do seu renegar da pátria e escarnecer dos infortúnios dela, mentindo desbragadamente para lisonjear o vencedor. Não o permitiu assim a má sina daquela ossada que a viúva trouxera a terra portuguesa. Saíram péssimos amigos contra o biógrafo castelhano, e disseram «que o autor do *Epitome* fora um fidelíssimo confidente do seu rei verdadeiro D. João IV, e por esse motivo não viera a Portugal, conservando-se dele muitas cartas de 1641, e 1649 em que morreu, com as notícias mais seguras e os avisos mais ocultos, e os conselhos mais prudentes, expondo-se a maiores perigos do que os que serviam na guerra»<sup>35</sup>. Por conseguinte – *espião*. A palavra é atroz, ainda que a necessidade desse aviltado officio justifique os reis e os bandos. O autor do *Epitome*, o inventor da palavra «purificar» para absolver os algozes de 1580 e 1589. Manuel de Faria e Sonsa espião em Castela, avisador e conselheiro secreto de D. João, metido entre os áulicos do préstito fúnebre de Isabel de Bourbon, com três poemas, três incensórios a vaporar aromas, e o ouvido à escuta dos movimentos militares do duque de Medina Sidónia! Ora assim como Filipe II não tinha tido português senão Manuel de Faria e Sousa que difamasse Portugal na história, aconteceu que D. João IV, querendo negociar em Espanha um espião, encontrasse tão-somente o mesmo Manuel de Faria e Sonsa. Era justo: não havia outro azado para se penitenciar da infâmia pela perfídia. Dar-se-á caso que o quarto conde da Ericeira adulterasse o carácter de Faria como Faria adulterara a verdade histórica? Tudo nos encaminha a crer que D. Francisco Xavier de Meneses desgraçadamente foi verdadeiro.

Morre Manuel de Faria, e logo seu filho Pedro de Faria vem para Portugal. D. João IV recebe-o afavelmente, agracia-o, chama-lhe «benemérito» no diploma, e galardoa-o pelos serviços paternos, dando-lhe uma tença de cinquenta mil réis no reguengo de Aguiar. De quais serviços o galardoou el-rei? Do *Epitome da História* em que sustenta a legitimidade de Filipe II? Não. Dos «avisos, alvitres e conselhos», expressões postiças com que diplomaticamente se disfarçava a palavra «espionagem».

<sup>35</sup> Veja-se júzo crítico de D. Francisco Xavier de Meneses no *Retrato de Manuel de Faria e Sousa*, por D. Francisco Moreno Porcel, edição de 1733, Lisboa.

Isto é que foi. Pedro de Faria trouxe consigo os inéditos de seu pai. A *Europa Portuguesa* era um desses inéditos.

Dizem alguns literatos que Manuel de Faria e Sonsa consubstanciara na *Europa o Epitome*. Irreflectida conjectura, por não dizer ressupina ignorância. Como ousaria o filho reproduzir as aleivosias, as lisonjas, as inexações da história que seu pai dedicara à munificência de Filipe III? A censura deixá-las-ia correr? Não seria preso ou desterrado Pedro de Faria, se as editasse sem licença? Não foi ele por outra ordem de motivos condenado a degredo para o Brasil, e mandado soltar do Limoeiro para providenciar na impressão das obras de seu pai? É certo que a história escrita em 1628 não é a história publicada em 1667. Confiram-nas nos lanços capitais, nos pontos em que a doblez artificiosa ergue uma sebe entre o apologista de Cristóvão de Moura e o conselheiro de D. João de Bragança. A célebre «purificação» do *Epitome* foi expungida da *Europa*. Os «cinco», excluídos do perdão na história de 1628, sobem aos «cinquenta e dois» de Herrera na história de 1667. É admissível que as alterações sejam de pulso alheio? D. José Barbosa diz: «Na *Europa* apresenta algumas opiniões contra as que emitira no *Epitome*; mas isso procede de que saindo póstuma a *Europa*, bem se sabe que nela lhe introduziu a lisonja algumas cláusulas de que não era capaz a severidade da sua pena.» Estas palavras de deplorável crítica abrem margem a outra questão. Se D. José Barbosa argúe de lisonjas as frases desfavoráveis a Castela, não justifica destarte o patriotismo de Manuel de Faria; o mais que pode é escudá-lo da desonra de denunciante dos segredos de Castela, onde recebia os sessenta ducados. Nós porém, desinteressados em lhe dar a segunda mão de vilania, remetemos D. José Barbosa a D. Francisco Xavier de Meneses [8]. Concluindo, mais queremos reportar a insuficiência de lição das obras de Faria e Sonsa que à falta de brios de inconsiderados portugueses os encómios com que tantos biógrafos, mais ou menos autorizados, laurearam o versátil historiador que sacrificou a uns ducados de Espanha e a uns cruzados de Portugal a própria dignidade e a honra dos seus. Se, porventura, lhe quiseram ressalvar a memória, quebrantando a verdade muito de indústria para esconder da posteridade um feio e talvez único exemplo, o propósito não é louvável, nem útil, nem sonegável às investigações da crítica despreocupada de nomes e de reputações pânicas.

Em língua castelhana escreveu também o polígrafo António de Sonsa Macedo, nascido no Porto em 1606, e falecido em 1682. Seguiu a diplomacia com singular talento, e foi secretário de Estado de D. Afonso VI em tempos muito tumultuosos. Deve reputar-se um dos mais doutos publicistas e estadistas do século XVII. Uma das suas obras históricas, cheia de veemência e prurido da erudição própria da mocidade, foi *Flores de España, Excelencias de Portugal*, etc., impressa em 1631. Revelou-se o talento do historiador e do político, depois confirmado na *Eva e Ave* (1676) pela cópia do saber e por vernaculidade raras vezes descaída nos vícios do tempo.

Três monógrafos, testemunhas da catástrofe de Alcácer Quibir, merecem ser inscritos na lista dos historiadores, senão pelo alcance das considerações que pedia o sucesso, tão fatal ao futuro da nação portuguesa, ao menos pela fidelidade com que narraram as agonias do Portugal do Mestre de Avis às mãos de bárbaros. São eles Jerónimo de Mendonça, Miguel Leitão de Andrade e Frei Bernardo da Cruz, testemunhas oculares do desastre.

Jerónimo de Mendonça, natural do Porto, acompanhou a infausta expedição a África, onde ficou cativo. Era do esquadrão dos aventureiros, soldado e não homem de letras. «Não como escritor (escreve ele na sua *Jornada de África*) que não há razão que tal se cuide de mim; mas como quem viu e passou toda esta jornada, darei somente meu testemunho.» E envergonha-se de que não tenha havido em Portugal «quem com outro estilo e diferente lição quisesse até agora tratar desta história», pede aos letrados

professos que «tomem esta empresa dignamente... Nem deixará de ter muitos louvores quem nisto se ocupar, que, posto que o sujeito seja tão triste, não é por isso bem que fique em silêncio, pois vemos cada dia quanta diligência os homens fazem para se saber a perdição de um pequeno navio quanto mais o naufrágio de um tamanho reino». Donde se depreende que a primeira monografia da batalha que tanto estrondeara no mundo apareceu em 1607, vinte e nove anos depois da catástrofe!

Mendonça impugna as falsas novas que em desonra de Portugal divulgará Jerónimo Franqui<sup>36</sup>. Revela afecto à causa de D. António, prior do Crato, reprovando que o italiano chamasse batalha ao tumulto plebeu de Alcântara; mas, levado na enxurrada das consciências transigentes com os factos consumados, queixa-se acerbamente de que o suposto genovês acuse os Portugueses de minarem os paços reais com maquinismos de mortal efeito para matarem «el-rei Filipe nosso senhor, segundo deste nome, na cidade de Lisboa». E pede encarecidamente a sua majestade que o livro seja proibido, ou o autor se retracte, «pois o contrário seria prejuízo da nação portuguesa tão leal e tão inocente neste caso». Nesta época é escusado procurar maneiras menos servis nos historiadores, quer civis, quer eclesiásticos. Não havia sequer um de mediana aptidão que preferisse o silêncio à abjecção. Os que eram já provadas capacidades no reinado de D. Sebastião eram também cúmplices no desatinado plano do alucinado moço. Haviam-no excitado com apregoados clamores, e não ousavam agora responsabilizá-lo pelo desastre. Aceitaram as consequências e as cédulas. O próprio Luís de Camões, que as fórmulas românticas inculcam «morto com a pátria», se assistisse à perda da independência, devera correr-se do clamoroso entusiasmo com que incitara D. Sebastião à guerra de África, e a crua carniceira que lhe aconselhava na ocasião em que o Sumo Pontífice Pio V enviou ao monarca português uma seta das que mataram S. Sebastião! [9]. O livro de Mendonça não se desvanece em labores de eloquência; sobejam-lhe melhores condições para ser estimado; relata no tom liso e correntio da verdade, e apenas se remonta a alturas de novela quando nos conta o triste episódio de Virgínia, no Cap. XI.

A *Crónica de El-Rei D. Sebastião*, por Frei Bernardo da Cruz, é mais circunstanciada e noticiosa, sem diferir em pontos essenciais da narrativa de Mendonça. Cumpre, porém, corrigir os muitos anacronismos que o editor inadvertidamente deixou passar o Sr. A. Herculano, um dos publicadores deste bom livro, coligiu das *Memórias Históricas dos Progressos e Restabelecimento das Letras*, de Frei Manuel do Cenáculo, do *Compêndio Histórico* e de *Origem e Progresso das Línguas Orientais*, de Frei Vicente Salgado, a breve notícia que nos dá de Frei Bernardo da Cruz. Foi frade da Terceira Ordem; viveu na segunda metade do século XVI, e foi o primeiro capelão-mor da armada. Nessa qualidade acompanhou o neto de D. João III a África. Volveu a Portugal e escreveu a história do reinado de D. Sebastião e de parte do governo do cardeal D. Henrique. A consideração que o inédito do frade franciscano mereceu ao juiz competentíssimo dos historiadores está nestas palavras: «Como historiador, Frei Bernardo da Cruz tem méritos e defeitos, quanto nos é lícito julgar pelas cópias que da sua obra nos restam, Em nosso entender o plano do livro foi bem traçado. O reinado de D. Sebastião é notável por um facto único – a perda em África –, à roda do qual só aparecem mesquinhos enredos da corte, traições de conselheiros vendidos e loucuras de mancebos. A duas nações pertence aquele tremendo facto, que influiu, quase exclusivamente, na futura sorte de África e Portugal. Era pois para o esclarecer, para o

---

<sup>36</sup> O autor oculto do livro intitulado *Del Unione del Regno di Portogallo alla Corona de Castiglia Istoria* (1585), Génova, foi D. João da Silva, conde de Portalegre, espanhol, ascendente do duque de Aveiro supliciado em 1758. Veja D. Francisco Manuel de Melo, *Epanáfora II*. Jerónimo Franchi era um genovês empregado na feitoria da Alfândega de Lisboa.

mostrar a todas as luzes possíveis, que se deviam reunir notícias, e o historiador o alcançou, fazendo caminhar os anais da Barberia a par dos anais portugueses. Para aqueles precisava de consultar as histórias berberescas, e daqui podemos inferir que era versado no árabe; mas dessa leitura, que necessariamente teve, nasceu talvez o seu maior defeito – o luxo demasiado do estilo, e as repetições ociosas em que quase sempre abunda.»<sup>37</sup>

A relação da batalha de Alcácer, interposta na *Miscelânea*, de Miguel Leitão de Andrade (1655-162?), é reputada verdadeira, apesar de malsinada pelo autor da *Dedução Cronológica* com o labéu de obra supositícia, e forjada pelos jesuítas para embalsamarem o povo na esperança do porvindouro D. Sebastião. A genuinidade de Miguel Leitão prevaleceu ao descrédito da *Dedução Cronológica e Analítica*, informe parto da paixão, cuja veemência a desculparia, se as falsidades à porfia com as ignorâncias não revelassem um trabalho calculado, lavrado com o ânimo frio de um inimigo caprichoso e implacável. Da *Miscelânea*, de Miguel Leitão de Andrade, nenhuma parte é estranha aos estudiosos das coisas antigas. A linguagem não prima cm elegâncias buriladas e rendilhadas para o encanto de quem estuda; mas resgatam-se os arcaísmos com a exuberância das notícias. Foi livro muito tempo raro e procurado; desde, porém, que a segunda e elegantíssima edição acudiu à aparente curiosidade, subsistiu apenas o gosto colecionador dos raros bibliófilos.

D. Francisco Manuel de Melo escreveu no seu primeiro ano de prisão a *Historia de los Movimientos y Separación de Cataluña, y de la Guerra entre la Magestad Catolica de Don Filippe el cuarto, Rey de Castilla, y la Deputación de aquel Principado*. Apareceu o livro em 1645 com o pseudónimo de *Clemente Libertino*, e desde logo foi considerado a mais completa monografia histórica do século XVII, pela imparcial autoridade das apreciações, pelas fidelíssimas pinturas dos movimentos bélicos, filosofia rara em considerações políticas, e linguagem tão própria e correcta que o livro ficou laureado entre a selecta clássica de Espanha. «As narrativas dos primeiros tumultos de Barcelona, na festividade de *Corpus Christi*, quando a cidade se pejou dos audazes camponeses do sertão, as sequentes disputas das facções irritadas, as controvérsias na Junta da Catalunha, as discussões no conselho real, sob a direcção do conde-duque de Olivares; o baldado assalto ao grande forte de Monjuich pelo exército real e a desastrosa retirada são quadros pintados com tal colorido e energia só possíveis em homem quinhoeiro das sensações que descreve e testemunha presencial de todos os movimentos que tão vivamente nos oferece.»<sup>38</sup> Na língua própria ilustrou-se D. Francisco Manuel com as *Epanáforas de Vária História Portuguesa, a El-Rei Nosso Senhor D. Afonso VI*, etc., publicadas em 1660, e reimpressas em 1676. Na dedicatória ao rei predestinado aos máximos infortúnios, em tempo que os estava chamando com os desvarios da mocidade mal complecionada, escreveu D. Francisco Manuel de Melo uns encomiásticos louvores indignos dele, e mais indignos do filho de D. João IV. Merecem ser relidos como amostra de comum fragilidade e da diferença que vai do bom escrever a prever com algum acerto as eventualidades dos príncipes... «Se de Hércules julgaram os passados se ensaiava para esquisitas vitórias, vendo-o espedaçar serpentes no berço; para quantos maiores triunfos creremos se prepara Vossa Majestade vendo-o que já pisa e já supera os infortúnios alheios, que são tanto maiores monstros que as feras, quanto os homens de que nascem são mais cruéis que os brutos? Por esta razão, com altíssima providência estamos notando tanto conformes em Vossa Majestade os sinais de um reinado felicíssimo: porque o amor que Vossa Majestade mostra à verdade nos promete justiça; a inclinação à magnificência nos assegura abundância, o affecto à valentia nos

<sup>37</sup> A. Herculano, *Prólogo à Crónica de D. João III, por Frei Bernardo da Cruz*, Lisboa, 1837.

<sup>38</sup> Ticknor, *História da Literatura Espanhola*, Tomo III.

profetiza fortaleza, etc.»<sup>39</sup> Em oposição às virtudes do príncipe inculcadas pelo espírito a tantos propósitos lucidíssimo do autor das *Epanáforas*, consulte-se o mau e faccioso livro do bispo do Porto Fernando Correia Lacerda, intitulado *Catástrofe de Portugal na Deposição de El-Rei D. Afonso VI* (1669) e confira-se com outro de inverso intuito e de autor desconhecido – *A Anticatástrofe*, etc. (1845).

As *Epanáforas* abrangem cinco relações sobre motivos «políticos, trágicos, amorosos, bélicos e triunfantes». Já o predicamento de cada epanáfora nos está prometendo alguma cousa bem acentuada de antíteses, trocadilhos e alegorizações, das quais nenhum escritor seiscentista pôde sair de todo ileso. A *Epanáfora Política* historia difusamente as alterações de Évora em 1637. O autor, como escrevia de vontade acerca de motins a que ele assistira como pacificador, é prolixo até ao fastio. A *Epanáfora Trágica*, melhor que as outras, relata o naufrágio da armada portuguesa nas costas de França em 1627. O estilo tem a concisão e parcimónia que deixam sobressair os relevos dos factos, despidos das fraldas da retórica descabida. A *Epanáfora Amorosa* versa sobre o descobrimento da ilha da Madeira, em 1420: é a lenda dos amores de Roberto e Ana de Arfé, fábula já delida pelo atrito da crítica, recamada de prosopopeias inverosímeis, que até desencantam as cenas amorosas, remetendo-as para os contos de Gonçalo Fernandes Trancoso<sup>40</sup>. A *Epanáfora Bélica* relembra o recontro das armadas holandesa e castelhana no canal de Inglaterra em 1630. Está escrita com apropriada elevação, e acusa sólidos conhecimentos de náutica e experiência de quem teve parte nos combates marítimos; mas é caso de todo alheio à história portuguesa. A última, chamada *Triunfante*, diz respeito à restauração de Pernambuco, em 1654.

A *História de Portugal Restaurado*, por D. Luís de Meneses, terceiro conde da Ericeira, é indispensável no estudo dos graves acontecimentos decorridos desde 1640 até 1668. Nasceu este inteligentíssimo fidalgo em 1632, e suicidou-se em 1690. Não lhe cabe a qualificação de escritor clássico. Fez a sua educação literária no período em que a degeneração dos bons modelos se precipitava nos desconchavos do último quartel do século XVII; todavia, apesar das prolixidades do estilo, é maravilha que tão pouco se ressinta de conceitos e antíteses. Pertence-lhe a originalidade na introdução de muitos termos técnicos das ciências militares. Não são sempre exactas as suas informações, ainda mesmo em factos coevos; e, nos que respeitam à destronização de Afonso VI, escreve apaixonadamente como faccionário do infante.

Francisco de Brito Freire, natural de Coruche, falecido em 1692, é estimado historiador no livro publicado, em 1695, com o título de *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*. Não tem limada linguagem; mas, com Sebastião da Rocha Pita, escritor do século XVIII, forma das coisas da América portuguesa uma importante base de mais largos estudos.

Da continuação da *Monarquia Lusitana* encarregou-se, com malograda audácia, Frei Rafael de Jesus, cronista-mor do reino, nascido em Guimarães em 1614 e falecido em 1693. A sétima parte destoa das outras, pela má linguagem, má organização do trabalho e nenhuma inteligência reflectida dos documentos. Diz o padre D. José Barbosa que as emendas lhe são tão necessárias na cronologia, como no estilo e na ordem<sup>41</sup>.

Na história eclesiástica e na das corporações religiosas extremaram-se D. Rodrigo

<sup>39</sup> Esta dedicatória aparece somente na primeira edição; na segunda, de 1676, foi eliminada.

<sup>40</sup> Diz Manuel de Faria e Sousa que as primeiras novelas escritas em Portugal são os *Contos e Histórias Proveitosas*, de Gonçalo Fernandes Trancoso, falecido no primeiro quartel do século XVI. A primeira edição é de 1570. A maior parte dos contos é imitação do italiano. A linguagem tem a rijeza áspera dos escritores de terceira ordem naquele tempo. Com o aparecimento destes contos decaíram as novelas de cavalaria na estimação popular.

<sup>41</sup> Há listas especiais de cronistas monásticos entre os quais se nomeiam os deste século. Leia-se principalmente a *Bibliografia Histórica Portuguesa*, por Jorge César Figanieri, págs. 244 a 255.

da Cunha, e o padre Baltasar Teles.

D. Rodrigo da Cunha, bispo e arcebispo, filho de D. Pedro da Cunha, partidário do prior do Crato, e por amor dele encarcerado e falecido na masmorra de S. Vicente de Belém, nasceu em 1577, em Lisboa, onde morreu em 1643. Aceitou as prelações da liberalidade dos Filipes; porém, quando soou a hora da restauração, foi um dos mais estrénuos campeões da façanha de 1640, e governou o reino alvoroçado, juntamente com o arcebispo de Braga, no espaço que mediou entre ser aclamado e entronizado D. João IV. O seu *Catálogo dos Bispos do Porto* (1623) está manchado de erros cronológicos, de testemunhos apocrifamente documentados, e de juízos de escassa crítica, segundo a competente censura de João Pedro Ribeiro, nas *Observações Diplomáticas*. A *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (1634-1635), e a da igreja de Lisboa (1642) são repositórios de boas notícias envolvidas com outras de menor crédito; porém, no tocante à inteireza da linguagem, está na linha dos professores, e entre os primeiros o alista o padre António Pereira de Figueiredo.

Mais imaginoso e rico de locuções foi o padre Baltasar Teles, o mestre de tantos homens primaciais em seu tempo. Morreu aos oitenta anos de idade, tendo nascido em 1595. Exerceu o magistério em Lisboa, no Colégio de Santo Antão, e na América, «aonde porventura», escreve D. Francisco Manuel de Melo, «equivocadas aquelas escolas não sei se mais com a ciência ou com o apelido *Teles* por *Aristo Teles* (ficando um agradável erro aos ouvintes o nome de *Teles* e *Aristo Teles*), pois ao menos não pode negar quem repete a voz de *Aristóteles* que necessariamente o eco lhe responde *Teles*». <sup>42</sup> Eis aqui um traço de galanteria no escrever daquele tempo.. D. Francisco Manuel ter-se-ia abismado no esquecimento com o seu mestre, se ambos por desventura construíssem sempre assim as suas ideias retorcidas à força de engenhosos ecos e simulcadências. Baltasar Teles cultivou a frase cuidadosamente na *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* (1645) e na *História Geral da Etiópia a Alta ou Preste João* (1660), assim apreciada, sem demasia de louvores, por D. Francisco Manuel: «Estilo claro, casto, elegante e generoso; a retórica cumprida na energia do dizer; a eloquência satisfeita na graça da oração; expressa a torrente histórica para narrar.» A *História Geral da Etiópia* é tão de Baltasar Teles como a *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires* é de Frei Luís de Sousa. Para os dois historiógrafos andaram outros alvenéis quebrando os mármore. Os padres Manuel de Almeida, Pedro Pais e o patriarca D. Afonso de Meneses deixaram informes os apontamentos que o esmerado estilista reconstruiu. «Não cuide algum ignorante», diz o referido apologista, «que por esta causa tem esta obra menos de sua. Quem diria que deixa a fábrica de ser do arquitecto elegante porque os materiais nasceram em poder alheio e por trabalho alheio se ajuntaram?»

## Biografia

É já superfluidade escrever dos dotes de prosador que Frei Luís de Sousa com particular affecto fez resplandecer na biografia do arcebispo de Braga. É livro que tanto apraz aos lidos como aos indoutos. A mais pulcra e cristalina linguagem portuguesa basta Frei Luís de Sousa para exemplificá-la. Algumas insignificantes passagens da vida do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, menos consoantes à altura do assunto, avultam na altiveza e até na simplicidade do estilo de Frei Luís de Sousa. É um louvor de superfino artista sobre chapa caldeada. mas ainda mal brunida pela mão estranha de Frei Luís de Cacegas; trabalho de gabinete, para assim dizermos, e não cansada e

---

<sup>42</sup> *Cartas Familiares*, Centúria IV, Carta I.

averiguação pessoal como inculcam alguns escritores. «Visitou quase todas as localidades ilustradas pela presença do grande arcebispo», diz inadvertidamente um abalizado professor fluminense. Frei Luís de Cacegas, e não Frei Luís de Sousa, é quem perlustrou o itinerário do arcebispo nas terras de Barroso e nas outras do seu arquiépiscopado. Frei Luís de Sousa, nesta obra, teve o raro labor e condão de a perpetuar.

Outra biografia de igual voga e de nenhum valor comparativo à referida é a *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrade, natural de Beja, formado em cânones, poeta medíocre e prosador que desairou o grande assunto emaranhando a clara e esplendorosa vida do honrado governador da Índia em enredadas hipérboles, desgraciosas e alabarintadas antíteses. Considerada como subsídio histórico é improfícua; tudo aí, tirante as datas nem sempre rigorosas, e os fios principais da urdidura, é supositício e discursado de prosopopeias à feição de Tito Lívio e Salústio. Quanto à forma, desculpe-se à geração que nos antecedeu a superabundância dos gabos, e não condescendamos em lhos repetir. É tamanho o artifício deste livro que até a frase lhe saiu desnatural, falsa e álgida quando pretende mover. A parte que lhe cabe na história da literatura portuguesa é a que lhe deu a sua má época, e o esforço indiscreto dos professores que o inveteraram na educação da mocidade.

Tem outros quilates e mais séria filosofia a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, por Diogo do Conto, obra póstuma, publicada em 1765. O interesse aviva-se logo, na segunda página: «Direi sua vida toda e sua morte; porque enfim veio acabar em uma piedosa tragédia que se porá aos olhos de todos para se recearem dos reveses da fortuna e escárnios do mundo, porque não sei quem saísse de suas mãos livre deles.» Chegado ao Cap. XIII, D. Paulo, o herói, que subira epicamente na relação das vitórias, cai de per si; e o biógrafo com franqueza honesta, em vez de o levantar no guindaste das lisonjarias, ou sequer escusá-lo com o silêncio, agramente o acusa nestes termos: «Já disse como este fidalgo era muito gentil" homem, e com outros dons que a natureza com ele repartiu liberalmente; e, como neste tempo estava na flor da sua idade, que seria de trinta e quatro anos, em que o apetite sensual reina mais, fez algumas travessuras da carne porque se pudera passar, senão foram com algumas casadas, principalmente neste tempo em que se embarcou <sup>43</sup> com uma mulher de muita formosura, que é o cebo da mancebia, a qual era casada com um homem rico e abastado», etc. (págs. 118 e segs.). E prossegue relatando a funestíssima tragédia do paço de Pangim no tom singelo que vai ao íntimo da alma compungir. No clandestino e derradeiro encontro, os cúmplices são colhidos de sobressalto. D. Paulo rasga com a espada a evasiva por entre os jaus, escravos do marido desonrado... «A triste mulher vendo a desventura, com o temor da morte, se deitou por uma janela fora, e em baixo se despedaçou.» O historiador leva o herói desde este crime até o deixar morto afrontosamente às mãos dos cafres. É admirável a hombridade do panegrista, sendo de mais a mais dedicado à irmã do morto: «E vossa mercê, Senhora D. Ana de Lima, bem sei que ao ler isto não vos hão-de faltar piedosas lágrimas, derramadas com muita razão pela :perda de um irmão tanto para amar, como sempre, senhora, fizestes...» (pág. 422). Se Diogo do Conto, em vez de Corte Real, houvesse sido o autor do *Naufrágio de Sepúlveda*, antes de pôr o herói a cavar a sepultura da formosa Leonor na Terra de Natal, mostrar-nos-ia Manuel de Sousa negociando a bala que traiçoeiramente matou o inocente moço que se destinava àquela que foi sua mulher, e depois expiou com ele.

O jesuíta João de Lucena, nascido em 1550 e falecido em 1600, escreveu a *História da Vida do Padre Francisco Xavier*. Levantaram-no alguns críticos ao coronal

---

<sup>43</sup> Ligou.

dos clássicos; houve exageração, sem haver injustiça. Parte, a maior talvez da sua glória, agoirentou-lha o desastroso plagiato da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, demonstrado com severa exacção pelo doutíssimo José Feliciano de Castilho, nos *Excertos Clássicos*. O padre João de Lucena é inferior na correcção aos quinhentistas de melhor quilate, e excede-os a todos nas delongas fastidiosas dos períodos. Escrevia como quem tinha de seu que dizer, e ainda se aproveitava do que os outros disseram.

Na ordem dos biógrafos mais indagadores distingue-se Manuel Severim de Faria (1583-1655) pela ilustração com que recolheu as biografias de Camões, Barros e Couto. As suas *Noticias de Portugal* encerram, além de vários elogios de príncipes e varões ilustres portugueses, incluindo a biografia de Frei Bernardo de Brito, óptimos elementos para historiadores e genealógicos.

A *História dos Varões Ilustres do Apelido de Távora*, por Álvaro Pires de Távora (1648), é proveitosa pela «relação de todos os sucessos públicos deste reino e suas conquistas até ao reinado do Sr. D. João III». São igualmente estimáveis os *Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres Antigos, a que Muitos da Nossa Nação Portuguesa se Assemelharam em Suas Obras, Ditos e Feitos*, por Francisco Soares Toscano, e o *Agiolégio Lusitano*, do padre Jorge Cardoso (1623). Outros panegíricos de menos porte prepararam a torrente de biografias que inundou o século XVIII. A par e passo que as personagens dignas de memória escasseavam, a arte descaída da epopeia despendeu-se em esquecidas prosas com mediocridades que tiveram o destino dos heróis, e apenas se recordam nos catálogos bibliográficos.

## III

**Considerações retrospectivas acerca da oratória eclesiástica:** padre António Vieira, padre Manuel Bernardes. **Mística:** padre Manuel Bernardes, Frei Tomé de Jesus, Frei António das Chagas. **Filosofia moral, crítica dos costumes:** Francisco Rodrigues Lobo, Martim Afonso de Miranda, Diogo de Paiva de Andrade, D. Francisco Manuel de Melo, *Arte de Furtar*. **Epistolografia:** padre António Vieira, D. Francisco Manuel de Melo, Frei António das Chagas, *Cartas de Uma Religiosa Portuguesa*. **Academias particulares.**

### Considerações retrospectivas acerca da oratória eclesiástica

A época brilhante da oratória eclesiástica era quase extinta com aqueles derradeiros brados que soaram nas naves da catedral de Lisboa, proferidos pelos lábios vibrantes de Frei Miguel dos Santos, nas exéquias de D. Sebastião, no dia 19 de Setembro de 1578.<sup>44</sup>

Dos pregadores quinhentistas mal podemos bosquejar as feições literárias, à míngua de monumentos impressos. Perderam-se os sermões de Jerónimo de Azambuja, de Garcia de Meneses, do bispo de Coimbra D. Frei João Soares, e do celebrado Foreiro.

Supõe o sábio Cenáculo que os mais antigos oradores evangelizavam em termos familiares, consoantes à ignorância do auditório, Pelos anos de 1540, diz Frei Luís de Sousa que o dominicano António da Fonseca inovou na prédica a singela exposição do Evangelho, paráfrase do texto. Frei Bartolomeu dos Mártires foi orador eloquente, quando os ouvintes lho comportavam, e chão e apoucado se pregava aos rudes auditórios da sua arquidiocese. Frei Heitor Pinto, quanto podemos ajuizar do «sumário» do seu sermão de Ascensão, tinha erudição dos santos padres, modelava-se pela forma discursiva dos Tertulianos e Origenes, e abstinha-se das pompas em que o bispo D. António Pinheiro se desvelava. «Uns pregadores», diz o arcebispo de Beja, nosso preleccionador neste esboço, «não tinham mais talento que para recitarem com frase familiar; outros tiveram mais extensão de conceber e de propor, do mesmo modo que vemos praticado pelos historiadores daquela idade. O excelente João de Barros tem pulso de mestre completo. Frei Luís de Sousa pratica outra espécie de gravidade do que Barros observou; e deixa correr a pena com elegância, variedade e doçura.»<sup>45</sup>

Diogo de Paiva policiara o púlpito, honestando os sermões de modo que os vícios arguidos o não fossem com pinturas tão ao vivo que os ouvidos se escandalizassem; por onde inferimos que haveria pregadores, quanto à frase, tão francamente rústicos como Gil Vicente nos autos e comédias. Havia pregadores, observa o editor dos sermões de Paiva, que entrando na repreensão da sensualidade se exprimiam de teor «que mais ofendiam as orelhas castas do que emendavam as profanas».

Na quadra cultíssima de D. João III floresceram pregadores educados nas profundas ciências eclesiásticas que se estudavam na universidade e nos mosteiros, baseadas no tirocínio das línguas orientais; porém, nesse reinado de tantas letras e no subsequente a eloquência do púlpito começou, já desde 1560, a abastardar-se com subtilezas especulativas. O estudo da língua hebraica esmoreceu por esse tempo, e ao

---

<sup>44</sup> O sermão e o destino deste frade, parcial de D. António, podem lê-lo os curiosos na narrativa que publicámos intitulada *Virtudes Antigas*. Pela primeira vez saiu da obscuridade, tal qual foi declamado, aquele repto de eloquência celebrado por torrentes de lágrimas.

<sup>45</sup> *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, pág. 149.

começar o século de seiscentos por certo havia alguém que conhecesse aquele idioma. Frei Pedro do Espírito Santo, frade da Terceira Ordem, era o único habilitado a decifrar uma Bíblia original. Não obstante, no último quartel do século XVI, abalizados oradores ilustraram o púlpito e a imprensa, tais com Frei Pedro Calvo, Frei Filipe da Luz, Dr. Francisco Fernandes Galvão, padre Luís Álvares, Frei João de Ceita, Frei António Feio, o jesuíta Francisco do Amaral e Tomás da Veiga. Ao entrar no século décimo sétimo, nenhum destes exemplares foi benemérito de lembrança. Queixava-se o sobrinho e editor de Diogo de Paiva que os sermões de seu tio caíssem em menospreço porque o pregar moderno primava em subtilezas arguciosas e o pregador contentava-se que algum povo cristão o estimasse, não podendo entender as «coisas subidas e engenhosas» que se lhe diziam. As divagações por longe do sentido literal, as forçadas interpretações dos textos, a repreensível desfiguração dos símbolos bíblicos, eram os vícios iniciais da corrupção que mais que em nenhuma outra província da ciência lavrou na oratória eclesiástica por todo o transcurso do século XVII. Inaugurou-se o pregar «afeminado, delicioso e de galanteria», diz o douto Cenáculo, imputando o método novo à frequência das «comédias de mau gosto, e às locuções das peças do teatro espanhol». Não nos parece irrefutável este parecer. Entretanto, bem pode ser que as garridices teatrais os jogos de locuções amaneiradas dos pátios das comédias cooperassem na geral alternância da linguagem desde o trato familiar até ao templo. «Os homens habituados a lerem e ouvirem<sup>46</sup> as pessoas conferentes naquele jogo da comédia, e aos assuntos e expressões pueris de que abundam as mesmas composições teatrais, a algumas das quais não se pode negar agudeza e engenho... produziram um costume de se explicarem apaixonado, mole e delicioso. Satisfeitos da harmonia, introduziram aquela maneira em todas as conversações...»<sup>47</sup> Também J. J. Rousseau temia que as afectações ultrapassantes da linguagem das *Précieuses*, de Molière, contaminassem a eloquência do púlpito. É curioso este documento epistolar extraído da *Histoire Litteraire de l'Europe*, e que o abade Desfontaines reproduziu no *Dictionnaire Neologique* (1728): «Il règne aujourd'hui dans le langage une affectation si puérile, qui le jargon des *Précieuses* de Molière n'en a jamais approché. Le style frivole et recherché passe des cafés jusqu'aux tribunaux les plus graves, et si Dieu n'y met la main, la chaire des prédicateurs sera bientôt infectée de la même contagion.» Com toda a certeza, as mórbidas flexuras da locução parisiense não as insinuaram os dizeres galãs das comédias de Lope de Vega e Calderón de la Barca, assim como o ilustre arcebispo exprime. Antes nos quer parecer que o desmancho do bom senso não era de uma só nação nem fruto de exemplos teatrais. As comédias não davam norma do falar: eram a manifestação do modo como a sociedade se expressava, pelo menos quando o teatro era produto espontâneo da imaginação. Além disso, vai desmedido espaço entre a linguagem das boas comédias representadas por companhias espanholas em Lisboa, no percurso do XVII século, e os desvairamentos de substância e forma exclamados desde o púlpito, uns sem unção religiosa, outros aspirando à hilaridade do auditório. O padre da Congregação do Oratório Manuel Bernardes descreve assim a oratória decaída: «Ainda que as matérias que o pregador escolhe para tratar no púlpito fossem boas e proveitosas (como não podemos regar que às vezes são) todavia o estilo com que se tratam é tão asseado, tão sumido em descrições, tão estofado de lumes retóricos, tão pendurado de correspondências de palavras e períodos, que não pode o sério e espiritual do assunto lograr a sua eficácia; e, parando os entendimentos dos ouvintes a ver o resplendor falso que lhes mostram, ficam as vontades frias e secas, sem calor algum ou suco de devoção. Nem o pregador lha pode pegar; porque, como o dito estilo vai todo

<sup>46</sup> Diria mais gramaticalmente habituados «a ler e ouvir», etc.

<sup>47</sup> *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, pág. 159.

embarcado na felicidade da memória e sujeito aos seus naufrágios, enquanto o espírito atende a este leme não pode desocupar-se para as operações da vontade fervorosa nem receber as luzes que o anjo do Senhor ali subministra... Que importa», prossegue o luminoso estilista, «que o pregador escolha por matéria tratar da paixão de Cristo, se a trata com estilo tão brilhante e frase tão ostentosa e erudições tão das letras humanas que sai um Cristo todo dourado e uma cruz de filigrana? Sabeis o que fizestes com esse vosso estudo tão laborioso? Frustrastes e desvanecestes, quanto para o fruto dos vossos ouvintes, os trabalhos da paixão de Cristo. Despontastes aquelas agudas setas de seu sangue, debaixo de cuja força penetrante caem rendidos os povos inteiros... Mostráreis vós um crucifixo com sangue, chagas, nódoas e vergões, e veríeis que diferente moção havia nos ouvintes. A matéria de qualquer composto não é activa senão em razão da forma. Uma lamentação de Jeremias, que parece puxa pelas lágrimas ao coração mais seco, se o compositor a puser debaixo de um tom alegre, e com figuras brevíssimas, e sem pausas, não sairá lamentação, senão tarambote; não causará saudade devota, senão alvoroço festivo.»<sup>48</sup>

Em parte ou no todo destas arguições indirectas avultariam talvez ao sensato ânimo do padre Manuel Bernardes os estrondosos sermões do aclamado príncipe da eloquência do púlpito português.

À história da literatura compete unicamente a biografia literária do padre António Vieira, da Companhia de Jesus; a biografia política do eminentíssimo estadista está repetidamente explanada em escritos especiais.<sup>49</sup> Nasceu em Lisboa, e foi baptizado aos 15 de Fevereiro de 1608. Presbítero aos vinte e sete anos, começou a pregar em 1635. A sua individualidade oratória atingiu a máxima celebridade em 1642, pregando no 1º de Janeiro o sermão aniversário da restauração. Desde 1652 até 1658 missionou na América. A evangelização deste apóstolo nos sertões do Pará envolvia intuítos políticos, e até certo ponto sacrossantos: a liberdade dos índios. Não está, porém, ainda liquidado se a teocracia, libertando-os do poder temporal, os conquistava para o reino espiritual que abrange as coisas tangíveis e positivas deste mundo. Como quer que fosse, falecido D. João IV, os colonos de S. Luís do Maranhão sublevaram-se contra os missionários pregadores da liberdade dos escravos, e o padre Vieira, improperado pelas vaias dos amotinados, veio preso com os seus co-redentores para o reino. Em 1662 pregou à rainha D. Luísa de Gusmão contra a escravidão dos índios: comoveu até às lágrimas, e fez que a santa liberdade volvesse à América a estalar as gargalheiras do índio e a cicatrizar-lhe as vergoadas do tagante. Vieira foi eloquente e comovente como se advogasse a causa da Companhia. Nos seus catorze tornos de sermões é o único em que o patético não saiu contrafeito das convulsões da retórica. Enfronhado na política tumultuária, agitada pelos partidários da rainha e do príncipe, e depois pelas facções bandeadas com Afonso VI e com a mulher, resvalou até: aos cárceres da Inquisição, mais por ódio político do que pelo fétido heresiarca do *Quinto Império*, e pelas suspeitas do mau sangue de sua avó mulata. Resgatado desse opróbrio, ressurgiu para os triunfos do púlpito e readquiriu a principalidade oratória. Pregou em Roma na presença de Clemente X, na língua italiana. Abriu-se-lhe aí monção de gloriosa e sossegada vida. Não podia. Provara dos doces venenos de conselheiro de reis: sentia em Roma a nostalgia das mundanidades da corte portuguesa. De Lisboa tornou-se, desgostoso, à América. Recolheu-se à Quinta do Tanque, recreio dos jesuítas nos arrabaldes da cidade do Salvador, em 1682. Pregou ainda, poliu e coordenou os seus sermões na avançada idade de oitenta anos, e a ponto de perfazer os noventa de idade, e setenta e cinco de

<sup>48</sup> *Os Últimos Fins do Homem* (obra póstuma), págs. 333 e seguintes.

<sup>49</sup> Veja *Obras*, de J. Francisco Lisboa, Tomo IV, e a excelente *História de Portugal*, por Manuel Pinheiro Chagas, Tomo VI.

hábito, expirou no Colégio da Baía, aos 18 de Julho de 1697.

São os sermões do padre António Vieira uns riquíssimos minérios do mais fino ouro pelo que respeita à linguagem. Ninguém reuniu em poucas páginas tantas palavras rubricadas pelos mestres que o precederam. As opulências que Vieira aditou à prosódia constituiriam o idioma português no alto ponto das línguas mais ricas, se já então houvésemos entrado em comunhão de ciências com a Europa, e tivéssemos adaptado à nossa índole glótica os termos facultativos. O seu modo de adjectivar é irrepreensível; a propriedade, do epíteto é nele tão original que a não podemos derivar de Camões nem de Barros. Explende-lhe do génio; bafeja-lha a ironia, o sarcasmo, o que quer que fosse de mais avançada cultura, em um meio social de mais complicadas paixões. Quem se votasse à agradável tarefa de colher palavras e frases dos sermões de Vieira, desenredando-as do sarilho vicioso em que ele as envencilhava, formaria um, florilégio, um bastantíssimo vocabulário e selecta prosódia para exercícios de primorosa escrita. Porém, com tamanha e tão variada opulência de cores, o padre Vieira deleitava-se em pintar a caricatura da eloquência sagrada. Por nos servirmos da sua própria frase em um, sermão, Vieira «acarretava textos das escrituras», levantava conceitos, «jogava de vocábulos», tecia engenhosos sofismas, e rematava umas conclusões tão alheias dos princípios que o auditório pasmava da soléncia do orador, como das peripécias imprevistas de uma comédia de Alarcão. Às vezes, cavilava os argumentos de modo que as conclusões disparavam em absurdidades chocarreiras. De assuntos sacratíssimos fazia o uso que se exemplifica em um sermão do S. Sacramento, pregado em 1645. Arma uma palestra meio truanesca, meio filosófica, entre várias personagens em que figura o diabo. Vieira propõe que o inventor da eucaristia foi o diabo. Depois, faz uma barafunda de provas, umas arreataadas nas outras, e conclui que tendo o diabo dito a Eva que, se comesse do pomo proibido ficaria igual a Deus, disse a verdade sem querer, porque o pomo era a eucaristia. Os auditórios do padre Vieira, graças à sua fé, resistiram à tentação de motejar dos dogmas à imitação do orador. Nenhum dos seus sermões espira calor de piedade comunicativa. Aqueles transportes são concertados com os tropos; está-se vendo o buril da retórica a abrir os relevos das metáforas. O coração está frio, o espírito atento, e o sorriso às ordens de um desfecho de estalo, de um equívoco, lardeado de empolas, duma pantomina de vozes jogada entre duas palavras simulcidentes. O estudioso da vernaculidade assombra-se, e estuda-o com delícias; o pregador que hoje quisesse imitá-lo seria irrisório Teve imitadores, que desceram à ínfima relaxação a oratória sacra. Os sermonários do século XVII que pejam as livrarias saídas dos conventos provam que não há grau determinado para a baixeza da arte corrompida.

Ao mesmo tempo, raros ouvintes e menos admiradores assistiam aos sermões do oratoriano Manuel Bernardes. Nascera este infatigável obreiro das letras e das virtudes, em Lisboa, no ano de 1644. Graduou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, em Direito Canónico e Teologia. Ordenado de presbítero, entrou na Congregação do Oratório, fundada pelo padre Bartolomeu de Quental (1626-1698), escritor místico e parenético de mediana valia. Nesta casa viveu trinta e seis anos; dos dois últimos não teve consciência o fatigado lidador: ensandecera; apagara-se e resfriara o luzente e abraseado entendimento que dera o livro intitulado *Luz e Calor*. Os sermões do padre Manuel Bernardes não são a mais recomendável das suas obras por nimamente atemperados à inteligência de um auditório humilde. Afeiçoado aos sermonários chãos, e convicto das regras que estatuíra repreendendo os discreteadores do púlpito, o oratoriano, se alguém imitou, afora os santos padres, foi o singelíssimo Diogo de Paiva de Andrade e os desta escola já desestimada e esquecida. Nenhunas analogias o denunciam imitador do seu coevo António Vieira, e muito menos «imitador acérrimo»,

como estolidamente diz Francisco José Freire, nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. O mais luminoso e vernáculo prosador português confronta nestes inimitáveis debuxos os dois perfis literários do congregado e do jesuíta: «Lendo-os com atenção, sente-se que Vieira, ainda falando do céu, tinha os olhos nos seus ouvintes; Bernardes, ainda falando das criaturas, estava absorto no Criador. Vieira vivia para fora, para a cidade, para a corte, para o mundo; Bernardes para a cela, para si, para o seu coração. Vieira estudava galas e louçainhas de estilo; achava-as, é verdade, tinha boa mão no afeiçoá-las e uma graça no vesti-las como poucos; Bernardes era como estas formosas de seu natural, que se não cansam com alindamentos, a quem tudo fica bem; que brilham mais com uma flor apanhada acaso do que outras com pedrarias de grande custo. Vieira fazia a eloquência; a poesia procurava a Bernardes. Em Vieira morava o génio; em Bernardes o amor, que, em sendo verdadeiro, é também génio. Vieira sacrificava tudo à sua necessidade suprema, ao empenho de ser original e único; sacrificava-lhe a verdade; sacrificava-lhe a verosimilhança; sacrificava-lhe até a possibilidade; não hesitava em propor o princípio mais absurdo, como fosse ou parecesse novo; e, como para lá não achava caminho pela lógica, fabricava-o com pontes sobre pontes, através dum oceano de sofismas, de argúcias, de puerilidades, de indecências, de quase heresias; e, contente de lá chegar por entre aplausos, não se detinha a reflectir se não tinha sido aquilo um abuso da grandíssima alma que Deus lhe dera, uma dúplice vaidade aos olhos da razão e da filosofia, um exemplo ruim mais perigoso pelo agigantado de quem o dava; Bernardes não tomava tese que da consciência lhe não brotasse; e a desenvolvê-la applicava todas as suas qualidades intelectuais, que eram muitas, e todas as suas faculdades morais, que eram mais tresdobradamente. Vieira zomba frequentes vezes de nossa credulidade; podemos desconfiar da convicção de Vieira, ainda quando nos fala certo; Bernardes é um amigo cândido e liso, que, ainda quando nos ilude, não nos mente.»<sup>50</sup>

### Mística

É neste ramo da teologia que os livros de Bernardes sobressaem a todos quantos a lima dos clássicos poliu e a piedade preservou do esquecimento pelo decorrer dos séculos. Os cinco tomos das *Florestas*, a *Luz e Calor*, os *Últimos Fins do Homem* são livros resgatados não há muitos anos de injustíssimo desamor; já agora perpetuou-os o estilo primeiramente, depois a graça maviosa, a multiplicidade dos painéis cada um com seu colorido, O seu escrever deve ter sido mui de espaço lavrado para sair tão cuidadosamente aseado e ileso das borbulhas que pruíam nos mais talentosos escritores da sua idade. Nas raríssimas vezes que escorregou levantou-se desculpado pela graça inofensiva do trocadilho ou joguete de palavras.<sup>51</sup> Recamos supérfluos não há procurá-los, tirante os lardos de latim e as tumidezas escolásticas de que não podemos acoirar o sacerdote e o místico escritor conjurado em exorcizar os ruins costumes. Afastou-se dos arcaísmos, e nacionalizou vocábulos peregrinos, derivados de línguas afins da nossa, da italiana e espanhola; mas escolheu com tão bom discernir que todos medraram, e correm hoje incontestadamente portugueses. Terso, claro, melodioso, elegantíssimo, o estilo do padre Manuel Bernardes é mais opulento que o de Frei Luís de Sousa, vantaja-se-lhe na ductilidade, na brandura e nos raptos quando o arrebatamento lhe vem de seu natural, e não ressabe e inculca um encadeamento de figuras debuxadas pelos exemplos de Quintiliano.

<sup>50</sup> A. F. de Castilho, Livraria Clássica, *Padre Manuel Bernardes*, edição de 1865, págs. 284 e segs.

<sup>51</sup> Eis um exemplo dos poucos desvios deste escritor, raríssimas vezes ferido do contágio: «Se em cada sermão se converter uma alma, já o *balde* se não lança de *balde*.» *Últimos Fins*. pág. 358.

Os *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé de Jesus, educado na segunda metade do século XVI, pertencem à mística das alucinações e dos arroubamentos. É a renúncia absoluta de Kempis. Compreende-se este altíssimo amor de Deus, se atentamos no quanto Frei Tomé de Jesus se sacrificou aos homens. Ferido e prisioneiro na batalha de Alcácer Quibir, quando contava quarenta e nove anos, foi encarcerado em Mequinez, onde jazeu atormentado até ser transferido para Marrocos. Pertencia à ilustre família dos Andrades de Lisboa, distintos por nascimento e por letras. A ser resgatado preferiu ser enfermeiro dos cativos pobres que não podiam remir-se, e entre eles expirou o virtuoso augustiniano em 17 de Abril de 1582. Os *Trabalhos de Jesus* são uma alta filosofia do céu. Nestes reptos da alma não busquemos as pausadas locubrações da forma. O desalinho do estilo está insinuando a naturalidade da paixão e do arrebatamento; no entanto, à linguagem não falta majestosa elegância e acrisolada pureza. D. Francisco Alexandre Lobo é de parecer que o estudioso aproveita mais na leitura de Frei Tomé de Jesus que na de Frei Luís de Sousa. Assim seria, se a vontade de o ler não esmorecesse depressa naquelas contemplações monótonas que já não podem enraizar-nos o seu interesse no entendimento.

As obras espirituais de Frei António das Chagas, instituidor do seminário do Varatojo, revelam que o penitente conheceu de perto os abismos do mundo. Dá lamentosos pregões de aviso aos que se estradearam para a voragem, e deve ser sincera a contrição de quem até das vaidades de escritor culto se desatou. A linguagem de Frei António das Chagas é despida das lentejoulas com que o outro homem, que precedera o varatojano, galaneara nos seus romances e prosas em grande parte inéditas. Chamara-se até aos trinta e dois anos de idade António da Fonseca Soares. Na carreira da milícia chegara a capitão de cavalos, e nas grades dos mosteiros campeará entre os poetas naquele futilíssimo aranzel de delambidas finezas que eles chamavam «romances». Não sabemos em que sólidas bases alguns escritores lhe atribuem um homicídio no Brasil e o risco de ser morto a tiro em Setúbal. É certo que nesse tempo o claustro algumas vezes deu coito a homicidas penitentes, e as brenhas purificavam formidáveis turbulentos. Como quer que fosse, os livros ascéticos de Frei António das Chagas oferecem boa recompensa a quem os ler, e parecem escritos no período anterior por modelos primorosos.<sup>52</sup>

### Filosofia moral, crítica dos costumes

Nesta especialidade, os profusíssimos e pouco deleitosos escritos dos seiscentistas denunciam os costumes e dão a medida da corrupção pela severidade da censura. Ainda assim, as *Armas da Castidade*, do padre Manuel Bernardes, dão mais cabal informação de relaxamento social do que os livros de filosofia moral de Francisco Rodrigues Lobo, de D. Francisco Manuel de Melo, de Martim Afonso de Miranda e de Diogo de Paiva de Andrade.

Escreveu o primeiro a *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, modelada pelo antigo uso das palestras, tão inveterado a todos os propósitos que até na topografia de Lisboa o apropriou Luís Mendes de Vasconcelos.<sup>53</sup> As suavíssimas éclogas de Lobo desluzem-

---

<sup>52</sup> Em teologia mística houveram grande renome padre António de Vasconcelos, autor do *Anjo da Guarda*. Frei Paulo de Vasconcelos, autor da *Arte Espiritual*, e o padre Diogo Monteiro, na *Arte de Orar* e sobretudo nos *Atributos Divinos*, dos quais se fez uma bela e recente edição no Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> *Do Sítio de Lisboa, Sua Grandeza, Povoação e Comércio* (1608). É um trílogo em que presumidamente figuram o conde da Castanheira, avô materno do autor, o bispo do Algarve D. Jerónimo Osório e Martim Afonso de Sousa, governador da Índia. Também é autor de uma *Arte Militar*, etc., impressa em 1612.

lhe o mérito das prosas, no entender de críticos cuja autoridade não acatamos. A *Corte na Aldeia* vai pelas suas infinitas conversações tão uniformemente correcta e saturada de purismo que chegamos a desejar-lhe mais desleixo no estilo e menos conspicuidade naqueles interlocutores gramaticais. Tirante os fragmentos às galas em que pompeavam os exploradores da Índia e a procedência dos pomposos adornos, e a notícia da corrupção congénere do luxo – falsamente arguido pelos políticos daquela época –, o livro mais famoso que lido de Francisco Rodrigues Lobo encerra o grande valor da dicção extreme de estrangeirismos. Não era homem para arrojadas inovações, não tinha originalidade alguma; porém no verso e na prosa acatou respeitadamente Camões e Barros, cunhando-lhes a efígie em todas as obras da sua lavra. É digno de ombrear com os principais clássicos.

Menos austero respeitador das regras, menos consultado e muito mais noticioso é o *Tempo de agora*, de Martim Afonso de Miranda, nascido em Lisboa, alferes, e criado dos duques de Bragança. Desta obscuridade não o resgatou a obra, que dividiu em duas partes e publicou em 1622 e 1624. Nada mais se sabe. No Tomo I quatro locutores parlamentam acerca «da verdade e da mentira, dos bens do trabalho e males da ociosidade, da temperança e males da largueza, dos males dos dados e cartas», no Tomo II é motivo dos diálogos a «verdadeira e a falsa amizade, a justiça e a injustiça». Remata o volume com a «doutrina para príncipes». Estes assuntos desconvidam a curiosidade, porque se nos preluzem indigestos, como é de uso em tais filosofias versadas ao sabor dos Platões e Cíceros. Não obstante, o *Tempo de agora* ensina muita coisa útil da época, e não temos outros muitos informadores que no-las divulguem. Como exemplo da nomenclatura de um galã e com o incentivo à curiosidade merece ser trasladada esta passagem no «Diálogo I»: «...Com esse pouco que me ficou (refere Alberto) dei em vestir à cortesã, bem diferente do que em vida de meu pai trajava, porque em seu tempo trazia um pelote e ferragoulo de dozeno, chapéu de lã preta, no pescoço uma pequena volta, umas botas de bom cordovão, porém trienais. Pus-me gentil-homem com ferragoulo e roupeta de sarjeta de seda, e calções e gibão de melchocado, golpeados sobre telhilha branca, mantéu de cambraia mui azul, punhos do mesmo, com um palmo de pulso a aparecer, meias de Toledo, ligas de quatro côvados de tafetá negro com pontas de ouro, sapatos de boca de vaca, e rosas neles mui grandes com serrilha, adereço da espada de tauxia, sombreiro ao largo e mui fino de castor com trancelim de peças.» Como cada um dos co-locutores faz a sua autobiografia, nomeando pessoas e localidades conhecidas, os contos verosímeis empenham mais o interesse. No «Diálogo III», deplorando a profusão de coches, com toda a nomenclatura desconhecida das peças e pertenças desse dispendioso regalo, acrescenta: «Ainda em tempo de el-rei D. Sebastião não se acharam em sua real casa e paço mais de dois (coches), um que lhe deu sua mãe e outro que lhe mandou el-rei D. Filipe II de Portugal; um e dois cavalos era o mais, e estes andavam em morgado.» Então pergunta Alberto: «E nisto de vestir como se haviam antigamente? Mas não, disse-me como se hão neste tempo?» Teodorico: «Oh!, valha-me Deus, que traga um senhor debaixo de uma roupeta um gibão e calções que só de botões de ouro e âmbar não tenha preço! Que uma dama vista um mantéu ou fraldelhim, como quererdes, que de ouro e prata valha ,mais que quinhentos cruzados!» Refere que a rainha D. Catarina (avó de D. Sebastião) «assim era contínua no trabalhar, que da secura que lhe causava o fiar, tinha sempre a par de si um púcaro com água». Está assim a obra recamada de coisas miúdas que cativam a atenção. Investiva contra as damas de Lisboa porque «trazem cabeleiras postiças e encrespam as guedelhas». Mete a riso os homens idosos que tingem. as barbas, «vendendo-se por menos anos dos que têm e representando figura de mancebo o que já não tem era»; e manda acautelar-se a gente de «tais alquimistas e tintureiros». Relata as grandes devassidões, e exclama: «Está tão

infeliz esta nossa cidade e tão cheia de males e pecados que pouca diferença vai dela àquelas que mais em vícios se avantajaram, e por eles foram assoladas e destruídas.»

E ampla e desenfadamente vai cortando por costumes viciosos e alumando as escurezas que na história não se dilucidam, e menos ainda nos sermonários tão corrompidos como os costumes. Rebelo da Silva, no Tomo V da sua *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, colheu de Martim Afonso de Miranda o que mais desconhecido sobressai na excelente dissertação respectiva ao «luxo e às superstições».

O «casamento» motivou alguns tratados de moral, por onde se colige a seriedade com que a filosofia atentou naquele passo da vida tão grave de responsabilidades. O exemplo deu-o o doutor João de Barros no *Espelho de Casados*, impresso em 1540. Está muito arredado este escrito do período literário que vamos historiando; mas de passagem o mencionamos como tronco genealógico da filosofia matrimonial de Diogo de Paiva de Andrade no *Casamento Perfeito*, e de D. Francisco Manuel de Melo na *Carta de Guia de Casados*.

João de Barros doutorou-se em Salamanca, e foi desembargador. Uns fazem-no de Braga, outros do Porto, onde exerceu ofício em 1549; daí saiu para escrivão da câmara de D. João III [10]. Escreveu em linguagem tosca, escabrosa e às vezes desonesta doze razões contra o casamento, e dá o motivo: «Foi o caso que um meu singular amigo e companheiro de Salamanca me escreveu uma carta porque eu lhe cometi certo casamento, na qual ele se escusava largamente»; e escreveu outras doze razões a favor do casamento «porque, como diz o filósofo, as coisas contrárias postas a par melhor aparecem». Move-o outro empenho de utilidade imediata: evitar que se leiam fábulas; e assim oferece à mocidade o seu livro de histórias o passagens verdadeiras. «Quando os mancebos começam a ter entendimento das coisas do mundo», escreve o Dr. João de Barros, «gastam o tempo em livros mui desnecessários e pouco proveitosos para si nem para outrem, assim como na fabulosa história de Amadis, nas patranhas do Santo Grial, nas sensaborias de Palmeirim e Primalião e Florisendo, e outros assim, que haviam mister totalmente exterminados, que já de nenhuma coisa servem, onde há tantos outros de que se pode tirar proveito.»<sup>54</sup> Seria este um dos raros quinhentistas que em 1529 escarneiam as patranhas dos romances medievos do rei Artur, e as «sensaborias do Palmeirim», ao passo que outro João de Barros, seu parente, publicava nove anos antes a *Crónica do imperador Clarim ando*, que requinta na insulsez e na inutilidade.

As conclusões com que o desembargador remata, pelo que respeita aos requisitos que se requerem no casamento, provam o seu bom senso: idade conveniente, homem rico e sadio, que não tenha filhos de outra. Vota por noiva virgem, rica, igual na estirpe, honestamente formosa e sã; e de bons costumes, vizinha conhecida e não parenta. Seus ou alheios, os argumentos com que João de Barros justifica as suas teses, contêm embrionárias as doutrinas fisiológicas que modernamente explanaram Legouvé e Balzac. O *Espelho de Casados* mereceu os gabos do licenciado João Mendes, o qual, dado se declare familiar amigo do autor, não encareceu a obra em oito linhas que são parte do seu panegírico:

*Altas sentenças, facetos dizeres  
se mostra haver em este tratado  
de filósofos legistas, canonistas ornado  
bom para homens e para mulheres.  
Ensina doutrina de grandes doutores  
demonstre seu engenho de grande primor,*

---

<sup>54</sup> Reformámos a ortografia para se haver percepção das ideias do autor.

*desfaz as falácias que traz o amor,  
que merece por isso grandes louvares.*

Em duas linhas mais, substancia o grande alcance do livro:

*deixa-nos obra de grande ditado  
para saberem os homens casar.*

No *Casamento Perfeito*, de Diogo de Paiva de Andrade, a polícia da frase e a decência que requer o melindre da matéria assinala profundamente o atrito de um século por sobre as asperezas da língua e a rusticidade bronca do pensamento, aliás generosíssimo, de João de Barros. O Sr. Dr. Teófilo Braga, professor de Literatura no Curso Superior de Letras, iguala na mesma classe de livros o *Espelho de Casados* e o *Casamento Perfeito*, considerando-os «ascéticos» sob capa de filosofia para dominarem certas instituições sociais; e acrescenta que o *Espelho de Casados* «representa uma compreensão do casamento fundada sobre as relações da família romana com as tradições do pecado de Eva.» É tão caprichosa e inexacta semelhante apreciação quanto no livro de João de Barros não há período que a justifique. Pelo inverso, os intuítos do quinhentista são libertar a mulher do jugo que lhe impõe a usurpada soberania do homem; considera os dois sexos igualmente hábeis para as ciências; concede às mulheres a primazia na virtude e na continência; culpa os maridos no desvio das esposas; e pede por isso à caridade que quebre o pulso à vingança homicida nos conflitos do adultério. «Cá em Portugal», diz J. de Barros, «é mais áspera a pena e os maridos mais duros; que muitos as matam e outros as acusam até à morte pela lei que o permite, mas, como disse, *não sem pecado.*» Se o professor de Literatura houvesse lido, antes de o judicar na sua alçada, o *Espelho de Casados*, não inferira desse livro benevolente e civilizador «que a vida de família no século XVI devia ser soturna pela desconfiança e pelo aviltamento»<sup>55</sup>

O *Casamento Perfeito*, de Diogo de Paiva de Andrade (1576-1660), é uma regra de bem-viver na vida conjugal; dá excelentes alvites de sossego e alegria, baseados em histórias que fazem ao intento, contadas com deliciosa simplicidade e graça. O recheio da erudição bebida nas fontes grega e latina estorva o prazer da leitura hoje em dia; mas devia de ser no século mais erudito em antigas literaturas um inefável prazer. A despeito dos empeços que desalentam a vontade, o *Casamento Perfeito* é o elo interposto ao livro quinhentista do doutor João de Barros e à primorosa *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo.

Raros livros vingaram tão duradoura popularidade. Desde 1651, ano da primeira edição, até 1872, são doze as edições que conhecemos, e outras haverá que nunca víssemos. A *Carta de Guia* foi escrita no cárcere. «Nestas longas noites de Janeiro», diz D. Francisco Manuel, vou escrevendo a V. M. estas regras em estilo alegre e fácil, qual requer o estado e idade de V. M., bem que tão diverso do meu humor e da minha fortuna.» Rija alma e intemerato engenho o do encarcerado que tantas coisas cheias de luz e aromas pode espirar do coração escurentado! Pedia ele, em 1650, a D. João Pereira que lhe mandasse urnas cartas de amores para aprender delas a linguagem dos esposos que entre si se amam: «As cartas não vieram. Busque-as bem V. M. e mande-mas, porque estou escrevendo uma *Carta de Guia de Casados* a rogo de um noivo, e hei mister saber como se requebram para dar também nesta parte minha razão, que por força em tal matéria haverá de ser de ouvidas.»<sup>56</sup> Contêm as «Cartas» deste moralista

<sup>55</sup> *Manual de História da Literatura Portuguesa*, págs. 327 e 328.

<sup>56</sup> Centúria IV, Carta XLVII.

solteiro algumas de parabéns e conselhos a noivos. O matrimónio, a seu ver, é um paraíso de santos prazeres. O conceito que forma das esposas é prova de discreto, delicado e às vezes espírito subtilmente irónico. A *Carta de Guia* só podia assim escrevê-la, suavizada de galantes anedotas contemporâneas, quem viajara muito e tratara familiarmente a sociedade selecta. A linguagem sobre ser obra de execução prima é melindrosa nos assuntos em que os seus predecessores não respeitavam os direitos do pudor. D. Francisco escrevia para a sociedade mais corrompida, mas também mais meticulosa e exigente das hipocrisias da linguagem. É costume ressaltar os costumes da corte de

D. Manuel, quando as chocarrices de Gil Vicente nos fazem suspeitar do melindre das personagens que lhas ouviam. Nós, porém, quando lemos as mais antigas *Constituições dos Bispados*, propendemos a crer que os vícios são tão antigos como as virtudes; mais moderna é somente a honestidade no escrever, aconselhada por uma polida indulgência em que D. Francisco Manuel de Melo deu fidalgo exemplo.

Os *Apólogos Dialogais*, justamente considerados na alta valia que se desinente na única edição que tiveram, são incomparáveis de solerte crítica. Os *Relógios Falantes*, o *Escritório Aparento*, a *Visita das Fontes* e o *Hospital das Letras* encerram esboços dos costumes contemporâneos e críticas de escritores, com um tempero de facécias em que se prova a riqueza linguística do homem que escreveu a *Feira de Anexins*.<sup>57</sup>

«O sal com que estão escritos estes inimitáveis diálogos», diz o Sr. A. Herculano, «o tacto com que neles se castigam as loucuras, ridicularias e maldades de uma sociedade corrupta, o talento com que o autor trava esta espécie de drama, género de que alguma coisa participa o dialogístico, e a critica, erudição e bom gosto de que ele dá provas, principalmente no último diálogo, são os principais motivos para se dar a este livro a primazia entre tantos que D. Francisco escreveu.»<sup>58</sup>

Quanto à corrupção do tempo, mais cauterizadoras sarjas lhe applicou o autor da *Arte de Furtar*. Eis aqui o livro de autor enigmático até hoje occulto, e talvez indecifrável. Há muitos anos que a ilustrada opinião apregoa que o padre António Vieira não escreveu tal livro. Não obstante, a especulação cavilosa ou boçal dos editores não desiste de mercadejar com a mentira, irmanando o tomo da *Arte de Furtar* com o dos *Sermões* e das *Cartas* e dos *Inéditas*. Repugnam razões concludentes à hipótese de que o padre António Vieira seja o autor da *Arte de Furtar*. Além dos anacronismos, convence o imperioso argumento da linguagem. Vieira era mais eloquente, compunha e ataviava com outras galas o estilo; ervava as sátiras e alusões com mais penetrante peçonha. Usava metáforas, trocadilhos, agudezas e hipérboles de que não há um só exemplo na *Arte de Furtar*. Na dedicatória ao príncipe D. Teodósio há frases muito análogas às que Vieira escreveu em cartas ao mesmo príncipe; mas esta analogia é desvaliada por numerosas incongruências, alegadas no *Vieira Defendido*, de Cândido Lusitano. O Sr. Rivara está persuadido que a *Arte de Furtar* seja de Tomé Pinheiro da Veiga, falecido em 1656. Ora a pág. 251 da *Arte de Furtar*, edição de Londres (1820), lemos o seguinte: «...Por isso disse muito bem o doutor Tomé Pinheiro da Veiga (que em tudo é discreto) respondendo à petição, etc.» Não se acredita que o autor, dedicando a sua obra a um rei e a um príncipe, quer tencionasse publicá-la anónima quer não, falasse de si mesmo com tão insólita vaidade. Tomé Pinheiro morreu em Junho de 1656, e D. João IV morreu nesse mesmo ano em Novembro. Ora, na *Arte de Furtar*, a pág. 297, lemos: «Falta a estes senhores a generosidade que sobejou ao duque D. Teodósio, digníssimo progenitor do nosso invictíssimo rei D. João IV, de gloriosa memória, etc.» Era pois já falecido D. João IV, quando o autor levava a pouco mais de meio a *Arte de*

<sup>57</sup> Este livro, eruditamente prefaciado pelo Sr. Inocêncio Francisco da Silva, saiu à luz em 1875.

<sup>58</sup> *O Panorama*, Tomo IV, (1ª série), pág. 296.

*Furtar*, e Tomé Pinheiro da Veiga falecido era já também. Francisco José Freire propende para João Pinto Ribeiro; mas João Pinto Ribeiro, morrendo em 1649, não podia também dizer «D. João IV de gloriosa memória», o qual lhe sobreviveu sete anos. O livro é oferecido ao príncipe D. Teodósio, que morreu em 1653; mas, pelos encómios que lhe dirige, depreende-se que a dedicatória foi escrita depois de 1651, quando o presuntivo sucessor na coroa se passou, a despeito do pai, ao Alentejo para dar alento ao exército. João Pinto Ribeiro morrera quando o príncipe tinha quinze anos. Seria irrisória adulação bajular com estas lisonjas um menino na flor da juventude: «De armas e sabedoria vemos ornado e fortalecido Vossa Alteza, assim por que tem todas as de Portugal (que monta tanto como as do mundo) à sua obediência; como também porque ninguém as meneia com tanto garbo, valor, destreza e valentia, ou seja a cavalo brandido a lança, ou seja a pé levando a espada e fulminando o montante.»

A *Arte de Furtar* tem duas dedicatórias: a primeira ao rei, e a segunda ao príncipe. O autor começou pelas dedicatórias, e tão detençosamente escreveu que, meado o manuscrito, não é possível determinar se a majestade a que se dirige é Afonso VI ou Pedro II. O livro, a nosso juízo, não foi composto de um fôlego, senão a pedaços; e tanto se distancia o começo do termo que no remate do livro se lê. «Furtar o que vos hão-de de demandar e fazer pagar, em que vos pese, é a maior tolice de todas, como se viu no que sucedeu ao Carvalho na semana em que componho este capítulo. Era guarda da Alfândega de Lisboa e guardava as fazendas alheias muito bem, porque as punha em sua casa como se foram suas; foi demandado por isso, e porque que não deu boa razão de si às partes, o puseram por postas repartido; pretendeu levantar cabeça à custa alheia, e levantaram-lha dos ombros à sua custa.» Este facto é de 1664. Quanto a ter-se reputado primeira edição a de Amsterdão de 1652, é isso uma antedata fraudulenta, que não merece a pena da discussão. A primeira edição conhecida é de 1744. Alguém atribuiu a Duarte Ribeiro Macedo, nascido em Lisboa em 1618 e falecido em Alicante em 1680, a composição da *Arte de Furtar*. Duarte Ribeiro de Macedo, distinto escritor político, secretário de embaixada e enviado ordinário e extraordinário à corte de Madrid, posto que escrevesse limpamente, não pode ser o numeroso estilista da obra que se atribuiu a Vieira. O confronto das «relações, discursos políticos, panegíricos e versões» constantes dos dois tornos das suas *Obras*, publicadas em 1767, decidem, sem dispêndio de averiguações, que Duarte Ribeiro, como escritor de segunda ordem, não pode ser o autor da *Arte de Furtar*. É verdade, porém, que da leitura reflexiva daquele livro algumas probabilidades meramente de confrontação biográfica poderiam suscitar suspeitas a favor de Duarte Ribeiro. A pág. 60 (edição de 1820, Londres) refere um incidente de queixa contra a probidade dos ministros ultramarinos, e diz que «esse caso lhe passara pelas mãos». Esta ordem de processos incumbia aos conselheiros de fazenda, e é certo que Duarte Ribeiro de Macedo foi conselheiro de fazenda. Diz a pág. 225 que vira um charlatão em Évora «fixar cartéis impressos pelos cantos que tinha um medicamento para conservar os vinhos e melhorá-los». É certo que Duarte Ribeiro de Macedo estudou filosofia em Évora e foi graduado mestre antes de estudar jurisprudência em Coimbra. A pág. 226 conta que «viu em Elvas» lançada em um monturo a máquina que fazia peças de artilharia de couros crus. É certo que Duarte Ribeiro de Macedo foi juiz de fora em Elvas. Porém, se estes argumentos provassem, seria mister que Duarte Ribeiro também estivesse na Madeira (págs. 188 e 386), em Vila Viçosa (334) dezassete anos antes (342) e em Viana de Caminha (244) e em Braga, no exercício da magistratura, como se infere das passagens que ficam paginadas. A nosso juízo, menos seguro talvez, por enquanto ignora-se quem seja o autor da *Arte de Furtar*. Baste-nos reconhecer-lhe a grande distinção entre os livros de utilidade para o estudo da língua e para a sondagem da depravação moral da segunda metade do século

## XVII.

**Epistolografia**

O estilo desartificial e espontâneo das *Cartas*, do padre António Vieira, protesta contra os embelecões e frivolidades de alguns dos seus sermões. É prodigiosa incoerência ver como este desmedido talento, sacrificando nos templos o seu bom siso aos sufrágios do auditório, tão desconcertadamente pensava e por vezes se exprimia, ao mesmo passo que, praticando epistolarmente com doutos, guardava o decoro e purismo extremado da linguagem com o mais lustroso sentimento da arte! Os negócios influíam-lhe mais gravidade e compostura que a missão evangélica. Até no púlpito, quando lhe aprazia, satirizava os destemperos dos seus próprios imitadores. Em um sermão de 1655 há frases dele que parecem alheias e contra si mesmo apontadas; por exemplo: «...Que diferente é o estilo violento que hoje se usa! Ver vir os tristes passos da Escritura como quem vem ao martírio: uns vêm acarretados, outros vêm arrastados, outros vêm despedaçados, só atados não vêm. (Aqui mesmo lhe está negaceando o sestro para as alegorizações facetas. Este desventurado estilo que hoje se usa, os que o querem honrar, chamam-lhe culto, e os que o condenam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O estilo «culto» não é escuro, é negro boçal e muito cerrado. É possível que somos portugueses e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz?»

As *Cartas* enredam a curiosidade política no labirinto por onde o seu autor gastou profanissimamente grande parte dos anos. A velhacaria, ou, mais indulgentemente, a sagacidade do diplomata, desluz a unção do padre e despeita-nos contra o agente de D. João IV, em malogradas transacções com Espanha, pelas quais a independência, dez anos antes reconquistada, esteve a pique de se perder.<sup>59</sup>

Propostos os predicados alheios deste estudo, as *Cartas*, do padre António Vieira, representam o genuíno talento do grande escritor, e são exemplares de clássica literatura.

Mais simpática e afectiva coisa é ler as *Cartas Familiares*, de D. Francisco Manuel de Melo. São quinhentas das vinte e duas mil e seiscentas cartas que escrevera nos primeiros seis anos de cárcere. «E que será hoje», diz ele, «sendo doze os de preso, seis os de desterrado e muitos os de desditoso?»

Com as revelações das cartas podem encadear-se dia a dia as amarguras da prisão, desde a falta de um amigo que o visite e anime até à míngua de uma pouca de lenha que o aquece. Tem horas de esmorecimento e desesperança que o forçam a pedir compaixão. Escreve agiológios, escreve novenas, rima versos ao divino para freiras como quem, quebrado da fidalga hombridade, pela vereda da religião intenta chegar à compaixão de pessoas que lhe valham. Noutros lances, sublima-se pela conformidade, e rejeita com delicado desdém a condolência de pessoas que lhe fazem o estéril favor de lhe recomendar resignação. As cartas de D. Francisco Manuel de Melo têm maior interesse histórico para quem, mediante memórias e nobiliários manuscritos, houver penetrado nas obscuridades da vida palaciana do décimo sétimo século. D Francisco Manuel, quando imprimiu as cartas em Roma (1664). expurgou-as de alusões perigosas para si e incómodas para as famílias de quem zombava. lá mesmo no seu antro da Torre Velha, em casos de riso. Como exemplo de uma dessas frechadas que, apesar de cáustica, encerra estímulo de lágrimas, daremos um trecho da Carta LXXIV da Centúria II, escrita «a um amigo que passava à província da Beira»: «Só vos peço», diz ele, «que

---

<sup>59</sup> Veja *História de Portugal*, pelo Sr. P. Chagas, Tomo VI, págs. 106 e segs.

pois ides para terra de muitos castanheiros, me não caseis lá com alguma *Maria Castanha*, cujo tempo parece que tornou agora, porque aqui entre nós o fez assim... E, depois das reticências discretas, junta: «Mas que muito *se traz o diabo aos pés* que o fizesse resvalar e cair?...» É uma história triste que já foi contada em livro mais competente que este <sup>60</sup>. Quando o insigne polígrafo publicava as suas cartas, encarregou-se de lhas aprovar, por comissão do mestre do sacro palácio, o famigerado Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, que a miopia crítica de Diogo Barbosa Machado julgou «varão verdadeiramente enciclopédico», e ainda modernamente Francisco Freire de Carvalho, no *Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal*, nos diz que o frade «possuía, além da portuguesa, vinte e duas línguas, sabia de cor todos os historiadores e poetas latinos, e a história de todas as nações, e respondia sempre em verso latino ou português a qualquer assunto». Que estólida coisa se acaso o fizesse! Este lendário sábio nasceu em 1596, no lugar do Botão, duas léguas distante de Coimbra. Foi jesuíta, foi frade capucho, foi enviado diplomático de D. João IV, leu história eclesiástica em Roma, defendeu as celebérrimas teses *de omni scibili* em Veneza, em 1658 e 1667; preleccionou filosofia moral em Pádua até que morreu em 1681. Em língua portuguesa publicou três sermões que não vimos; ajuizamos, porém, dos sermões pela amostra que vamos dar da sua prosa na *Aprovação das Cartas* de D. Francisco Manuel de Melo. A ninguém medianamente lido é estranho o nome de Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, e quão raras pessoas lhe conhecem algum documento do seu teor de escrever! Era assim. Diz que leu o volume das *Cartas*, e prossegue: «Meti-me na lição e achei-me engolfado em um mar de descrições: serviu-me de carta de marcar para tomar a altura do norte delas, e cevado no gosto de ler, achei em cada letra uma pedra de cevar, em cada linha um rumo de engenho. Descartei-me de todas as ocupações e fiquei encartado, ou encantado dentro do labirinto doce do volume, dando de mão ao fio para sair, aceitando-o. para me embarçar de modo que não saísse. Encontrei menos minotauros e mais minas de ouro onde enriqueci.» Prolonga-se em requebros, galanterias, antíteses, e conclui: «Foi Providência Divina que a impressão destas cartas se fizesse em Itália mãe das letras, para reconhecer o parto por legítimo filho da doutrina, e para que o que na Pátria era único fora dela ficasse com a excelência de peregrino. Conhecido é o livro por seu autor D. Francisco Manuel, fénix sem dúvida dos engenhos que não pode deixar de ser fénix quem o gera. E bem se sabe que gerou ele o fénix de África entre as luzes sem o descontar das cinzas. Roma neste Colégio da Propaganda Fide. 16 Setembro de 1664. *Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo.*» Tal era a celebridade europeia do século XVII! Freire de Carvalho e os panegiristas seus predecessores colheram da tradição, mais indolente em averiguar do que interessada em sustentar a falsa reputação do frade prodigioso, que Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo sabia vinte e três línguas. A cifra é irrisória, e a crítica de Freire, quando ia já alto o sol do século XIX, é deplorável. As preocupações da vaidade nacional radicam-se tenacíssimas nos melhores entendimentos. Se Frei Francisco sabia vinte e três línguas, a índole da portuguesa de Camões e Barros decerto era a mais prejudicada pela confusão da Babel que se fizera na soberbia glótica do franciscano.

Contemporâneo deste frade, e falecido um ano depois na sua cela do Varatojo em santa obscuridade, Frei António das Chagas, escreveu dois tomos de *Cartas Espirituais*, que saíram póstumas. O Tomo i é anotado por D. João da Silva, tenente-general de cavalaria, o segundo é publicado pelo biógrafo padre Manuel Godinho (1684-1687). Não sobressai na suave e correntia lhaneza dessas cartas frase que lembre o poeta, o galã, o acutíssimo cultista da *Fénix Renascida*. A contrição das rebeldias contra Deus

---

<sup>60</sup> *Noites de Insónia*, Tomo III, págs. 73-78.

envolveu a dos pecados contra a linguagem; e tão completa foi a emenda que chegou a ter merecidas honras de clássico quem prometia envolver-se na obscuridade dos Vaias, Sucarelos e Alões de Morais.

As *Cartas de Uma Religiosa Portuguesa* diz a tradição transmitida desde 1810 por Boissonade no *Journal des Savans*, que foram escritas por Mariana Alcoforado, religiosa em Beja, ao conde de Chamilly, que, com o título de conde de Saint-Léger, serviu em Portugal, desde 1663, às ordens de Schomberg.

Lopes de Mendonça cita umas frases com que Saint-Simon, nas *Memórias*, define o idolatrado amante da freira de Bela: «Era um homem alto e gordo, o melhor, o mais bravo e o mais temente aos princípios da honra; mas tão estúpido e tão bronco que mesmo não se entendia que possuísse alguns talentos para a guerra.»<sup>61</sup> Em 1669 apareceram em francês as *Cartas da Religiosa Portuguesa*, traduzidas por Subigny, a quem o conde enfatuado confiara as originais. J. Jacques Rousseau apostava que as cartas da religiosa haviam sido escritas por um homem, e nós também, por diversas causas das do filósofo das *Confissões*. Ele refuta que mulheres escrevem de amor assim tão sentidamente; nós impugnamos que, em 1663, no período de D. Bernarda Ferreira de Lacerda e soror Violante da Cruz, uma senhora escrevesse naquele estilo parco, natural, desenfestado, desluzido do ouropel do tempo. As nossas dúvidas assentam na formação, e não têm que ver com a estética das amorosas suavidades, da entranhada saudade que chora nessas cartas. O torneio, a índole e a contextura da frase recende as olorosas meiguices do género epistolar francês. Se o morgado de Mateus e Francisco Manuel do Nascimento deram às cinco cartas chamadas autênticas um boleo de sabor clássico, ainda mais lhes prejudicaram a contrafeita origem, porque na segunda metade do século XVII aquelas formas estavam esquecidas. «O nosso amigo Alexandre Herculano, a quem consultámos», diz Lopes de Mendonça, «é de opinião que as cartas são originalmente escritas em francês, e pareceu-nos dar pouco crédito à tradição que as atribui a uma religiosa portuguesa.» Este poderoso aviso devia excluir da série dos produtos literários portugueses a ficção que pouco faz à nossa vaidade [11].

### Academias particulares

As academias multiplicaram-se e revitalizaram-se na Itália, quando a imitação das antigas literaturas constituiu o facto regenerador chamado a Renascença, ao descondensarem-se as nebulosidades da Idade Média. Entre muitas, não podemos indicar uma só de mero aparato e infecunda fantasmagoria. A erudição irradiara das mais graduadas às menos importantes, e todas elas com ardente zelo ingeriram o gosto às inteligências do país mais impressionável a todas as 3S feições das belas-artes.

Em Portugal, a época das academias foi quase extemporânea. Propunham-se emendar vícios de eloquência quando os mais viciosos eram os académicos. Enquanto a língua se manteve esclarecida pelos reflexos dos quinhentistas, não houve academias, não houve vocabulários; e as gramáticas sistematicamente analógicas e modeladas pelas latinas quase nada entendiam com a índole característica da língua portuguesa<sup>62</sup>. É para espantar a perfeição que atingiram poetas e prosadores seiscentistas sem outros elementos da formação linguística além das inferências etimológicas, adequadas à índole de um idioma quase a súbitas regularizado e enriquecido pelas *Décadas* e por *Os Lusíadas*. O pensamento do primeiro dicionário da língua nasceu entre académicos; mas

<sup>61</sup> *Semana* (periódico literário), Tomo LI, pág. 495.

<sup>62</sup> Conheciam-se ao fim do século XVII a gramática de Fernão de Oliveira (1536), a de João de Barros (1539), o *Método Gramatical*, de Amaro de Reboredo (1619), e a *Gramática*, do padre Bento Pereira (1672).

essa necessidade não a reconheceram ainda os seiscentistas da Academia dos Generosos, fundada em 1647 por D. António Álvares da Cunha, herdeiro das boas tradições literárias de seu tio o arcebispo historiador D. Rodrigo da Cunha, e compilador da Parte III das *Rimas*, de Luís de Camões. O trinchante-mor António Álvares da Cunha (1626-1690) escreveu opúsculos históricos; mas não é autor da *Rebelião de Ceilão*, como querem José Carlos Pinto de Sousa, na *Biblioteca Histórica de Portugal*, e o Sr. Figanière, na *Bibliografia Histórica Portuguesa*, ambos iludidos pelo equívoco de Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*. A *Rebelión de Ceylan* é de autor castelhano.

Na Academia dos Generosos, se não floresceram, vegetaram os nomes de maior tomo nas letras, e alguns dos mais levantados na jerarquia. D. Francisco Manuel de Melo, na qualidade de académico, não levou vantagem aos seus confrades na pauta dos preceitos da oratória e poética, porque ambos os assuntos aí exercitou, exemplificando-os com mau discernimento. Desde 1667 até 1685, a Academia não funcionou. Reapareceu, porém, naquele ano; foi renovada em 1693, e entrou com melhores auspícios no século de setecentos como logo veremos [12].

Academia de Singulares, fundada em 1663, durou até 1665. São conhecidos dois tomos das suas *Conferências*, publicados em 1665 e 1668.<sup>63</sup> Nenhuma das academias coevas e decerto inferiores tem sofrido tantas vaias e chacotas. Escritores máximos e mínimos envidaram o pulso. da sua crítica a fazer rir à custa dos académicos «singulares», quando não revezam o epigrama à «Academia dos Humildes e Ignorantes», sociedade que nunca existiu. Não merecem tal mofa as produções desse grupo de eruditos que enriqueceu o vocabulário na parte da fraseologia popular, a mais difícil de coligir na leitura dos livros convencionalmente considerados de primeira ordem. As orações recitadas não eram tão banais e estólicas como inculcam os desdenhosos, deixando-nos suspeitar, em abono da sua capacidade, que não as leram, e escreveram de oitiva. Se por vezes os académicos dissertaram acerca de frivolidades, que não o eram em relação à época, outras vezes versaram assuntos que denotam vontade forte de combater a ignorância: «Que importa haver sujeitos e aulas, se faltar a vontade de se seguirem?», exclamava um dos súcios. «Consta a racionalidade do homem de três potências, que nos dividem dos mais (animais). Que me importa a mim ter uma memória se me não serve de perceber as lições? Que me valera a mim fazer imortal meu nome? Que me valera ter um entendimento muito claro se com ele não discursara nas ciências? De que me servira a vontade, se não abraçara as ocasiões em que pudera dar lustre ao meu ser? Pois imagino que ninguém poderá dizer: sei o que basta.» O doutor João de Almeida Soares, idólatra do cantor do Gama, orando em 1663, nos conta que houve quem oferecesse vinte e quatro mil cruzados pelas cinzas de Camões. «Por essas relíquias», diz ele, «cinzas ou ossos que temos em Santa Ana, davam os Venezianos ao Senado de Lisboa vinte e quatro mil cruzados para ajuntarem ao seu este maior tesouro.» Eis aqui alguma coisa que vale a pena destrinçarmos das bagatelas. Os poemas, se não tinham as indigestas opilações clássicas, nem aspiravam à gravidade soporosa dos futuros árcades, eram alegres e intervalavam de risos as locubrações alatinadas dos sócios. O doutor Simão Cardoso Pereira afinava a lira para cantar os olhos de quem quer que fosse; mas não vitimava os ouvintes à idealização etérea do seu lirismo.

*Disse um certo poeta  
de dois olhos formosos, que atendia,*

---

<sup>63</sup> O professor de Literatura, Sr. Dr. Teófilo Braga, no seu *Manual*, pág. 366, diz que os volumes são cinco. Os bibliófilos mais investigadores só conhecem dois.

*que eram duas alâmpadas acesas,  
 que nas capelas cada qual ardia:  
 não foi mau pensamento;  
 porém não serve para meu intento,  
 que presumo que Anarda não aceite  
 ter meninas de luz, alvas de azeite.*  
*Outro do nosso tempo  
 a dois olhos galhardos, lisonjeiros.  
 ou dois sóis lhe chamou, ou dois luzeiros.*  
*Isto, se foi conceito,  
 para os olhos de Anarda não tem jeito;  
 porque, se a matemática não erra,  
 é o Sol muita vez maior que a Terra  
 e serão disparates bem estranhos  
 querer numa mulher olhos tamanhos, etc.*

Estas facécias são a espécie melhorada das que nós hoje em dia aplaudimos nos teatros, e, em pleno cume de civilização, vemos preferidas ao drama clássico, e às ideias profundas envoltas nas austeras roupagens da filosofia. Raros assuntos históricos poetaram; mas é digna de ler-se a silva intitulada *Conquista da Índia*, que foi premiada. Nos romances de Sebastião da Fonseca e Paiva há que aproveitar quanto aos costumes contemporâneos. Ali aprendemos nomenclaturas que não se encontram em livros de outra esfera. Ensina o que era o «mochachim» na festa da Anunciada, a dança da «bugiganga», os «borlatins de Itália», o «baile do Saltarelo»; e, na *Serpentomaquia*, em que António Lopes Cabral descreve a batalha da serpente com o drago, são curiosíssimas as miudezas das festas populares. A todos os sócios excede em graça um pouco desbragada Simão Cardoso Pereira na silva dedicada ao «chafariz do Rossio que está doente de pedra».

O douto literato senhor conselheiro José Silvestre Ribeiro, com a sisudeza característica das suas apreciações, escreve o seguinte acerca da Academia dos Singulares: «Dei-me ao trabalho de ler os discursos dos presidentes, e fiquei inteirado de que são ricos de boa linguagem; mas recheados em demasia de textos latinos e escritos em um estilo exagerado e insuportável de antíteses, de "conceitos", de hipérboles e de sensaborias.» Não obstante, os escritos dos «singulares» entraram elementarmente na organização do *Dicionário da Academia*, «por serem os engenhos mais célebres da sua idade e pela abundância de vozes e frases familiares que se encontram nos mesmos escritos; sendo difícil que se nos deparem tais locuções fora do estilo joco-sério, que é o predominante naquelas locuções». <sup>64</sup>

A Academia das Conferências Discretas e Eruditas, instituída no palácio do quarto conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, mesclava-se de homens instruídos, sem distinções genealógicas. D. José Barbosa, no *Elogio* que em 1745 publicou do conde fundador, diz que nas Conferências Eruditas «foram mestres de matérias cientificamente agradáveis os primeiros homens desta corte, como Fernão Teles da Silva, segundo marquês de Alegrete, D. Francisco Manuel de Melo, Júlio de Melo e Castro, etc.» Quanto a D. Francisco Manuel de Melo, o panegirista Barbosa equivocou-se. D. Francisco Manuel morreu em 1666, e o conde fundador das Conferências Eruditas nasceu em 1673. Vem de longe o sestro dos anacronismos à conta de confusão que lhes fazem os condes da Ericeira.

<sup>64</sup> *História dos Estabelecimentos Científicos. Literários e Artísticos de Portugal*, etc., Tomo I, pág. 158; e *Dicionário da Língua Portuguesa no Catálogo dos Autores e Obras que se Leram*, etc.

Nos últimos anos do século XVII, houve outras academias, como a Instantânea do bispo do Porto, D. Fernando Correia de Lacerda, e a dos Solitários de Santarém, que não tiveram mais glória que persistência. Não se confunda com essas, como é costume, a Academia dos Ocultos, que pertence ao reinado de D. José I, e ainda se exercitava dignamente em 1754.

## NOTAS

[1] O actual professor de Literatura Portuguesa no Curso Superior de Letras, o Sr. Dr. Teófilo Braga, no seu *Manual da História da Literatura*, recentemente publicado (1875), escrevendo acerca de Camões, a pág. 292, diz: «Depois que ele [Camões] soube do desastre de Alcácer Quibir, em 1578, nunca mais teve saúde; ao começarem as alterações ou motins populares no curto governo do cardeal D. Henrique era em volta de Camões que se agrupavam os leais portugueses que queriam sucedesse no trono o prior do Crato, como rei nacional.» Isto não é provável; mas romanticamente é bom. Cresce de ponto a intuição romanesca do passado no ânimo do insigne literato quando a pág. 297 nos assevera que «a epopeia de *Os Lusíadas* é que levantou o espírito que soltou o brado revolucionário de 1640». Se alguém se lembrar de contradizer diametralmente este professor de Literatura, negando que *Os Lusíadas* fossem muito lidas durante a usurpação dos Filipes, o Sr. Teófilo Braga não duvida concordar com isso a pág. 378 do mesmo compêndio, onde afirma que «todas as vezes que em Portugal se enfraqueceu o sentimento da nacionalidade, a compreensão da epopeia de Camões enfraqueceu também». E prossegue: «Sob a monarquia usurpadora de Espanha, admirar simultaneamente *Os Lusíadas*, que são um protesto da nossa nacionalidade, seria uma contradição.» E acrescenta: «Tratou de se deprimir Camões», etc.

De maneira que não se liquida ao certo se a epopeia levantou o espírito que soltou o brado revolucionário de 1640, se deixou de ser compreendida à míngua do sentimento de nacionalidade. Os alunos que se instruírem pelo *Manual* do Sr. T. Braga devem avisadamente consultar seus professores acerca da opinião que lhes cumpre escolher entre as duas opiniões contrárias do compêndio.

[2] Francisco de Sá de Meneses era filho de João Rodrigues de Sã, o *Moço*, e de D. Maria da Silva; neto de Francisco de Sã e bisneto de João Rodrigues de Sã, chamado *o das Galés*. O parentesco de Sã de Miranda com Sã de Meneses está na proporção seguinte: Sã de Miranda era neto de D. Filipa de Sá, e trineto de João Rodrigues de Sá, *o das Galés*, e de sua primeira mulher, D. Isabel da Silva; e Francisco de Sá de Meneses era tetraneto do mesmo João Rodrigues de Sã e de sua segunda mulher, D. Margarida de Vilhena; portanto primo em quinto grau, se os Sás da casa de Penaguião, Matosinhos e Abrantes lho consentissem, visto que Francisco de Sã de Miranda era filho de coito danado, porque seu pai vestia a murça de cônego na Sé de Coimbra.

O Sr. Dr. Teófilo Braga, no seu *Manual da História da Literatura Portuguesa*, pág. 382, carece de ser corrigido pelos seus alunos e pelos professores que ensinarem pelo referido *Manual*. Diz o mestre ilustre que Francisco de Sá de Meneses era filho de D. Antónia de Andrade. Pouco importa que o poeta fosse filho de Maria ou de Antónia; mas logo que ao professor pareceu necessário indicar-lhe a mãe, é de justiça que se lhe nomeie a verdadeira. D. Antónia Leitão de Andrade era sua mulher, não era sua mãe. Diz outrossim que o poeta professara em 1642, em Benfica, onde morreu em 1644. Quanto ao ano da profissão assentam os escritores mais convizinhos do facto que foi em 1641. Quanto ao ano da sua morte, em 1644 não pode ser, atendendo a que o poeta em 1658 reimprimiu a *Malaca Conquistada*, reformando-a em parte e acrescentando-lhe catorze estâncias.

A crítica de Costa e Silva, quando não carrega severamente sobre a insuficiência do «maravilhoso» nas epopeias apega-se a pretextos mesquinhos para que se não diga que o seu *Ensaio Biográfico Crítico* é uma mera cópia fragmentada dos bons e maus poetas que coligiu. Como exemplo dos seus reparos pueris, na análise da *Malaca*

*Conquistada*, citaremos um exemplo. Francisco de Sá de Meneses escreve esta estância no canto IX:

*Corre Melo nos bárbaros ferindo:  
Por onde passa, mata, tronca, fende:  
E o bravo Solimão, só resistindo,  
A cristã multidão deter pretende  
Decepa um braço a Artur...*

Costa e Silva observa sem perda de tempo: «Duvido muito que no tempo da conquista de Malaca houvesse um português chamado Artur; hoje que a anglomania tem feito tantos progressos neste país clássico da imitação, ainda é muito raro encontrar alguém com este nome.»

Eis a crítica!... mas muito mal feita quanto aos «Artures» do tempo de D. Manuel. Se Costa e Silva exercitasse a paciência imprescindível nos trabalhos em que não cabe o «maravilhoso» da fantasia, e se fosse ao arrepio por esses séculos em demanda de Artures, logo na família do autor da *Malaca Conquistada* encontrava seu tio-avô Artur de Sá, comendador de Sines, e um seu sobrinho Artur de Sã, governador do Maranhão, e ainda outro Artur de Sã Pereira Coutinho, que foi assassinado em Elvas por um Fuão Proença. Entre os moradores da casa de el-rei D. Manuel, acharia Artur de Brito e Artur da Cunha, e entre os «amigos de D. António, prior do Crato» Artur Henriques (*Provas da História Genealógica da Casa Real*, págs. 356, 366 e 563). Convenho em que estas notícias são tão ociosas como a crítica de Costa e Silva; mas o nosso intento é ressalvar o boníssimo português Francisco de Sá de Meneses da aleivosia de anglicista.

[3] Luís Pereira Brandão era filho de António Pereira Brandão, filho segundo de Fernão Brandão Pereira, camareiro do infante D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel, comendador de S. Martinho do Salreu, senhor da quinta e couto de Avintes, embaixador de D. João III a el-rei de Fez. Por sua avó, era bisneto do cronista-mor Rui de Pina. Seu pai morreu na conquista de Monopata. Como filho de filho segundo era pobre, e educava-se para frade, consoante o costume, quando casou a furto e ricamente em Lisboa com D. Lourença de Almeida, filha e herdeira de Rui Gil Magno de Almeida, capitão de Tânger, e de sua mulher, D. Isabel Garcês. Viveu opulentamente, em boa camaradagem com os homens de letras do seu tempo, Cortes Reais, Andrades, Caminhas e Bernardes. Na companhia do último, acompanhou D. Sebastião e lá ficou cativo dos alarves, confundindo-se com a gentilha ordinária e fingindo-se plebeu, a fim de baratear o seu resgate. Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de África*, inscreve-o no «rol dos fidalgos que por se disfarçarem não foram cativos de el-rei», e nomeia-o Luís Pereira do Porto. Conquanto fosse rico, demorou-se em Marrocos, e lá recolheu em dura experiência as achegas para o seu edifício poético. Não valia a pena. Voltando à pátria nunca mais despiu o luto. Não se sabe quando morreu. Poderiam sabê-lo os seus descendentes, folheando os seus arquivos; mas saberão porventura os netos de Luís Pereira Brandão que o seu avoengo escreveu a *Elegiada*? Tinha uma filha, e abastada herdeira, que se chamou D. Maria Pereira Brandão, a qual casou em Alenquer com Garcia Lobo da Costa. Deste casamento procede a família Garcês Palha. Em 1792 vivia o quinto neto do autor da *Elegiada*, e chamava-se Fernando de Larre Garcês Lobo Palha de Almeida. Este fidalgo riquíssimo morreu sem filhos e os vínculos passaram aos filhos de sua irmã D. Maria do Patrocínio.

[4] Contra o parecer de versados bibliógrafos, denominamos «quarta edição», e

não «terceira», a de 1645 feita por diligência de Manuel da Silva Mascarenhas. Assenta o autor do *Dicionário Bibliográfico* que a primeira edição é a de Évora por André de Burgos, 1557. No título só de per si Parece decidir-se o pleito. Aqui o apresentamos textualmente copiado da mesma edição que o Sr. Inocêncio Francisco da Silva aponta como primeira: «Primeira e segunda parte do liuro chamado as saudades de Bernardim Ribeiro com todas as suas obras. Traslado do seu proprio original. Nouamente impresso. 1557.»

*Novamente* impresso. Se é possível duvidar de uma edição, pelo menos anterior a esta de 1557 que *novamente* se imprime, a advertência que segue ao título não permite a mínima indecisão. Diz assim:

«Aos lectores: foram tantos os tradutores d'este livro, e os pareceres em elle tam diuersos, que nam he de marauilhar, que na primeira impressam desta historia se achassem tantas cousas em contrario de como foram selo author delle escriptas. Porque natural he ho que cada hü consigo determina (dado que errado) isso cree, e nisso assenta; ho que parece que foy causa de andar este liuro tam vicioso, e com palauras tam differêtemente postas das que deuiam ser. E porque ha dor desta chaga se nam podia curar sem se buscar ho madronho, conueo tirar-se a limpo do proprio original seu esta primeira e segunda parte todas inteiras, pera que muy certo conheça que ler hũa e outra ha differença dambas. Iambem cumpre muito, as pessoas que a lerem, que seja com aquella preminencia que obra tam saudosa e triste merece. Por que se a todas (em seu grão) he deuido este dechoro, a esta mais que a outra nenhũa he necessariamente forçado.»

Segue: «Menina e moça Liuro primeiro de Bernardim Ribeiro. Cap. primeiro.»

E no fim do livro diz: «Fim da primeira Parte.»

Segue: «Segunda parte desta historia das saudades de Bernardim Ribeiro: ha qual he declaraçam da primeira parte deste liuro.»

Tem no fim: «Imprimio-se estas obras de Bernardim Ribeiro na muito nobre, e sempre leal cidade de Euora em caza de Andre de Burgos caualleiro, e impressor da casa do Cardeal Iffante nosso senhor aos trinta de Janeiro de 1558.»

António Ribeiro dos Santos, arrolando os monumentos mais raros dos prelos eborenses, revela tão escassa notícia desta edição que logo no título a deturpa, chamando-lhe *Primeira Parte da Menina e Moça*. Os autores do *Dicionário da Academia* também a não viram; mas inexactamente presumem que a edição de 1559 fosse feita sobre a de André de Burgos, «que a Inquisição proibira», confessam os referidos dicionaristas. Ora se a Inquisição proibira a de 1557, como se há-de crer que a de 1559 fosse o traslado da proibida? O nosso empenho é deixar consignado que a edição de Évora é a segunda, e que a edição de Ferrara de 1555 é a primeira, descrita extensamente no *Manuel du Libraire*, Tomo IV, e citada por Ferdinand Denis no Tomo II pág. 516, da *Bibliographie Universelle*. Vem de molde notar um lapso do douto Cenáculo sobre o título primitivo da novela de Bernardim Ribeiro. Diz ele (*Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, pág. 132) que o título *Menina e Moça* causara dificuldades à segunda impressão, e que o embaraço fora removido pelo franciscano Francisco de Paiva, fazendo substituir aquele título pelo de *Saudades de Bernardim Ribeiro*. Não é verdade. A edição de 1557 proibida já se intitulava, como deixamos transcrito, *Primeira e Segunda Parte do Livro Chamado as Saudades*, etc. Por último, copiando integralmente a advertência da segunda edição, abrimos aos doutos e curiosos larga margem para deduções descabidas nesta nota.

[5] O Sr. Teófilo Braga diz na sua *História do Teatro Português*, (Tomo II, pág. 263) que Afonso Mendes é um tipo de criado do género de Esganarello e de Scapin.

Confunde o carácter de Scapin com o de Esganarello. Esta segunda personagem de Molière não é criado: é «bourgeois de Paris et cocu imaginaire», diz o autor da comédia; e o comentador das suas obras completas (Paris, 1861) anota assim o nome do tal sujeito doente de infeliz imaginação: «Sganarelle, ce personnage comique, est une création de Molière, et le nom de Sganarelle est resté au caractère qu'il représente: on disait les Sganarelles comme on avait dit les Jodelets, les Gros-Renés, etc.»

A grande autoridade que o Sr. Dr. Teófilo Braga tem adquirido com os seus livros está lesando pessoas estudiosas e acreditadas. Por exemplo: o cónego Sr. Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor de Literatura nacional no Colégio de D. Pedro II, autor de um recente e bom *Resumo de História Literária*, encostando-se, como confessa *passim*, ao Sr. Teófilo Braga, a pág. 138, Tomo II, escreve: «O tipo do criado astuto e velhaco foi ele tomá-lo nas comédias italianas, donde mais tarde devera Molière importá-lo para a cena francesa sintetizando-o em Sganarello e Scapin.» Não é conveniente que os professores escorreguem assim aos pares, quando a juventude se queixa de ser reprovada em exames por não acudir com resposta certa a perguntas difíceis.

[6] *Os Cinco Livros da Década XII da História da Índia Tirados à Luz pelo Capitão Manuel Fernandes de Vila Real, Cavaleiro Fidalgo da Casa do Sereníssimo D. João IV, etc., em 1645*, suscitam memoriar o lúgubre destino que teve o editor de Diogo do Couto. Manuel Fernandes de Vila Real era cônsul de Portugal em Paris. Casara em Ruão com a filha de um hebreu de origem portuguesa e escrevera a favor dos direitos de D. João IV contra Filipe IV (*Anti Caramuel, o Defesa del Manifiesto del reyno de Portugal que Escrevia D. Juan Caramuel Lobkowitz*, Paris, 1643); escreveu contra a infâmia política da retenção e morte do infante D. Duarte, irmão de D. João IV (*El Príncipe Vendido, o Venda del Innoçente y Libre Principe Don Duarte, Infante de Portugal, Celebrada elo Viena a 25 de Junio de 1642: El-Rei de Ungria Vendedor, y El-Rei de Castilla Comprador*, Paris, 1643.) Era zeloso, como se pé, dos direitos do seu soberano, e também das letras da sua terra, publicando à sua custa o manuscrito de Diogo do Couto, quando ninguém cuidava em acrescentar o tesouro histórico. Mad. de Saintonge, autora do precioso e raro livrinho intitulado: *Histoire Secrete de Dom Antoine Roi de Portugal, Tirée des Memoires de Dom Gomes Vasconcelos de Figueiredo*, 1696 descreve assim Manuel Fernandes de Vila Real: «C'etoit un homme d'un agréable commerce; il n'avoit rien dans l'humeur de ceux de sa nation: son esprit étoit d'un caractère à le faire beaucoup d'amis; aussi tous les gens de qualité et de boa goût se faisoient un plaisir de le voir; on étoit charmé de son air ouvert et de ses manières aisées; tous ses dehors etoient d'un parfaitement honnête homme, et ou ne pouvoit le connoître sans l'estimer.» Manuel Fernandes deixou-nos a evidência do seu talento poético em uma canção, escrita em francês e impressa na coleção de poemas fúnebres à *Memória de D. Maria de Ataíde*. O seu inimigo e denunciante ao Santo Ofício foi o celebrado ex-jesuíta Francisco de Santo Agostinho de Macedo, tão encomiasticamente apregoadado por quem nunca o leu. O ex-frade pregava em péssimo francês, e envergonhava os seus compatriotas residentes em Paris, Manuel Fernandes escarnecia-o e denunciava as veniagas que ele praticava para haver dinheiro sordidamente. A denúncia à Inquisição veio acompanhada de outra a D. João IV, acusando-o simultaneamente de judaizante e desleal ao rei nuns negócios tratados com Richelieu, cuja genealogia Vila Real publicara. Manuel Fernandes foi chamado a Lisboa e preso logo. Dos cárceres do Santo Ofício saiu para morrer de garrote e queimado no dia 10 de Outubro de 1652.

[7] É coisa corrente que Frei Luís de Sousa, o famigerado cronista da ordem

dominicana, e não menos luzido pela poesia trágica da vida que mais ou menos lhe fabulou o visconde de Almeida Garrett, antes de ser frade correu desventuras de cavaleiro, com o seu primeiro nome de Manuel de Sousa Coutinho. Quer ele haja sido noviço maltês, quer simplesmente passageiro em uma galé de Malta, é provado que os piratas argelinos o cativaram ao sair do porto da Sardenha.

O insigne bispo de Viseu D. Frei Alexandre Lobo, o mais esmerado biógrafo que ainda tiveram Camões, Vieira e Frei Luís de Sousa, avisadamente presume que Manuel de Sousa esteve em cativo durante o ano de 1577; e, como àquele tempo Miguel Cervantes estivesse também cativo, inferiu o ilustre biógrafo a possibilidade do encontro dos dois escravos. O abade de Sever, autor da *Biblioteca Lusitana*, historiando o que sabia de Frei Luís de Sousa, já tinha dito que Miguel Cervantes de Saavedra contraíra estreita amizade com Manuel de Sousa Coutinho: e fundamenta a impensada afirmativa em uma passagem extraída da novela de Cervantes, intitulada *Los Trabajos de Persiles y Segismunda*.

O douto bispo leu a passagem justificativa de tal suposta estreita amizade; e, se não tirou dela a mesma ilação de Barbosa quanto à amizade, veio em que Cervantes mostrara ter conhecimento de Manuel Coutinho.

De pessoa tão notável, com pormenores de vida tão ignorados afervora-se a curiosidade de saber tudo que ser possa. A biografia do frade de Benfica tem dado que farte incentivo à imaginativa de poetas; porém, a história mal pode ir tomar emprestadas ao drama e ao poema as louçainhas que não quadram à sua gravidade. A história, pois, sabe pouco da vida de Frei Luís de Sousa; e já agora nada de novo há que esperar do favor dos antiquários; que tudo a meu ver esquadriharam os românticos estimulados pela sublime tragédia de Garrett.

Por isso mesmo, nos moveu a curiosidade a procurar na novela de Cervantes a prova da amizade íntima dos dois cativos, como Barbosa afirmara, ou sequer a prova de se haverem conhecido como cautelosamente inferira D. Frei Alexandre Lobo.

Lemos a passagem indigitada pelas dois literatos e ainda outra que eles provavelmente não viram na mesma novela. E do confronto do que é notório na escrita e na tradição, com o romântico retrato que Cervantes nos dá de Manuel de Sousa, tiramos a claro que o manco de Lepanto apenas conhecia de nome o cavaleiro português. E se outra inferência couber no possível, então as tradições de Frei Luís de Sousa são por tanta maneira transformadas que não será estranhável a suspeita de que Manuel de Sousa Coutinho é um mito. Não há aí mais que encomendar a demonstração desta legenda a um dos muitíssimos discípulos de Nieburh que por aqui enxameiam em barda.

Vejamos em que assenta a hipótese de se haverem entrequerido ou sequer conhecido os dois escravos.

«Periandro e Auristela iam cortando o mar em demanda de uma ilha. As barcas eram duas cada uma a dois remos. Um dos remadores cantou em língua portuguesa umas trovas tristes e logo outras em castelhano. Os amorosos navegantes perceberam que o cantor ia enamorado. Mandaram-no passar do outro bate!, em que ia, para o deles.

O misterioso barqueiro em termos portugueses, à volta com castelhanos, disse:

– Ao céu e a vós e ao meu cantar agradeço esta mudança e melhoria de barco; ainda que seguro estou da brevidade com que o deixarei livre do peso do meu corpo; que as penas sentidas na alma me vão dando sinais de que a vida me está nas últimas.

– Melhor o fará o céu – respondeu Periandro.

Continuaram conversando até à ilha. Fizeram barracas, acenderam fogueira, Cozinharam a ceia, iam dormir a trancos, quando Periandro, transnoitado pela curiosidade, pediu ao remador que lhe contasse sua vida. O barqueiro falou assim:

– Sou português de nação, de nobre sangue, rico de bens da fortuna e não pobre

dos da natureza. Meu nome é Manuel de Sousa Coutinho, e minha pátria Lisboa, e minha profissão soldado. Junto às casas de meus pais, quase paredes meias, morava um cavaleiro da antiga linhagem dos Pereiras, o qual tinha uma só filha, herdeira única dos seus bens, que eram muitos, amparo e esperança da prosperidade de seus pais. Por linhagem, riqueza e formosura desejavam-no todos os maiores do reino de Portugal; e eu, que por mais vizinho de sua casa, mais comodamente a via contemplei-a, conheci-a e adorei-a com esperança mais duvidosa que certa de que pudesse vir a ser minha esposa.

«E para poupar tempo e entender que requebros nem dádivas pouco valeriam com ela, deliberei que um parente meu a pedisse aos pais para minha esposa; pois tão ajustados éramos em fidalguia, haveres e idades.

«A resposta dos pais foi que sua filha Leonor não estava ainda em idade casadoira; que deixasse passar anos, que lhe dava sua palavra de não dispor da filha em todo aquele tempo, sem me avisar.

«Levei este primeiro golpe nos ombros da paciência e no escudo da esperança; mas não deixei por isto de servi-la publicamente à sombra de minha honesta pretensão que tudo logo se soube na cidade; ela, porém, retirada à fortaleza de rua prudência e recâmaras do seu resguardo, com honestidade e licença dos pais recebia meu cortejo; e dava a perceber que, se lhe não correspondia, ao menos não o desprezava.

«Aconteceu, neste tempo, enviar-me o meu rei capitão-general, ofício de qualidade e confiança, a um dos presídios que tem na Barberia. Chegou o dia da partida: e se também não chegou o da morte, é que não há ausência que mate nem dor que consuma. Falei ao pai, consegui que tomasse a dar-me palavra de espera dois anos, comovi-o porque era discreto, e consentiu-me que me despedisse de sua mulher e de Leonor. a qual em companhia de sua mãe saiu a ver-me a uma sala, e com ela a honestidade, galhardia e silêncio. Pasmeei quando vi ao pé de mim formosura tamanha. Quis falar e pegou-se-me a voz à garganta, e a língua ao céu da boca<sup>65</sup>. Não soube nem pude fazer coisa senão calar-me e dar indícios da minha turvação com o silêncio. O que visto pelo pai que era tão cortês como discreto, abraçou-me e disse: "Senhor Manuel de Sousa, nunca os dias de partida dão licença à língua que se desmande, e talvez que este silêncio fale em favor de vossemecê mais do que outra retórica. Vá vossemecê exercer seu cargo e volva em boa hora, que não faltarei ao que lhe devo. Minha filha Leonor é submissa, minha mulher deseja comprazer-me e eu desejo o que já disse. Com estas três coisas me parece que pode vossemecê esperar boa saída a seu desejo". Ficaram-me na memória todas estas palavras, e de tal modo impressas na alma que jamais me esqueceram nem hão-de esquecer enquanto eu vivo for. Nem a formosa Leonor nem a mãe se disseram palavra, nem eu pude, como já contei, dizer-lhes nada.

«Parti para a Barberia e exercitei meu encargo com satisfação do meu rei dois anos. Voltei a Lisboa e achei que a formosura e fama de Leonor tinha saído do reino e chegara a Castela e a outras partes, das quais vinham embaixadores de príncipes e senhores que a pretendiam para esposa; porém, como ela tinha a vontade tão sujeita à dos pais, não curava de saber se a solicitavam ou não.

«Finalmente decorridos os dois anos, tornei a suplicar ao pai que ma desse... Ai de mim!, não posso deter-me nestas miudezas!... Às portas da vida me está já chamando a morte; temo que me não dê tempo a contar minhas desventuras que, se assim fosse, não as teria eu por tais... Enfim. participaram-me um dia que, no seguinte domingo, me entregariam minha esposa. Esta nova quase me ia matando de alegria... Convidei parentes, chamei amigos, fiz galas, enviei presentes com todos os requisitos que

---

<sup>65</sup> O futuro Frei Luís de Sousa a dizer estas coisas assim plebeias em estilo tão baixamente anatómico!

pudessem mostrar ser eu quem me casava e Leonor quem havia de ser minha esposa. Chegou o dia. Fui acompanhado da flor da cidade e um mosteiro de freiras, chamado da Madre de Deus, onde me disseram que minha esposa me esperava desde a véspera, pois tinha sido gosto seu que naquele mosteiro se celebrasse seu desposório com licença do arcebispo da cidade... Cheguei ao mosteiro que real e pomposamente estava adamado; saiu a receber-me quase toda a gente principal do reino, que me esperava ali com infinitas senhoras das principais da cidade. Retumbava o templo de música vocal e instrumental. Neste comenos, saiu pela porta do claustro a sem par Leonor, seguida da priora e de muitas freiras, vestida de tafetá branco golpeado com saia inteira à espanhola, apresilhados os golpes com ricas e grandes pérolas, a barra da saia era tela de verde e oiro.

«Caíam-lhe pelos ombros as soltas madeixas, longas a beijar o chão e louras a deslumbrar o sol. Cinto, gargantilha e anéis que trazia valiam um reino, segundo lá diziam.

«Repito que saiu tão bela, tão esbelta e opulentamente adornada que era inveja das mulheres, assombro dos homens. De mim sei dizer que, ao vê-la, fiquei tal que me julguei indigno dela, por me parecer que se eu fosse imperador do mundo ainda lhe faria agravo.

«Em metade da igreja estava armado um como tablado teatral onde desfogadamente sem im peças se havia de celebrar nosso desposório. Subiu primeiramente a formosa donzela, e de lá às claras ostentou sua gentileza e galhardia. A quantos olhos a contemplavam, figurou-se-lhes o que sai parecer a aurora ao repontar do dia, ou o que a casta Diana parecia nos bosques, no dizer das antigas fábulas; e discretos aí foram que não acertaram a compará-la se não a si mesma.

«Subi ao tablado cuidando que subia ao meu céu, e posto em joelhos. diante dela quase dei vislumbres de idolatrá-la. Surge uma voz no tempo precedida de outras que diziam: "Vivei felizes e longos anos no mundo, ó ditosos e belíssimos amantes! Coroem preste, formosíssimos filhos, vossa mesa, e ao largo andar se prolongue vosso amor em vossos netos. Não saibam os raivosos ciúmes, nem as duvidosas desconfianças a morada de vossos peitos. Caia a rendida inveja a vossos pés, e a boa fortuna não acerte a sair de vosso lar."

«Todas estas razões e deprecações santas me desbordavam alma de júbilo, vendo o geral prazer em que o poeta levava minha ventura.

«Nisto a bela Leonor me tomou pela mão, e assim em pé como éramos, ergueu um tanto a voz, e me disse: "Bem sabeis, senhor Manuel de Sousa, como meu pai vos deu palavra que não disporia de mim, em dois anos que se haviam de contar desde o dia em que me pedistes para esposa; e também, se bem me lembro, eu vos disse, vendo-me instada de vossas solicitações e obrigada aos infinitos benefícios que me havíeis feito, mais por efeito de vossa cortesia que de meus méritos, que nenhum esposo aceitava deste mundo se não vós. Meu pai cumpriu sua palavra, como vistes, e eu vou cumprir a minha, como vereis. E assim, sabendo eu que os enganos, bem que honrosos e proveitosos, tem não sei que de traição quando se dilatam e entretêm, quer sem demora desvanecer-vos a ideia de que vos atraícoei. Senhor meu, sou casada; e com esposo vivo, por maneira nenhuma posso casar com outro. Por nenhum homem da terra vos deixo, senão por um esposo do céu que é Jesus Crista, Deus e homem verdadeiro. Este é meu esposo; a ele primeiro dei minha palavra: a ele sem engano e espontaneamente, e a vós sem firmeza alguma e com dissimulação. Confesso que se eu houvesse de escolher esposo da terra, nenhum competiria convosco; mas, tendo de escolhê-lo do céu quem como Deus? Se vos isto parece perfídia ou trato descomedido, dai-me a pena que quiserdes, e o nome que vos aprouver, que não haverá morte, promessa ou ameaça que

me aparte do meu esposo crucificado."

«Calou-se, e logo a priora e as freiras começaram a paramentá-la e a cortar-lhe as preciosas tranças. Emudeci e, por não mostrar fraqueza, contive as lágrimas que me vinham aos olhos, e lançando-me em joelhos diante dela quase à força lhe beijei a mão, e ela cristãmente compassiva me lançou os braços ao pescoço.

«Levantei-me: e erguendo a voz de modo que todos me ouvissem disse: "Mariae optimam partem elegit!" e, dizendo isto, desci do tablado e com meus amigos fui para casa, onde trabalhando com a imaginação neste estranho sucesso quase cheguei a perder a razão; e agora pela mesma venho a perder a vida...

E dando um grande suspiro (acrescenta Cervantes) fugiu-lhe a alma e deu consigo em terra.»

E assim acabou o Manuel de Sousa Coutinho da novela, quando prometia falar muito mais naquele empolado estilo que não cheirava a discorrer de moribundo. Morrer tão de súbito um sujeito que tinha remado, cantado, ceado, e prometia dormir, se o Sr. Periandro o não convidava a um cavaco sobre ceia! Eis aqui um Manuel de Sousa Coutinho quase ridículo à feição do molde em que o vazou o cronista do *Cavaleiro da Triste Figura*.

Pospondo, porém, a crítica mal ajustada ao motivo deste artigo retrocedamos ao particular intento de perguntar se uma tão desnatural historinha argui intimidade ou sequer conhecimento entre Manuel de Sousa e Miguel Cervantes.

A meu juízo, o autor de *Persiles y Segismunda* usou dum nome português que sucedeu ser o de um cativo seu coevo na escravidão de Argel, ou porque lhe soasse a notícia de tal escravo, com alguma história diversa de amores, ou casualmente lho desse assim a fantasia quando compunha a novela. Inferências de intimidade entre os dois insignes escritores só poderá tirá-las do lugar citado da novela quem tiver mais paradoxal imaginação que o novelista.

Diogo Barbosa Machado e D. Frei Alexandre Lobo não viram, ao que parece, outra passagem da novela de Cervantes referida a Manuel de Sousa Coutinho. O bispo de Viseu, indicando os lugares onde topou as citações de Barbosa, não dá conta do Cap. I do Livro III da *Historia de los Trabajos de Persiles y Segismunda*. Periandro, Aristela e outros personagens da história de Cervantes vão caminho de Roma e aproam a Lisboa. Periandro saiu um dia de casa e sentiu-se na rua abraçado pelas pernas por um homem que lhe dizia: «Que ventura, senhor Periandro!, a que estás dando a esta terra com tua presença! Não te admires chamar-te eu por teu nome, que eu sou um dos vinte que cobraram liberdade na abrasada ilha bárbara onde a tu tinhas perdida. Achei-me na morte de Manuel de Sousa Coutinho, cavaleiro português... Trouxe-me boa sorte a minha pátria, contei aqui aos parentes dele a sua morte de amor e acreditaram-na, e crê-lo-iam ainda que eu lha não afirmasse de vista, por ser quase costume morrerem de amor os Portugueses. Um irmão dele, que lhe herdou as bens, fez-lhe exéquias, e numa capela da família lhe pôs, em uma lápide de mármore branco, como se debaixo dela estivesse enterrado, um epitáfio que quero vejam todos quantos aqui sois, porque espero vos agrade por discreto e gracioso...»

Foram ao templo e viram a capela e sepultura sobre a qual estava esculpido em língua portuguesa o seguinte epitáfio:

*Aqui jaz a viva memória do já morto Manuel de Sousa Coutinho, cavaleira português, como se vivo fora. Não morreu às mãos de nenhum castelhano, senão às de amor que tudo pode. Caminhante, procura saber-lhe a vida, e lhe invejarás a morte.*

Os circunstantes admiraram a discrição do epitáfio, género de escrita em que, no

dizer de Cervantes, «tiene gran primor la nación portuguesa.» Perguntou depois Auristela ao português se a freira tinha sentido a morte de Manuel de Sousa.

Respondeu o português que a freira poucos dias volvidos sobre a notícia de tal morte expirou de pura mágoa.

Os peregrinos, em seguimento, passaram a Espanha, guiados por dois cavaleiros de Lisboa, um dos quais era Alberto, irmão do defunto Manuel de Sousa Coutinho.

Tudo pois nos assevera que Miguel Cervantes ideou uma história aventurosa à feição das mais estimadas de seu tempo, e a muitos respeitos mais desconcertadas do que hoje as figuram os romancistas acoimados de inventores absurdos.

O que aí não há, salvo o nome, é analogia de aventuras que autorizem a hipótese e menos a certeza de que o grande escritor português e o maior espírito de Castela se encontraram e confidenciaram em Argel. A mim me parece que Miguel Cervantes, se houvesse conhecido algum amoroso lance de Manuel de Sousa, não lhe atribuiria história de uns atrapalhados amores que o mataram, estando seu amigo velho e vivo em Lisboa, e pode ser que já frade, ou perto disso.

Presume-se que a última obra de Miguel Cervantes haja sido a novela de *Persiles y Segismunda*, publicada póstuma. Cervantes morreu em 1616 e Manuel de Sousa Coutinho professou em 1614. Se o autor da *Gateia* quisesse dar ao seu amigo a celebridade da novela, é de crer que aprimorasse mais o desenho de tão ilustre português, e se acostasse a factos verdadeiros, que os tinha bons para entretecer um ameno episódio na sua história.

Fechamos a já fastidiosa impugnação às crenças do abade de Sever e dos que estribaram no erro por lhe parecer de boa fonte. Por fim, lembro ao leitor que repare outra vez no epitáfio do fantástico Manuel de Sousa Coutinho. Aquilo tem que ver e rir. «Não morreu às mãos de nenhum castelhano senão às do amor que tudo pode.» Quer dizer que os cavaleiros portugueses escapados às mãos dos castelhanos eram em número tão diminuto que valia a pena mencionar o caso extraordinário!

Não lhe parece, leitor, que Miguel Cervantes, a custo de muito lidar com a seu D. Quixote de la Mancha, já estava gafado das mesmas roncarias?

[8] Se nos saírem defensores do patriotismo de Manuel Faria e Sousa não o estranhemos, porque diante de nós estão uns livros estimados que realçam os livros de Manuel de Faria a um corpo histórico de verídicas notícias Francisco Soares Toscano: «...Manuel de Faria e Sousa consagrou o seu talento à glória da sua pátria, e compôs... muitos livros... conservando-se entre os inimigos da tua pátria com incorrupta fidelidade.» D. Francisco Manuel de Melo: «Pois se da história houvéssemos de fazer diferença aos epítomes (como é razão fazê-la). a. qual dos antigos não igualaremos o *Epítome dos Histórias Portuguesas*, de Manuel Faria e Sousa.»

Padre Francisco de Santa Maria: «Foi insigne historiador... Ilustrou sua pátria e nação... Amou muito a verdade e foi inimigo declarado de lisonjas... De acre e severo juízo... Ninguém mais liberal de louvores ao benemérito e ninguém mais difícil de os dar ao inimigo.»

Francisco Freire de Carvalho: «Manuel de Faria e Sousa famigerado até entre os estrangeiros por sua erudição e engenho, qualidades de que deu claras mostras no seu *Epítome da História de Portugal*.»

Ferdinand Denis: «Soumis comme ses compatriotes à une puissance étrangère il dedaigna la langue national; mais il faut dire à sa louange que son coeur resta portugais.»

Aqui estão António de Sousa de Macedo, João Salgado de Araújo, Diogo Barbosa Machado, João Baptista de Castro, José Carlos Pinto de Sousa e muitos de igual tomo,

vivos e mortos, uns que a todo o pano o gabam, outros cerceando-lhe o renome à conta do desprimor do estilo; mas nenhum lhe recrimina o despatriotismo. Quem não deve ficar embaralhado entre os críticos defuntos como juiz de mediano entendimento é José Maria da Costa e Silva, cuja autoridade devera ir na cabeça da lista: «Longe de desfigurar os factos para lisonjear os poderosos, como praticava a maior parte dos seus contemporâneos, ele procura apresentar sempre a verdade com toda a sua pureza, descartando-se das prevenções, etc.» Eis aqui o discernimento dos letrados que dominavam a opinião e faziam a história.

A primeira vez que vimos bem compreendido Manuel Faria e Sousa em poucas linhas foi em um recentíssimo opúsculo do Sr. J. Simões Dias, professor no liceu de Viseu. Intitula-se *Lições de Literatura Portuguesa para Uso dos Liceus*, e diz assim a pág. 84: «Manuel Faria e Sousa, 1590, que procurou as graças de Filipe II, e para o lisonjear escreveu o *Epítome de las Historias Portuguesas*, em 1628. São dele a *Europa*, *África* e *Ásia Portuguesas*, e a *América*, que não chegou a imprimir-se. Este notável comentador de Camões, um dos homens mais doutos do seu tempo, *morreu desonrado como português*, em Madrid, 1649.»

[9] Esta epístola (terceira do Tomo III, edição de Hamburgo) enviou Luís de Camões a D. Sebastião no ano de 1575. Os panegiristas de Camões inventam à conta do imortal cantor muitas maravilhas e nos lances em que o espírito do grande homem corre politicamente o páreo com o dos seus contemporâneos, esquivam-se a historiá-lo. Se um padre jesuíta houvesse escrito a epístola, quantas edições lardeadas de injúrias lhe não dariam os mestres de história e literatura nacional quando insinuam à mocidade que a jornada de D. Sebastião se deve a incitamentos da Companhia de Jesus para preparar a Filipe II a usurpação?!... Eis a epístola:

*Muito alto Rei, a quem os Céus em sorte  
Deram o nome augusto e sublimado,  
Daquele cavaleiro que na morte,  
Por Cristo, foi de setas mil passado;  
Pois dele o fiel peito, casto e forte,  
Co o nome imperial tendes tomado,  
Tomai também a seta veneranda  
Que a vós o Sucessor de Pedro manda.*

*Já por ordem do Céu, que o consentiu,  
Tendes o braço, seu, relíquia cara,  
Defensor contra o gládio que feriu  
O povo de David contar mandara.  
No qual, pois tudo em vós se permitiu,  
Presságio temos, e esperança clara.  
Que sereis braço forte e soberano  
Contra o soberbo gládio mauritano.*

*E o que um presságio tal agora encerra,  
Nos faz ter por mais certo e verdadeiro  
A seta, que vos dá quem é na terra  
Dos celestes tesouros Despenseiro:  
Que as vossas setas são na justa guerra  
Agudas, e entrarão por derradeiro*

*(Caindo a vossos pés povo sem lei)  
Nos peitos que inimigos são do Rei.*

*Quando vossas bandeiras despregava  
Albuquerque fortíssimo com glória  
Por as praias de Pérsia, e alcançava  
De nações tão remotas a vitória;  
As setas embebidas que tirava  
O arco armusiano (é larga história)  
Nos ares, Deus querendo se viravam,  
Pregando-se nos peitos que as tiravam.*

*O querido de Deus, por quem peleja,  
O ar também e o vento conjurado  
Ao atambor lhe acodem, porque veja  
Que o que a Deus ama, é de Deus amado:  
Os contrários revéis à Madre Igreja  
A troarão co tom do Céu irado.  
Que assi deu já favor maior que humano  
A Josué Hebreu, Teodósio Hispano.*

*Pois se as setas tiradas da inimiga  
Corda, contra si só nocivas são.  
Que farão, Rei, as vossas que têm liga  
Com a que já tocou Sebastião?  
Tinta vem do seu sangue, com que obriga  
A levantar a Deus o coração,  
Crendo bem que as que vós despedireis,  
No sangue sarraceno as tingireis.*

*Ascânio (se trazer me é concedido  
Entre santos exemplos um profano)  
Rei do Império, depois tão conhecido,  
De Roma e só relíquia do Troiano,  
Vingou com seta e ânimo atrevido  
As soberbas palavras de Numano;  
E logo foi dali remunerado  
Com louvares de Apoio, e celebrado.*

*Assi vós, Rei, que fostes segurança  
De nossa liberdade, e que nos dais  
De grandes bens certíssima esperança;  
Nos costumes, e aspecto que mostrais,  
Concebemos segura confiança  
Que Deus, a quem servis e venerais,  
Vos fará vingador dos seus revéis,  
E os prémios vos dará que mereceis.*

*Estes humildes versas, que pregão  
São destes vossos remos com verdade,*

*Recebei com benigna e real mão.  
 Pois é devida a reis benignidade  
 Tenham (se não merecem galardão)  
 Favor sequer da régia majestade:  
 Assi tenhais de quem já tendes tanto.  
 Com o nome e relíquia, favor santo.*

[10] D. João III mandou passar carta de brasão a «João de Barros, doutor e desembargador, filho do doutor Diogo Gonçalves e de Briolanja de Barros, neta de João de Barros, que foi fidalgo muito honrado, e do tronco desta geração.» A carta é datada em Lisboa, aos 23 de Junho de 1553. Vem copiada a pág. 276 do *Arquivo Heráldico- Genealógico* do senhor visconde de Sanches de Baena. Este brasão não pode competir a João de Barros, o das *Décadas*, que não era doutor e sabe-se que era filho bastardo de Lopo de Barros, e teve o foro de fidalgo já no reinado de D. Sebastião. Se o autor do *Espelho de Casados* foi do desembargo de el-rei D. João III, ou desembargador dos agravos como diz o abade de Sever (*Biblioteca Lusitana*), não será fiar demasiadamente em probabilidades reputá-lo esse mesmo a quem D. João III deu brasão de armas em 1553, quatro anos depois que o chamou do Porto para a escrivania da sua câmara. Confirma-se a suposição de ser de Braga o doutor João de Barros, porque D. Briolanja de Barros era filha ilegítima de outro João de Barros da casa e Quinta do Real, suburbana daquela cidade; quanto a Diogo Gonçalves, marido de D. Briolanja, presumimos ser do Porto, da casa dos Figueirós, em Miragaia; daí procede talvez chamar-se o Dr. João de Barros cidadão portuense. O autor do *Espelho de Casados*, se esta genealogia tem razão de ser genuína, era primo do autor das *Décadas*, cuja filha D. Isabel de Almeida, casando com seu parente Lopo de Barros, morgado da Quinta do Real, veio a ser senhora da casa donde procedia seu pai por bastardia.

[11] Não duvidamos, todavia, nem dos amores, nem da existência da religiosa Mariana Alcoforado no Convento da Conceição, em Beja, pelas notícias que temos dela e de sua família, conformes às genealogias ordenadas por D. António de Aguiar e José Freire de Montarroio Mascarenhas, nos *Alcoforados de Beja*, as quais resumidamente são estas, que oferecemos para curiosos e não para os que estudam:

Francisco da Costa Alcoforado foi criado de Tristão da Cunha, o *Torto*, pai de Pedro da Cunha de Mendonça; e, indo a Beja por meirinho de uma alçada, aí ficou, e casou com Leonor Mendes, filha de uma tendeira, à qual chamavam Maria Álvares, a *Maricota*. Serviu Francisco da Costa de executor do almoxarifado em Beja e houve de sua mulher os seguintes filhos:

Miguel da Cunha Alcoforado.

Baltasar Vaz Alcoforado, prior de Bringel, que fez a célebre décima nas suas conclusões em Coimbra: «Culpa fuera Brites bela», etc.

Francisco da Costa Alcoforado.

D. Ana Maria Alcoforado, mulher de Rui de Melo Lobo.

D. Peregrina e D. Mariana, freiras na Conceição de Beja.

O primeiro filho, Miguel da Cunha Alcoforado, vivia, em 1723, em Bela, já muito velho e muito rico. Havia sido mestre de campo de auxiliares daquela comarca, coronel de infantaria do regimento de Moura e reformara-se, acabada a guerra. A riqueza proviera-lhe do seu casamento com D. Brites, filha de Estêvão Montes, abastadíssimo lavrador de Beja. Teve filhas religiosas.

O outro irmão de soror Mariana, Francisco da Costa Alcoforado, alguns anos mais

velho que a religiosa, vivia ainda aposentado em desembargador da Relação do Porto, em 1723. Este magistrado deixou descendência. Foi casado com uma filha de Belchior de Torres de Sequeira, de alcunha *o Cativo*, porque o havia sido de moiros, e morrera em 1704, na Guerra da Liga, com o patente de tenente-general de cavalaria. Desde 1724 não encontramos a posteridade dos Alcoforados de Beja, cujo tronco não é com certeza o do rico-homem D. Gueda, *o Velho*, de quem descendem os Alcoforados da casa da Silva, de Vila Pouca, etc. Ainda assim, cabe alguma glória aos Alcoforados do Beja, se alguns existem, porque lá têm a mimosa vergôntea da apaixonada freira, que provavelmente feneceu e se pulverizou no claustro de Beja sem ter frutificado, tendo florescido tanto em cartas de fina amante, se a conjectura prevalece às nossas suspeitas de que tal freira, amando talvez muito o conde, não escreveu tais cartas, e apenas lhe deu o amor e o nome para a vaidosa ficção.

[12] Para que se não desdorem à míngua de documentos e pelo vezo de as motejar as academias seiscentistas, trasladaremos, de entre algumas conferências inéditas que possuímos, o fragmento do discurso, ou «oração deprecatória» de D. Francisco de Azevedo na Academia dos Generosos, em 18 de Dezembro de 1661.

«São as academias e as artes luzes e fontes da ciência das quais o resplendor e as torrentes se derivam a todas as partes da república... A nossa academia o que é? Se a considerarmos em seus académicos, aqui se acha toda a nobreza do reino, tantos doutos, tantos ministros, tantos capitães, que parece estar nesta casa e conclave o reino todo... Aqui nesta casa não só estão ministros; mas os que hão-de ser ministros. Que maior utilidade para a república que aprender dos que mandam os que hão-de mandar? Quem nos ensina a política é aquele por cujas mãos passaram tantos negócios políticos, e aprendeu por ciência e experiência. Todos o conhecíamos por grande, e a todos tem parecido maior desde que nos ensina e depois que o ouvimos <sup>66</sup>. Sucede nos homens o mesmo que nos instrumentos: não se conhece a suavidade de suas vozes senão depois de tocados com destreza.» <sup>67</sup>

Encomiado cada um dos ornamentos académicos, D. Francisco de Azevedo conclui: «Podemos dizer com razão que as colunas da academia são as colunas da república: sustenta-se sua grandeza na política, nas armas, nas notícias e nas escrituras. Tudo isto incluem nossas lições e tudo nos explicam com elegância nossos doutíssimos mestres. Creio que a razão de se escolher a *tocha* para a empresa da academia é mostrar-se que havia de luzir com estas quatro luzes de suas lições mais que todas as academias passadas», etc.

---

<sup>66</sup> Alude provavelmente a António de Sousa de Macedo, ministro de Afonso VI. Os sócios mais conhecidos pelos produtos estranhos à colaboração académica são D. Francisco Manuel de Melo, António de Melo e Castro, Luís Serrão Pimentel, conde da Ericeira (D. Luís), conde de Tarouca, etc. O Sr. Teófilo Braga, a págs. 364 e 365 do seu Manual de Literatura. Portuguesa, inclui nos sócios da Academia dos Generosos, em 1661, Manuel Pimentel, que tinha então onze anos, Júlio de Melo e Castro, que tinha apenas três, etc. Entre os académicos singulares» inclui André Nunes da Silva, que nunca foi doutor nem académico, nem escreveu o poema que lhe atribui, *Destruição de Espanha*, que noutra página chama *Espanha Destruída*, que o padre André também não escreveu.

<sup>67</sup> António de Sousa de Macedo explicava o poema de Tasso: Luís Serrão Pimentel explicava fortificações. Frei André de Cristo discursava acerca de Aristóteles.

## CAPÍTULO II

(Século décimo oitavo)

### I

**Prosseguimento das academias:** o conde da Ericeira, Academia Portuguesa, Boileau e D. Francisco Xavier de Meneses. **Academia Real da história Portuguesa:** Diogo Barbosa Machado, Inácio Barbosa, D. José Barbosa, Francisco Leitão Ferreira, José Soares da Silva, Sebastião da Rocha Pita, Frei Manuel dos Santos, D. António Caetano de Sousa, D. Rafael Bluteau. **Os precursores da Reforma:** António Nunes Ribeiro Sanches, Francisco Xavier de Oliveira, Luís António Verney, Alexandre de Gusmão.

#### Prosseguimento das academias

O conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, reunia, todos os domingos, na sua magnificente livraria, os restantes sócios da Academia dos Generosos, com os renovos que a amplificaram, depois que D. Pedro e D. Dinis da Cunha, filhos do fundador, a reverdeceram com alguns sábios doutrinados em melhor tempo. As depreciadas assembleias literárias do século anterior, dado que não alargassem a área das ciências, estimularam ambições honrosas, e, apodando-se umas às outras, colheram os costumados frutos da rivalidade. As «conferências eruditas» continuaram no mesmo Palácio da Anunciada; ou, com mais exactidão, as duas assembleias identificaram-se, resolvendo questões filológicas e inaugurando palestras de ciências físicas e morais. É contemporânea, e não menos justificada pelos seus trabalhos, a Academia dos Anónimos, donde saiu a obra intitulada *Progressos Académicos dos Anónimos de Lisboa* (1718). Colaboraram neste livro Francisco Leitão Ferreira, José do Couto Pestana, Frei Simão António de Santa Catarina e outros, que «todos se tinham em conta de grandes homens», diz Francisco Xavier de Oliveira, «e verdadeiramente era uma conta em que todos os homens os tinham; porém, com suas diferenças, que eu não sei fazer, ou com suas desigualdades, que pode ser que eles não quisessem confessar»<sup>68</sup>.

Na Academia dos Aplicados consociaram-se D. Manuel Caetano de Sousa, D. Celestino Seguíneau, D. Tomás Caetano de Bem, D. Rafael Bluteau e outros eruditos, que depois encontramos na Academia Real de História Portuguesa, acentuando com louvável empenho as suas índoles literárias em trabalhos de incontestável valia. Da Academia Portuguesa, instituída pelo conde da Ericeira em 1717, saíram os académicos de número da Academia Real de História Portuguesa, fundada por D. João V em 1720<sup>69</sup>.

Diremos primeiramente do mais laborioso e activo propulsor das academias particulares, D. Francisco Xavier de Meneses, quarto conde da Ericeira. Os seus escritos estagnaram-se na grande represa das obras condenadas pela inutilidade dos assuntos. D. Francisco foi e espírito mais esterilmente afadigado e o mais simbólico das academias

<sup>68</sup> *Mémoires du Portugal*, Tomo II, pág. 373.

<sup>69</sup> Não merecem larga menção as Academias dos Laureados (de Santarém), a Problemática (de Setúbal), a de Guimarães, a dos Esquecidos (Baía) a dos Felizes (Rio de Janeiro) e, mais tarde, a dos Renascidos (Baía).

de sua eleição. A estrondosa nomeada que o laureou por espaço de meio século deram-lha os generosos affectos com que chamou a si os doutos, promiscuamente fidalgos e plebeus. No respeitante à autoridade dos escritos, cremos que os seus panegiristas lhe antepuseram a primazia hierárquica do nascimento e o zelo ardente com que intentava reformas em letras, sendo ele o mais carecido da regeneração do gosto. Despendeu-se em elogios, panegíricos, contas de estudo, orações académicas no mais inflamado estilo, e algumas relações de campanhas tão empoladamente escritas que: debilitam a mais curiosa paciência. Algum interesse bibliográfico e como índice do conteúdo nos quinze tomos das *Memórias* pode colher-se da leitura dos seus catálogos e extractos de livros raros impressos e inéditos, e da explicação de medalhas, e pelo que pertence à lapidaria e epigrafia. A sua obra de maior fôlego, a *Henriqueida*, é escassa de invenção, enfronhada de preceitos rancidos para a poesia épica, está rigorosamente alinhada pelo prumo da legislação convencional e dispara em sensaboria contínua, em intercadência para descanso de quem lê. Traduziu a *Arte Poética*, de Boileau, em oitava rima, e enviou-a inédita ao príncipe da sátira, ao oráculo das turbas poéticas, que, volvidas da Grécia e Roma, tinham os olhos fitos na França, e acompanhou o manuscrito de uma epístola em versos franceses. O autor do *Lutrin* agradeceu nestes termos:<sup>70</sup>

«Posto que minhas obras hajam estrondeado no mundo, nem por isso me tenho em grande conta; e, se os louvores que me dão me desvanecem agradavelmente, com certeza me não cegam; confesso, porém, que a tradução que V. Ex<sup>a</sup> se dignou fazer da minha *Arte Poética*, e os elogios que me adereçou com ela, me influíram verdadeiro orgulho. Não posso considerar-me homem vulgar, vendo-me tão singularmente nobilitado. Quis-me parecer que um tradutor de vossa capacidade e jerarquia me era título de mérito a distinguir-me entre os demais escritores deste século. Eu apenas conheço imperfeitissimamente o vosso idioma, do qual ainda não tive algum estudo particular; e todavia pude entender assaz a vossa versão para mim mesmo me admirar, e crer que sou mais hábil escritor em português que em francês. E, de feito, exprimidos por vós, os meus pensamentos opulentam-se. Mudais em ouro tudo que tocais. As próprias pedras – digamo-lo assim – entre vossas mãos convertem-se em jóias. Depois disto como quereis que eu vos indique as passagens em que vos desviastes do senso original? Se, em vez das minhas ideias, tivésseis menos atentamente empregado as vossas, bem longe de reclamar as minhas, eu me aproveitaria do vosso descuido e as adoptaria logo para me honrar com elas. Mas não vejo lanço para tal prova. Na vossa tradução tudo é justo, exacto e fiel. E dado que me exalceis com adornos, por aqui me entrevejo em tudo. Não digais, pois, senhor, que receais não me haver entendido; dizei-me antes como lograstes perceber-me tão a ponto, decifrando até na minha obra umas subtilezas que eu julgava só poderiam entendê-las pessoas nascidas em França e educadas na corte de Luís, o Grande! Claramente descubro que não sois estrangeiro em país algum, e sois de todas as cortes e nações, graças à perfeição do vosso saber. A carta e os versos franceses com que me honrastes são óptimo testemunho. Aqui, apenas encontro estrangeiro. o vosso nome; e não há em França homem e fino espírito que as não quisesse haver escrito. Mostrei-as a muitos dos nossos mais grados escritores. Não achei um só que as não admirasse grandemente, e me não dissesse que se tais louvores recebesse vos teria consagrado volumes de prosa e verso. Em que conta, pois, me tereis, se tão-somente vos respondo com uma carta de simples agradecimento? Acusar-me-eis de ingrato ou descortês? Nem uma nem outra coisa sou, senhor. Francamente vos direi que não faço verso ou prosa, quando me praz. Apoio é para mim uma divindade caprichosa que me não dá, como a vós, audiência a toda a hora. Faz-se mister esperar o

---

<sup>70</sup> Traduzimos a carta de Boileau por nos parecer detestável a versão que se publicou na edição da *Arte Poética*, feita em 1818.

ensejo favorável. Quando ele vier, aproveitá-lo-ei, e mal de mim se não morro desempenhado de parte do débito de vossos elogios! O que de antemão vos assevero é que na primeira edição das minhas obras hei-de incluir a vossa tradução, e não perderei azo de fazer saber a toda a terra que desde a extrema dó nosso continente e lá de tão longe como das Colunas de Hércules me vieram os aplausos de que mais me orgulho, e a obra de que mais me honro. Sou, etc...»

O conde da Ericeira, envaidecido com a carta de Boileau Despréaux, e mais ainda com a promessa de se ver impresso nas obras do poeta de Luís XIV, não publicou a sua versão da *Arte Poética*. A carta que trasladamos era datada em 1697; e, quatro anos depois, em 1701, Boileau editava as suas obras, alegando em desculpa da não cumprida promessa o seguinte: «...Bem quisera eu desquitar-me da promessa que lhe fiz [ao conde da Ericeira] de imprimir a sua excelente versão em seguimento das minhas poesias; desgraçadamente, porém, um meu amigo a quem a emprestei desencaminhou o primeiro canto; e eu tive a viciosa vergonha de escrever para Lisboa pedindo segundo traslado.»

Este descaminho do Canto I é um subterfúgio que nos inculca talvez falta de sinceridade, se não antes a duvidosa probidade literária de Boileau. Este aleijão, vulgaríssimo nos talentos superiores, vamos apalpá-lo na transcrição de outras cartas, uma das quais Despreaux devera ter queimado, quando, no fim da vida, classificava os inéditos confirmativos da sua imortalidade. Em 1701, escrevendo a Brossete, dizia: «...Haverá quatro anos que o conde da Ericeira me enviou a tradução portuguesa da minha *Poética* com uma carta obsequiosíssima e versos franceses em meu louvor. Eu sei bastantemente a língua espanhola; mas não entendo bem o português, que é diversíssimo do castelhano<sup>71</sup>, pelo que me louvo na opinião alheia, avaliando-lhe a versão; mas indivíduos sabedores daquela língua, aos quais mostrei a obra, asseveraram-me que é coisa maravilhosa. Afora isto, o senhor da Ericeira é um dos mais qualificados fidalgos portugueses, e é filho de uma senhora, segundo dizem, prodigiosamente ilustrada. Mostraram-me cartas dela em francês, onde não há frase que denote estrangeirismo<sup>72</sup>. O que mais me agrada, tanto do filho como da mãe, é que os acho despidos de preconceitos e falsos brilhos de seu país, e me não parecem ter a cabeça muito esquentada pelo sol da sua terra. Dir-vos-ei alguma coisa a tal respeito, nas minhas cartas, quando publicar a edição pequena, e talvez vos envie os versos franceses que ele me remeteu.» Esta carta é de Julho, e os períodos que vão ler-se são de outra carta de Outubro do mesmo ano: «...Apoquentame bastante não poder mandar-vos já os versos do conde da Ericeira, porque, para os achar, ser-me-ia preciso remexer toda a papelada, que não é pouco, e *demais disso* (aqui vem o lanço de probidade de Boileau) *não acho que os versos sejam dignos de publicidade. É empresa de costa a cima escrever em língua estranha, quando não temos frequência dos naturais do país; e tenho por seguro que se Terêncio e Cícero voltassem ao mundo ririam a trancos das obras latinas dos Fernel, dos, Sannazaros e Muret. Não duvido de que haja bastante espírito nos versos franceses do ilustre português de que se trata; mas francamente, são portuguesas de mais*, pelo mesmo teor que há muito francesismo nos poetas franceses que hoje em dia escrevem latinamente, etc.» Confronte-se isto com as túmidas lisonjas do tradutor., Esta carta apareceu pela primeira vez na edição de 1746, feita por, Brossete, a quem ela fora escrita. Mau serviço prestou o editor ao seu amigo. O conde

<sup>71</sup> Vê-se que não sabia alguma das línguas.

<sup>72</sup> Esta senhora, D. Joana Josefa de Meneses, escreveu o *Panegírico* da duquesa de Sabóia, Maria Joana Baptista (1680); traduziu *Reflexões sobre a Misericórdia de Deus*, etc., da duquesa de la Valière (1694); e escreveu em castelhano um poema intitulado *Despertador dei Alma al Sueño de la Vida*, etc., que corre impresso desde 1695 com o nome do criado da tradutora, Apolinário de Almada. As obras úteis ou preciosas desta senhora, se as houve, perderam-se no terramoto de 1755.

da Ericeira, falecido em 1743, provavelmente viu a carta e, comparando-a com a outra, resolveu não publicar a sua versão da *Arte Poética*, desgostoso do seu trabalho e ferido no seu amor próprio pelo panegirista de 1696 e detraidor em 1702. Como quer que fosse, na Parte II do *Almanaque das Musas* apareceu, depois da morte do conde, a tradução do poema do académico francês; e, na edição de 1818, vem também a versão da carta de Boileau. Esse foi o mais mordente ultraje que se fez à memória do nosso sincero fidalgo e malogrado escritor.

### Academia Real da História Portuguesa

Na Academia Real da História Portuguesa condensam-se as mais poderosas inteligências, aquecidas pelo bafejo real que, mercê do sestro de imitar Luís XIV, permitiu que também as letras houvessem quinhão da sua liberalidade. Decretou o monarca, em 4 de Janeiro de 1721, a criação de uma academia «em que se escrevesse a história eclesiástica destes remos, e depois tudo o que pertencesse à história deles e de suas conquistas». Decretava-se que as inteligências como autómatos se movessem na direcção que o rei lhes imprimia. Eram os obreiros da ideia real arrebanhados com estipêndio. É que a desvalia dos seus produtos anteriores levá-los-ia à bancarrota do talento, se o braço real os não esteiasse: tão falidos andavam de créditos, e tão longe estavam do patrocínio do povo pela nenhuma relação dos seus escritos com as coisas reais da vida. As magníficas edições da Academia Real da História pagava-as a nação, mediante a magnanimidade do soberano; porém, pelo vezo em que estamos de excluir a colectividade popular das bizarras dos reis absolutos, a D. João V pessoalmente se adscrevem as munificências pecuniárias havidas com o aparato luxuoso dos produtos académicos. Querem que ele fizesse sábios, como fez o Convento de Mafra e o aqueduto das águas e a Capela de S. Roque.

São credores de estima alguns membros desta laboriosa corporação, que mais se distinguiram entre os cinquenta fundadores. A *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, representa, na parte bibliográfica, o ímprobo labor de coligir, de investigar e catalogar; na parte crítica, Barbosa Machado carecia de luzes que não tinha de casa nem dos seus confrades académicos. Os equívocos e anacronismos, as erradas induções e as confusas homónimas que nos podem iludir na *Biblioteca Lusitana* são defeitos correctos pelo Sr. Inocêncio Francisco da Silva no *Dicionário Bibliográfico*. O alto preço a que não obstante tem chegado a *Biblioteca Lusitana*, desvalida literariamente pelo decurso de cem anos e por novos processos críticos, é um facto bibliomaniaco, estranho ao merecimento real. É ainda assim a muitos respeitos estimável a obra do abade de S. Adrião de Sever, nascido em Lisboa, por 1682, e falecido em 1772. Foi possuidor de preciosa livraria, que doou, por conselho do arcebispo Cenáculo, a D. José I, depois do terramoto de 1755. Esta livraria faz hoje parte da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.

Nas *Memórias para a História de Portugal, que Compreendem o Reinado d'El-Rei D. Sebastião*, coligiu Barbosa Machado alguns papéis inéditos, que indemnizam o estudioso das superfluidades eruditas, e derramadas intermissões de coisas alheias da história. Falta a Barbosa a concisão da linguagem, que ele engrinalda de flores sem brilho nem aroma. A seu irmão Diogo dizia Inácio Barbosa: «Irmão, o vosso estilo é pomposo e o meu é florido, sabeis porquê? Porque nem vós nem eu somos capazes de escrever como Frei Luís de Sousa, ou descrever, *verbi gratia* o sátiro de Benfica.»<sup>73</sup> Aquele que se jactava de estilista florido assaz o demonstrou no primeiro e único tomo

<sup>73</sup> *Memórias*, de Frei João de S. José Queirós, pág. 83.

que publicou dos *Fastos Políticos e Militares da Antiga e Nova Lusitânia*, etc. (1745). O terceiro dos Barbosas, D. José, clérigo teatino, e cronista da Casa de Bragança, foi doutíssimo poliglota, famoso pregador e mediano historiógrafo como se infere do *Catálogo Cronológico Histórico, Genealógico e Crítico das Rainhas de Portugal e Seus Filhos*, etc. (1727), se o conferirmos com as *Memórias das Rainhas de Portugal*, por Frederico Francisco de la Figanière (1859). Não chegou a escrever a *História da Casa de Bragança*, incumbência que recebera de D. João V.

O padre Francisco Leitão Ferreira escreveu as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra* (1729). É completa a história das transferências da Universidade; abrange ainda a de 1537; mas não chega ao tempo em que a Companhia de Jesus assumiu, por mandado régio, a direcção dos estudos. Leitão Ferreira tinha aptidão histórica e cortava com boa crítica pelas invenções do cronista da *Província de Portugal*, Frei António da Purificação (1601-1658). José Soares da Silva, falecido em 1739, escreveu *Memórias para a História de Portugal que Compreendem o Governo d'El-Rei D. João I*. A linguagem túrgida e imprópria lesou o interesse desta importante história que compreende os cinquenta anos de mais belas proezas e arrojadamente cavaleirosas. Quem lê Fernão Lopes e José Soares da Silva compreende a heróica simplicidade que estrema D. João I das pomposas farfalhices do reinado de D. João V. É da mesma têmpera linguística Sebastião da Rocha Pita, natural da Baía (1660-1738), que escreveu a *História da América Portuguesa desde o Ano de 1500 do Seu Descobrimento até o de 1724*. É a primeira história geral do Brasil. Ao mesmo propósito, são estimáveis os trabalhos de Frei António de Santa Maria Iaboatão (*Novo Orbe*, etc.) e as *Memórias*, postumamente impressas, de Frei Gaspar da Madre de Deus.

O cronista Frei Manuel dos Santos (1672-1740), monge de S. Bernardo, escreveu quatro tomos da *Monarquia Lusitana*, dos quais se estampou um somente, que é a Parte VIII constante dos reinados de D. Fernando a D. João I. Avantaja-se em predicamentos de historiador e escritor a Frei Rafael de Jesus; ainda assim não merece confrontar-se com os seus antecessores Brito e Brandões.

O teatino D. António Caetano de Sousa (1674-1759) escreveu memórias de alguns bispados ultramarinos, que não gozam inteiro crédito, acrescentou um tomo ao *Agiolégio Lusitano*, de Jorge Cardoso, e provou mais útil estudo organizando treze tomos da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc. As genealogias podem ser instrutivas pela relação que têm com a história geral; mas não se procurem aí as curiosas notícias, as anedotas, que bosquejam a vida social, e só se encontram nos livros de linhagens manuscritos. D. António Caetano de Sousa escreveu do único modo compatível com a segurança pessoal e conservação do ofício, delindo com benigna esponja as nódoas que encontrou nos manuscritos do seu uso. As desgraças de Damião de Góis granjeou-as ele por genealógico e não por luterano. Desde que o inimigo do primeiro conde de Castanheira, ministro privado de D. João III, morreu vítima da sua mordacidade de linhagista, os nobiliários verdadeiros esconderam-se aterrados, e apenas aos panegiristas como D. António Caetano de Sousa foi permitido imprimir [1].

O primeiro vocabulário de sua língua que os Portugueses tiveram devem-no a um estrangeiro. Rafael Bluteau, filho de pais franceses, nasceu em Londres em 1638. Aos trinta anos de idade veio para Portugal, como clérigo regular teatino, enviado pelo geral da ordem. Estudou a língua portuguesa e distinguiu-se no púlpito. Foi muito aceite à rainha D. Maria Francisca de Sabóia; e, envolvendo-se em intrigas da revoltosa política do tempo, saiu desgostoso para França, donde voltou em 1704. Pouco depois, como se rompessem hostilidades entre Portugal e França, Bluteau, suspeito ao Governo, foi recluso no Mosteiro de Alcobaça, onde trabalhou no seu *Vocabulário* até 1713, ano em que voltou a Lisboa, feita a paz geral. O restante da vida até 1734 viveu-o sossegado e

literariamente laborioso. Consoante as fórmulas científicas e literárias do século passado, o teatino devia ser um dos mais eruditos varões do seu tempo. Conhecia e falava muitas línguas, expressando-se em grego e latim como na própria, dizem os admiradores. Para um só homem que aprendera a língua portuguesa depois dos trinta anos, os seus trabalhos lexicológicos são assombrosos. Os enormes estendais de erudição prejudicam bastantemente o vocabulário; revela imperfeito conhecimento da história da língua e das suas derivações. Entre os indivíduos consultados para a formação do dicionário aparecem autoridades indignas de crédito. Com referência a idiotismos do Minho, consultou um Manuel Tinoco de Magalhães, de Braga, de quem confessa ter recebido «notícia de nomes pela maior parte ignorados», corno o próprio Tinoco. Este sujeito elementar do vocabulário escreveu um livro jurídico sobre questões fradescas em que a língua portuguesa é tratada barbaramente.

Não ampliaremos a maior catálogo os produtos da Academia Real da História Portuguesa. Muitos outros devem ser inscritos na história literária de Portugal; mas os já referidos são os mais proeminentes e ajustados à história da literatura.

### Os precursores da Reforma

Diremos agora de alguns que não se filiaram nos trabalhos académicos; ou, se o último dos que vamos estudar de relance lá pertenceu, com certeza nenhum dos seus produtos pode ser chancelado pela rubrica da Academia de História. Denominá-los-emos «os precursores da Reforma».

Quatro homens, ilustrados fora da pátria, e por isso mesmo compreendidos na lição da civilização europeia, colaboraram simultaneamente, mas com diferente alcance e pulso, nas reformas literárias operadas durante o reinado de D. José I. Tem sido exclusiva e superabundantemente encomiado Luís António Verney, e quase esquecidos os seus cooperadores, Francisco Xavier de Oliveira, e mais ainda ingratamente olvidado na pátria, quanto honrado no estrangeiro, António Nunes Ribeiro Sanches e Alexandre de Gusmão. São contemporâneos, e nascidos em anos aproximados, entre 1695 e 1713, quando alvorejava o dia do segundo renascimento da escola clássica.

António Nunes Ribeiro Sanches, doutorado médico em Salamanca, viveu oitenta e quatro anos, desde 1699 até 1783, começando a estudar na infância, em Penamacor, sua pátria, e dedicando-se ainda em idade provecta a honrar as sociedades científicas de França, as quais o elevaram merecimentos que deviam ser bem poderosos para distinguirem um forasteiro pobre. Impulsionado pelo amor à ciência ou pelo receio do Santo Ofício, do qual seus ascendentes haviam sido perseguidos, o doutor Sanches saiu de Portugal, à volta dos vinte e sete anos, e nunca regressou. Estudou em Génova, em Londres, em Leyde, e estabeleceu-se na Rússia, onde foi médico e conselheiro da imperatriz Catarina. Em 1747 assentou de vez em Paris, e lá permaneceu trinta e seis laboriosos anos. Parte dos seus escritos, impressos e inéditos, são dedicados a benefício da pátria; e do escrito que menos se conhece em Portugal e mais lhe interessa daremos resumido extracto, porque inédito ou impresso, é como desconhecido entre nós.

António Nunes Ribeiro Sanches correspondia-se com os estadistas portugueses. O marquês de Pombal não quis, ou, apesar da sua onnipotência, não logrou assegurar repouso na pátria ao seu douto oráculo, em paga dos conselhos e providências de grande espírito que o neto de hebreus lhe sugeriu de Paris, e o valido aproveitou, ocultando-lhes a procedência. A criação do Colégio dos Nobres, por carta de lei de 7 de Março de 1761, havia sido aconselhada por carta de Ribeiro Sanches datada de Paris, em 19 de Novembro de 1759. Possuímos esta carta autógrafa. Contém cento e vinte e nove páginas em quarto maior. Não sabemos se um raríssimo livro intitulado *Cartas sobre a*

*Educação da Mocidade*, impresso em Colônia, em 1760, é o traslado deste manuscrito, Não vimos ainda exemplar algum. Entre as obras inéditas do ilustre médico, nomeadas na biografia que Vicq-d'Azir lhe escreveu e Francisco Manuel do Nascimento traduziu, há uma intitulada *Plano para a Educação de Um Fidalgo Moço*. Como quer que seja, o manuscrito precioso que possuímos deve ser o original de algumas das suas obras. Dois escritores portugueses de subida reputação, ambos ministros de Estado honorários, os Srs. José Silvestre Ribeiro e D. António da Costa, enriqueceram recentemente a literatura pátria, com os seus livros intitulados *História da Instrução Popular em Portugal desde a Fundação da Monarquia até aos Nossos Dias* e *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*. Os doutíssimos autores, com certeza, aproveitariam ótimos subsídios da leitura do raro livro de Ribeiro Sanches, se o manuscrito que temos é o rascunho do livro impresso em Colônia, cuja raridade o Sr. Inocêncio Francisco da Silva notou. O douto Sr. José Silvestre Ribeiro, quando louva o progresso das letras e artes no reinado de D. José I, recordaria com menção gloriosa o nome obscurecido do médico português, e daria ao marquês de Pombal a parte mediana que lhe cabe no alvidramento da reforma da Universidade, do Colégio dos Nobres, das escolas militares, e do mais respeitante aos benefícios que a história lhe desconta na bravia condição. Ribeiro Sanches, antes de indicar o método profícuo na educação dos fidalgos, discorre acerca da educação antiga, e chegando ao meado do século XVI, escreve: «...Vimos acima que, desde o ano de 1500 até o ano de 1570, existiu o maior luxo que jamais viu Portugal. El-rei D. Manuel introduziu-o na corte, e foi o primeiro que se vestiu umas vezes à francesa, outras à flamenga. Como não teve guerra na Europa, nem seu filho, nem seu bisneto el-rei D. Sebastião a tiveram, com as riquezas do Oriente caiu a fidalguia no maior luxo, e por consequência naquele total esquecimento da boa educação que tinha ou no paço dos reis antigos ou em casa de seus pais. No tempo de el-rei D. Pedro, o *Justiceiro*, tanto que se sabia no paço que tinha nascido algum filho de fidalgo, mandava logo el-rei a sua casa a provisão da moradia ou foro que deixava em poder da mãe ou da ama que criava o menino, e nestes tempos se chamavam os reis pais de seus vassallos. Depois, crescendo o número, se ordenou que somente se usasse desta graça com o primogénito, e desta resolução veio a descair aquele amor da pátria, porque faltou a boa educação que tinham no paço todos os filhos de fidalgos com moradia. No tempo de el-rei D. João II lhe representaram em cortes que ordenasse se criassem os fidalgos no paço como era costume antigamente: sinal certo que se educava ali a primeira mocidade do reino. Já dissemos acima que a educação da nobreza toda se reduzia a fazer o corpo robusto e fortíssimo, o ânimo ousado e destemido; além daquele agrado que reinava no galanteio e serviço das senhoras, não deixavam de instruir o ânimo com aqueles poucos conhecimentos científicos que se conheciam: somente na família do infante D. Henrique foi esta educação mais considerável, porque saíram muitos do paço daquele famoso príncipe excelentemente instruído nas matemáticas e boas letras, como foi o grande Albuquerque e D. João de Castro.»

Discorre o Sr. Sanches acerca das causas que abastardaram a educação dos fidalgos: «Mas tanto que os reis tiveram mais que dar que as terras da coroa; tanto que tiveram comendas, governos e cargos lucrativos, tanto nas conquistas como no reino, logo os fidalgos começaram a cercar os reis, e ficaram na corte; porque pela adulação, pelo agrado e pelas artes dos cortesãos sabiam ganhar as vontades dos reis, não tendo aquelas ocasiões forçosas de obrarem acções ilustres para serem premiados por elas.

Isto vemos sucedeu no tempo de el-rei D. Duarte, quando ordenou que todo o fidalgo que não tivesse cargo na corte que fosse a viver nas suas terras. Logo que todos os fidalgos fizeram a sua assistência na corte no tempo da paz, logo que seus filhos

eram educados em suas casas, já ricas e poderosas pelas dádivas dos reis em comendas, pensões, governos e cargos, necessariamente se havia de seguir uma educação estragada; a meninice entregue nas mãos das amas e de mulheres comuns; a puerícia entre as mãos dos criados e dos escravos; até o tempo de el-rei D. Sebastião poucos sabiam mais que ler e escrever, porque já a escola do infante D. Henrique estava acabada; e toda a educação se reduzia a saber os mistérios da fé, porque os seus mestres, sendo eclesiásticos e ignorantes da obrigação do súbdito, de filho e de marido, chegavam à idade da adolescência com o ânimo depravado: sem humanidade, porque não conheciam igual: sem subordinação, porque eram educados por escravas e escravos, ficava aquele ânimo possuído da soberba e vanglória, sem conhecimento da vida civil, nem com a mínima ideia do bem comum. Assim degenerou aquela educação do paço, na qual pelo menos aprendiam a obedecer, na mais insolente tirania de todos aqueles com quem tratavam.»

E vindo ao ponto da reforma urgente na educação da nobreza, escreve: «Parece-me que vistos os notáveis inconvenientes da educação doméstica e das escolas ordinárias, que não fica outro modo para educar a nobreza e a fidalguia do que aprender em sociedade, ou em colégios e como não é coisa nova hoje em Europa esta sorte de ensino, com o título de *corpo de cadetes*, ou escola militar, ou *Colégio dos Nobres*, atrevo-me a propor à minha pátria esta sorte de colégios, não somente pela suma utilidade que tirará desta educação a nobreza, mas, sobretudo, o Estado e todo o povo.»

Aí está o aviso do cristão novo seguido e executado dois anos depois, quanto à fundação do Colégio dos Nobres. Depois indica o doutor Ribeiro Sanches as ciências que devem ensinar-se já no colégio, já nas aulas militares. Todas entraram na organização dos estatutos [2].

Escritor de menos fôlego, porém mais de combate e propaganda, foi Francisco Xavier de Oliveira, mais literariamente conhecido pelo «Cavaleiro de Oliveira». Nasceu em 1702. Em 1734 saiu de Lisboa para Viena de Áustria como secretário do conde de Tarouca. «Por motivos que são para mim misteriosos apesar do que se tem dito, largou o lugar de secretário e passou para Holanda em 1740», diz o Sr. Inocêncio Francisco da Silva (*Dicionário Bibliográfico*, Tomo III, pág. 90). Os motivos explica-os o próprio Cavaleiro de Oliveira, no Tomo II, pág. 241, das *Oeuvres Mêslées*, ou *Discours Historiques*, etc., Londres, 1751. Traduzimos: «*Ignacio Maure Valmagini*<sup>74</sup> ousou a insolência de dizer em Viena que a Ordem de Cristo só servia ao rei de Portugal para recompensar os malandrins e devassos dos seus estados. É espantoso, e todavia é certo que o conde de Tarouca, por via de regra estrénuo defensor daquela ordem cujo hábito usava, teve a pusilanimidade de disfarçar e até desculpar a petulância de Valmagini. Eu de mim não lha pude perdoar; irritei-me a ponto de ameaçá-lo de o despejar à rua pela janela; e decerto lho faria, se nesse momento não houvera perdido o poder que já tivera de castigar quem ousasse ultrajar ou caluniar o meu soberano em minha presença. Este milanês teve parte nas desavenças que me apartaram do plenipotenciário; e isto me obrigou a deixá-lo, a sair do serviço de Portugal, e a defrontar-me com infintos infortúnios travados desde então até hoje.»

Falto de recursos começou logo a publicar em Amsterdão as *Cartas*. O primeiro tomo saiu em 1741; o segundo em 1742, e parece, segundo o autor confessa, que bons lucros auferia de Portugal, quando o Santo Ofício lhe estancou essa única fonte de recursos. Narra ele assim, com altivez e aprumo na desgraça: «Disse eu na minha carta 56, e ainda agora repito, que *alguns padres da Igreja levados de certos princípios (emprestador se pode dizer dos pagãos que tinham reconhecido a excelência do*

<sup>74</sup> Humilde arquitecto milanês, valido do embaixador de Portugal.

*celibato) preferiam este estado ao do matrimónio...* O padre inquisidor Frei Manuel do Rosário, revistando o segundo tomo das minhas *Cartas*, fez a censura que vai ler-se. Tal censura, que me alcunha de herege, apesar de me lá chamar católico romano, fez efeito e acertou o tiro. Não somente ocasionou a proibição dos meus escritos em Portugal, mas deu azo a que os inquisidores se apossassem de todos os exemplares das minhas obras existentes em Lisboa. Este roubo que me fizeram *in nomine Domini*, e sem escrúpulo, causou-me grandíssima perda.» E ajunta em nota: «Esta perda orçou por seis mil cruzados, ou quinhentas libras esterlinas.»

Em 1744 já estava em Londres, onde encontrou Sebastião José de Carvalho, enviado de Portugal, e em 1746 abjurou solenemente a religião católica romana.

Em Janeiro de 1751 começou a publicar os três tomos das *Oeuvres Mêslées* por subscrição. Diz que as escreveu primeiramente em português para ensinar aos seus compatriotas o que uns ignoram í outros não querem que se lhes diga; e acrescenta que estes vingaram amordaçá-lo, de modo que os anátemas inquisitoriais o fulminariam, se ele escrevesse no seu idioma, e lhe fariam perder irremediavelmente todo o fruto do seu trabalho. Aí respira o protestante a largos pulmões invectivando contra o papado e contra a Inquisição. Sem embargo de defender a perseguida raça dos israelitas, queixasse de ter quatro assinantes apenas entre os judeus. «Como prova», escreve Xavier de Oliveira, «de que a ignorância dos judeus é tão crassa em Inglaterra como nas outras partes, é que eu só tenho quatro assinantes neste país: o Dr. Castro Sarmiento, o Sr. Rebelo de Mendonça, o Sr. Abraham Viana e o Sr. Rattom... Há cinquenta anos», exclama ele, «se a minha obra carecesse de subsídio, bastaria o que eles me dariam quando lá havia homens ilustrados e generosos.»

Como Francisco Xavier de Oliveira, desde o primeiro número, atacara o Santo Ofício, foi grande o seu júbilo quando leu na *Gazeta de Londres* que o rei de Portugal decretara que as pessoas condenadas à morte pela Inquisição não fossem executadas sem prévia revisão das sentenças, aprovadas em conselho e assinadas por el-rei. «Quando principiei a publicar as minhas brochuras em Janeiro», diz ele, «não esperava receber tão cedo confirmação tão poderosa como esta do rei!...» Não obstante os clarões de vida nova que alvoreciam para Portugal, a sua apostasia inabilitou-o para ser considerado português, e haver dos espíritos seus correligionários, como o conde de Oeiras, porém mais reservados em sua hipocrisia, algum benefício. Com referência ao terremoto de 1755, escreveu no ano seguinte um opúsculo intitulado: *Discursos Patéticos a Respeito das Calamidades Presentes Sucedidas em Portugal Dirigidas aos Seus Compatriotas, e em Particular a S. M. F.* O protestante insinuava ao rei a apostasia; duvidava do purgatório e tratava de superstição o sufragar os mortos. Roga a el-rei que extermine duma vez a Inquisição. Não poupa, como era de justiça, os inquisidores, e contra os papas não é mais parcimonioso de vitupérios Advoga a plena liberdade dos hebreus. Atacando uma superstição para cair em outra de igual espécie, afirma que o terremoto era a expressão da justiça divina irada contra o modo como em Portugal idolatramente os homens se dirigem a Deus, à laia de todos os católicos romanos. Vota pela abolição do culto das imagens dos santos. Condensa em poucas páginas um livro condenado em 1750, que por esse tempo se reproduziu em lugar incerto, com o título de *Dissertation sur l'Honoraire des Messes*, atribuído a Dom Guiard.

Este folheto abriu o corpo de delito para o processo de Francisco Xavier de Oliveira no tribunal da fé. Foi «relaxado em estátua». Semelhante pena na ausência equivalia a ser queimado vivo se estivesse ao alcance dos familiares do Santo Ofício Quando garrotaram o padre Malagrida, em 1761, também queimaram a estátua do herege Oliveira. «Rara coincidência!», nota discretamente o biógrafo que acrescentou à

segunda edição das *Cartas* a notícia do autor. «Saírem condenados no mesmo auto o chefe do partido dos devotos e o maior adversário deles!» Isso, porém, não impediu que Francisco Xavier de Oliveira ainda vivesse vinte e dois anos, posto que pobremente. Morreu em Hachney, em 1783, já viúvo de sua segunda mulher Eufrosina de Puechberg e Enzing, com quem casara em 1743, em Viena de Áustria, sendo já viúvo de D. Ana Inês de Almeida, quando saiu de Portugal.

Francisco Xavier de Oliveira é estimável e prestante pelas suas cartas mais eruditas que familiares; mas, como quer que sejam, importantes pelo bosquejo dos costumes coevos. É principalmente curioso nos livros que escreveu em francês em que anedoticamente descreve a corrupção dos maiores vultos do seu tempo. Nas *Mémoires du Portugal* repele bizarramente as calúnias propaladas por escritores estrangeiros contra Portugal. Pobre e sequestrado da pátria, paga-lhe o desamor escudando-a das injúrias de estrangeiros, mas ressalva o direito de exprobar as instituições que aviltam o seu país.

As obras de Cavaleiro de Oliveira precederam as de Voltaire na convivência das principais personagens que o conde de Oeiras chamara à direcção dos negócios e da instituição pública. O anátema que fulmina o Tomo II das *Cartas* deu aos livros do escritor desterrado os predicamentos do fruto proibido. A raridade do livro acrisolou a curiosidade e predis pôs os ânimos para aceitarem os outros opúsculos virulentos como as diatribes de todos os apóstatas de uma religião, e neófitos escandecidos de outra. Francisco Xavier de Oliveira conhecia insuficientemente duas línguas em que escreveu. A pretendida singeleza do seu dizer era verdadeiramente escassez de significados; no entanto, os seus três tomos das *Oeuvres Mêslées* são uma obra de luta a todo o transe em prol da liberdade de consciência: tem o principal das ideias que desde a Reforma soavam na Europa, excepto em Portugal. Pena é que da altura dos grandes princípios cartesianos em filosofia se abata a remedar as chocarrices dos maus imitadores de Voltaire.

Com mais prestadios e humanitários propósitos floresceu no mesmo período de gestação o arcediogo Luís António Verney. Nasceu em 1713, graduou-se mestre em artes na Universidade de Évora e, saindo da pátria, doutorou-se em ambos os direitos na Universidade de Roma, donde nunca voltou mais a Portugal, e faleceu em 1792. É considerado, em relação à época, insigne filósofo pelos seus livros didácticos; e, modernamente, um historiador da filosofia portuguesa o coloca na vanguarda dos que concordaram a filosofia com a teologia.<sup>75</sup> Verney segue Condillac e Locke na sua lógica: é sensualista. Por causa deste sistema, que tanto destoava da escola aristotélica pura, foi o inovador atacado pelos assessores da escala jesuítica, e nomeadamente pelos padres José de Araújo, Joaquim Rebelo e Francisco Duarte, vigorosos polemistas do instituto. Porém, como a causa estivesse decidida pela maioria dos votos inteligentes a favor do arcediogo de Évora, os contendores mais o vulneraram com insinuações insidiosas de jansenismo de que por concludentes raciocínios. *O Verdadeiro Método de Estudar*, do Padre Barbadinho (Verney), é o motor mais progressivo que a chamada idade de ferro das letras portuguesas podia receber, não só de um homem, senão de uma academia empenhada na reforma. Verney, só de per si, multiplicando-se com diversos

---

<sup>75</sup> Não foi Verney, todavia, quem deu em Portugal o rebote da filosofia cartesiana e impulsionou o acordo de Aristóteles com Newton. O padre João Baptista, da Congregação de S. Filipe Néri, ensinou filosofia, conciliando a doutrina aristotélica com os sistemas de Descartes e Newton, e (diz Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*) alcançou a glória singular de ser o primeiro que nesta corte ditou a filosofia moderna, em cuja árdua empresa manifestou o incansável desvelo do seu estudo e a subtil penetração do seu juízo. Publicava o padre João Baptista, em 1746, o seu novo método filosófico. Barbosa dá os títulos latinos dos dois primeiros tomos em fôlio.

disfarces anonimamente para redarguir vitorioso aos diversos adversários, fez mais que as academias que o precederam e seguiram, completamente estranhas aos assuntos capitais da instrução moral e, pelo comum, embevecidas em legislar poéticas para o teatro e retóricas para os discursos. Na vitória do egrégio lidador influíram bons auspícios, porque embora silenciosos durante a luta, eram de sua parcialidade todos os homens ilustrados como o franciscano Cenáculo e o congregado Francisco José Freire. Luís António Verney polira em Itália, no crisol de todas as renascenças, as armas com que lutou e venceu. Gozou largos anos ainda do seu triunfo, porque a semente lançada por ele à terra portuguesa frutificou rapidamente, e deu frutos sazoados no dia 23 de Dezembro de 1770, quando uma carta régia criou a Junta da Providência Literária, cujos membros, para assim dizer, sectários de Verney, eram os encarregados de planearem os novos estatutos da Universidade de Coimbra. O autor do *Método de Estudar*, se residisse em Portugal, permanecería estéril como grande parte dos seus sequazes. A distância donde remessava os dardos deu-lhe a coragem inflexível. Em Portugal não teria galardão nem braço poderoso que o afoitasse; senão vejam com que ingratição o rei e o seu universal ministro deixaram esquecido em Roma o português mais distinto em variada ciência. Verney para todo o bom saber de humanidades deu bons alvitres, mas como escritor é muito menos correcto que os seus adversários da Companhia de Jesus, e muito inferior aos homens que na Europa abalizaram os grandes progressos. Os seus triunfos proporcionaram-lhos as circunstâncias muito mais do que a alta compreensão a que não soube elevar-se. Encontrou já desbravada a maior espessura dos espíritos portugueses pelo *Teatro Crítico*, de Feijó. Portugal leu tanto como Espanha as audácias revolucivas daquele crítico. Os admiradores de Luís António Verney foram educados pelo espanhol, que floresceu vinte anos antes. Poucos dos mais consagrados monumentos da literatura portuguesa deixou de vincar com a sátira. Escarnece dos versos de Botelho Souto Maior e Chagas; e com igual sorriso afronta Luís de Camões, indignando-se que o hajam comparado e anteposto a Homero. Isto marca a miopia analítica de Verney e dos outros que lhe provocaram a crítica; porque o entrar em confrontações de poetas da Renascença com os remotos modelos denota que a análise não pode chegar à intelecção do altíssimo espírito de nacionalidade de *Os Lusíadas*. Trigoso, na sua *Memória sobre e Estabelecimento da Arcádia de Lisboa (Memórias da Academia, Tomo VI)*, apreciou com desapassionado respeito o autor do *Verdadeiro Método*: «Verney não era o único português que então conhecia a geral decadência dos nossos estudos, ou melhoramentos que eles podiam admitir; além disso, estava mui longe de ser um escritor digno de imitação pelo seu estilo, e pela sua linguagem; mas foi o primeiro que melhor soube, e até por estar ausente da pátria melhor pôde, combater o antigo sistema literário em toda a sua extensão, e abrir o caminho a mais aperfeiçoados métodos de estudos. Se muitas vezes arrancou incautamente a boa com a má semente do campo da nossa literatura; se a sua crítica, além de severa, se mostrava muitas vezes pungente e desabrida, foi por estes mesmos defeitos que ele conseguiu acelerar a saudável reforma dos bons estudos. A sua obra foi um verdadeiro pomo de discórdia que excitou os letrados de todo o reino e de fora dele a sustentarem reciprocamente com todo o aparato ou de razões ou de injúrias a boa ou ma causa que cada um patrocinava: destes primeiros combates se podia facilmente prever a quem pertenceria a vitória.»

Alexandre de Gusmão, nascido na vila de Santos, na província de 5. Paulo, doutorou-se em direito civil em Paris, cursou direito pátrio em Coimbra, entrou logo na carreira diplomática, fazendo parte do congresso de Cambrai, e foi enviado a Roma. Serviu nove anos de secretário particular de D. João V, emprego que não significa valimento, porque desde D. João IV os secretários de cada rei eram muitos simultaneamente. Foi membro da Academia Real de História Portuguesa; mas não é aí

que se afirmam eminentes testemunhos do seu saber. Alexandre de Gusmão era um talento activo, radiando mais forte luz que a reflexa dos livros meditados no gabinete. As *Cartas* caracterizam-lhe a perspicácia, a lucidez, a modalidade, para assim dizer, do pensamento que já parece aquecido à luz do século XIX. Ri e satiriza com uma agudeza original nos estadistas. Quem o lê, e conhece os homens que o rodeavam na corte de D. João V, imagina-o sobranceiro a uma chusma de parvoeirões e acredita que a escola dos políticos do seguinte reinado a fizeram as suas doutrinas. Em pouco o reputamos como poeta; foi-o igual aos seus contemporâneos; mas superou a todos na difusão de conhecimentos que não são da alçada de poetas. Teve melhor que a lira, a eloquência prática e a mordacidade urbana que, nas sociedades corruptas e de escurecida inteligência, fazem o milagre de Anfião arrastando as pedras com que os novos cimentos das sociedades se refazem. As *Cartas* de Alexandre de Gusmão não se encarecem como obra escrupulosa de linguagem; mas na esperteza da observação, na solércia da crítica, e para quem antepõe estudos sociológicos a prolixidades linguísticas, o secretário de D. João V excede António Vieira e D. Francisco Manuel de Melo. A biografia de Alexandre de Gusmão tem amargurados lances desatendidos dos biógrafos brasileiros, que desde a sua emancipação classificam, com vaidade honesta, mas injudiciosamente, Alexandre de Gusmão entre os bons espíritos da sua pátria, como se no século XVIII houvesse escritores brasileiros distintos dos portugueses. Alexandre de Gusmão casou em anos bastantemente adiantados, à volta dos cinquenta, com D. Isabel Maria Teixeira Chaves, filha de Francisco Teixeira Chaves, fidalgo da casa real. Era uma senhora prendada e bem dotada. Pelos serviços de seu pai fora ela despachada com a comenda de Santa Comba dos Vales, com a alcaidaria-mor da Piconha e com a tença dos Portos Secos. Em 1749, quatro anos antes de falecer, Alexandre de Gusmão tinha dezanove mil cruzados de renda, provenientes dos seus emprego, comendas e prazos, cujos rendimentos ele particulariza em uma carta datada em Lisboa, em 19 de Fevereiro de 1749, e enviada ao seu amigo padre João Monteiro Bravo.<sup>76</sup> Esperava arredondar no ano seguinte vinte mil cruzados. Era feliz. Nascera-lhe naquele ano o seu primeiro filho, de quem foram padrinhos os monarcas. Chamou-se Viriato o menino. «Permita Deus que algum dia venha a fazer que seja de um santo o nome de Viriato que já foi de um famoso capitão português», escrevia o pai. Descreve o seu viver doméstico aprazivelmente, quando oferece hospedagem ao amigo: «...Vossemecê há-de vir para a nossa companhia e usar desta casa em tudo e por tudo como sua. Da gente que nela achará espero se não há-de desagradar, porque não há mais que uma suma quietação e união perfeítíssima de génios todos dóceis, excepto o meu, que vossemecê já se tem acostumado a sofrer, e todos o hão-de tratar com amor e sinceridade de irmãos; e, suposto não temos de casa quem jogue xadrez, temos quem toque quatro sonatas sofrivelmente.» Teve ainda segundo filho, em 1751, que se chamou Trajano. No ano seguinte, os dois filhos, e não sabemos se a esposa, morreram no incêndio da casa. É certo que ela já não vivia quando Alexandre de Gusmão, alanceado de horrendas dores, morreu no último dia do ano de 1753. Que fim tiveram os prédios de Alexandre de Gusmão? O prazo de corte da vila, entre Azambuja e o Tejo, que ele comprara, em 1749, por quarenta mil cruzados? E os bens que tinha no Brasil? Enfim, onde se afundiu o capital que rendia dezanove mil cruzados? Sabemos que em Maio de 1755 uma credora de Alexandre de Gusmão, Ana Maria do Vencimento, fazia penhora em uns brincos de diamantes e rubis e em um laço e fita com o hábito de Cristo, os quais foram vendidos em hasta pública para pagamento da dívida; e os bens imóveis teriam análogo destino. Verdade é que em 1749 ainda ele se via incomodado com os credores, e

---

<sup>76</sup> Veja *O Panorama*, Tomo IX, págs. 278 e 279.

escrevia: «E o certo é que por estes primeiros quatro ou cinco anos hei-de meter, como dizem, agulhas por alfinetes, até me alimpar da carepa das dívidas, que, enquanto as há, não tenho descanso. Porém, uma vez que me veja livre delas, terei com que passar decentemente.» Não chegou a completar de vida os cinco anos em que esperava remir-se; mas que, nesse transcurso de tempo, chegasse a apuros de empenhar o hábito e as arrecadas da esposa, ao mesmo tempo que conservava carruagem, é isto uma incongruência que só pode sair bem combinada com grandes infortúnios inopinados em tentativas mercantis ou desordem de regime em que não são raros maiores prodígios. Como quer que seja, há escuros segredos a dilucidar na biografia deste estadista, que rias ciências políticas foi mais arguto que D. Luís da Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado espírito do seu século.

## II

**Arcádia Ulissiponense:** intuitos desta academia, Pedro António Correia Garção (os seus discursos inéditos, factos desconhecidos da sua biografia), António Dinis da Cruz e Silva, Domingos dos Reis Quita. **Teatro:** António José da Silva (vista retrospectiva), Francisco José Freire, Manuel de Figueiredo. **Poetas estranhos à Arcádia:** Luís Pinto de Azevedo Coutinho, Domingos Pires Monteiro Bandeira, padre Francisco Manuel do Nascimento (*Filinto Elísio*), José Anastácio da Cunha, Nicolau Tolentino de Almeida.

### Arcádia Ulissiponense

Uma oração inédita de Pedro António Correia Garção, distinto entre os árcades, nos dá idónea e suficiente notícia dos intuitos desta assembleia de bons cultores das letras, intencionados a regenerá-las. Foi este discurso, com muitos outros, excluído das obras impressas em 1778; porque, sendo aí elogiado hiperbolicamente o marquês de Pombal, que desde o ano anterior politicamente havia morrido, os editores excluíram prosas e versos honrosos para o marquês, a fim de não estomagarem o protector a quem o volume das obras póstumas de Garção foi oferecido, o visconde de Vila Nova de Cerveira, ministro, de quem disse um poeta contemporâneo:

*Grã-besta que chegou a ser grã-cruz.*

A oração que vamos trasladar foi recitada no terceiro ano da fundação, em 1758. Florescia no seu máximo esplendor a Arcádia, de cuja criação diremos o que se não souber do discurso de Correia Garção, que, ao mesmo tempo, se nos figura o mais espontaneamente eloquente, e o menos carregado de confeitões retóricas. O orador principia dando graças à Virgem Maria, protectora da Arcádia, sem o auxílio da qual considera impossível o próspero êxito com que os árcades saíram com a empresa de regenerarem as letras pátrias. «Quem será tão bárbaro», exclama Garção, a nosso ver, mais poeta que devoto, «que, olhando para os progressos da Arcádia, não reconheça que só a força de tão alta protecção podia adiantá-los ou, para melhor dizer, coroa-los com tanta honra e glória? Se fitarmos nossas reflexões no restabelecimento desta sociedade, e ponderarmos os terríveis embaraços que foi necessário vencer, ficaremos persuadidos de que não houve circunstância que deixasse de parecer milagre. O tempo, o lugar, a dificuldade da empresa, a magnificência da ideia, tudo pedia mais forte braço e constância invencível e extraordinária; e, quando parecia que a planta ainda estava na mão, vimos levantadas as soberbas colunas, e sobre elas fechadas as vastíssimas abóbadas deste maravilhoso edifício. Sofrei, ó árcades, que, para melhor mostrar a nossa felicidade, me lembrem antigas calamidades, à semelhança do experimentado piloto que, para bem calcular sua derrota, não se esquece de marcar o porto donde, levantando ferro e desfraldando as velas, principiou a viagem.»

Segue o melhor lance das prosas de Garção, a despeito da demasia de cores negras com que desfigura e piora as letras portuguesas anteriormente à reforma arcádia: «Perdidas e derrotadas em África, com glória das armas Portuguesas, nossas altivas esperanças, principiou a quebrantar-se o génio forte da nação, apagou-se a honra de ambição, de glória, que até àquela desastrada época nos tinha feito triunfadores invencíveis. Caíram os ânimos, enfraqueceram-se as mãos, como de quem já as destinava para as algemas; ainda entre as cinzas brilhavam, de quando em quando,

algumas relíquias da perdida grandeza daqueles bem-aventurados dias, até que finalmente caindo sobre nós a força da tirania, nos vimos sujeitos a um rei estranho, ou para melhor dizer, a um usurpador, sem fazenda, sem honra e sem Liberdade. Estas sucessivas desgraças, ao mesmo passo que embotaram as armas e oprimiram as forças da monarquia, afugentando as boas artes até ali estimadas e conhecidas em Portugal, introduziram tão estranha desordem nas escolas que, em poucos anos, perdeu a poesia portuguesa seu antigo génio.

A nobre simplicidade, a pureza da frase, a verosimilhança dos pensamentos e maravilhoso das ideias, a energia das figuras, tudo foi ti atado com desprezo. Jactava-se a barbaridade daqueles tempos, que assim sacudiu o jugo das regras nimamente austeras, e que só serviam de oprimir a força do espírito: tão prolixos eram os pontos de liberdade uns homens que arrastavam grilhões! Correu o tempo, e chegou o grande momento que quebraram os Portugueses os cepos em que gemiam. Subiu ao trono um legítimo herdeiro do ceptro e das virtudes de D. Afonso Henriques; mas o que era até então efeito da miséria e do cativo veio a ser a consequência da alegria. A teimosa guerra com que nos vimos obrigados a rebater a fúria dos Espanhóis ainda não permitia que entre o ruído das armas e motim dos tambores se desse ouvidos à harmonia das musas: continuava a decadência. Ajustou-se a paz: sossegaram-se os ânimos: mas tão inveterado estava o contágio que, se houve quem o intentou, não houve quem não desesperasse da restauração das belas-letas, das artes e das ciências em Portugal. O negócio era tão importante e de tão difícil êxito que nem ainda o grande espírito e pródiga mão do magnífico D. João V pôde conseguir mais do que lançar os primeiros fundamentos. Estimou os sábios, premiou os mestres, enriqueceu as livrarias do reino e fundou a Real Academia da História. Roubou-lhe a morte esta glória, quando principiavam a amanhecer em Portugal as primeiras luzes do bom gosto, da verdadeira erudição e da prudente crítica. Devemos alegrar-nos de ser incontestável que o primeiro documento em que podemos fixar a época desta restauração é o papel crítico que compôs e imprimiu o árcade *Sincero Jerabriense*<sup>77</sup>. É verdade que alguns espíritos mais fortes tentaram esta empresa ainda hoje árdua e então impossível; mas, como nas primeiras escolas reinava certo espírito de opinião, que soberbamente sustentava o espírito do "mau gosto", o *Verdadeiro Método* ou se não conhecia ou se desprezava. Fundaram-se academias. Algumas permaneceram sem mais fruto que o de propagarem o contágio. Nos últimos anos do próspero reinado de D. João V apareceram os primeiros crepúsculos do "bom gosto". Já então a Sociedade dos Ocultos, estabelecida em um palácio em que sempre habitaram as musas, e fundada por um génio extraordinário, herdeiro não só do sangue, mas também dos raros talentos e virtudes de seus eruditos progenitores<sup>78</sup>, trabalhava neste tempo na restauração da língua portuguesa, do estilo e da boa poesia. Poderia ser que a ela (à Academia dos Ocultos) se devesse toda a glória, se a pública desgraça não separasse tão útil e tão sábia companhia<sup>79</sup>. Em um tempo de calamidades e aflições, quando parecia que os Portugueses só tratavam de reedificar Lisboa e de restabelecer os seus particulares interesses – quando seria desculpável que as musas fugissem do nosso continente, quando se julgaria que as artes jazessem sepultadas nas ruínas da cidade –, numa palavra, quando era impossível tratar da restauração das ciências, então, ó árcades!, chegou o feliz instante de nos ajuntarmos, então fundámos esta sociedade, jurando padroeira dela a Imaculada Rainha

<sup>77</sup> José Xavier de Valadares e Sousa Garção reporta-se ao opúsculo daquele escritor: *Exame Crítico de Uma Silva Poética Feita à Morte da Ser. Sr<sup>a</sup> Infanta D. Francisca*, 1739. Era autor da silva Caetano José da Silva Souto Maior, antenomaticamente o *Camões do Rossio*.

<sup>78</sup> Alude a D. Francisco Xavier de Meneses, quarto conde da Ericeira.

<sup>79</sup> Refere-se ao terramoto de 1755.

dos céus e da terra, debaixo do inefável título da sua puríssima Conceição.»

Relembra o orador os benefícios devidos à influência da Virgem protectora, e especializa entre os mais generosos o admitir-se a crítica em Portugal!

«Adoptámos o sistema da crítica», prossegue o poeta, «da crítica! – fenómeno literário, se lhe posso assim chamar –, que era em Portugal espantoso prognóstico de desastres e que não era visto entre nós com menos susto do que um eclipse entre os Godos! Pois veio a ser recebido com sereno gosto, veio a ser desejado, conheceu-se que esta era a estrela que nos devia guiar, e que sem as luzes da crítica não podia descobrir-se o verdadeiro gosto. Persuadimo-nos que era amizade e não ódio a recíproca correcção das nossas obras; e quem expunha ao público os seus escritos sem lhe dar com esta lima o último polimento, sujeitava seu nome ao desprezo do mundo. Conhecemos que sem imitar os antigos era impossível enriquecer as nossas composições das infinitas belezas poéticas que descobre a cada passo quem frequenta a lição dos Gregos e Latinos, e que neste ditame de Horácio consistia o máximo segredo do "bom gosto". Principiámos a familiarizarmo-nos com Homero, Sófocles, Virgílio e Terêncio: e estes nomes que entre nós eram estranhos e unicamente serviam nas dedicatórias, passaram a ser os ídolos de nossos estudos. E que devíamos, ó árcades, esperar de tão súbita e feliz mudança? Ganharam as nossas obras nova reputação; conciliou respeito o nome de *árcade*; e desejou o público assistir às nossas conferências. Atrevemo-nos a louvar um príncipe a quem Plínio podia sem lisonja recitar o famoso panegírico de Trajano. O mesmo foi ouvirem-nos que estimarem-nos, os homens mais sábios e prudentes. Olharam para o fruto do nosso trabalho como para uma vantagem da nação. E a grande alma daquele vigilante ministro, que não tira os olhos do adiantamento da pátria, com públicas demonstrações nos honrou e animou, para não desistirmos da dificultosa, mas ilustre empresa a que sacrificávamos os nossos estudos. Segunda vez nos ouviu, segunda vez nos honrou; de sua mesma boca ouvimos expressões com que em Portugal não costumam falar os ministros. Podemos asseverar que vimos aquele grande coração e que nele estava vivamente impresso o incansável zelo com que trabalha pelo bem dos seus compatriotas, com que honra e com que estima os portugueses beneméritos. Não tardará muito que o público conheça que este género de letras lhe merece uma séria protecção, e que as estima, porque as conhece.»

As últimas linhas explicam o refugio desta oração que em si compendiava o programa da Arcádia; e também impugnam a afirmativa de alguns escritores beneméritos que nos inculcam o ministro de D. José adversário dos sécios da Arcádia; e outro sim demonstraram essas linhas blandiciosas que o poeta Garção lisonjeou o conde de Oeiras com encarecimento igual e talvez merecido ao dos outros panegiristas seus contemporâneos. Em prosa fraseava o incenso como no verso; e, dado que nos haja dito na *Epístola*, de pág. 382:

*que detestou a vil lisonja  
sem humilhar-se ao cheiro do despacho,*

nós temos e aqui deixamos impressa neste livro a sua formosíssima ode ao conde de Oeiras, rasgada talvez na hora em que os colectores a encontraram em seu espólio. Damo-la como inédita, atendendo muito ao seu valor literário e alguma coisa ao que ela demonstra do ânimo de Garção, cuja hombridade e sobranceira tem sido moda encarecer [3].

É, porém, tempo de entrarmos na demorada exploração de ignorados segredos da vida do principal entre os reformadores da poesia no século XVIII.

A biografia de Pedro António Correia Garção não podemos bosquejá-la à

semelhança das outras, porque nos propomos elucidar as incertezas que a têm dificultado a biógrafos investigadores. Não a pesquisas nossas pessoais, mas à possessão casual de valiosos manuscritos se deve atribuir o que dissermos novo a respeito de Garção. O manuscrito de poesias e discursos inéditos do árcade *Coridon Erimanteio* possuiu-o o cónego conimbricense Manuel de Figueiredo, nomeado duas vezes pelo académico Trigoso na mais conhecida que notável *Memória* sobre a Arcádia. Figueiredo, segundo Trigoso escreve, possuía papéis, documentos particulares e produtos inéditos da academia dos árcades seus coevos e amigos. O secreto processo de que se serviu para haver poesias e discursos de Garção ele mesmo o desvela em uma nota com que prefacia a colecção das poesias que em parte comentou. Diz assim: «Lê e medita. Goza os frutos dos meus inocentes roubos. Para agora leres, foi necessário que mão doméstica, a quem nada se podia ocultar, fosse a mesma que, generosamente infiel, me desse com sumo recato algumas das composições que aqui vão copiadas.» Houve-as da esposa de Garção, pois que o poeta se esquivava a dar cópia dos seus escritos. «*Coridon*, tão digno entre nós de nome eterno», escreve o cónego Manuel de Figueiredo, «não sei porque oculto mistério era sobremaneira difícil em comunicar os seus escritos. Conservava-os como moeda rara em si, com avareza suma; especialmente depois que a crítica indiscreta se atreveu a riscar-lhe parte da sua terceira belíssima oração, etc.»<sup>80</sup>

Pedro António Correia Garção nasceu em Lisboa a 29 de Abril de 1724. Frequentou o curso de leis alguns anos; e quando tinha vinte e seis de idade casou com uma senhora ilustre dotada de alguns bens de fortuna e da propriedade de uma escrivãzinha na Casa da Índia. Garção fez a sua estreia literária na Academia dos Ocultos, onde em 1754 recitou o poemeto intitulado *Ao Infante D. Pedro não Consentindo que se lhe Levantasse uma Estátua*. Alguns biógrafos conjecturam que esta poesia fosse escrita muitos anos depois, para tecerem a inverosímil hipótese de ser ela a causa do ódio de Pombal e da prisão do poeta em 1771. A respeito, porém, deste poema, que os primeiros editores das obras de Garção chamaram «epístola», e os segundos chamaram «fala», já o Sr. Inocêncio Francisco da Silva rejeitou a época da composição que lhe assinaram. O destro bibliófilo, conquanto não fundamentasse as suas dúvidas, achou a verdade com o discernimento que adquiriu no meneio e na longa prática desta espécie de estudos em que a intuição descondensa as escuras da cronologia. À margem do traslado do poema, feito pelo cónego Figueiredo, lê-se: «Para a Academia dos Ocultos, 1754.»

Esta academia fora fundada pelo conde da Ericeira, nos últimos anos do reinado de D. João V. Está hoje esquecida, ou apenas lembrada, como coisa de nenhum cabedal entre as menosprezadas assembleias literárias, tendo sido ali que mais seriamente os homens novos respondiam ao convite de Verney. Ali conceberam os sócios mais distintos o pensamento da Arcádia. Manuel Nicolau Esteves Negrão, poeta, e mais erudito que poeta, com António Dinis da Cruz e Silva e Teotónio Gomes de Carvalho, afervoraram e executaram o projecto em 1757, aliando a si desde os primeiros passos Pedro António Correia Garção, com o nome arcádico de *Coridon Erimanteio*. Não nos deteremos por agora na apreciação dos sócios de Garção, visto que nos propomos individuar-lhes especialmente a posição entre si. Os estatutos da Arcádia dispunham a formação de escola de exemplos à boa poesia e eloquência, por maneira que estas artes

---

<sup>80</sup> A «terceira oração» é referência às orações manuscritas e inéditas que Figueiredo coligiu. Depois daremos notícia da oração referida.

se restaurassem com as antigas belezas<sup>81</sup>. Nos primeiros cinco anos dissertou Garção acerca do verdadeiro carácter da tragédia, sobre poesia, inculcando a imitação dos autores antigos; sobre a necessidade da observância dos estatutos; sobre a negligência dos árcades no estudo; e ainda orou sobre louvores devidos ao monarca. Estas dissertações e orações são muitíssimo ornadas e fraldasas de supérfluas louçanias; mas revelam imenso progresso se as comparamos com os da Academia de História. Na primeira edição das *Obras Poéticas* (1778) encontram-se sete peças em prosa de Garção, pequena parte das recitadas entre 1757 e 1763. As primeiras sessões correram altercadas com virulência, à conta da conservação ou exclusão da mitologia. Garção queria o extermínio das divindades fabulosas; Dinis votou pela necessidade desses enfeites e vingou a menos cordata opinião em que por força devia abundar o maior número. Mais renhidas lutas se travaram, por causas até certo ponto irrisórias; e essas seja o próprio Garção que no-las venha revelar como novidade; pois que Trigoso, dado que fosse coevo do fundador Manuel Nicolau Esteves Negrão, não solicitou os necessários esclarecimentos que lhe faltavam quando escreveu a sua *Memória*, como ele mesmo confessa.

A Arcádia principiava a descair do veemente entusiasmo dos primeiros anos, e até da pública estimação, quando *Coridon* explicava a decadência nestes períodos de um discurso inédito: «Ainda que a experiência me tenha repetidas vezes mostrado que a vossa benignidade desculpa meus erros, confesso, ó árcades, que nunca recebi a incomparável honra de falar em vossa presença que me não achasse trespassado de susto e possuído de uma confusão invencível; mas este susto e esta confusão é certo que deviam desamparar-me quando chegasse o prometido e feliz tempo de conseguir a Arcádia a reforma da poesia e da retórica; isto é, quando vós, frequentando esta assembleia, completásseis a grande obra que empreendestes fundando esta academia para adiantamento e utilidade dos vossos compatriotas... Mas todo o aparato desta majestosa cena subitamente desapareceu. Vós não conseguistes o que intentastes, não cumpristes o que prometestes; e eu fiquei como estava envolto em grossas nuvens de ignorância, e mais cheio de temor e de espanto. Dantes só temia a vossa critica: mas agora não há indivíduo no mundo literário que me não pareça um Encelado ou um Tifeu. Eu sou como o incauto piloto que, vendo-se repentinamente acometido por negra tempestade, entre o alarido dos trovões, os sibilantes brados dos ventos, os espantosos ecos do mar e rasgados reflexos dos relâmpagos, perdendo o rumo e perdendo o ânimo, espera que sobre o desamparado navio caia a máquina celeste. Mas esta súbita mudança donde nasceu, o árcades? Houve alguma força superior que fizesse tão violenta metamorfose? O público zombou dos nossos escritos? O generoso pastor Albano fechou-nos a porta desta cabana?»<sup>82</sup> Tínhamos, quando florescia a Arcádia, maior abundância de cabedais que facilitasse a subsistência de tão numerosa companhia e houve mão tão avara que viesse a saquear as choupanas do Menalau... A Arcádia emudeceu, nossas flautas não se ouvem, o Menalau está inteiramente desamparado e até me parece que nós mesmos não nos conhecemos uns aos outros! Aquela inestimável e boa harmonia que reinava não só em nossas opiniões e doutrinas, mas até em nossas almas e corações; aquela sagrada aliança de uma pura e sincera amizade estabelecida em não menos honroso fundamento do que no comércio das ciências, dos livros e das mais perfeitas composições da eloquência, desvaneceu-se; nós mesmos (com quanta vergonha o confesso!), nós mesmos a alterámos, a substituímos e finalmente a relegámos. E por que causa? Que

---

<sup>81</sup> Veja *Memória sobre o Estabelecimento da Arcádia de Lisboa*, etc., por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. *História e Memória da Arcádia*, Tomo VI, para o conhecimento da organização interna, e outras miudezas de secundária importância.

<sup>82</sup> D. José I havia adoptado o nome académico de D. João V na academia romana dos árcades.

insana alucinação nos possuía quando nos atrevemos a dismantelar tão soberbo edifício?... O motivo, senão e menos desculpável certamente o mais vergonhoso, foi a nossa cobardia e a nossa ambição: sofri que vo-lo diga. Veja o mundo que nem só ficções têm entrada na Arcádia: se até fundamos na verdade nossos poemas e nossos pensamentos, não vos deve escandalizar que sem lisonja e sem prevenção vos exponha a verdade tal qual eu a compreendo; e prouvera a Deus que vós pudésseis reconvir-me nesta ocasião e expulsar-me de tão ilustre companhia por haver adoptado imposturas. A nossa ambição (não vos assusteis), a grande ambição de glória com que nos sacrificamos ao trabalho de tão profundos estudos foi quem nos reduziu a tão extrema penúria, foi quem executou tão vergonhosa catástrofe. Julgamos que entre montes não cabia a nossa fama: quisemos expô-la a maior teatro, e Deus, que não podia deixar proteger nossos desejos enquanto forem sinceros, não tardou em levantar-nos à maior altura de honra e de estimação. Aparecemos aos olhos do público, agradámos, fomos ouvidos, conheciam-se os nossos nomes, respeitava-se a Arcádia. Então, namorados de tão alta fortuna, nos pareceu mal tornar para um monte e viver em cabanas. Presidir numa grande sala, magnificamente decorada, rodeado de ouvintes ilustres, sábios e virtuosos, que talvez conversavam nos sucessos da campanha, enquanto nós falávamos, ou estavam com o lápis notando palavras que lhes pareceram novas, porque não leram Ferreira nem as toparam nos sermões do padre Vieira; cantamos nossos versos ao som de uma orquestra imensa e talvez imprópria: isto é que julgamos honra... Se eu sei, se eu sou poeta, se eu sou orador, quero que me apontem com o dedo e que todos me conheçam; e se isto é fruto que pode colher-se numa academia, tão tarde chega que já não merece estimação. Eis aqui, senhores, a desatinada soberba que se apoderou da nossa fantasia, até que nossas esperanças fatigadas desmaiaram, passamos do fausto para a humildade, do Estado para a maior miséria, e cheios de um abatimento de que só nós éramos autores, cruzámos os braços e oferecemos os pescoços... quero dizer: derramou a inveja, a preguiça e a ociosidade sobre nós o seu intolerável veneno. Estes vícios com mais ou menos força tomaram posse de nossos discursos: uns diziam que a Arcádia não podia existir sem patrocínio, como se fosse pouca a tutela de quem é Senhora de todo o mundo, astros e céus<sup>83</sup>. Outros julgavam que sem rendas efectivas não podia conservar-se uma companhia de homens sábios, porque sem um escrutínio de prata se não deviam eleger árcades. Outros que era indispensável fazer mais sessões públicas porque este foi o único objecto da fundação da Arcádia, ainda que tal não lembrou aos fundadores. Outros, finalmente, que não podia subsistir uma sociedade sem se efectuar a impressão de suas obras, pois sem este penacho ninguém podia fazer bons versos, nem exercitar-se na arte de persuadir, e que o público queria ver com vagar e com seus próprios olhos nossos defeitos, e que para satisfazermos tão sincera vontade devíamos, à custa da nossa reputação fazer-lhe este gosto... Se estes ridículos pensamentos não achassem aceitação e talvez aplauso entre nós, porque passaria tanto tempo sem nos ajuntarmos? Porque não haveria sessões? Porque esqueceríamos o que prometemos à pátria? Envergonhemo-nos, senhores, da repreensível cobardia, de tão culpável indolência! Contentemo-nos com o que cabe em nossas forças, que não é pouco vermo-nos livres de credores, que talvez imaginassem que não só lhes devíamos a fama, mas até os entendimentos. Não é pequena a glória de merecer grande aplauso e sabê-lo desprezar. Tempo, tempo virá em que cheguem os ecos de nosso merecimento, aos ouvidos de quem o estima<sup>84</sup>, de quem o conhece e de quem o protege, ainda quando o descobre desvalido, pobre e desprezado: já nós ouvimos de sua boca promessas que não hão-de faltar, e foi a nossa cobardia quem deixou fugir a ocasião. Cuidemos em

---

<sup>83</sup> Tomaram os árcades como protectora a Virgem Maria.

<sup>84</sup> Alude ao conde de Oeiras.

merecer o prémio, que é mais fácil consegui-lo do que merecê-lo, e ordinariamente o deseja quem o não merece. A Arcádia fundou-se para adiantamento das belas-letas e não para fazer ostentação de talentos, para divertir o público, ou para dar que fazer aos prelos...»

Das palavras alusivas ao conde de Oeiras se depreende que, bem longe de hostilizar os árcades, o ministro onnipotente ainda os favorecia com promessas. A política era de todo estranha às desavenças dos árcades, nem havia que reear de uns inofensivos poetas que, pela boca de Garção e com tão ingénuos queixumes, se penitenciavam das suas ambições de glória, de estrondo, de fama, e até de escrutínio de prata. O conde sorrir-se-ia da oração deplorativa de Garção, se lha ouvisse; e qualquer espírito positivo facilmente prognosticaria o desabamento das tais colunas que o poeta, cinco anos antes, imaginara erigidas por um milagre da Rainha do céu. Trigoso afirma indocumentadamente que «um ministro poderoso e retraído... deu fáceis ouvidos às vozes da calúnia e incautamente pretendeu subjugar a Arcádia, tomando por instrumento desta sujeição um dos seus menos distintos sécios.»<sup>85</sup> Nos discursos de Garção iliba-se a memória de Sebastião José de Carvalho quanto à nódoa de impeco aos esforços dos árcades. A dissolução fê-la o génio irritável dos próprios poetas e o natural desleixo que devia levar os sócios a uma desculpável preguiça de se ajuntarem para o fastidioso repisar de preceitos sobre poética e retórica.

A Arcádia, ao cabo de quinze anos de intermitente exercício, tornara-se desvaliosa e inútil. Produzira, a portas fechadas, um certo número de discursos, de comédias, tragédias e poemas miúdos, que só vieram a lume, pela maior parte, depois de falecidos seus autores. A luz que radiara o novo dia das letras precursoras do século XIX decerto não saiu das academias: abriu-se nos espíritos, fez-se num mundo interior de cada génio que não aferiu pelos cânones de Aristóteles, ou Boileau o impulso irresistível – foi um raptó espontâneo com que a imaginação voejou por cima das escolas, e foi inspirar-se em um alto ponto de verdade que os árcades não pautaram nem legislaram. Enferma da gangrena que pouco e pouco lhe ralava as entranhas, vasquejava a Arcádia nos paroxismos, quando Garção foi preso em sua casa, ao anoitecer do dia 9 de Abril de 1771.

Esmiucemos tanto quanto for necessário a vida particular do poeta Garção. Do modo como os biógrafos o figuram, o autor da *Cantata de Dido* era um bom esposo e pai, que repartia o seu tempo entre as obrigações do ofício, os gozos domésticos e as companhias literárias. Não se lhe atribuem casos amorosos na adolescência, e ainda menos na austera vida conjugal. Casado aos vinte e seis anos, com D. Maria Ana Xavier Fróis Mascarenhas Salema, encontramo-lo, à volta dos trinta anos, recitando na Academia dos Ocultos, na livraria do conde da Ericeira, aquele sisudo poema da *Fala do Infante D. Pedro*. Desde 1757 a 1770, ouvimos-lhe os discursos que denunciam madureza de juízo, e, no tom pedagógico, arguem muita autoridade e certo jeito de anos intempestivamente grávidos de preceitos. Pedro António Correia Garção não era a suma circunspeção em pessoa. As «Délias», as «Dirceias», as «Fílis» e as «Claras» das suas poesias conhecidas e inéditas não eram entes puramente imaginários. Garção, descuidando-se da fé jurada à esposa, amou e cantou várias damas com a facúndia congenial dos génios da sua têmpera aquecidos no exemplo contagioso de seus mestres Horácio, Tibulo e Pronércio, de mistura algum tanto com os toques fesceninos de Marcial. Quando começou a encanecer, aí depois dos quarenta e quatro anos, o vulcão do amor arquejava ainda debaixo dos flocos de neve que lhe listravam os cabelos; e, contra o costume de poetas envelhecidos e ainda moços na adoração universal da beleza

---

<sup>85</sup> *Memória*, cit., pág. 76.

feminil, Garção amava com uma tal qual materialidade em que bem mostrava ter formado os seus princípios no reinado do Luís XIV português. Protestando contra a opinião dos que excluem as cabeças encanecidas das lides do amor, escreveu Garção o seguinte soneto inédito:

*Estavam as três graças penteando  
Os cabelos subtis de Amor, um dia;  
Qual co' marfim assírio lhos abria,  
Outras andam mil gemas preparando.*

*Amor, como rapaz, de quando em quando  
Coa doirada cabeça lhe fugia;  
Porém, vê que Eufrosina se sorria  
Porque Aglaia lhe está as cãs atando.*

*O menino pasmado vê no espelho.  
Por entre os anéis de ouro reluzente,  
Branquear a saraiva da velhice;*

*Suspira e diz: «Ah!, saiba a cega gente  
Que Amor, nasceno moço, se faz velho,  
E um velho ter amor não é tontice.»*

Garção graciosamente justifica, em anos ainda, se não esbeltos, ao menos vigorosos, o amor que lhe estava cobrindo de flores o abismo. A mulher que o poeta amava era sua vizinha, filha do intendente da artilharia Macbean, escocês ao serviço de Portugal. Formosa e leviana diz a tradição, colhida por um neto de Garção; porém, esse descendente do poeta amoroso, em vez de dar a seu avô a personalidade activa e directa na história dos amores da escocesa, ou inglesa como ele dizia, constituiu-o simplesmente secretário dos afectos de um seu hóspede, em uma carta de grande consideração escrita à menina. Louvável disfarce, se o intento de seus pais foi resguardar da irrisão um homem que delinquira contra a honra em idade imprópria de desvarios eróticos.

O Sr. Inocêncio Francisco da Silva, referindo no *Dicionário Bibliográfico*, Tomo VI, pág. 390, esta história, qual lha referiu o falecido neto de Garção, ajunta: «É mister acrescentar agora, não porque o dissesse o neto, mas porque Domingos Maximiano Torres... o contara em antigos tempos a pessoa que mo transmitiu, que a tal carta havia por fim nada menos que convidar para a fuga a menina cujo estado de gravidez ia já suficientemente adiantado!...» Esta carta, cujo contexto mais ou menos perigoso não se pode conjecturar, chegou às mãos de Macbean, que, justamente irado contra o suposto amigo seu e provado amante de sua filha, a foi apresentar ao primeiro-ministro. Passada sem delongas a ordem de captura, Garção foi preso ao anoitecer desse mesmo dia na sua casa da Fonte Santa. Não se lhe instaurou processo para evitar dois opróbrios, o de Garção, chefe de família, na idade de quarenta e nove anos, e o da filha do queixoso, mulher cuja desonra ficaria oculta, se o preso expirasse com o segredo do motivo de sua prisão. Não ternos a certeza de que a esposa do poeta suspeitasse a causa da prisão; é, porém, certo que a desamparada senhora andou suplicante pelo paço e pelas secretarias a pedir que a deixassem ver seu marido, e conseguiu do rei a promessa da liberdade. Ao cabo de longo encerro incomunicável, Garção foi mudado para um dos quartos altos, onde expirou a 10 de Novembro de 1772, no mesmo dia em *que*, por ordem competente,

lhe fora dada a liberdade. Eis aqui a funesta história referida em poucas palavras pelo cônego Manuel de Figueiredo, comentando o soneto que fica transcrito. Francisco Dias Gomes, o académico de quem falaremos oportunamente, achava a causa da prisão e morte de Garção «tão fútil que é vergonha expressá-la». Com certeza era indecorosa, mas fútil não era, nem por fúteis motivos, naquele tempo, embora de despotismo cruel, se atiravam assim ao cárcere e à morte os homens qualificados como Garção. O marquês de Pombal deixava assim morrer, e até de pior morte, os inimigos políticos; mas a culpa de Garção não era fútil, nem desprezível; e bastante respeitável era a queixa do pai ultrajado, na honra da filha, pelo poeta que era seu íntimo e ia aos seus jantares, como se depreende das odes décima oitava e vigésima primeira.

Nas poesias da Garção, postumamente publicadas, encontram-se aquelas duas odes: isto nos faz presumir que os editores ignoravam o segredo da prisão, e por isso as não excluíram, ou, se o sabiam, de propósito as compreenderam na colecção para desviarem suspeitas.

O delito do árcade Garção foi interpretado diversamente e de todos os modos explicado pela crueldade do marquês de Pombal. Estamos convencidos de que o ministro, dadas as ordens competentes do seu cargo quanto à prisão do criminoso explicitamente convicto pela carta, nada mais fez em agravo do preso, nem podia operar acto algum em seu benefício, harmonizando-o com o rigor da justiça. Entre o ser processado ou morrer não julgado nos tribunais, é de supor que o preso optasse pelo segundo alvitre. Sofrendo e morrendo por causa desconhecida, seus filhos não herdavam a tal qual desonra de seu pai em anos tão inescusáveis em tais culpas. E assim veio a suceder.

Não mencionaremos já agora as hipóteses que se têm aventado por conta da misteriosa prisão deste sempre lembrado reformador da poesia. São todas insustentáveis por anacrónicas, e mais que todas a que imagina que o marquês se vingara do poeta, que lera na Arcádia a *Fala do Duque de Coimbra Recusando a Estátua*, como alusão irónica ao medalhão de Pombal que se esculpiu no monumento de D. José I. Este monumento foi erguido em 6 de Junho de 1775, e Garção foi preso em 9 de Abril de 1771. Desde Garrett ao Sr. Teófilo Braga, raro biógrafo deixou de se encostar a esta conjectura; e, todavia, já em 1862, o Sr. Inocência Francisco da Silva destruía estas e outras versões igualmente inverosímeis.

A restauração da poesia não nos parece um facto literário que se possa adscrever privativamente a Garção. Todos os seus coevos, sócios ou dissidentes da Arcádia, convergiram simultâneos e uníssonos para aquele género mais convizinho da velha escola, deslumbrada pelo gongorismo. Pequenas diferenças, se algumas há, estremam entre si Garção, Dinis, França do Amaral, Francisco José Freire e outros entre os mais notáveis dos trinta árcades de que temos notícias por obras impressas ou não impressas<sup>86</sup>. Assim como, no fim do século XVII se não constituíram escolas para o abastarda

---

<sup>86</sup> O Sr. Dr. Teófilo Braga, no seu *Manual de Literatura*, pág. 426, desenrola a lista dos sócios da Arcádia, e inclui nomes de sujeitos que lá não pertenceram, por exemplo: Tomás António Gonzaga o maviioso madrigalista da *Marília de Dirceu*; Inácio Garcês Ferreira, que foi membro da Arcádia de Roma, e não o foi da Ulissiponense; e o padre José Teotónio Canuto de Furjó, que, nascendo em 1761, e tendo terminado a Arcádia em 1776, mister fora que o admittissem antes dos treze anos, porque em 1774 se considerou extinta a Arcádia com a última sessão. Cita igualmente em 20 de Janeiro daquele ano Domingos Maximiano Torres, que foi sócio da Academia das Humanidades, e pertenceu à parcialidade dos dissidentes da Arcádia, dos quais falaremos oportunamente; João Xavier de Matos nunca pertenceu à Arcádia e Joaquim José Sabino nasceu pouco antes da final dissolução daquela sociedade e morreu no Brasil em 1843. Estas coisas escreve o Sr. T. Braga a pág. 420; porém, logo a pág. 432 nos diz que Joaquim José Sabino «era estranho à Arcádia». O compêndio, como se vê, dá duas opiniões para não

mento da poesia e da prosa, também nos não atemos às academias do décimo oitavo século para explicar a transformação. Do ponto de vista em que hoje olhamos para o tempo em que a Arcádia floresceu, mal podemos graduar o quilate dos seus produtos. A evolução refundidora deste século cegou, para assim dizer, as bem esculpidas legendas dessas medalhas. Os árcades filiavam-se em Horácio, e nós perdemos o sentido correspondente a esses primores puramente convencionais; não nos enlevam as pompas da linguagem, esplêndidas de broslados; tudo isso é teatralmente fictício, trajado à romana, com umas nudezas epicuristas, ou uns desprendimentos estóicos de confeição poética. Quem, todavia, puder abstrair do seu tempo e compulsar filologicamente o progresso que vai de uma forma de exprimir a outra mais correcta, o mais que tem a arquivar são os melhoramentos consentâneos à índole de nossa linguagem, e pouco mais que nos não basta para uma forte e justa admiração destes poetas. Sem grande justiça se atribui à nova geração o menosprezo dos esquecidos árcades. A nosso ver, é uma boa acção venerá-los como mestres dos bons poetas do século XIX; mas seria hoje urna aparatosa inutilidade estudá-los, e um doce engano pedir-lhes algumas horas recreativas.

As obras de Garção têm a categoria histórica e a importância do padrão levantado na estrada por onde veio até aos mestres da geração actual o policiamento da língua, a nitidez do pensamento, a ornamentação nativa da ideia, o «*fino tacto*», como Garrett se exprimiu. Não podemos, porém, encarecer as suas comédias, odes, os seus sonetos e ditirambos como normas do bom versejar, quer os consideremos como arte, quer como inspiração.

Análogo conceito formamos dos seis tomos de poesias de António Dinis da Cruz e Silva (1731-1799), arcadicamente *Elpino Nonacriense*, tirante o poema cómico *O Hissope*, publicado em volume especial, que tem conservado a duradoura vitalidade da crítica dos costumes e da sátira das instituições, apesar da frouxidão prosaica dos versos e da sensível, posto que muito desmerecida, analogia com o *Lutrin*, de Boileau. As *Odes Pindáricas*, encomiadas hiperbolicamente por Bocage, graças ao seu affecto ao metaforismo, são uns transuntos de crónicas, uns fastos rimados das façanhas orientais que nos estão ressumando o sangue barbaramente espadanado nos estandartes triunfais dos heróis de Dinis, que são os mesmos de João de Barros e Diogo do Couto. Não lustra um lampejo de alguma suave e humana aspiração nessa ininterrupta cadeia de monótonas proezas.

Espontaneidade, virilidade, juventude de imaginação e toques de colorista ingénio teve-os Domingos dos Reis Quita, o poeta que elabora a só com a tristeza de sua abatida posição as dores que desafogou nos melancólicos poemas. Nasceu em 1726, e morreu aos quarenta e quatro anos amargamente vividos, sem centro, sem esfera, corno sucedia a todo o homem que nos governos aristocráticos se esforçava por erguer-se muito alto sobre a plana onde nascera, formando alçaprema do manso talento das poesias pastoris. Grande estádio tinha vencido quando conseguiu associar-se aos árcades, e muitíssima nobreza de alma, rara naquele tempo, devia ser a do desembargador fidalgo Manuel Nicolau Esteves Negrão, que o sentou ombro a ombro de sua prosápia. A humanidade e a democracia haviam lucrado mais nesse acto do que as letras. Considera-o Garrett o nosso primeiro bucólico. Há cinquenta anos, esta qualificação devia ser de máxima valia, porque ainda a fruta pastoril era uma forma encantadora e inocente da arte. Sobrevivia Teócrito para as comparações, e Gessner e Sannazaro para aferidores de tais engenhos. A torrente do romantismo rolou os poemas como as folhas dos salgueirais cantados, os alegorismos trágicos de cândidos *Licores* estavam a ser ridículos quando o olvido os resgatou dessa tal qual profanação. Quita

---

desagradar a ninguém. Nas listas dos velhos e novos árcades, arrançadas pelo professor citado, quem tiver paciência indague e corrija para seu uso e dos seus alunos, se os tiver.

está esquecido como Garção e como Dinis. Do primeiro, a tragédia de *Inês de Castro, Megara*, em que entrou de colaboração José Tibério Pedegache Brandão Ivo, *Astarto Hermione*; do segundo, o *Teatro Novo* e a *Assembleia*, e o *Falso Heroísmo* do último não valem como modelos nem como reacção às comédias-óperas de António José da Silva e posteriormente às imitações mais ou menos servis de Nicolau Luís.

Para ponderarmos com alguma pausa a problemática influência da Arcádia na cena nacional, retrocederemos ao ano de 1733 em que se estreou o mais popular, e por isso mesmo o mais ridentíssimo fraseador de teatro, se não quisermos conservar por obsoleta e descasada dos nossos costumes a originalidade cómica de Gil Vicente.

## Teatro

António José da Silva, hebreu de origem e nascido no Rio de Janeiro em 1705, veio de tenra idade para Lisboa, acompanhando, com seu pai João Mendes da Silva, sua mãe Lourença Coutinho, enviada ao Santo Ofício culpada de judaizante. No auto-de-fé de 9 de Julho de 1713 saiu a presa reconciliada. António José da Silva cursava direito canónico na Universidade de Coimbra, quando foi preso, a tempo que sua mãe, acusada de relapsa no mosaísmo, era reconduzida ao tribunal da fé. O réu confessou que havia abjurado, ao mesmo passo que o torturavam. Era melhor aos padecentes confessar mentindo. Deram-lhe liberdade e mestre da doutrina. Volveu a Coimbra, e graduou-se bacharel em 1733. Advogou juntamente com seu pai; e, pouco depois, casou com uma prima, já assinalada pelos tratos inquisitoriais em Valhadolid.

Poeta de inspiração galhofeira e satírica, ensaiou a índole funesta no teatro, onde contava com auditório adequado e seguros aplausos. As óperas italianas, introduzidas no reinado de D. João V, influíram na forma das óperas de António José, mescladas de cançonetas chistosas à conta dos requiebrs brasileiros que tinham um certo sainete original, e muitas vezes algumas coplas de jovial feitio. Mas o que havia perigoso nas óperas de o *Judeu* eram as mal encapotadas referências, apimentadas com a gargalhada do povo e tendentes a desvirtuar o respeito a certos homens e instituições. Tal é a *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança*, e muito mais epigramático é o *Anfitrião*, acerado venábulo que o imprudente remessara ao vértice da pirâmide, permitindo que D. João V fosse entrevisto na transfiguração de Júpiter. A *Vida de Esopo* entendia com os métodos do ensino escolástico, metendo a riso as teses que constituíam o ápice da erudição aristotélica. No *Labirinto de Creta* aluía os alicerces de todo poema do seu tempo, motejando dos elementos mitológicos, que era o mesmo que provocar a cólera dos eruditos, que depois na Arcádia, à semelhança de Manuel de Figueiredo, lhe acalcanharam o indisputável merecimento. As *Guerras do Alecrim e Manjerona*, aludindo aos dois bandos de faceiras que se rivalizavam, é a revezes salgada de pilhérias de tão baixa estola que não ousaríamos dar-lhes qualificação de graciosas. O criado «Semicúpio», dirigindo-se à criada «Sevadilha», fala neste calão: «E tu, que vens atrás, serás a seringa destas brenhas; e para o seres com mais propriedade deixa-te ficar mais atrás, pois apesar dos esguichos do teu rigor, hei-de ser conglutinado rabo-leva das tuas costas» (Parte I, cena 1ª). Ao correr da Parte II e particularmente na quinta cena as indecências rebentam com as gargalhadas e desmentem a conjectura de que o teatro nacional se confrangesse sob o receio da censura clerical. O clero ria-se também.

Desde 1699 até 1758 que as edições das *Armas da Castidade*, do padre Manuel Bernardes, se repetiam, pregoando contra «sacerdotes, religiosos e pregadores velhos que seguiam o século, deleitavam-se com profanidades e abanavam a relaxação». Para o intolerante oratoriano, teatros e comédias eram «assuntos amatórios representados por

mulheres moças de ruim viver, bailes indecentes, trajes descompostos (e às vezes transpostos saindo a fêmea com vestido de varão), afectos lascivos, metidos em verso para se pregarem mais na memória, tonilhos e sarabandas mui picadas, que parece as inventou e diabo, galanteios tecidos com tal arte sobre a trama da história ou fábula que a alma gosta do mesmo veneno que está bebendo». António José da Silva refinara a malícia das suas óperas, representadas no Bairro Alto e Mouraria, inoculando-lhes o vírus da zombaria às coisas da ignorância religiosa ou da piedosa hipocrisia. As risadas ou público eram a vingança do hebreu inteligente; mas a luta era desigual, visto que António José da Silva não tinha, como Gil Vicente, o seu tablado nas cortes de D. Manuel e D. João III, nem tinha, como Molière, o riso indulgente de Luís XLV. Afinal, sucumbiu cerrado peito a peito com o inimigo onipotente. Dois anos esperou no cárcere do Santo Ofício, que o nome adquirido o resgatasse. Mataram-no, em 19 de Outubro de 1739, com infâmia não diremos sem igual, porque não sabemos em qual caso, e com qual vítima, a Inquisição ficasse aquém da extrema raia da protérvia.

António José da Silva, sem o trágico remate de sua vida, seria apenas aquilutado no valor de Alexandre António de Lima e Nicolau Luís. Chamar-lhe, como temos lido, «restaurador da cena nacional e criador da nossa comédia» é virtualmente abater o espírito da nação, nivelando-a pelas estranháveis desonestidades e impudicícias que ressaltam das óperas de o *Judeu*. Cognominá-lo Aristófanes é não ter lido as *Nuens* e as *Vespas* do mordentíssimo ateniense. Se o abalizarem o primeiro entre os autores de comédias populares, se o consideram o mais feliz provocador da hilaridade das turbas a um tempo rústicas e velhacas, não lhe contestamos a categoria. António José da Silva teve mais talento do que transluz nas suas comédias; e esse, abastardado na empresa perigosamente ambiciosa de um desforço em plena rampa, desfalcou-lhe a glória que lhe pudera sair na vereda de uma existência grave e pacífica.

A Arcádia motivou com o teatro de António José da Silva é dos que, à imitação de Nicolau Luís, sustentaram a curiosidade da chusma popular, a regeneração já antes preludiada por Francisco José Freire (*Cântico Lusitano*), e o primeiro apóstolo das tragédias francesas com as traduções de Racine (*Atalia*), de Sófocles (*Édipo*), de Séneca (*Édipo e Medeia*), de Eurípides (*Hécuba*), de Maffei (*Mélope*), etc., e teoricamente preceituada na *Arte Poética*, *Regras da Verdadeira Poesia em Geral*, e de *Todas as Suas Espécies Principais Tratadas com Juízo Crítico* (1748).

Estes exemplos e regras eram elaborações de entre estudiosos recentemente convertidos ao *Verdadeiro Método* do arcediogo de Évora. Nem a publicidade nem a predisposição das inteligências comuns ajudavam a frutificar os trabalhos iniciados de *Cândido Lusitano*. O teatro, mais refractário a inovações quando o sufrágio do povo as refuga, acompanhava com o aplauso o mestre-escola Nicolau Luís e as repetições das óperas de António José, e a *Ninfa Seringa*, e os *Novos Encantos do Amor*, imitações de Alexandre António de Lima. Enquanto Francisco José Freire abria um novo vau à turva corrente do gosto, a porção áulica e culta do país saboreava-se nas épocas cantadas no torreão da Casa da Índia, ou nas comédias italianas que umas crianças representavam no Bairro Alto. «Há sessenta e três anos», diz um contemporâneo nascido em 1738<sup>87</sup>, «quando se falava de bons cómicos, lembrava-se meu irmão [Manuel de Figueiredo] de alguns dos mais famosos que tinha visto em Espanha num ou noutro carácter; mas o que lhe tinha feito mais espécie e lhe ouvi em toda a sua vida, foram umas comédias que viu representar, creio que na língua italiana, no Bairro Alto, pelos anos de 1754 para 1755 por umas crianças filhas dos músicos e actores que vieram de Itália depois de 1750, para o primeiro teatro que o Sr. Rei D. José I de gloriosa memória mandou fazer ainda no

<sup>87</sup> Francisco Coelho de Figueiredo, a quem pertence quase totalmente o raro e curiosíssimo Tomo XIV do *Teatro de Manuel de Figueiredo*. Veja pág. 555.

torreão da Casa da Índia, lugar que se conserva imperfeito na Real Praça do Comércio (1815) por terem dado de si para baixo as estacas agudas com pontas de ferro, e talvez daqui nascesse não se usar mais destas nos fundamentos. Estas crianças sabiam perfeitissimamente de cor os papéis, entravam no carácter que representavam, e na acção, como entraria o poeta e as pessoas instruídas e de muita malícia», etc. Esta perversão do gosto, de que o próprio Manuel de Figueiredo parecia contagiado, prenunciava a extinção da cena nacional que já raros lampejos abria. Por 1764 nenhum teatro representava comédia portuguesa; «mas permitiam o castelhano talvez para sacar vergôntes, para enxertar fatuinhos, e para enriquecer e autorizar as clausuras», escreve Francisco Coelho.<sup>88</sup> Era o costume criado na aula de D. João V, desde que a actriz espanhola Gamarra, amante do marquês de Gouveia, professou no Mosteiro de Santa Mónica, a pedido do zeloso amator, e depois, falecido o marquês, despiu o hábito e fugiu para o marido.<sup>89</sup> «Não tinham teatro por conta da modéstia e costumes», prossegue o ingénio historiador de uma época tão escassamente conhecida, «mas a cada canto havia um presépio nas costas de um forno, num pardieiro, numas casas inabitáveis com umas esteiras velhas, e uns cordéis para disfarce dos arames. Armavam um lugar a que chamavam teatro, além dos três famosos que houve nesta cidade de Lisboa, o da Mouraria, o do Bairro Alto e o da Rua dos Condes (em que brilharam o célebre António Antunes e o Tortinho da Sé, cantando), além dos muitos volantes que giravam todo o reino, alegravam e instruíam os povos; e por um tostão ou seis vinténs, ou por metade destas parcelas em Lisboa (segundo a distinção dos lugares), se ia passar um par de horas de noite divertidas, aprender costumes e ouvir descrições. Ali aparecia o Padre Eterno para que todos tinham a risada pronta, pois já sabiam que ao aparecer, às primeiras palavras havia de acompanhar a acção; o braço direito muito estendido e a mão direita aberta e muito trémula, dava de si muitas risadas; cena que o auditório tinha presenciado toda a sua vida... A voz do Padre Eterno falando com Caim, e a precipitação dos demónios no inferno, as muitas estopadas que formavam as grandes lavaredas, as pedras atadas com cordas puxadas sobre tábuas soltas para formar as trovoadas..., os gritos das gentes polidas que faziam estes trabalhos, que todos eram de prova. O alarido dos demónios e dos condenados era vasto campo para cada um aproveitar o seu dito, a graça de que se lembrava, ou que tinha ouvido, ou estudado para esta ocasião, como na véspera de S. João que todos levavam o seu traque de bombas para deitar à fogueira.» Eis a corrupção lógica das comédias de António José da Silva: são as fezes da arte prostituída às risadas da plebe. Ressurgiam os goliardos da Idade Média, exterminados pelas *Ordenações Afonsinas* [4].

«Não tínhamos teatro», prossegue Francisco Coelho de Figueiredo, «por evitar a vista dos dois sexos, os gestos e palavras libidinosas das cómicas; mas ajuntavam-se as famílias amigas nas casas uns dos outros, nas noites dos domingos e dias santos do Inverno, para ensaiarem uma comédia (bem entendido) na língua castelhana.» Assim nos deixa o irmão de Manuel de Figueiredo entrever a degradação do teatro português, quando a Arcádia discutia e assentava as bases da sua reedificação.

Manuel de Figueiredo (*Lcidas Cíntio*) nasceu em Lisboa por 1725 e morreu em 1801 oficial maior aposentado da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Estudou línguas mortas e vivas, e as literaturas correspondentes, nomeadamente as dramáticas, paixão que toda a vida o avassalou, dado que lhe falecesse engenho para fundir de lavra própria o mal acendrado oiro colhido nas suas investigações. Manuel de Figueiredo era poeta pela contagem das sílabas. Aos trinta e quatro anos ainda não possuía a certeza da construção rítmica do verso endecassílabo. Francisco de Pina e de

<sup>88</sup> *Teatro de Manuel de Figueiredo*, Tomo XIV, pág. 312.

<sup>89</sup> Veja *Noites de Insónia*, Tomo V.

Melo, de Montemor-o-Velho, um dissidente da Arcádia, a quem ironicamente os árcades chamavam o *Corvo do Mondego*, era consultado por Figueiredo sobre o processo artístico da formação dos versos. «Torno a afirmar a vossemecê», dizia-lhe o oráculo de Montemor, que no verso de onze sílabas é indispensável que deixe de ferir na sexta, isto é, que esta deixe de ser aguda; e todo o verso endecassílabo que assim o não fizer precisamente há-de estar errado: se eu tenho alguns nas minhas poesias, como vossemecê diz, que não cumprem com esta lei, estão errados todos os que se apartarem dela; e eu desejo que vossemecê me insinue alguns desta qualidade, porque confessarei o erro ingenuamente. Por reduzir esta matéria à brevidade possível, deve vossemecê reparar em que temos três espécies diferentes de sílabas com acentos, umas que se chamam graves, outras agudas, outras esdrúxulas, etc.»<sup>90</sup>

Em outra carta do mesmo ano (1759) o fecundo Pina, com irónico ressentimento, queixava-se do desafecto que os sócios da Arcádia lhe votavam às suas numerosas composições: «Eu estou envergonhado de me declarar tanto com vossemecê, quando me consta por muitos meus amigos de Lisboa o desprezo que faz das minhas trovas a nova Arcádia Lusitana, *de que vossemecê é um tão digno consócio; e admira-me de que vossemecê queira ouvir um homem que está em tão pouca conta nesse sublime congresso*, que bem pudera advertir que para ser bom não era preciso dizer mal dos outros. Os que reconhecem a dificuldade da arte e génio poético perdoam, e não acusam as produções que saem deste divino entusiasmo. Eu bem sei que todo o motivo destas acusações é quererem que os poetas de Portugal sigam a *simplicidade francesa*<sup>91</sup>; porém os que adquiriram as brancas em um contínuo estudo, têm para eles maior autoridade os antigos que os modernos; e à vista de tantos poetas de espírito que produziu o Pireu e o Lácio não valem nada os Despreaux, os Rousseaux, os Racines, os Corneilles, etc., e eu não tenho visto de poeta francês coisa alguma que me contente senão aquele soneto de Mr. Desborreaux, que principia: *Grand Dieu, tes jugemens sont remplis d'équité*, etc. Despreaux tem uma boa epístola às vitórias de Luís XIV; por sinal que acaba naquele verso: *Je t'attend dans deux ans au bords d'Hellespont*, que ouvindo-a o conde Busi Rabutin disse extemporaneamente: *Tan, ta, ra ra, ton ton.*»<sup>92</sup> Esta crítica do autor do *Triunfo da Religião* mede a estreiteza da sua capacidade, ou o desdém irracional da velha escola. Todavia foi lido com atenção e louvor o *Teatro de Eloquência* (1766), e tal fama ganhou de poeta erudito, apesar do judicioso Dinis que duas vezes dissertara contra a sua *Bucólica*, que o próprio Manuel de Figueiredo o consultava no mecanismo do verso.<sup>93</sup>

<sup>90</sup> *Teatro de Manuel de Figueiredo*, Tomo XIV, pág. 72.

<sup>91</sup> Depreenda-se desta explícita dissidência dos sectários de Racine e Corneille a inconsideração com que José Maria da Costa e Silva arvora Francisco de Pina e de Melo em fundador da escola francesa.

<sup>92</sup> *Ob. cit.*, pág. 76.

<sup>93</sup> Nasceu na vila de Montemor-o-Velho, em 1695. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde não completou formatura porque ali se casou contra vontade do pai. Estudou assiduamente e escreveu muita farfalhice, que no seu tempo deslumbrou os invejosos. Chamava-se D. Maria Teresa Coelho de Faria sua mulher, por causa de quem o pai o reduzira a uma quase pobreza, vendendo todos os seus bens não vinculados. À míngua de recursos, foi Francisco de Pina e de Melo para Castela, onde com reverendas falsas se fez clérigo – diz uma genealogia dos Pinas de Montemor-o-Velho. Foi preso em Coimbra, quando voltou a Portugal, não por motivos políticos, mas simplesmente porque sacrilegamente agenciava a vida com ofícios sacerdotais. Sua mulher, que ainda existia, professou no Convento de Santa Iria de Tomar. Recolheu-se Francisco de Pina e de Melo a sua vetusta casa torreada de Montemor, e ainda em 1766 publicou o *Teatro da Eloquência*. Falecendo em 1767, finalizou com ele a linhagem dos Pinas, pelo que respeita ao ramo do celebrado Fernão de Pina, cavaleiro de Afonso IV. Daquela casa de Montemor saíram para a Inquisição de Coimbra Rui de Pina Cardoso, queimado em 1623, com sua mulher, Luísa Gomes, e seus irmãos Paulo de Pina, Amaro de Pina, penitenciado com cinco anos de galés, e Sebastiana de Pina, freira que passou da Inquisição para o Recolhimento das Convertidas de

E nem assim conseguiu fazê-los bons, senão raros, e raríssimos são os que fez com algum lume de poesia. O entusiasmo honrado com que pôs peito a demolir o teatro das tramóias nacionais e espanholas, levantando outro de comédia portuguesa nos costumes, e de tragédia tecida pelos modelos das nações ilustradas, foi empresa digna da sua coragem e superior ao seu talento. «Eu hei-de transmitir aos futuros», disse Manuel de Figueiredo, «com a mesma precisão e verdade os costumes do meu século, não só pela vaidade de mostrar-lhes que da nação portuguesa (que não é a que menos se incha com qualquer sorte de aplauso ou de brilhante falso e vulgar) é que saiu o primeiro poeta cómico que por sistema tratou de menor a aceitação e o riso do público; mas também para que se neles (nos futuros) houver outro homem que queira pegar na pena com o mesmo zelo que eu tive, confronto com este retrato fiel do nosso o ridículo do seu tempo para deixar-se disso, achando que o meu teatro não fez moça nos costumes: prevenção que eu não podia ter, pois não vi entre nós até o dia de hoje fábula alguma que com justos princípios de crítica entendesse com os nossos fracos ou o nosso ridículo mais que o *Passo da Freira*: tanto sem arte porém que os mais cómicos freiráticos julgaram que não eram o lobo da fábula, e saíram do teatro sem aquele requeimo com que os *Pedantes*, os *Marqueses*, *Femmes Savantes*, *Precieuses Ridicules*, etc., saíam do de Paris desejando comer os fígados e beber o sangue a Molière, dizendo enfim dele o que os meus críticos têm dito de mim, escrevendo as sátiras (de que não há fumo) e que eu já espero há muito...»<sup>94</sup> Nem a modéstia costuma descer, nem a prosa costuma levantar-se mais nos seus discursos. Resgata-o, porém, da deslavada frase e do singular desvanecimento, o motor patriótico que o impulsionou a escrever dramas para treze corpulentos tornos... «E como poderei eu persuadir sem expor-me a passar por mentiroso, ou por Quixote, que um espírito de patriotismo foi quem me meteu a pena na mão para escrever milhares de versos (não sendo nunca furioso) depois de doze anos que nem um só compunha?... Entrarem e saírem os anos sem se ver uma fábula de autor português (vergonha porque não passa outra alguma nação) era agonia que não só me afugentou dos teatros, mas até me impedia de informar das que se representavam. Ouvir a qualquer inocente criticar as traduções, e ouvir que a ninguém agradavam os dramas era um motivo para mim de desesperação.»<sup>95</sup> Todas as peças de Manuel de Figueiredo correram o fado infeliz da primeira. Querendo nacionalizar Quinault, Corneille, Regnard, Molière, Adisson e Eurípides deslustrou-os com a sua inabilidade métrica e enxabidez de versaria com Minerva adversa. No tocante, à crítica dos costumes, a *Escola da Mocidade*, os *Perigos da Educação*, a *Apologia das Damas*, o *Fatuinho*, a *Grifaria*, etc., são comédias tão desgraciosamente enredadas e retorcidas e mesquinhas da graça que dá ressaltos ao ridículo, que o desenlace vem sempre depois que a paciência se esgota. Garrett achou no teatro de Manuel de Figueiredo assuntos aproveitáveis com algumas cenas não despiciendas. Quantos mineiros audazes não terão investido de balde com aquela inexplorável mina neste país cujo teatro há trinta anos se detinha com o requentado alimento que lhe vem de fora? Não obstante, Manuel de Figueiredo ganhou com a probidade dos seus esforços o simpático affecto que mais se deve à energia sem génio que as capacidades indolentes. Aquela rara e paciente virtude de trabalhar para ingratos, com a consciente mágoa de que lhe zombavam da pertinácia, é quase um heróico desapego de amor-próprio. O incansável operário, sacrificando o tempo e os haveres, pusera o fito nas auroras de porvindouro renome. Enganara-o ainda essa suavíssima quimera, que só uma vez segredara a Milton desde as profundezas do futuro

---

Coimbra, onde morreu. Dois padres da mesma família em 1625, e D. Francisca de Melo, dezassete anos presa, falecida no cárcere e afinal, depois de morta, proclamada cristã-velha, em 13 de Março de 1683.

<sup>94</sup> *Teatro*. Tomo VII, pág. 159.

<sup>95</sup> *Teatro*, Tomo IV, «Discurso», pág. 163.

a profética realização da perenal glória.

Manuel de Figueiredo publicou em sua vida três tomos do seu *Teatro*. Volvidos anos, escrevia-lhe o director da oficina da Imprensa Régia: ...«Sendo obrigado a despejar um armazém do Colégio dos Nobres, cujo uso nos veio pelo bispo de Beja, foi necessário desentupir com o muito que se tirou os que estavam nesta oficina; entre es mais vieram os balotes das suas obras... Necessito pois de lhes dar saída; tendo-lhe vossemecê perdido o amor, haverá confeitiro que os compre a mil e seiscentos réis a arroba...» O poeta mandou rasgar a página em que estava o seu nome, e vender sessenta e três maços de arroba, que a mil e oitocentos réis renderam cento e treze mil e quatrocentos réis. «Por este modo tirou-se da perda algum proveito, abatendo-se da despesa esta parcela», diz Miguel Manescal da Costa, remetendo-lhe o afrontoso produto dos três volumes vendidos por arroba ao confeitiro.<sup>96</sup>

Por morte de Manuel de Figueiredo, um virtuoso irmão que o idolatrara e o fizera ressurgir no seu amor para o ter consigo nos restantes vinte e dois anos, reimprimiu os três tornos e mais onze de dramas com alguns fragmentos ainda no décimo quarto, quase toda composição sua. Reprovaram-lhe o descoco de fundir ouro na publicação de livros que ninguém comprava.<sup>97</sup> O inflexível architecto da glória do irmão, respondia: «Eu conheço a sua justiça; mas o público não é lesado, pois nem três exemplares vendi; mas achei o modo de os espalhar, que foi o meu grande negócio e único interesse.»<sup>98</sup> Noutra lança, diz que vendera os seus olivais da Luz para custear as despesas da impressão; e as últimas desenfeitadas páginas que escreveu das seiscentas e setenta em que deixa transluzir uma santa índole, são estas: «Dou por acabada neste momento a empresa que tomei de ficarem impressos os desejos de um português que nem teve outros empenhos nem outras ambições, tendo muitas ocasiões de lhe terem inveja ou seus émulos ou *amigos*.» Cita os votos que o animaram à árdua tarefa: são grandes nomes para que os acoimemos de abjecta lisonja; desculpem-os antes porque estavam surdos à voz do espírito nacional, e não tinham lances de olhos aquém das fronteiras do seu tempo: eram D. Frei Manuel do Cenáculo, o oratoriano Joaquim de Fóios, António Ribeiro dos Santos e Pedro José da Fonseca. «Estes quatro homens», diz Figueiredo, «tiveram carácter firme, e não me pude persuadir nunca que zombassem de mim, e menos que falassem contra o que entendiam... O poeta escreveu; eu entretive-me dezoito anos (depois que ele me deixou) com a impressão dos treze tornos, e primeira e segunda parte das obras líricas; os meus desejos e os do poeta estão completos; não prejudicarão a pessoa alguma senão ao autor e ao editor, na consideração dos que não lêem... Eu ainda não vi vencer causa alguma sem procurador activo; eu venci a minha, pois fica tudo impresso contra a vontade dos adversários. O poeta está na Eternidade há vinte anos, e eu tenho de idade oitenta e dois. Adeus.»

E morreu, volvidos dois anos incompletos, em 1822.

O *Teatro de Manuel de Figueiredo*, que possuímos com apreço, quanto a nós é um monumento de veneração para o poeta indefeso e para a sacratíssima saudade de seu irmão. Que não se esqueçam estas virtudes obscuras, que valem mais que letras esplendorosas.

### Poetas estranhos à Arcádia

Em um soneto inédito de Pedro António Correia Garção encontramos satirizados alguns dos principais adversários da assembleia dos árcades:

<sup>96</sup> *Teatro*, Torno XIV, pág. 115.

<sup>97</sup> Dois tornos constam de poesias medíocres.

<sup>98</sup> *Teatro*, Tomo XIV, pág. 286.

*Pinto*<sup>99</sup> fidalgo, embaixador da Mancha,  
 Tu, *Monteiro*<sup>100</sup> roaz, que na baralha  
 Vales por espadilha da canalha  
 Que a fama alheia com ferretes mancha;

*Padre Niceno*<sup>101</sup>, tu, patrão da lancha  
 Carrega de drogas da antigalha,  
 Que o *Bandeirinha* alvar à toa espalha,  
 Potro que noutro potro se escarrancha;

Capitão Arquimedes, tu zanolho,  
*Manuel de Sousa*<sup>102</sup> *que parece* Mendes<sup>103</sup>  
 Que da récuva aproveitas o restolho;

*Ulpiano*<sup>104</sup> venal... tu bem me entendes...  
 Se para estas coisas tenho dedo e olho,  
 Em peralvilhos jubilado tendes.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, primeiro visconde de Balsemão, era marido de D. Catarina Michaela de Sousa César e Lencastre, cujos versos inéditos e numerosos vimos em poder dos seus descendentes. Do engenho poético de Luís Pinto, e de Sebastião José Ferreira Barroco, outro dissidente da Arcádia, e muito da intimidade de Francisco Manuel do Nascimento, daremos poesias inéditas, pois que não há poema impresso de algum deles, e nada se conhece de Ferreira Barroco que justifique o elevado conceito que dele faziam os seus contemporâneos, como diz o Sr. Inocêncio Francisco da Silva [5].

O soneto nomeia um *Bandeirinha* que nos parece ser diverso de Domingos Pires Monteiro Bandeira. No final de uma sátira do árcade Manuel de Macedo, congregado e ex-jesuíta, encontro os mesmos apelidos satirizados por Garção, distinguindo o *Monteiro do Bandeirinha*:

---

<sup>99</sup> Luís Pinto de Sousa Coutinho, primeiro visconde de Balsemão.

<sup>100</sup> Domingos Pires Monteiro Bandeira.

<sup>101</sup> Padre Francisco Manuel do Nascimento.

<sup>102</sup> Manuel de Sousa, capitão de infantaria.

<sup>103</sup> Antes de António Xavier Ferreira de Azevedo escrever, a farsa *Manuel Mendes*, já este nome e apelido eram proverbiais. *Manuel Mendes Fogaça* também serviu ao padre José Agostinho de Macedo. Com certeza Trigo se equivocou dando Luís Pinto de Sousa Coutinho como sócio da Arcádia. O Sr. Inocêncio Francisco da Silva, combatendo razões que achou inoportunas, no seu *Dicionário Bibliográfico*, já contrariou que Luís Pinto houvesse sido daquele congresso.

Não podemos, porém, desfazer a dúvida que nos sugere o soneto quanto a ter sido sócio da Arcádia o capitão Manuel de Sousa. O Sr. I. Francisco da Silva, no artigo «António Ribeiro dos Santos», assenta que não foi; e, no artigo «Manuel de Sousa», muda de parecer, visto que Manuel de Sousa se declara sócio da Arcádia na tradução da *História Antiga*, de Raynal. AO ilustre bibliófilo olvidou-se-lhe mencionar essa obra entre as versões de Manuel de Sousa, e nós não a temos para examinar se a obra será póstuma, e se os editores lhe deram um título postiço. Talvez que Manuel de Sousa haja sido um dos primitivos sócios, e se despedisse ou fosse expulso com José Caetano de Mesquita. Só deste modo poderemos conciliar a sátira de Garção com a possibilidade de ser verdadeira a qualificação que o satirizado se dá no frontispício do livro; mas, assim mesmo, o decoro lhe impunha não a usar. A solução destas dúvidas é de tão pouco momento que a não diligenciaremos.

<sup>104</sup> Dr. Jerónimo Estoquete.

.....  
*Por agora, vos deixo, Pintos, Sousas  
 Monteiros, Estoquetes, Bandeirinhas,  
 Valente chefe do famoso troço  
 Da Ribeira das Naus! Até à primeira.  
 Se ao dissabor da sátira forrar-vos  
 Quiserdes, aceitai o meu conselho,  
 É santo: conhecei-vos e calai-vos.*

Domingos Pires Monteiro Bandeira, amigo e protector de Nicolau Tolentino e muito considerado pelo padre Francisco Manuel do Nascimento, era poeta de nome, partidário da escola ultraclássica, esmerilhador de arcaísmos, e figadal inimigo de francesias. Se escreveu muito, como é de presumir, na renhida controvérsia em que a Arcádia andou travada com o grupo de padre Francisco Manuel, nem urna das suas poesias foi estampada. Possuímos algumas manuscritas, e por essas ajuizamos do sestro mordaz de Pires Bandeira e da medíocre falta que nos fazem as perdidas poesias. O padre Manuel de Macedo, celebrado em uma nota do *Hissope*, de António Dinis, pela veemência dos seus versos consagrados à cantarina Zamperini, afrontava o adversário com força igual. Publicaremos em nota [6] uma ode inédita de Pires Bandeira ridiculizando outra do congregado admirador da actriz.

Houve um terceiro poeta (Inácio da Silva Alvarenga ou José Basílio da Gama) que satirizou os dois com urna poesia bastantemente aprosada, mas judiciosa:

.....  
*Deixa, amigo Monteiro, de secar-nos  
 Coa antiga locução áspera e dura.  
 Confessamos que tem graça e energia  
 Lida nos bons autores que nos honram;  
 Mas as palavras são como a moeda.  
 O uso unicamente é o rei que faz  
 Que elas valham o que ele quer que valham;  
 Como elas corram com a presente marca,  
 Fazem outra vez viver as esquecidas.  
 Adopta embora as novas, funde as velhas,  
 Lima as informes, pule as escabrosas.  
 Enriqueça-se a língua portuguesa  
 Com prudente licença e boa escolha,  
 Porém nunca vocábulos nos digas  
 Que arranhem o bichinho dos ouvidos  
 Nem a todos concede a natureza  
 (Como concede a ti e à tua seita)  
 Orelhas de aço, tímpanos de bronze.*

*E tu, Macedo, falo-te sincero:  
 Dou-te licença de queimar teus versos;  
 Não nasceste poeta, tem paciência.  
 Emprega o tempo em ler as Escrituras,  
 Os Basílios, Crisóstomos, Gregórios;  
 Pois é pena que, tendo alguns talentos,  
 Não saibam teus sermões a nada disto.*

*Um estilo afectado e corrompido  
 Não é a frase simples do Evangelho  
 Admiram-te ignorantes; mas aos doutos  
 Nem podes agradar, nem com pungir.  
 Isto de poesia é bagatela  
 Própria de outro instituto e doutra idade.  
 Vê que a aurora do tardo desengano  
 Já começa a raiar nas tuas fontes.  
 Deixai ambos de ser alvos das gentes,  
 Quixotes cada um por seu feitio.  
 E agora que se chega a Primavera,  
 Navegai para Antieiras que tendes  
 Precisão ambos de tomar o elebro.*

*Musa, por que razão me não concedes  
 Para encher de vergonha e confusão  
 A incorrigível raça dos pedantes  
 Um espírito igual ao de Cervantes?*<sup>105</sup>

O padre Francisco Manuel do Nascimento era o oráculo da limitada assembleia de literatos, verberados nas sátiras de Garção e do congregado Manuel de Macedo. *Filinto Elísio* é o seu nome poético, e não arcádico ou de alguma outra academia, como temos visto erradamente escrito. Foi D. Leonor de Almeida, primeira marquesa de Alorna e poetisa de larga instrução, que lhe deu o suave nome de *Filinto*. O poeta o diz em nota de uma ode que dedicou àquela ilustre dama: «A Ex.<sup>ma</sup> D. Leonor de Almeida foi quem em Chelas deu ao poeta o nome de *Filinto*, e por tal o nomeou sempre em todos os versos que lhe escreveu.»<sup>106</sup> Nasceu Francisco Manuel do Nascimento em Lisboa, aos 23 de Dezembro de 1734. Ordenou-se de presbítero e viveu abastadamente até à idade dos quarenta e quatro anos, colhendo os proventos de tesoureiro da Igreja das Chagas de Cristo, pertencente à confraria dos Mercantes e fruindo os bens herdados. Diz o poeta:

*Quem me tolhera a mim viver na pátria  
 Rodeado de amigos, desfrutando,  
 Em honrado sossego, os bens que honrado  
 Meu pai me granjeara?*

Denunciado ao Santo Ofício como herege, foi procurado na madrugada de 4 de Julho de 1778 por familiares da Inquisição. Evadiu-se com desacostumada fortuna às presas dos quadrilheiros e abrigou-se em casa de seu vizinho conde da Cunha, donde passou à do negociante Verdier, homem de elevados espíritos e coração caridoso, sempre desvelado em socorrer Francisco Manuel do Nascimento. Em 15 do mesmo mês obteve o fugitivo passagem em uni navio, onde entrou disfarçado sob um carroto de laranja, logrando assim iludir a espionagem do Santo Ofício. Foi-lhe angustioso o apartar-se da pátria e dos amigos. Quatro anos depois, exclamava o saudoso êxul:

*Maldito o bonzo e mais maldito o naire  
 Que calunioso urdiu o meu desterro;  
 Malditíssimo o estúpido fanático*

<sup>105</sup> Impressa pela primeira vez no *Ramalhete*, Tomo VI.

<sup>106</sup> Tomo XI, pág. 111, edição de 1838.

*Que encomendou a queima!*

*Ó pátria! Ó pátria! E pude assim banido  
Cos olhos arrasados de agro pranto  
(Não estalei de mágoa!) despedir-me  
De ti, querida pátria!*

Do Havre transferiu-se a Paris, onde assistiu até 1792, daqui passou para Holanda com o cargo de secretário particular de António de Araújo de Azevedo, ministro de Portugal naquele país. Cinco anos volvidos, tornou para França, donde mais não saiu, estanceando por Paris, Versalhes e Choisy, até 25 de Fevereiro de 1819, dia em que faleceu com oitenta e cinco anos de idade. Teria expirado em miséria extrema, se lhe não valesse o marquês de Marialva, então embaixador em França, e qual lhe fez decente funeral. O espólio de *Filinto Elísio* foi comprado por doze mil réis e vendido em 1834 a Sérgio Teixeira de Macedo, secretário da Legação brasileira em Paris<sup>107</sup>. Em 1842, por esforços de António Feliciano de Castilho e Rodrigo da Fonseca Magalhães, vieram para a pátria os ossos do ilustre poeta, e aqui esperaram catorze anos que se lhes abrisse uma cova no cemitério do Alto de S. João Sotoposta a um insignificantíssimo monumento.

Duas vezes requerera Francisco Manuel do Nascimento a D. Maria I que, reconhecida a sua inocência, lhe mandasse restituir os bens. Seja ele quem nos particularize essas frustradas tentativas: «Por duas vezes se dignou Sua Majestade reconhecer a minha inocência, mandando-me restituir os bens injustissimamente confiscados; porém, apesar das solicitações e diligências de amigos poderosos nunca foi possível desenterrar os decretos dos cartórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ignoro, portanto, se se lhe pôs pedra em cima, ou se à incúria e pouco caso que faziam da sorte de *Filinto*. devo atribuir o sumiço que levaram. Algum dia talvez os descubra algum antiquário, quando já o pobre *Filinto* tiver cessado de sofrer. Bom proveito façam a quem os achar.»

O seu primeiro poema impresso era uma ode a exorar a misericórdia da rainha, aquela santa que perdoou e fez restituir os bens aos que tentaram contra a vida de seu pai e não teve energia e impulso de alma generosa que restituísse ao ancião, e ao máximo poeta do seu tempo, os bens e a pátria. «Comecei por uma ode à rainha nossa senhora», conta *Filinto*, «para lhe lembrar (no caso muito duvidoso que lhe chegasse às mãos) que um vassalo seu, vítima de caluniosa inveja, padecia em longo desterro trabalhos e penúria de que não era merecedor, dos quais Sua Majestade podia por sua justiça e sua benignidade libertá-lo. Este o motivo da primeira ode impressa.» Da sua pobreza no desterro nos faz o resignado proscrito repetidos e ainda assim pacientes queixumes: «Far-vos-ia compaixão», diz ele, «ver um velho de sessenta o cinco anos, que algum dia viveu abastado e estimado dos seus conterrâneos (e conterrâneas), desvalido e só, vivendo em Paris como num descampado, embrulhado no manto da pobreza, e diante dele e pelos lados os cuidados da vida, o tráfego da casa, as lembranças do passado, e mais que tudo a seca melancolia. estendendo a cada instante

---

<sup>107</sup> Neste espólio foi encontrado um manuscrito que Francisco Manuel do Nascimento, com mais desaire que proveito, quis inculcar como traslado de um códice de *Os Lusíadas*, correcto pelo próprio Camões. O desprimor do infeliz poeta está nas diligências que ele pôs em negociá-lo, competido talvez pela indigência, visto que o trabalho honrado lhe não rendia o pão de cada dia. Achemos inexoráveis os pregões de desonra que deita por amor disso o senhor visconde de Juromenha, na nova edição das obras de Camões. Esperam-se os esclarecimentos a tal respeito prometidos pelo senhor conselheiro José Feliciano de Castilho.

os braços para o apertar neles, e o levar de rastos até os umbrais do passamento. Então veríeis se é pequena lida a minha de lutar de contínuo com tantos inimigos, sem me poder valer de outra arma que da pena para arredar de mim toda essa caterva de medonhas harpias.»

A consolação do trabalho e da leitura nem sempre lhe era compatível com a pobreza. Uma vez, escreve ele cheio de saudades dos seus livros: «Quando me preparava para ir a Haia, fiz um pacote dos poucos alfarrábios que tinha, livraria de poeta pobre! E era minha intenção mandá-los diante; mas o custo do transporte me fez recuar a resolução. Quantas como esta morrem de garrote, por desvalidas de moeda!» Como pagaria transporte de livros quem não tinha dinheiro para reformar calções? Com estro jovial deplora o poeta a indignância do seu guarda-roupa:

*Feliz quem rumas de calções possui!  
(Calções, digo, nem rotos nem surrados)  
O santo Job, chagado na esterqueira,  
Calções não precisava.*

.....  
*Mas eu... Não digo mais. Passem dois dias;  
Não saio. E, se eu sair, na rua, a gente  
Me corre às apupadas e os garotos  
Me enxovalham com lama.  
Dois calções, cujas eras me não lembram,  
Sobre pondo fundilhos a fundilhos,  
Não sofrem ponto sem rasgar-se o pano,  
Que lhes clamou concerto.*

.....  
*Feliz quem tem calções!...*

E em outro lanço:

*Eu, que não vira nunca da pobreza  
A magra catadura;  
Que, à sombra dos herdados arvoredos,  
Descansado dormia  
No regaço da intacta probidade:  
Eu que no altar da honra  
Do rígido dever queimava incensos;  
Que à pátria, aos meus, sem termo  
Dei quanto pude e soube; e dera o sangue  
Se o sangue meu pudera  
Resgatá-lo do ignaro cativoiro...  
Eu vivo desterrado,  
Roubados os meus bens, roubado ainda  
O prémio da virtude!  
E o geral dos Bernardos, que só teve  
Por desvelo e doutrina  
A na! ar brando as roscas do cachaço,  
Rode sege e dobrões,  
Dê roupas, dê brilhantes, jogue rijo...*

*Ó terra amaldiçoada!...*

O produto dos seus escritos a pouco montava, dado que não repousasse de compor e traduzir. Em nota da versão incompleta de *Efigénia em Áulida*, de Racine, escreveu Francisco Manuel do Nascimento: «Eu bem acabara a tradução desta, e também a de *Coriolano*, que está meia alinhavada; mas o preço tão limitado que me deram pela *Medeia*, de Longepierre, e pelo *Mitrídates*, de Racine, me decepou a vontade.» Em compensação, chorou-o a piedade estranha na lira de Lamartine:

*Généreux favoris des filles de mémoire,  
Deux sentiers différents devant vous vont s'offrir,  
L'un conduit au bonheur, l'autre mène à la gloire;  
Mortels, il faut choisis!  
Ton destin, ó Manuel...*

Francisco Manuel do Nascimento profundou a ciência da língua sem atentar no enriquecê-la para o serviço das novas ideias, mas sim para nitidamente trasladar as antigas. Não derivou do pensamento moderno a investigar a forma: formulava frases de palavras obsoletas, alatinava as construções, despintava a graça nativa do estilo para lhe dar o lustre poído dos arrebiques quinhentistas; e, querendo enquadrar nas locuções arcaicas os levantados raptos de poeta, desbotava-lhes as cores. Esquinava os versos em prosa desarmónica só por amor de lhes encravar termos duros. Isto, porém, não faz implicância a que *Filinto Elísio* seja o opulentador notabilíssimo da língua e renovador dos lusitanismos que aformosearam os livros dos dois iniciadores da reforma romântica, Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho. E, sem desamor a Francisco Manuel, conjecturamos que ele não estudou muito mais que a prosódia, nem nós podemos aprender mais nada nos seus livros, e isso mesmo é mister que o esmiucemos com muito discernimento e cautela. Restringindo-se a pensar poeticamente na Roma sempre pagã e remoçada com o seu Horácio dilectíssimo, aproximou-se indeciso das literaturas modernas traduzindo poemas, novelas e tragédias que não caracterizavam alguma feição da sua época. Lamartine deplorou-o; e ele, com esquivações de vaidoso, ou rabugices senis, desdenhou as louvaminhas do poeta de *Elvira*: é que não podia reconhecer-se bem àquela luz de aurora desconhecida: Lamartine não jantara com Horácio em casa de Numentano. Entre os pesadelos da *Guerra Púnica*, de Sílio Itálico, e as fantasmagorias de *Oberon*, de Wieland, o nosso poeta não conhecia a média. A sua instrução, se não era mais que a apreendida de seus livros, devia de ser diminuta. Infortúnio e pobreza não o refugiaram nas consolações do estudo. Viveu largos anos em Paris, e como que ermava sequestrado da vitalidade febril das ciências que lhe ressortiam em redor. Dir-se-ia que não saíra de Lisboa e da camaradagem dos seus amigos Pires Bandeira, Frei Manuel de Cenáculo, Barrosos e Verdier. Esta infertilidade de tão robusto talento, estranho ao seu tempo e impenetrável aos orvalhos e aromas daquele resplendente amanhecer do século XIX em França, são incongruências que só podem a ponto explicar-se pela rebelde tenacidade da velhice em repetir novidades, ou pelo desleixo e afonia a que a miséria abate os melhores espíritos.

A escola francesa, que vigorava despercebida a Francisco Manuel do Nascimento, residente e quase naturalizado em França, granjeara sectários em Portugal, e entre poucos avulta José Anastácio da Cunha. A mais esmerada notícia que temos deste infeliz talento deve-se ao esclarecido investigador Sr. Inocêncio Francisco da Silva<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> *Dicionário Bibliográfico*, Tomo IV, págs. 221 a 231.

No seu estimável *Dicionário* encontramos a sentença do Santo Ofício que condena José Anastácio a ouvi-la em auto público da fé com hábito penitencial. A sentença confisca-lhe todos os bens, encerra-o por três anos na Congregação do Oratório com dois dias de penitência em cada mês no primeiro ano: passante o triênio da reclusão, desterra-o por quatro anos para Évora, e veda-lhe perpetuamente o ingresso em Coimbra, onde ensinara Geometria, e em Valença, onde estivera aquartelado como tenente de artilharia do Porto. Completados os três anos penitenciais, requereu José Anastácio à mesa do Santo Ofício que lhe comutasse o desterro dos quatro anos em residência na Congregação do Oratório. O tribunal condescendeu. Os delitos do condenado estão compendiados no exórdio da sentença, que reza assim: «E pareceu a todos os votos que o réu pela prova da justiça e suas confissões estava legitimamente convicto no crime de heresia e apostasia por se persuadir dos erros do deísmo, tolerantismo e indiferentismo, tendo para si e crendo que se salvaria na observância da lei natural, como a sua razão e a sua consciência lhe ditasse, sem a sujeitar a algumas leis e preceitos, e sem a regular pelos dogmas da religião revelada, que não acreditava; tendo também por injustas e tiranas as leis com que a Igreja obriga os fiéis a cativar seus entendimentos e a sujeitar os seus discursos em obséquio da fé e das verdades reveladas que lhes propõem para crerem sem dúvida nem hesitação alguma: persuadindo-se igualmente que qualquer pessoa se salvaria em toda e qualquer religião que seguisse e fielmente observasse, capacitado que obrava bem, ainda que errasse, não sendo por malícia, mas só por falta de conhecimento, etc.».

José Anastácio da Cunha orçava então pelos trinta e quatro anos, e era lente de Geometria na Universidade. José Monteiro da Rocha, lente de Astronomia, como figadal inimigo de José Anastácio, teve o maior quinhão no vingado ódio que o perdeu. Em um debate científico pleiteado entre os dois sábios, encontramos o professor de Geometria assim menoscabado por Monteiro da Rocha: «Estes papéis [as razões do contendor] respiram tanta arrogância e presunção, contêm tantas falsidades e imposturas, desmandam-se em alusões tão satíricas e ditérios tão grosseiros, insolentes e malignos que bem manifestamente dão a conhecer que o autor tem o miolo desconcertado ou danado o coração.» Não temos fundadas razões para crer que José Anastácio da Cunha fosse vítima inocente de Monteiro da Rocha. O insigne matemático e apreciável poeta faleceu aos quarenta e três anos em Lisboa. Em 1839 vieram a lume algumas das suas composições poéticas. Subsistem inéditas outras, e ainda em 1874 apareceu um poema satírico respondendo a outro de Francisco Dias Gomes<sup>109</sup>. Nas poesias daquele aluno da escola francesa há um colorido de sentimento delicado, triste e meigo que não pertence à filosofia rançosa dos seus contemporâneos que toda se cifrava em louvores à sã virtude, e à parca frugalidade dos lavradores, ao passo que tais filósofos pediam talher na mesa dos fidalgos, e contentavam-se em aparecer no fim dos jantares para glosar os motes. Em José Anastácio vislumbraram-se uns clarões da poesia romântica, um ideal melancólico – de que não conhecemos senão raros exemplos em algumas odes de *Filinto Elísio* – e uma nobre independência que o salvou da gafaria dos mendicantes. As traduções do inglês denotam quanto lhe eram mestres na elevação do espírito os poetas britânicos, e na filosofia os mais famigerados da escola da *Enciclopédia*. Conhecia de fundamento os principais idiomas, e verteu de Virgílio algumas éclogas em hexâmetros portugueses com admirável concisão, fidelidade e um sabor campesino de encantadora graça.

O seu detractor Francisco Dias Gomes levava-lhe vantagem no predicado da filologia. Analisou e combinou filosoficamente, como ele disse, as locuções de

---

<sup>109</sup> *Noites de Insónia* Tomo X, págs. 36-47.

Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões. Era um assunto progmatizado pela Academia Real das Ciências. Foi coroada a *Memória*; mas o predicamento filosófico, assim mal percebido da Academia como de Francisco Dias Gomes, é mister que lho aceitemos sob palavra porque nesse baldo labor de confrontações não há filosofia, nem sabemos para que ela aí fosse chamada a horizonte de tão curto lança de olhos. É um mero extracto de locuções prestadias aos dicionaristas <sup>110</sup>. Tirante isto, que pouco monta, a restante utilidade de tão comprida *Memória* – pelo que respeita às evoluções da linguagem está eivada dos erros comuns a quantos escreveram da filiação das línguas antes de alumiados pelas gramáticas filosóficas. Francisco Dias Gomes, como poeta, é um metrificador gélido que contava as sílabas, e submetia o sentimento aos códigos de Longino e Aristóteles, nunca empregando uma figura que pudesse desavir-se com outra, se a *Poética de Cândido Lusitano* legislasse o contrário. O Sr. Alexandre Herculano considerou Francisco Dias Gomes o homem «talvez de mais apurado engenho que Portugal tem tido para avaliar os méritos de escritores», porque ele dissera ter sido Fernão Lopes o primeiro na moderna Europa que dignamente escrevera a história. Francisco Dias Gomes repetiu o que estava escrito por Manuel de Faria e Sousa. Quanto à sua crítica da linguagem dos cinco clássicos constantes da *Memória*, se lhe aferirmos o quilate pela utilidade, não nos queixaremos do esquecimento em que ficou nos tornos da Academia, nem confirmaremos com ela a opinião do Sr. A. Herculano, em muitos casos mais generosa que aceitável nas apreciações <sup>111</sup>.

Nicolau Tolentino de Almeida não pertenceu a alguma das arcádias, porque a convivência de poetas lhe não quadrava tanto como a dos próceres dominantes em estados menos fantásticos que o monte Ménalo. Para dissentir de Garção e Dinis bastava-lhe a amizade e dependência de Luís Pinto de Sousa Coutinho satirizado, corno há pouco vimos, por *Coridon*. Tolentino, na sátira intitulada *O Bilhar*, quando galhofeia com os restauradores da antiga poética, está tão distante da Arcádia como do grupo de *Filinto*, e visivelmente apoda as odes pindáricas de António Dinis:

*Coas verdes mãos o serpeado Tejo  
Alça o trilingue, mádido tridente;  
Mas que Górgona filtra?, eu vejo, eu vejo...  
Em dizendo isto, é ode certamente.*

A índole mais jocosa que mordaz do professor de eloquência estremeou-se de todas as fórmulas métricas dos seus contemporâneos.

A quintilha não dava moldura bastante aos quadros épicos dos árcades. Reinava a ode greco-romana assoprada por tuba de grande fôlego, do mesmo passo que Nicolau Tolentino, poeta pedestre dos salões e dos risos, enquadrava nas linhas curtas, conceituosas e fáceis da redondilha de Bernardim e de Sá de Miranda as fantasias alegres, compostas de costumes nacionais. Não temos aí que destrinçar em questões impertinentes de originalidade nem elegância de linguagem nas sátiras e sonetos em que assenta o individualismo típico de Tolentino. O que aí está é bom, sempre novo, relido na mocidade alegre e na velhice reflexiva com igual aplauso pelo bom siso e pela parcimónia de elegâncias feitiças e postiças. É poeta nacionalíssimo. Sabia que farte a sua língua, exercitou-a sem estranheza de frases parasitas nem de antigalhas. Da eleição dos epítetos é que ressaí todo chiste de suas quintilhas, e este, a nosso ver, é o privilégio dos mais destros escritores. Simonde de Sismondi não achou poesia em Nicolau

<sup>110</sup> Veja Tomo IV das *Memórias de Literatura da Academia Real das Ciências*, págs. 26 a 305.

<sup>111</sup> A respeito de Francisco Dias Gomes e da sua sátira contra José Anastácio da Cunha, veja *Noites de Insónia*, Tomo IX, págs. 18 a 231.

Tolentino. Certo é que não a tem, se o ambicioso baptismo de poeta só cai de molde nas almas que nos levam em seus arroubamentos; mas essa magia que é de seu natural melancólica e só cabe em espíritos de dolorosa abstracção, não a tem certamente as ridentes trovas de Nicolau Tolentino. É, além disso, intraduzível para língua alheia o sal cómico dessas quintilhas em que, a revezes, a graça está na desinência de uma palavra, no ressaltado de um adjectivo.

Tocaremos no estafado lugar-comum da mendicidade de Nicolau Tolentino, acoimada de ignomínia por tantos biógrafos esclarecidos a quem corria obrigação de atentarem na decadente quadra em que o poeta viveu, e nos ilustres exemplos que lhe deram antecessores de porte como Luís de Camões e Diogo Bernardes. Descontam-lhe nas graças da poesia a abjecção do peditório. Quanto a nós, o poeta obedecia às férreas condições da sua época. Houve apenas por esse tempo um homem de letras, António Lobo de Carvalho, que protestou contra a vassalagem dos seus parceiros, porque se foi remindo com os mesquinhos haveres de sua casa [7]. Entretanto, à medida que as famílias heráldicas e a classe meã embruteciam, as letras sofriam o natural desprezo; e por felizes se davam os poetas que o céu dotara com suficiente pilhéria para pedirem o pão de suas famílias fazendo rir o benfeitor importunado. O poeta, antes do estabelecimento da monarquia constitucional, não tinha o jornalismo onde diluísse a poesia estéril em prosa fecunda, pela qual manifesta em termos desabridos, quando é preciso, o seu direito ao banquete da pátria. A indignidade não estava no poeta, mas sim na inconsciente bruteza da jerarquia dominante, que julgava o poeta sério uma inutilidade, e o jocoso uma diversão festiva para elaborar o ciclo das digestões pesadas. A regeneração da dignidade do poeta ainda em 1828, apesar da luz de 1820, estava por fazer, se Garrett é verdadeiro quando assim no-lo descreve: «Ora todos sabem que para se adquirir este nome (*poeta*) em Portugal é necessário andar mal-trapido, viver vida cínica pelos cafés e bilhares do Chiado ou do Quebra-Costas, onde, com o charuto na boca e o ponche ou a filipina na mão, se discutem sonetos, décimas, odes pindáricas e ditirambos..., etc.»<sup>112</sup>. Era a pública opinião que assim refazia o poeta, se ele, à imitação de Tolentino, se não acoitava nas antecâmaras de fidalgos e fidalgas, e mendigava, não o pão quotidiano, mas o alto emprego, e o hábito de Cristo e a sege, que fariam erguer para cima os olhos das turbas, e ver no poeta alguma coisa mais valiosa que os seus poemas.

---

<sup>112</sup> Prefácio à *Lira*, de João Mínimo.

## III

**Academia Real das Ciências:** padre José Correia da Serra. **O Dicionário da Língua Portuguesa:** Pedro José da Fonseca, Agostinho José da Costa de Macedo, Bartolomeu Inácio Jorge, João Pedro Ribeiro, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Joaquim José Ferreira Gordo, padre António Pereira de Figueiredo, padre Joaquim de Fóios, António das Neves Pereira, António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral, padre Teodoro de Almeida, D. Frei Manuel do Cenáculo, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, D. Frei Fortunato de S. Boaventura, D. Francisco Alexandre Lobo, D. Frei Francisco de S. Luís.

### Academia Real das Ciências

A Arcádia Ulissiponense terminou como extinta de inanição em 1776; e, em Janeiro de 1780, inaugurou-se a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada por D. João de Bragança, duque de Lafões. Assim é que desde a segunda metade do século XVII as assembleias literárias, protegidas pela alta aristocracia, se um instante se definhavam, reverdeciam logo com diverso título. «Eram fénices que nunca feneceram senão para das próprias cinzas ressurgirem», diz elegantemente o Sr. José Feliciano de Castilho. O duque de Lafões era guiado no plano geral da organização do instituto académico pelo presbítero José Francisco Correia da Serra, que, na ausência do visconde de Barbacena, fora nomeado secretário da Academia. O abade Correia da Serra, assim conhecido no estrangeiro, nascera em 1750 na vila de Serpa; foi com seus pais para Roma em 1756, e, quando tinha vinte e sete anos, voltou à pátria, em 1777. Dizem alguns biógrafos inexactamente que o trouxera consigo de Roma o duque fundador da Academia. Ora o duque de Lafões recolheu a Portugal em 1779, ao cabo de vinte e dois anos de ausência. Correia da Serra, versado em várias ciências com desigual profundidade, era principalmente naturalista. Não nos compete, nem cabe neste ensaio, avaliá-lo fora da área das belas-letas. O seu artigo «De l'etat des sciences et des lettres en Portugal, à la fin du dix-huitième siècle», publicado nos *Archives Litteraires de l'Europe*, em 1804, abona medianamente a instrução do padre Serra acerca da literatura pátria, e transluz vulgar espírito na crítica das causas que motivaram o desdouro das artes e ciências depois que o instituto da Companhia marcou o passo à educação literária. Os seus produtos, excluindo os que versam sobre ciências naturais e matemáticas, dão pequeno subsídio à história da literatura. Quer-nos parecer que a história civil seria utilmente professada por Correia da Serra, a julgarmo-lo por um trecho do seu «Discurso Preliminar» ao Tomo I das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências* (1789). Neste período denota vocação para a filosofia da história.

Depois de inculcar o exercício das ciências naturais e das exactas, acrescenta: «O estudo da literatura nacional parecerá porventura a alguns menos próprio que os precedentes para o aumento da agricultura, das artes e da indústria; se esta observação é justa pelo que toca ao estudo da língua e da poesia, longe está de verificar-se pelo que respeita à história da nação. A história de cada povo parece-se com a vida dos indivíduos, por serem, uma e outra, série de acções, motivadas por modos de ver, de discorrer e de desejar, que lhes têm sido próprios e habituais. Os erros em ambas produzem erros, e os acertos seguem-se aos acertos. Mas um homem pode examinar toda a sua vida, e aproveitar-se do que lhe aconteceu, para conduzir-se melhor e regular suas acções; nas nações, pelo contrário, cada geração conhece tão-somente a si mesma,

sem que os erros das que passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito. Toca aos que aprofundam os antigos sucessos fazer este exame e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito ou de ruína e as causas por que crescemos ou diminuámos em número, em forças, em luzes, em riquezas.»

Quem assim traçava o prospecto da história, protestava contra os maus exemplos que a anterior Academia Real deixara estampados nos seus tímidos in-fólios. E pena foi que o douto académico, posto que insuficientemente conhecesse a língua portuguesa e a manchasse de galicismos, não executasse o projecto de escrever a *História Civil de Portugal*, modulada pelo plano que antecipadamente traçou em 1790. Persuadimo-nos que é inédito o escrito que ele intitulou *Plano*, e de que vamos trasladar alguns períodos: ...«Comecei a resolver os fastos da monarquia portuguesa, e comecei logo a desgostá-los não achando o melhor que buscava. Vi primeiramente como furtaram-se aos olhos os primeiros tempos da monarquia portuguesa, por não haver algumas das testemunhas de vista que cuidasse em os transmitir à posteridade. Principia finalmente a haver quem pegue da pena; mas bem se deixa ver que é ainda a mesma mão afeita só à espada a que está escrevendo: obras de sangue e de morte é tudo que enche a história; dos meios que se aplicaram para lograr o fruto de tanta fadiga, nada ali aparece. Animado o escritor do mesmo espírito que o soldado, só faz virtudes das operações militares. Como se toda a felicidade e glória do ente racional consistisse nas forças do corpo, só procura propor ao estudo e à imitação as vitórias que os Portugueses alcançam dos seus semelhantes, como de outras tantas feras nascidas para a sua ruína: enfim, representam este povo como um exército sempre em campo, ocupado só em ferir e matar; e eu buscava o estudo civil instituído para fazer tranquilos e felizes os Portugueses.»

As considerações subsequentes prendem tanto com os intuitos da moderna ciência histórica, inaugurada em Portugal pelo Sr. A. Herculano, que não receamos impacientar os espíritos mais estranhos a esta ordem de estudos. «Eu bem sabia», prossegue Correia da Serra, «que, sendo este império formado de conquistas, forçosamente haviam de ser de guerra os ordinários exercícios dos seus progenitores; mas também considero que o conservar-se este estado em monarquia inalterável desde o seu princípio, sem que tantos homens valentes e com as armas na mão jamais aspirassem ao trono, dependia de outras virtudes mais que as guerreiras, ou de sábias providências: considerava que estas originárias providências necessariamente haviam de ter nascido da combinação da índole deste povo com as suas primitivas necessidades e projectos, e como estado e meios que a ordem lhe ia oferecendo; que desta combinação haviam de resultar certas determinações e certas práticas que constituíssem a base do edifício monárquico, Mas corria a história daqueles tempos, e quase nada achava que realizasse as minhas reflexões... Consultava os historiadores; e eles, constantes em contemplar só o edifício material, se contentavam em me referir os meios por que se alargava o terreno, e se povoaram de portugueses novas terras: continuavam a me mostrar os Portugueses soldados fortes em vez de bons cidadãos. Esta falta dos historiadores me obrigou a ir em busca de monumentos que ma suprissem; e à medida que os ia descobrindo me crescia o desejo de que fosse patente a todos os meus nacionais este tesouro comum. E, finalmente, do concurso e fermentação de todos estes afectos e diligências, resultou a ousada empresa de ordenar uma história civil de Portugal, quero dizer, uma história que tenha por assunto o que toca ao Governo e estado interior da monarquia.» Continua delineando e contornando o seu plano com lucidez e crítica extraordinária; não nos consta, porém, que o bom propósito fosse além das bases tão proficientemente assentadas.

José Correia da Serra escrevia com repugnância e lia com ardor. Não gozou o

necessário sossego para tais lucubrações. Duas vezes saiu de Portugal para furtar-se às perseguições de inimigos. Emigrou em 1786; voltou e teve de expatriar-se novamente em 1797. Foi conselheiro da Legação portuguesa em Londres, em 1801. Demitido deste emprego, passou a Paris onde demorou até 1813. Depois foi professor a botânica em Filadélfia, e aí representou Portugal em 1816, por nomeação do príncipe regente D. João VI. Repatriou-se em 1821, e foi reintegrado no lugar de secretário da Academia e eleito deputado em 1822; e em 11 de Setembro de 1823 morreu na vila das Caldas da Rainha. Era com certeza o espírito mais culto e de maior alcance da Academia no predado das ciências naturais e na concepção das ideias novas que então alvoreceram. O moderno académico e naturalista Isidoro Emílio Baptista, há quinze anos extinto pela demência e logo depois pela morte, escreveu, a respeito de José Correia da Serra, um óptimo juízo que se lê no *Dicionário Bibliográfico* do Sr. I. F. da Silva, Tomo IV, págs. 339 a 341.

### **O Dicionário da Língua Portuguesa**

A Academia Real activou com preferência a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa*. Pedro José da Fonseca, com mais dois colaboradores. Agostinho José da Costa de Macedo e Bartolomeu Inácio Jorge, após alguns anos de penosas e gratuitas vigílias, deram estampa o primeiro tomo que compreende a letra A.

O mais literário labor deste dicionário coube ao operosíssimo Pedro José da Fonseca, professor de Retórica no Colégio dos Nobres. Nasceu em 1737 e morreu em 1816, reduzido em anos tão avançados e laboriosos à quase indigência. Dedicou-se à lexicologia, compondo os dicionários latino-português e o português-latino que ainda não foram substituídos no ensino da latinidade; traduziu e comentou eruditamente a *Sátira do Homem*, de Boileau; compôs gramáticas, tratados de versificação, de eloquência e de poética. Vendeu os seus manuscritos à Academia, porque todos os seus benéficos livros consagrados a instrução não tinham formado um público de quem houvesse o estipêndio de suas obras. Enquanto o septuagenário Pedro José da Fonseca arrastava a decrepidez em penúria, os seus colegas na formação do *Dicionário*, extenuados de trabalho em anos já desvigorosos, perdiam a vista, e lá morriam na obscuridade destes tão deslembados e vulgares mártires da vida literária em Portugal. O *Dicionário* da Academia é a primeira iniciação que temos de lavra nacional. Está esquecido, porque se tornou desde logo inútil pelo pouco estádio que venceu. No primeiro e único tomo observam-se rigorosa e demasiadamente as autoridades dos escritores que floresceram entre 1540 e 1626; estabelece-se a diversificação dos vocábulos e a variedade dos seus usos; deu-se a inteligência dos termos obsoletos; joeiraram-se as palavras de autorizada pureza. Nesta parte, o zelo dos dicionaristas foi até à superabundância. A Academia, projectando a continuação da obra, resolveu autorizar os significados com escritores de boa nota posteriores ao ano de 1626, assinalado pela publicação da Parte I da *História de S. Domingos*. Era indiscreto, na verdade, o primeiro propósito, significativo de que a língua se fundira e imobilizara em Frei Luís de Sousa, sendo certo, aliás, que os seiscentistas, em vocábulos do trato comum e na generalização de frases alheias das crónicas, enriqueceram mais o idioma que os quinhentistas.

Entre 1788 e 1795 esmerou-se a Academia na averiguação de documentos históricos, pelos arquivos dos conventos, das câmaras e das catedrais. Nesta missão tiveram a mais inteligente e afanosa parte João Pedro Ribeiro, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e Joaquim José Ferreira Gordo. Dos elementos colhidos devia surtir a história de Portugal, que se malogrou por efeito do esmorecimento natural em operários não remunerados e da indiferença com que o trono e os palacianos olharam para a

Academia desde a morte do fundador duque de Lafões, em 1806.

João Pedro Ribeiro, doutor em cânones e fundador da ciência diplomática em Portugal, nasceu no Porto, e aí morreu octogenário em 1839. É o mestre da crítica e o destrinchador que joeirou à luz da mais severa exegese os elementos apócrifos da história, cortando radicalmente por credices e abusões de cronistas monásticos e historiógrafos civis. Os seus mais úteis e sempre consultados livros foram impressos a expensas da Academia Real das Ciências, e alguns dos seus manuscritos, legados à biblioteca da Universidade de Coimbra, são estudos de vasta erudição, de que o doutíssimo lente de diplomática extraiu a substância para os seus trabalhos publicados. Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) deu muitas notícias derivadas do seu grande affecto ao estudo das antiguidades, em que revelou mais sensato discernimento que o Contador de Argote <sup>113</sup>, e os seus predecessores Gaspar Estação <sup>114</sup>, Luís Marinho de Azevedo <sup>115</sup>, António Coelho Gasco <sup>116</sup>, Frei Pedro de Poiães <sup>117</sup> e outros que pareciam educar a sua crítica pelo método insensato do pseudónimo *Amador Patrício*, autor das *Antiguidades de Évora*. João Pedro Ribeiro desfaz bastantemente no *Elucidário*, porque exorbita, desviando-se por excursões em matérias alheias. Mais desfavorável ainda lhe é o frade bernardo Frei Fortunato de S. Boaventura; este, porém, acusa-o de defeitos que a obra não tem, e mais valeria, se os tivesse, porque o aspérrimo censor alcunhava de defeitos as qualidades que constituem a boa crítica. Segundo o douto e faccioso arcebispo de Évora, o franciscano Viterbo «insultava e enxovalhava os monges, e não poupava os reis; e daí lhe advinham os créditos ao *Elucidário*». O inofensivo frade do Convento da Fraga não deu realmente motivo à hipótese de espíritos que ele não tinha tão elevados na jerarquia da crítica dos monges e dos monarcas. Do *Elucidário* já possuímos segunda edição expurgada de muitos lapsos e falsas interpretações da primeira; trabalhou utilmente neste melhoramento o Sr. Inocêncio Francisco da Silva, tornando assim mais aceitável o livro a quem modernamente o manusear.

Joaquim José Ferreira Gordo, bibliotecário-mor e mosenhor da Santa Igreja Patriarcal, nasceu em 1758 e faleceu em 1838: foi um bibliógrafo muito esclarecido; escreveu pouco, e não denota mais que medíocre leitura no que está publicado. A *Memória sobre os Judeus em Portugal*, impressa no Tomo VIII da *História e Memórias da Academia* (1823), é apoucada, escassa de notícias da vida social dos hebreus, e insufficientíssima no tocante às relações científicas que mais avultam na raça perseguida por D. Manuel. Quem leu os três tomos *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, pelo Sr. A. Herculano, vê quão longe estava o assunto da intuição pouco luminosa de Ferreira Gordo.

Da colecção de documentos destinados à organização de um corpo de história do país, saíram, em tomos separados das *Memórias de Literatura*, os *Vestígios da Língua Árábica em Portugal* e os *Documentos Árabicos da História Portuguesa*, por Frei João de Sousa, franciscano da Congregação da Terceira Ordem (1734-1812). São da mesma procedência as *Observações sobre as Principais Causas da Decadência dos Portugueses na Ásia*, por Diogo do Couto, a *Vida do Infante D. Duarte*, por André de Resende, e a *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*, cinco tomos (1790-1824).

Pertenceu à Academia o mais fecundo escritor, senão o mais audaz no combate às

<sup>113</sup> *Memórias para a História Eclesiástica de Braga* (1732-1747).

<sup>114</sup> *Várias Antiguidades de Portugal* (1625).

<sup>115</sup> *Fundação, Antiguidades e Grandezas de Lisboa* (1652).

<sup>116</sup> *Conquista, Antiguidade e Nobreza da Mui Insigne e Ínclita Cidade de Coimbra* (1805).

<sup>117</sup> *Tratado Panegírico em Louvor da Vila de Barcelos* (1672).

instituições que abafavam a difusão das luzes. Os escritos teológicos criaram o renome europeu do padre António Pereira de Figueiredo, considerado um luminar em latinidade e o aniquilador dos métodos alvarísticos. É conhecido o *Catálogo das Obras Impressas e Manuscritas* deste polígrafo. Os seus livros de propaganda teológica, no intuito de coarctar a supremacia do Pontífice, estrondaram traduzidos em todas as línguas da Europa, e pouco a pouco deixaram de ouvir-se e de todo se esvaeceram logo que cessou a proibição de os ler. Conquanto primasse nas ciências que legislam para a arte de escrever, António Pereira de Figueiredo, entre os seus confrades académicos, foi quem menos puramente escreveu a língua portuguesa, tendo-lhe estudado o espírito nas *Décadas* de Barros, trabalho estéril que se lê nos Tornos V e VI das *Memórias da Academia*. Era o lidador absorvido todo na ideia e descuroso na forma até adoptar mascarados estrangeirismos.

Para não anteciparmos a notícia dos académicos compreendidos na quarta forma de publicação que a Academia adoptou desde 1797 até 1812, mencionaremos as matérias dignas de estudo incluídas nos oito tornos de *Memórias de Literatura*, impressos desde 1792 até 1814. A esta colecção quadra perfeitamente o louvor de Garrett, quando domina as academias «bancos de riqueza intelectual». <sup>118</sup>

Em assuntos filológicos escreveram o padre oratoriano Joaquim de Fóios (1733-1811) analisando a poesia bucólica dos poetas portugueses. Aponta-nos a aurora da erudição nas trovas de el-rei D. Dinis; aclara-se a manhã com o affecto dos filhos de D. João I às musas; é dia cheio e de sol a prumo na região da poesia pastoril, quando sete poetas bucólicos, a diversas horas do século XVI e ainda do XVII, exalçam a perfeição do bucolismo, e cita os sabidos nomes desde Sá de Miranda até Manuel da Veiga. É de curto fôlego esta memória; e menos literariamente prestada que a prefação do mesmo académico à segunda edição da *Lusitânia Transformada*, de Fernão Álvares do Oriente. Acerca de João de Barros escreveu, como já dissemos, exuberantemente o padre António Pereira de Figueiredo, e pelo mesmo teor pesado Francisco Dias Gomes, nas chamadas *Combinações Filosóficas* entre alguns poetas quinhentistas. António das Neves Pereira, no *Exame Crítico sobre qual Seja o Uso Prudente das Palavras de que se Serviram os Nossos Bons Escritores dos Séculos XV e XVI*, intenta reabilitar algumas excelentes locuções que o tempo remoçou e hoje lustram no vocabulário dos que procuram aditar à língua não somente os significados esquecidos e de boa condição portuguesa, que também os neologismos necessários à fácil expressão dos pensamentos que advieram novos e desconhecidos aos clássicos. António Ribeiro dos Santos, o mais culto homem do século passado, doutor pela Universidade de Coimbra, desembargador da Suplicação e bibliotecário-mor, etc., nasceu no Porto, em 1745, e morreu em Lisboa, em 1818. <sup>119</sup> Escreveu nos Tomos II e III das *Memórias* acerca da *Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses desde os Primeiros Tempos da Monarquia até os Fins do Século XV*. Das histórias literárias de Portugal temos visto excluídas as produções dos hebreus aqui nascidos e aqui florescentes em letras e ciências. Parece que ainda nos

---

<sup>118</sup> O professor de Literatura do Curso Superior de Letras, Sr. Dr. Teófilo, no *Manual* que fez para uso dos seus discípulos, e inculcou aos professores de liceus e colégios, dedicou à Academia Real dais Ciências unicamente a pág. 418 em que menciona o dicionarista Pedro José da Fonseca, «a quem faltava o elemento histórico, sem o qual não é possível a etimologia», diz abstrusamente o professor. Nomeia ainda o padre Figueiredo, Dias Gomes e Neves Pereira, que «não puderam desembaraçar-se de um certo número de questões frívolas». Mais nada. E assim deu por tratada e definida a colecção valiosíssima de que deve premunir-se um estudioso da literatura pátria! Em compensação deu-nos algumas novidades sobre o *Retiro de Cuidados*, do padre Mateus Ribeiro, a pág. 404, e sobre a *Formosa Magalona* e o *Carlos Magno*, a pág. 448.

<sup>119</sup> A minudenciosa biografia e a bibliografia deste memorável escritor, escreveu-a o Sr. I. Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico*, págs. 247 a 256.

mancha o tédio da camaradagem com essa raça que prevalecia à sua perseguidora pelo adelgaçamento de espírito que se subtiliza na dor e no retraimento dos gozos sociais de que era repulsa. Completou António Ribeiro dos Santos este estudo, nunca tentado por outrem, e devido singularmente às suas averiguações, escrevendo um *Ensaio de Uma Biblioteca Lusitana Anti-Rabínica*. Coordenou com fadiga não menor duas *Memórias* sobre as origens da tipografia portuguesa no século XVI, ambas impressas no Tomo VIII. Dado que muito noticiosas e metódicas, devem ser corrigidas segundo as judiciosas indicações do Sr. Inocêncio Francisco da Silva, feitas no *Dicionário Bibliográfico*, Tomo VI, desde págs. 203 a 210.

As cinco memórias de António Caetano do Amaral (1747-1819) sobre *a forma do Governo e Costumes dos Povos que Habitaram o Terreno Lusitano desde os Primeiros Tempos Conhecidos até o Estabelecimento da Monarquia Portuguesa* e a que respeita à *História da Legislação e Costumes de Portugal*, etc., coadjuvaram notavelmente Coelho da Rocha no *Ensaio sobre a História do Governo e Legislação de Portugal*. Outros escritores, colhendo o fruto sazonado da árvore, não nomearam sequer o primeiro arroteador da brenha onde ninguém primeiro penetrara.

Afora os escritos coligidos nas *Memórias*, pertence-lhe a glória de ter historiado a vida exemplar do bispo do Pará e arcebispo bracarense D. Frei Caetano Brandão; também publicou traduzidos a *Vida e Opúsculos de S. Martinho Bracarense* e os *Cânones*, que completam esta obra de bastante valia para a história eclesiástica. São muito eruditas as *Memórias sobre Códices Manuscritos de Alcobaca*, por Frei Joaquim de Santo Agostinho; sobre a *Novidade da Navegação Portuguesa no Século XV*, por António Ribeiro dos Santos, e sobre assuntos de biografia, legislação, etc., não há página nos oito tomos das *Memórias de Literatura* que não valha a estimação devida a homens tão desinteresseiros, que não colheram da lavra das letras senão uns louros para aí fenecidos nas estantes dos bibliófilos e de raros estudiosos.

Este desprendimento não foi virtude comum de todos os académicos. Um dos mais fecundos e também melhor remunerados pela voga popular foi o congregado Teodoro de Almeida. Em 1795 requereu ao príncipe regente que lhe privilegiasse a propriedade dos escritos enquanto vivo, e à Congregação depois do seu falecimento. Pelo catálogo que apensou ao requerimento se pode ver quais obras ficaram inéditas [8]. O padre Teodoro de Almeida, nascido em 1722, era já aos vinte e nove anos mestre efectivo de Filosofia na sua Congregação; e, pouco depois, cativava a admiração de alguns, e o desdém de bastantes, com a sua *Recreação Filosófica*. Os primeiros, estranhos às ciências físicas, acharam-nas ali de molde com a sua insciência; a forma dialogística em linguagem clara aprazia ao comum pelo modo curioso e um tanto pueril das explicações; os últimos, os entendidos, trataram de bagatelas gananciosas o ensino amaneirado do padre. Assim devia ser, quando professavam a ciência José Anastácio da Cunha, Monteiro da Rocha, Francisco António Ciera, Manuel José Barjona e tantos outros. Sem impedimento do saber supercilioso, a *Recreação Filosófica* espertou desejos de conhecer os progressos da ciência naqueles que a leram rudimentarmente nesses estimáveis livros; e, se não passaram além, já ganharam muito sabendo pela rama a explicação dos fenómenos mais ocorrentes nas ciências naturais. Padre Teodoro queixou-se da crítica no discurso que pronunciou na Academia Real em 1783. «Quantos belíssimos engenhos tem havido e ainda há que, tímidos e acanhados, não ousaram mostrar as felicíssimas partes da sua alma, e as deixam perecer sem a respiração de saírem ao ar livre, temerosos da mordacidade malévola dos críticos vulgares, dos críticos, digo, que não tendo jamais adquirido pelas próprias obras o direito de juízes supremos, o tomam por autoridade própria só com o fim de sempre morder e dilacerar

impunemente e nunca dar louvores.»<sup>120</sup> O professor régio de Retórica Francisco de Sales, um dos mordazes detraidores do congregado, analisando-lhe a oração, na carta (iné dita) a um amigo, e assinada com o pseudónimo *Emílio Lúcio Crispo*, redarguia assim às queixas do autor da *Recreação Filosófica*: «A crítica e a mesma sátira foram estimadas não só de homens sábios e desabusados; porém ainda de imperadores revoltosos e desatinados que sossegadamente as ouviam, liam, e muitas vezes executavam o que elas lhes ensinavam. Assim deve obrar qualquer homem de bem que quiser seguir o que é bom, e livrar-se dos erros em que possa cair. O amor-próprio ceganos. Com a crítica e sátira se têm aperfeiçoado as ciências. Vamos à oração..., etc.» O padre Teodoro de Almeida; foragido às suspeitas inexoráveis do ministro de D. José I, fugiu da casa dos congregados do Porto, em 1768, para França, e lá ensinou em Baiona e Auch as ciências que simplificara na *Recreação*; parece, pois, que o homem capaz de exercer o magistério em França não seria inferior aos professores portugueses que o motejavam. Na sua *Lógica* (Tomo VII da *Recreação*) desdiz ele algum tanto da coacção de crítica que quer infligir aos outros, adjudicando-se o direito de pensar em liberdade e desassombrado do prestígio da autoridade. Referindo-se aos que o arguiam de censor dos outros, escreve: «Sabei que os que julgam sem paixão andam rebentando debaixo do jugo. intolerável da escravidão em que vivem, sem poderem dar um passo fora do caminho dos seus mestres. Eles mesmos se me têm queixado, lamentando-se de que para não serem privados das suas cadeiras, e desprezados entre os seus, são obrigados a seguir o contrário do que entendem. Se lhes dessem liberdade, seriam os progressos nas escolas admiráveis; porque os engenhos, principalmente dos Portugueses, são grandes; mas a escravidão das escolas lhes proíbe a cultura, e os ata de mãos e pés.» Eis aqui a denúncia de uma pressão ignara que não se pode imputar ao instituto dos jesuítas. O padre Teodoro escreveu a famosa novela *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna*, etc., que já conta muitas edições; foi vertida em espanhol e francês, e ainda hoje tem admiradores adequados, cujo discernimento se imobilizou com a filosofia da novela. O autor, na primeira edição, declarava no frontispício da sua obra «dedicada e Jesus Cristo crucificado pelo padre Teodoro de Almeida». A intenção era santa; mas os praguentos não lhe davam os emboras pelo mau feito que praticara crucificando o redentor. Ainda assim, o *Feliz Independente* (os detractores diziam: «O feliz impertinente») granjeou admiradores convictos entre os mais cultivados espíritos. o doutor Francisco José da Costa, professor régio de Filosofia em Santarém, magoado dos chistes com que o padre Teodoro de Almeida era apodado à conta da novela, escrevia com métrica indignação:

*Amigo Franco*<sup>121</sup>, os gostos como as caras  
 Fez diferentes sempre a natureza:  
 Duas iguais se encontram vezes raras.

*Um gosta só da mísera baixeza,  
 Dos góticos romances de Florinda,  
 isso só lhe contenta, o mais despreza.*

*Outro, de gosto mais perdido ainda,*

---

<sup>120</sup> Discurso inédito.

<sup>121</sup> Provavelmente, Joaquim Franco de Araújo Freire Barbosa, abade de Almoester, poeticamente *Coridon Neptunino*, na Academia das Belas-Letras. Deste vate é que Bocage disse:

*O mundo a porfiar que o Franco é tolo;  
 O Franco a porfiar que o mundo mente!*

*Com libelos famosos se recreia  
Em que de alguém os bisavós deslinda.*

*Um, só aprova os versos a Tirceia,  
«Tenros cordeiros, frutas, sanfoninas»  
E as chaminés fumando lá na aldeia.*

*Outro quer ouvir fontes «cristalinas»,  
A ribeira, os seixinhos revolvendo,  
E os prados semeados de boninas.*

*Um das «almas dos brutos» versos lendo,  
Diz que é «matéria indigna da poesia»,  
Dando risadas e o nariz torcendo.*

*Outro culpa de falta de harmonia  
O verso alexandrino, «Lírios brancos»  
Quem no verso não diz faz obra fria.*

*Batem as palmas a mil versos mancos,  
E só lhes fere o gosto corrompido  
A matéria de socos... ou tamancos.*

*Perdoa, amigo, haver-me enfurecido  
Em falar de tal gente, pois me inflama  
Das musas o decoro ver perdido.*

*As obras que merecem justa fama  
A sangue-frio lê a indigna gente  
A quem só guia do mau gosto a chama.*

*A paciência falta ao génio ardente,  
Vendo vários metidos a doutores  
Desdenhando O Feliz Independente!*

*Contra a lua gritai, cães ladradores!  
Ao autor não podeis tirar o assento  
Entre os de gosto fino, entre os melhores.*

*Meu amigo, o meu génio se enfurece  
De ver quão pouco o mundo estima e preza  
O tesouro que esta obra lhe oferece, etc.*

E com mais trezentos versos assim tercetados e condignos da prosa elogiada, o doutor Francisco José da Costa conclui confessando que o «Miceno», de *O Feliz Independente* lhe tem valido em crises grandes:

*Se me vejo, como hoje, sem dinheiro  
Para passar a vida ao céu recorro,  
Vem trazer-mo inesperado mensageiro;*

*Se alguma vez aflito mal discorro  
Vem-me à lembrança o plácido Miceno,  
Vem com esta lembrança o meu socorro.*<sup>122</sup>

A novela inspirou-se do *Telémaco*; todavia o confrontar o padre Teodoro com Fénelon é de mau efeito para o nosso escritor. Com certas disposições de ânimo e certo feitio de inteligência, *O Feliz Independente* deve ser uma leitura frutificante de conformidade nos reveses e de alento nos quebrantos da alma. Porém, aos paladares enfatiados pelo atrito de outra espécie de novelas, o morigerado «Miceno» nos seus grandes e parenéticos discursos é talvez sensabor. Escreveu, com veia mais infeliz, o padre Teodoro de Almeida um poema intitulado *Lisboa Destruída*, alusão ao terramoto de 1755. Este poema veio a lume no penúltimo ano do virtuoso padre, que morreu em 1804, com oitenta e dois anos de idade. Parece que não estava na mente do autor publicá-lo, quando requereu o privilégio das suas obras, em cujo catálogo não o escreveu. O poema, publicado com o pseudónimo de *Domingos Plácido* não é tolerável como poesia; mas vale como qualquer das narrativas em prosa que apareceram acerca daquele funesto acontecimento. Acrescentam-lhe o mérito as notas miúdas e circunstanciadas do padre António das Neves, também congregado, posto que lho prejudique, expondo-o à irrisão, quando o considera o «melhor poema que se escreveu até ao seu tempo». Todos os biógrafos unanimemente respeitam a memória deste douto sócio fundador da Academia Real das Ciências.

Foi seu condiscípulo na aula filosófica do congregado padre João de Baptista o sapientíssimo Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. A volta deste prelado de modesta origem e de honrosas ambições, operaram-se todas as evoluções literárias e políticas do século XVIII. Achemo-lo ao lado do marquês de Pombal nas momentosas reformas, desde a regeneração das letras primárias até à reforma da Universidade de Coimbra, em que figura como primeiro-conselheiro da Junta da Providência Literária, à qual se deve a formação do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, nem sempre inspirado por discreta e quase impossível imparcialidade, quando as paixões políticas se mesclavam à reformação dos estudos. Na regeneração da clerezia entendeu com apostólico zelo escrevendo livros em que a ciência e o doutrinamento prevalecem à escuridão da linguagem com que retorce, adelgaça e subtiliza a ideia a ponto de a desluzir.

*Os Cuidados Literários do Prelado de Beja*, e as *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* são dois livros de vasto saber em história eclesiástica, de boníssimos preceitos na vida sacerdotal, de regras oratórias para toda a eloquência, se é que as regras a podem ensinar. Parece possuído do luminoso espírito dos doutores da Igreja, cujas obras lera nas línguas orientais, que reflectem muito do seu calor à linguagem alegorizada de Frei Manuel do Cenáculo. Manda que os candidatos ao púlpito leiam Platão e não descurem as locuções dos poetas lusitanos. Louva a suavidade e fortaleza do padre Manuel Bernardes; e, por não sabemos que incongruência, inculca o exemplo dos académicos da Real Academia da História, nomeando o estilo roçagante de D. José Barbosa para modelo. É pasmosa a cópia de ciência que, em todas as ramificações, se desentranha neste livro das *Memórias Históricas*. O arcebispo de Évora ajuntou e distribuiu as maiores riquezas bibliográficas

---

<sup>122</sup> Poesia inédita. No *Dicionário Bibliográfico*, Tomo II, pág. 403, dá o Sr. I. F. da Silva notícia deste professor mui vantajosa. Possuímos poesias inéditas suas, e as que mais o louvam são umas traduções de Pope feitas sobre a versão latina de Guilherme Bermingham, professor de Grego na Universidade de Coimbra. O doutor Francisco José da Costa morreu em 1813, em Santarém.

que ainda particular algum acumulou com os seus próprios recursos, e com tanto amor a livros pelo só prazer de os difundir e radiar generosamente. Para a reforma dos estudos da Congregação da Ordem Terceira, que era a sua, escreveu planos, e memórias históricas, em que se historiam os «programas e restabelecimento das letras» da mesma ordem. De envolta com a literatura notável daquela ordem, generaliza e liga as fases literárias, descentralizando o interesse da esfera monástica, e tornando aquela monografia um complexo de notícias fundamentais para a história geral. Na Congregação da Terceira Ordem promoveu o estudo das línguas semitas. Aí se celebraram actos públicos em idiomas orientais. Dera Cenáculo o exemplo da sua aplicação ao hebraico empreendendo um traslado da *Vulgata*, ilustrado pela comparação dos antigos originais. Aprendeu o árabe com um professor de Alepo; chegou a conhecer suficientemente o ciríaco; falou com perfeição algumas línguas europeias; teve bastante notícia dos idiomas alemão e russo. «Parou-me a alma em línguas: das mais coisas recorde-me que houve livros delas», escrevia o já quebrantado velho no fim da sua existência pouco menos que secular e nunca retraída à leitura e à meditação. Foi o primeiro regulador metódico nos estudos; como presidente da Mesa Censória franqueou a entrada e a divulgação de muitos livros anteriormente suspeitos à ignorância que os não percebia. Fomentou afectuoso apego às belas-letas de parceria com as ciências eclesiásticas; porque, escrevia ele, «as belas-letas dão calor, adoçam o estilo e consomem não sei que rústico ar, que costumam ter ânimos onde elas não entram».<sup>123</sup> Nos derradeiros anos da vida padeceu impertérrito grandes tribulações. A invasão francesa deu estímulos patriotas ao ancião, cuja respeitabilidade incutiu no general invasor Loison tamanha veneração que por amor dele deu liberdade aos presos eborenses votados à morte. Não o respeitaram assim, antes o ultrajaram covardemente, uns salteadores espanhóis que arvoravam bandeiras de exército disciplinado. Assim descreve o lance triste Meado Trigoso, no *Elogio* do venerando arcebispo: «Parece que devia exceder todo o sofrimento de um ancião de oitenta e quatro anos, o mais antigo bispo da Igreja portuguesa, e aquele cujas virtudes acabavam de ser assombradas aos seus mesmos inimigos, ver acometido o palácio arcebispal, e entrado o seu próprio gabinete por um bando de salteadores espanhóis, guiados pela ferocidade e pela anarquia; ser por eles roubado, injuriado e levado preso entre ameaças de morte até à cidade de Beja, que por tanto tempo fora o teatro de sua glória;... e depois de estar ignominiosamente exposto numa praça pública à sincera mas estéril compaixão daquele povo fiel e à escandalosa irrisão dum governo tumultuário, ser levado a um estreito cárcere, e aí privado de toda a comunicação e socorro.»<sup>124</sup>

O arcebispo de Évora, quando ia completar noventa anos, morreu em 26 de Janeiro de 1814.

A Academia Real continuou arquivando nas suas *Memórias*, transposto o século décimo oitavo, escritos que não permitem arguir a esterilidade e ignorância da geração passada. As memórias de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro (1766-1805), quer diplomáticas quer jurídicas, são estudos de proveito elementar para a história civil. A *Nova História da Militar Ordem de Malta* representa esforçado estudo e pacientíssima investigação. Veio tardiamente esta obra, já quando a direcção das ciências históricas ia muito arredada dessas minudências de mui restrita aplicação, e nada indutiva para o critério das evoluções sociais. São valiosos os testemunhos de saber de D. Frei Fortunato de S. Boaventura, arcebispo de Évora (1778-1844), impressos por ordem da Academia. As apreciações sobre os cronistas Bernardo de Brito, António e Francisco Brandão, e acerca das literaturas grega e hebraica em Portugal, são beneméritas das

<sup>123</sup> *Memórias Históricas dos Progressos*, etc., pág. 100.

<sup>124</sup> *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, Tomo LV, Parte I.

peessoas cultas O nome deste sábio ainda está manchado por nódoas políticas que, sem desdouro das suas letras, lhas prejudicaram. Escreveu este prelado politicamente com facciosa paixão. Desviemos dele os olhos nessa paragem, e deixemos à posteridade mexer na vasa que por sobre ele e José Agostinho de Macedo se foi acamando e ainda sobe.

No mesmo ano de 1844, faleceu outro prelado de superior talento, D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu, nascido em 1763. São conhecidas as suas notabilíssimas memórias acerca de Luís de Camões, do padre António Vieira e de Frei Luís de Sousa. D. Francisco Alexandre Lobo é o mais clássico escritor do princípio deste século, e crítico severo, conquanto não conhecesse os novos processos nem os necessitasse para cabalmente registar o que é repreensível em Vieira, o que deslustra *Os Lusíadas* e o que era de mau discernimento em Frei Luís de Sousa, e de inventivo e improvável na lenda do cavaleiro Manuel de Sousa Coutinho. Ainda ninguém depois do prelado viseense escreveu mais judiciosamente acerca de Camões; e os modernos apreciadores do príncipe da oratória e do panegirista do arcebispo de Braga pode dizer-se que aprenderam a aquilatar-lhes os méritos e os deméritos pelo critério de D. Francisco Alexandre Lobo. Honrou também as *Memórias da Academia* D. Frei Francisco de S. Luís, que, através das grandes honras correspondentes às suas virtudes e ciências, morreu cardeal-patriarca em 1845. São notórios os seus escritos históricos e filológicos, divulgados nas suas *Obras Completas*, e parte deles trasladados dos arquivos da Academia Real e da *Revista Literária*, do Porto. No respeitante às suas opiniões linguísticas, a moderna ciência rejeita-lhas, e nomeadamente, e com a máxima competência, o Sr. Latino Coelho, o primeiro glossólogo do nosso tempo <sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> Veja *Elogios Académicos*, por J. M. Latino Coelho, 1873. Para vagarosos pormenores da biografia do cardeal Saraiva, veja a *Memória Histórica*, do mesmo prelado, pelo marquês de Resende, 1864.

## IV

**Poetas da colónia brasileira:** José Basílio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Tomás António Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, padre António Pereira de Sousa Caldas. **Nova Arcádia (lisbonense):** Manuel Maria de Barbosa du Bocage, padre José Agostinho de Macedo, Luís Correia de França e Amaral, Belchior Manuel Curvo Semedo, Tomás António dos Santos e Silva. **Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional:** o teatro português antes de Garrett, evolução do romantismo; João Baptista de Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho.

### Poetas da colónia brasileira

O senhor professor T. Braga, a pág. 441 do seu *Manual de Literatura*, escreve acerca de uma «arcádia ultramarina». É coisa que nunca existiu. O insigne literato brasileiro Joaquim Norberto de Sousa Silva, na *História da Conjuração Mineira*, pág. 63, denomina «ideal» a suposta arcádia, depois de investigar zelosamente se existiu alguma associação de poetas com semelhante título. O Sr. Pereira da Silva, no seu estimável livro *Varões Ilustres do Brasil*, não menciona a «arcádia». O senhor cónego Fernandes Pinheiro está decidido a crê-la imaginária. Efectivamente houve, cerca de 1780, uma sociedade fundada por José Basílio da Gama e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, no Rio de Janeiro, denominada Academia Literária, em que sobressai o poeta de grande nome Frei José de Santa Rita Durão. Pouco tempo durou, tornando-se politicamente suspeita ao vice-rei, conde de Resende, esta assembleia de homens distintos, uns nascidos na colónia, outros oriundos dela<sup>126</sup>. Pertenceram a esta academia os chamados «poetas mineiros», pela sua procedência de Minas. Eram Tomás António Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Domingos Vidal de Barbosa Laje, o qual, posto que nascido no Rio de Janeiro, vivia no Rio das Mortes e conjurou com os poetas de Minas na tentativa da emancipação brasileira em 1789, acaudilhada pelo alferes José Joaquim da Silva Xavier, por alcunha *o Tira-Dentes*.

José Basílio da Gama, educado e protegido pelos jesuítas, que o levaram consigo para Roma e lhe aplanavam o acesso à fortuna, saudoso de Portugal, regressou a Lisboa, onde o Governo o suspeitara criatura de jesuítas, e lhe intimou desterro para África. Dentro de seis meses, prazo concedido para se preparar, dedicou a D. Maria Amália, filha do marquês de Pombal, os *Campos Elísios*, um canto nupcial de formosíssimas lisonjas para os condes da Redinha. O marquês leu o poema, quis ver o autor, afeiçoou-se-lhe e despachou-o oficial da Secretaria dos Negócios do Reino. José Basílio da Gama, três anos depois, demitido o marquês (1777), teve a coragem rara de confessar-se agradecido ao desterrado em Pombal. Começaram então a sacudi-lo as vagas do infortúnio, baldeando-o entre Portugal e o Brasil, até que veio acabar em Lisboa por 1795, pobre e desamparado, aos cinquenta e cinco anos de idade.

*O Uruguai* é o timbre de José Basílio da Gama, e o primeiro poema épico em que florem as graças originais das musas brasileiras, para nos expressarmos consoantes à época actual. As cenas resplendem a grandeza local – as refregas ingentes do pulso armado contra o instinto da liberdade. É o gentio que defende o torrão onde o sol lhe

---

<sup>126</sup> Na colónia brasileira houve precedentes academias assim denominadas: Brasília dos Esquecidos (1724-1725), dos Felizes (1733-?), dos Selectos (1752), dos Renascidos, na Baía (1759-1760). São notáveis os poetas que anteriormente floresceram, Gregório de Matos (1633-1695) e Manuel Botelho de Oliveira (1686-1711).

aqueceu o berço contra o europeu que lhe infesta e ensanguenta a sepultura de seus pais. À majestade sentimental do assunto corresponde a poesia que tem murmúrios de certa suavidade pronúncia dos doces cantares de Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo; tem catadupas estridentes de versos onomatopaicos em que se agradece à arte o esforço, que parece afluir naturalmente da inspiração. A liberdade, a sagrada comoção da independência, sente-se arfar nas apóstrofes de Cacambo, o herói do poema. Havia ali naqueles cantos mais embriões de revolta que nas inquietações materiais dos desgostos do governo colonial. O poeta era propelido, bem pode ser que inconscientemente, a simbolizar a luta desesperada entre as duas raças. O que, porém, aí flamejava mais era um como arraiar de aurora para o dia em que a emancipação psicológica, principiada pelo génio, coaria o fluido eléctrico da liberdade às poderosas faculdades do braço. Quem ler o *Uraguai* como leria o *Caramuru* de Frei José de Santa Rita Durão, com certeza terá lido bons hendecassílabos apenas, sem se lhes transluzir a alma latente dessa admirável epopeia.

O autor do *Caramuru*, «poema épico do descobrimento do Brasil», nasceu em 1736 na província de Minas Gerais, no lugar da Cata Preta; foi frade augustiniano, e doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Saiu de Portugal e passou a Roma, onde se secularizou presbítero, despindo o hábito monástico. Voltou a Lisboa, e tornou a vestir o hábito dos frades gracianos. E desta vez ficou frade até à morte, acontecida em 24 de Janeiro de 1784. O herói da epopeia é o lendário vianês Diogo Álvares Correia, com o cortejo de fábulas que lhe andam anexas. O senhor cónego Fernandes Pinheiro infere de umas palavras do autor que ele «tivera em mira seguir as pegadas de Camões *n'Os Lusíadas*, de José Agostinho de Macedo no *Oriente*», etc. O *Caramuru* foi impresso em Lisboa, em 1781, e o *Oriente*, em 1814. Frei José de Santa Rita não podia seguir os vestígios do padre José Agostinho trinta e três anos antes; e felizmente que não, para que a sua epopeia tenha compleição mais vividoura que o *Oriente*. O episódio de Moema é um formoso trecho, que não basta a difundir calor nas restantes frialdades do poema, duramente metrificado e a miúdo inçado de reminiscências gongóricas e versos de ruim prosa.

Na poesia lírica é cronologicamente o primeiro entre os poetas luso-brasileiros do século XVIII Cláudio Manuel da Costa, nascido em 1729 na província de Minas. Graduou-se bacharel em direito na Universidade de Coimbra e regressou ao Brasil, onde gozou a consideração benemérita de seus talentos poéticos e jurídicos. Entrou na conjuração de 1789 e suicidou-se no cárcere, com a máxima coragem, ou máxima covardia, como outros querem, que pode dar a desesperação. Atribuíram-lhe os governadores coloniais a composição poética das *Cartas Chilenas*, que não eram suas, mas de outro conjurado e condenado a degredo, Inácio José de Alvarenga Peixoto. As *Cartas Chilenas*, de Critilo, estão publicadas no Brasil. Não as vimos impressas; mas possuímo4as manuscritas e precedidas de uma epístola apologética «a Critilo». Esta epístola, se o anotador do nosso manuscrito (António Ribeiro dos Santos) estava, como inculca, bem informado, é de Cláudio Manuel da Costa. Os versos são valentes, conceituosos, tremem de cólera, e às vezes vibram de sarcasmo. Damos em nota esta carta, bastantemente significativa do libelo que fermentou ódios, tão cruamente vingados depois pelos sucessores do governo despótico de D. Luís da Cunha e Meneses, que nas *Cartas Chilenas* é mascarado em *Fanfarrão Minésio* [9]. Os sonetos de Cláudio Manuel são petrarquistas, e na contextura têm o sinete arcádico da escola de Garção Será de mais equipará-los às explosões bocagianas; porém, no respeitante ao luzimento e selecção dos vocábulos, Bocage foi menos primoroso artista. No tentame épico, chamado *Vila Rica*, não se estrema das epopeias medíocres. As suas canções são suspirosos meandros que se derivam da cristalina corrente do Guarini. Pelo que respeita

a nativismo brasileiro, é escusado buscá-lo nos madrigais deste poeta quando o ardente amor os não lampejou nas liras de Gonzaga.

Tomás Antônio Gonzaga, oriundo do Rio de Janeiro, nasceu na cidade do Porto em 1744. Formou-se em direito, seguiu a magistratura na metrópole e, em 1782, era ouvidor em Vila Rica. Seis anos depois foi despachado desembargador para a Baía. Apressava o seu casamento com a celebrada Manha das suas canções (D. Maria Joaquina Doroteia de Seixas, falecida em 1853 com mais oitenta e seis anos de idade) quando foi preso na manhã de 27 de Maio de 1789, como cúmplice, senão propulsor capital, da rebelião republicana de Minas. Ao cabo de três anos de prisão, foi condenado a desterro perpétuo para Moçambique, onde morreu em 1807. As líricas de Gonzaga, coligadas no livro intitulado *Marília de Dirceu*, multiplicadas em sucessivas edições, têm o mimo e graça vulgares no género, com os enfados congêneres da monotonia. Originalidade, como alguns apreciadores lhes inculcam, negam-lha os que têm alguma lição de Anacreonte, Teócrito, Propércio, Horácio e Moscho. Desligada a poesia amorosa de Gonzaga da realidade inspirativa, e dos dezassete anos atormentados que o poeta viveu para além desses malogrados amores, a memória de *Dirceu* não seria mais duradoura que a de seus cooperadores na implantação malograda da república brasileira. Não há matiz algum americano nesses poemetos de uma subjectividade apagada de ideal. A rima é, quanto possível, fácil e da que primeiro acode nas trovas improvisadas. De tanta moita de flores não se evola um perfume que nos chame a alma cativa às melancolias da saudade. Toda aquela meiguice madrigalesca de Gonzaga é o mais comezinho teor de poetar, e por isso mesmo um ramilhete seco de frivolidades que só podem reverdecer e subsistir favorecidas pela preocupação e pela toada que de oitiva vai derivando de pais a filhos.

Outro poeta degredado e falecido em Ambaca, na região de Angola, em 1793, aos quarenta e sete anos de idade, e ao cabo dos longos paroxismos de alguns meses de cerrada desgraça, foi Inácio José de Alvarenga Peixoto, bacharel em direito e coronel de milícias da campanha de Vila Verde. Deixara esposa e filhos amantíssimos, espoliados até à miséria pelo confisco. Filha e esposa mataram-nas a saudade; o filho, volvidos anos, acabou demente. É o terceiro mártir de um patriotismo desvairado, intempestivo, sugerido pela imitação dos Estados Unidos e esbraseado pelo bafo escandecente da Revolução Francesa. Nenhum destes conjurados tinha alma aparelhada para empreendimento de tal porte. Desde o momento em que foram presos, retraíram-se a dimensões tão apoucadas que não há senão a piedade que possa deplorar-lhes o trágico destino. Tais homens eram indignos de correr perigos ou tentar glórias com o *Tira-Dentes*, único vulto grandioso que os frades, na hora derradeira, apequenaram diante do patíbulo. Mas os poetas de Minas, que apenas tinham de Chénier a qualificação, decerto nada sentiam arfar-lhe no cérebro como àquele outro que cantava o hino da morte no caminho do cadafalso, cinco , anos antes. Nenhum manteve o alento de um brioso plano em frente dos juízes: Cláudio Manuel da Costa matou-se; Gonzaga negou ilaqueando as provas com trapacices de advogado latino; Alvarenga negou primeiro, trémulo de terror, e denunciou depois os cúmplices, na esperança do perdão. Salvos do patíbulo, Gonzaga, o cantor de Marília, e ao mesmo tempo alfaiate do seu vestido de noivado, topa em Moçambique uma dama com quem casa, e no tribunal eclesiástico declara que nunca prometera casamento a outra; e Alvarenga, quando ouve a sentença, descompõe-se em invectivas contra a esposa e descreve poeticamente a formosura da filha... Todos deploráveis na sua grande miséria em que ressaltam relevos irrisórios inseparáveis do mais lacrimável infortúnio, quando a catástrofe se não sustenta majestosa <sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> Leia-se o magnífico livro do Sr. Joaquim Norberto Sousa e Silva, *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as Primeiras Tentativas para a Independência Nacional*, Rio de Janeiro, 1873.

Poucos versos sobreviveram a Alvarenga Peixoto, além dos que já corriam impressos. Revê deles a mesma, escola da Arcádia Ulissiponense: bucolismo, anacreônticas, sonetos, líras e uma ode ao marquês de Pombal e outra a D. Maria I. Devia de ter medíocres ímpetos de republicano quem pindarizava tão galhardamente um déspota.

Igualava-o no entusiasmo pelo válido de D José I outro poeta, ilaqueado também, todavia inocente na conjuração de Minas, posto que fosse preso dois anos mais tarde que o desterro dos outros: Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Sofreu nove interrogatórios e foi salvo pelo desembargador presidente António Dinis da Cruz e Silva, autor do poema herói-cómico, *O Hissope*. Não devia de ser muito simpático a Dinis, fundador da Arcádia, o mulato Manuel Inácio, autor de algumas sátiras contra os árcades escritas em Lisboa, depois da sua formatura. Não sabemos se no Brasil é conhecida alguma. Nós possuímos parte dos seus versos inéditos; e, entre esses, uma sátira que trasladamos. Aí se manifesta caroável das letras francesas, cuja escola seguiu em poesia; e, com justa razão, desdenha do mau gosto que se empavonava com a plumagem variegada das musas pagãs [10].

A *Glaura* é uma colecção de poesias apaixonadas, e um tanto fatigantes, na toada maviosa da *Manha de Dirceu*; mas com as peregrinas blandícias da morbidez brasileira, um mimo elanguescido que não se requebra e efemina tão artificialmente como o de Gonzaga, e já a espaços se enfeita com as grinaldas da flora americana. Diz o esclarecido professor de Literatura, o Sr. Dr. Fernandes Pinheiro: «O nosso distinto conterrâneo... abalançou-se a cantar as nossas árvores, os nossos frutos, flores, montanhas, rios e florestas.»<sup>128</sup> Na mocidade, e talvez em Coimbra, escreveu Alvarenga um poema herói-cómico intitulado o *Desertor das Letras*. Reinava Boileau. O autor da *Glaura* é um dos discípulos mal sorteados nesta tentativa. Ainda escrevia em um periódico fluminense de 1808. Remoçara-o a instalação da corte no Rio de Janeiro. Seis anos depois, falecia com sessenta e cinco de idade, quando já devia ser cinzas o coração que ardera nos versos eróticos de *Glaura*

*Nos climas do Brasil onde amor vive  
De esquisitos deleites, de finezas,  
E de ternas meiguices rodeado,*

como dizia dos amores da sua pátria o padre António Pereira de Sousa Caldas.

Eis o nome de um poeta superior, e o maior que tiveram portugueses na poesia sacra, mais que todas de difícil prova – em que a filosofia se ala até Deus sem se ajudar das asas da ascese mística. O padre Sousa Caldas desferiu cânticos religiosos de tanta unção, veemência e majestade que parecem preluzir algumas das *Meditações*, de Lamartine. O ritmo amolda-se-lhe à ideia com uma flexibilidade que decerto não era imitada dos exemplares da Arcádia. Ali há génio, há criação, há betas de luz que relampejam da espontaneidade inopinada como a dos cantares dos profetas. As *Odes* são irrepreensivelmente grandes da beleza eterna, do primor imutável da arte, e intitulam-se: *Sobre a Existência de Deus*, *Sobre a Virtude da Religião Cristã*; *Sobre a Necessidade da Revelação*.

Pode ser que daí se vislumbrem estros do autor da *Messíada*, de Milton e de Young. Seja como for, o *Paraíso Perdido*, as *Noites* e Klopstock não nos exalçam pela simples comoção do íntimo sentir as recônditas verdades do dogma. Entre as poesias profanas, a cantata *Pigmalião* é extremamente clássica pelo adorno das pompas míticas.

<sup>128</sup> *Resumo da História Literária.*

No perpétuo diadema de Sousa Caldas a memória da sua virtude e do seu desapego das glórias terrenas acrisola e justifica os quilates da sua poesia, e a alta e sincera inspiração do orador sagrado. Nasceu no Rio de Janeiro, em 1762, e aí expirou, com suspeitas de envenenado, em 1814.<sup>129</sup>

### **Nova Arcádia (lisbonense)**

O professor de Literatura no Curso Superior de Letras, Sr. Dr. Teófilo Braga, diz que, «estudando as colecções manuscritas», completara a lista dos sócios da Nova Arcádia.»<sup>130</sup> Estudou mal. Bento Luís Viana, que em respeito a *Filinto Elísio* se assinava poeticamente *Filinto Insulano*, não pertenceu à Nova Arcádia. Inácio José da Silva Peixoto estava preso no Brasil, e condenado à morte, quando a Nova Arcádia se fundou, em 1790. Quanto a Frei José de Santa Rita Durão, quando a Nova Arcádia se instalou já o bom do frade poeta dormia o sono do sepulcro desde 1784.<sup>131</sup>

A Academia das Belas-Letras de Lisboa, ou Nova Arcádia, foi instituída em sua casa por José de Vasconcelos e Sousa, conde de Pombeiro. Andava como vínculo honroso de fidalgos o pensamento criador das assembleias literárias. O trinchante-mor António Alvares da Cunha, o bispo do Porto D. Fernando Correia de Lacerda, o conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses e o duque de Lafões deram o exemplo ao fundador da Academia das Belas-Letras, posto que o alvitre se atribua a Curvo Semedo e Ferraz de Campos. Os novos árcades mais distintos pelo inglório e pernicioso pugilato que entre si terçaram foram Manuel Maria Barbosa du Bocage (*Elmano Sadino*), Domingos Caldas Barbosa (*Lereno Celinuntino*), Belchior Manuel Curvo Semedo (*Belmiro Transtagano*), Luís Correia de França e Amaral (*Meliseio Silénio*), José Agostinho de Macedo (*Elmiro Tagídio*), Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (*Olmo*), etc. Grande parte dos sócios, se não ganharam nome na refrega, com que se expuseram às risadas e ao descrédito, pode dizer-se que não deixaram da Arcádia memórias por onde a consideremos influente na melhor direcção das belas-letas.

Manuel Maria Barbosa du Bocage, o poeta cuja popularidade lhe sobreviveu meio século, e será ainda conhecido pelo nome quando já ninguém lhe conhecer os livros, nasceu em Setúbal em 1765; embarcou na posição de guarda-marinha para a Índia em 1786; obteve despacho de tenente de infantaria do regimento de Damão em 1789; desertou dois dias depois que chegou à praça de Damão, e fugiu para Macau. Em 1790 regressou perdoado a Lisboa, onde passou sete anos de vida tristemente destragada. Em 1797 foi preso à ordem da Intendência da Polícia porque escrevera versos irreligiosos, e nomeadamente as *Verdades Duras*, poemeto mais conhecido pela *Pavorosa Ilusão da Eternidade*. Abriu-se-lhe devassa e mais ao seu companheiro de casa, também poeta, André Lobo de Quental da Câmara, juntamente preso com ele a bordo do comboio que estava de âncora erguida para a Baía. Bocage, desde esse lance, considerou-se a si, e ao camarada do Limoeiro, mártir da redenção dos povos, com direito aos respeitos dos vindouros. E escrevia, ao propósito, no Limoeiro:

..... *Eia, amigo, apelemos...*

<sup>129</sup> Leia-se a pág. 360 do *Resumo de História Literária*, do Sr. Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

<sup>130</sup> *Manual de Literatura*, pág. 437.

<sup>131</sup> Fecharemos o *Manual de Literatura* do Sr. Dr. Teófilo Braga declarando que uma sábia alemã, segundo aí as gazetas apregoaram, o está trasladando. Deploramos que vá de Portugal para a Alemanha um livro inçado de erros, de incongruências, de ignorâncias; e mais nos dói que isto se averigüe e depure num país doutíssimo, donde vieram para Portugal excelentes subsídios a respeito da nossa literatura, rubricados por Bouterweck, por Christian Bellermand e Ferdinand Wolf.

*Também há para nós posteridade!  
Quando lá no sepulcro em cinzas soltos  
Não podermos cevar faminta inveja,  
Calúnia devorante,*

*Os vindouros mortais irão piedosos  
Ler-nos na triste campa a história triste;  
Darão flores, ó Ponte, às líras nossas  
Pranto a nossos desastres!*

Não há aí frase comovente, nem fundada em boa razão. Bocage, melhor avisado, não esperou pelas lágrimas da posteridade, e recorreu ao ministro José de Seabra da Silva, coração enternecido pelas próprias desgraças no degredo de África. Ao cabo de três meses de cadeia civil, transferiram-no para o cárcere do Santo Ofício, onde esteve quatro meses, e daí, depois de repreendido, passou para o Mosteiro de S. Bento da Saúde, donde o enviaram à Congregação de S. Filipe Néri para se doutrinar na disciplina católica. Aí traduziu o primeiro livro das *Metamorfoses*, de Ovídio, e fragmentos dos outros livros, como a *Quinta Bucólica*, de Virgílio. Depois de reiteradas súplicas em verso e prosa a fidalgos e fidalgas influentes, foi ainda José de Seabra da Silva que lhe descerrou as portas do Convento das Necessidades. Voltando à sua sociedade, «ao claro auditório seu», Barbosa du Bocage emendou-se dos desatinos da vida anterior. Se até aí não solicitara e até rejeitara emprego que lhe desse o honrado pão quotidiano, alimentando-se da generosa estima de uns, da compaixão de outros e da aviltante liberalidade da gentalha das lojas de bebidas, depois, durante dois anos, agenciou sua vida com o mesquinho salário do padre José Mariano da Conceição Veloso, e então verteu correntemente, e com mediano cabedal de vocábulos, os *Jardins*, de Delille, as *Plantas*, de Ricardo Castel, o *Consórcio das Flores*, de Lacroix, o *Canto de Tripoli*, de Cardoso, o *Gil Brás*, a *Galateia*, de Florian, e outros somenos e talvez por de mais favorecidos predicamentos da sua reputação de tradutor. Desatando-se dessa obrigação, que o molestava, conheceu as amarguras da indignância. Em uma epístola a Sebastião Xavier Botelho, um dos prosadores mais esclarecidos que ainda tivemos,<sup>132</sup> escrevia Bocage:

*Presa a tantos martírios a indignância  
Os apura, os irrita, os desespera.  
É ela, caro amigo, é mais que Febo  
Quem me arranca do espírito enlutado  
O metro carpidor em que a deploro  
Qual nas margens do Tibre ao Venuzino.*

Comparava-se mal. O satírico romano, rico das mercês de Mecenas e Augusto, nunca esmolara.

Em 1802 foi denunciado à Inquisição por uma beata de boa sociedade, D. Maria Teodora, filha de um Roque Ferreira Lobo que, em 1804, publicou uma banal *História da Reclamação de D. João IV*. A Inquisição achou estúpida e infundamentada a denúncia, que consistia no delito de ter Bocage gostado de um desenho em que havia um olho dentro de um triângulo, simbolismo de maçonaria. Ralado pela libertinagem, o poeta, à volta dos quarenta anos, morreu de um aneurisma a 21 de Dezembro de 1805.

<sup>132</sup> É o autor da vernácula *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África*, Lisboa, 1835-1837. Parafraseou Ovídio na *Arte de Amar*, etc., impressa em 1821.

Apagara-se a lavareda de um talento que a si mesmo se devorara. Não houve repentista que sequer de longe o rastejasse; mas todos os seus improvisos, lidos, têm os defeitos que na improvisação se esquivam à análise. Os seus poemas de curto e longo fôlego são soberbos no arrojo das ideias, na travacção harmónica das palavras, no descomunal das metáforas. As hipérbolés são sempre excelentes, se disparam da indignação ou da zombaria. A frase tem elegâncias apesar dos deslizes da elocução e dos bordões a que se encostam nas passagens em que o adjectivo não ocorre solícito. «Claro» é tão dilecto a Bocage, como o «ledo» a Camões, o «santo» a Ribeiro dos Santos, e a Garrett o «doce» [11]. Os sonetos, forma gentilíssima e magistral de sua índole, «'mais propensa ao furor do que à ternura», são ama orquestra estrepitosa em que raras vezes se ouvem as toadas gementes da harpa. Sem originalidade no pensamento, dá ares de criador pelo ressaltado das cores. Encadearam-no, cortando-lhe os voos do génio, as pelas da mitologia; por isso é tão pálida a idealização dos seus poemas, raras vezes levantados a ideias abstractas. A tèmpera rija da sua alma, endurecida ainda pelas hilaridades com que lhe festejavam o látego nemésico, quebrou-lhe as cordas mais maviosas do alaúde. Quando quer ser plangitivo, transporta-se contrafeito, em raptos e exaltações por conta de coisas que não dão para isso. Apropositadamente escreve o conselheiro José Feliciano de Castilho na opulentíssima *Notícia da Vida e Obras de Bocage*: «Nada há que mais repugne do que o transporte... a sangue-frio. Nada gela tanto como os delírios simulados da febre poética; geram quase sempre hipérbolés que fazem sorrir e discordâncias que ferem o gosto e a razão. A desproporção entre os majestosos andaimos e o mesquinho edifício denuncia logo a deficiência de inspiração e a esterilidade do assunto. É uma comédia de sublimações sibilinas que a ninguém ilude.»

Nos poemas que Bocage escreveu no Oriente debalde se procuram indícios de espírito cismador e abstraído da intuspecção de si próprio em um mundo tão novo na sua decrepidez, e tão inspirativo em suas cãs desonradas pela desgraça e pelo desamparo da metrópole.

Os poetas daquele ciclo viviam tanto de si mesmos, eram tão egoisticamente individualistas que por acerto nos revelam as contingências de sua alma com os panoramas da natureza exterior. Se cantavam de árvores, de ribeiras, de montanhas, serviam-se das frases recaldeadas pelas pastorais clássicas. Assim Gonzaga poetando entre as exuberâncias nativas da América, assim Fernão Álvares do Oriente, o poeta indiano com vida e pátria tão de molde para extraordinários cantares, assim Bocage sonetando a Anardas e Glauras e Gertrúrias entre as rumarias das odisseias de Albuquerque e Castros! Nem a tristeza do céu, nem as quadrelas tostadas dos baluartes derruídos, nem a foz do Mandovi, nem a gruta de Camões o destoavam daqueles hendecassílabos do Café Nicola, túrgidos, sonoros, bocagianos em suma, porém compassados e quase incómodos como o arfar ininterrupto dum pêndulo. Bocage trouxe-nos da Índia apenas a hiperbólica descrição dos costumes goeses. Como o seu horizonte não ia além dos contactos sociais – a saudade dos poetas do *Agulheiro dos Sábios*, onde tinha o seu palco e diadema –, supurou-as no fel da mordacidade contra os canarins:

*Lusos heróis, cadáveres sediços  
Erguei-vos dentre o pó! Sombras honradas,  
Surgi!, vinde exercer as mãos mirradas  
Nestes vis, nestes cães, nestes mestiços.*

*Vinde salvar destes pardais castiços*

*As searas de arroz, por vós ganhadas...  
Mas ah!, poupai-lhe as filhas delicadas,  
Que elas culpa não têm; têm mil feitiços.*

Isto é sublime de mordentíssima galhofa; mas a alma do poeta quando aí desce vem caída do alto como águia ferida a esvoaçar-se nos charcos paludosos. Resgatou-se Bocage, por vezes, da sua escravidão das turbas, refugiando-se a só na dor da saudade ou nos raptos religiosos, que os tinha ardentíssimos como todos os infelizes. O episódio da *Saudade Materna* ressuma sinceras lágrimas; e o grito da alma aflita vibrado como recurso extremo a Deus, nas horas em que o poeta, entrado da agra consciência do seu perdido destino, nos está insinuando quão diverso seria Bocage se, na mocidade, mãos amigas e experientes lhe alisassem as asperezas da vereda, que estorva e irrita o génio irreconciliável com as condições positivas da vida.

Houve aí um homem que mais que todos lhe abrasou as cóleras e o fez provar as empeçonhadas vanglórias das ovações dos botequins, quando Bocage, por inflexível a preceitos nem a respeitos, rompeu de viseira erguida contra os sócios. Era o padre José Agostinho de Macedo, o *Elmiro Tagideo* da Nova Arcádia. Chamou-se Frei José de Santo Agostinho quando era frade graciano. A desmoralização distinguiu-o por tal maneira entre os frades relaxados do seu tempo que foi privado do hábito, infamado e expulso com todas as desonras. A Sé apostólica deferiu-lhe ao recurso, concedendo-lhe breve de secularização em 1793. Tinha então trinta e três anos o padre José Agostinho de Macedo, e entrava com atrevidas ambições de primazia literária na época mais decadente das belas-lettras, sem que o possamos dizer igualmente das ciências filosóficas em um tempo que Silvestre Pinheiro Ferreira, o publicista europeu, Jerónimo Soares Barbosa, o iniciador da gramática geral, o sapientíssimo António Ribeiro dos Santos e António Soares Barbosa, o filósofo moralista, floresciam. Insistem bons escritores, como Lopes de Mendonça, em bastecerem a escureza intelectual do tempo de José Agostinho de Macedo para assim lhe explicarem a preeminência que atingiu sobre os seus contemporâneos. É inexacta essa superioridade, que os seus coevos nunca lhe concederam. Teve admiradores de convenção quando os seus já hoje esquecidos poemas, didascálicos, encravados de termos facultativos de ciências, superficialmente estudadas, captavam a admiração de homens como Almeida Garrett. Da *Meditação* escrevia este ainda indeciso colaborador do romantismo: «...Pedirei uma vénia mais para mencionar com um poema que faz suma honra ao nome português, a *Meditação*, do Sr. J. A. de Macedo, que tem sido censurada por quem não é capaz de entendê-la (alusão malignamente injusta ao validíssimo crítico Nuno Álvares Pereira Pato Moniz). Não sei eu se ela tem defeitos; é obra humana e decerto lhes não escapou; mas sublimidade, cópia de doutrina, frase portuguesa e grandes ideias só lho negará a cegueira ou a paixão.»<sup>133</sup> Cego e apaixonado estava Garrett quando assim pensava, ou quando o contrário escrevia prefaciando, em 1828, a *Lírica de João Mínimo* nestes termos, que é a ideia voltada do carnaç: «...O padre José Agostinho... porque em nenhuma matéria de ciência ou arte ou literária... o vemos entrar solidamente, ou como quem a sabe ou professa: apenas uma tintura de florilégio para embasbacar os pataus, e fazer encaixe a descomposturas, insultos e pachochadas. Mas enfim é vil prosa indigna do sesquipedal imitador de Estácio... Talvez não tarde a época em que se veja um dia de anos sem soneto, um aniversário real ou nacional sem ode pindárica; em que as éclogas de João Xavier, e de muitos outros, causem sono, os sonetos elmanísticos fastio, e as epopeias "agostinhas" nojo.»

<sup>133</sup> *História da Língua e da Poesia Portuguesa.*

Não o censuramos pela reconsideração. «Il n'y a que les sots qui ne se contradisent», diz d'Escherny. Os apologistas de José Agostinho que ainda hoje se acostam às maleáveis opiniões de Garrett deviam acompanhar aquele alto espírito nas suas metamorfoses, para não estarmos sempre a martelar com frases consagradas na imobilidade de hieroglíficos.

Não nos demoraremos a averiguar as fusões e refusões dos poemas épicos e didácticos de José Agostinho de Macedo, primeiramente porque hoje em dia ninguém dispensa prodígios de curiosidade até confrontar *O Gama* com *Os Lusíadas*, nem se importa saber se a *Viagem Extática ao Templo da Sabedoria* é o mesmo poema *Newton* piorado; se a *Meditação* e o *Argonauta* são um feixe de fragmentos da *Natureza*, e, enfim, se toda esta farragem se topa como em grosso e atacado na *Contemplação da Natureza*. E, depois, quem miudamente lhe quiser seguir a fecundidade dos abortos veja as listas das obras que alguém, por afinidades políticas, publicou como pregão de glória e o Sr. Inocêncio Francisco da Silva explanou no seu *Dicionário* porque assim lho mandava o dever de bibliógrafo. O certo é que o padre José Agostinho, com uns oito mil versos distribuídos de diversos feitos, arranjou cinco poemas com diferentes títulos, e todos cinco, como gafados do mesmo vírus, esfacelaram-se a um tempo, obedecendo à profecia de Bocage desfechada contra o padre na *Pena de Talião*:

*Como hás-de, ó zoilo, eternizar meu nome*  
*Se os fados permanência ao teu vedaram?*  
*Se a ponte que atravessa o mudo rio*  
*Que os vates, que os heróis transpõem seguros*  
*Tem fatal boqueirão, por onde absorto*  
*Irás ao vilipêndio, irás ao nada...*

O padre nunca perdoou a *Elmano* o vaticínio que parecera palpar-lhe com daga de ferro na consciência a previsão do seu futuro. Congraçou-se com o moribundo; e, quatro anos depois, nas *Considerações Mansas*, remexia-lhe as cinzas com covardíssima impiedade. Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, um dos mais estrénuos árcades na milícia zeladora da linguagem pura, escreve o seguinte em um raríssimo opúsculo publicado em Londres e intitulado *Elmiro*: «...Eu fui íntimo amigo de *Elmano* e glorio-me de o haver sido; com ele fiz o ensaio dos meus primeiros voos poéticos, e com ele tive todas as relações por espaço de mais de sete anos; e a nossa muita amizade me obrigou a desviar-me quando conheci que era infalível e mui próxima a sua morte: pelo contrário, J. Agostinho, seu antiquíssimo inimigo, foi, nestes momentos fatais, que a título de reconciliação se lhe tornou a avizinhar para praticar com ele a última perfídia. Poucos dias antes de *Elmano* cair no leito de morte, havíamos ajustado que ele viria para minha casa, como já de outras vezes, e era então principal motivo o pormos a limpo uma tragédia original que intitulara *Eulália*, à qual unicamente faltava uma cena no quarto acto (a qual cena, depois de muitas emendas, rasgou em um dos frenesis do seu génio)...<sup>134</sup> Note-se agora que de tudo isto quase nada apareceu, e que José Agostinho se encabeçou de todos os papéis de *Elmano*, e que ultimamente sendo-lhe encarregado de coligir um volume desse pouco que apareceu, cujo produto fosse benefício de uma irmã de *Elmano*, senhora de muito juízo, e que vivia acoitada a seu amparo, e ministrando-se para esse volume mais algumas poesias de *Elmano* que apareceram e paravam na mão de seus amigos, José Agostinho não somente nunca fez semelhante impressão, mas não sei que sumiço deu a tais poesias. Em Lisboa há mais

<sup>134</sup> Pato Moniz nomeia várias peças dramáticas de Bocage incompletas com outras poesias inéditas.

quem saiba destes factos; e eu protesto aos que os sabem e aos que os não sabem que, enquanto eu vivo, os manes de *Elmano* não hão-de clamar como Virgílio: *Hos ego versiculos...* Bem sei que fui prolixo nesta nota, porém a verdade pede clareza, e a minha amizade para com *Elmano* requeria que eu vingasse a sua memória indignadamente ultrajada pela canino autor dos *Solilóquios*.» Homens desta ignóbil espécie jamais tiveram faculdades de engenho que os individualizassem na genealogia dos espíritos que constituem a nobiliarquia das letras. José Agostinho é símbolo de uma época em que o púlpito se abria às objurgatórias políticas, e o poema intitulado *Os Burros* dava sevo aos rancores duma facção; mas não consideremos a época pelo homem: José Agostinho de Macedo representava-se unicamente a si próprio.

Na Nova Arcádia havia relíquias ilustres da sação antecedente, remanescentes da plêiade de Garção e Dinis: tal era Luís Correia de França e Amaral (*Meliseu Cilénio*), a quem Bocage tratara com desmerecida crueza. Deste árcaide, falecido em 1807 com oitenta e três anos de idade, pouco se há escrito, e esse pouco sem bastantes elementos. Luís Correia já pertencera à Academia dos Ocultos, quando contava vinte e três anos. Admitiram-no com o encargo de escrever os estatutos daquela sociedade de homens estudiosos. Estes mesmos estatutos foram, com diminutas alterações, admitidos na Arcádia Ulissiponense, em cujo grémio Luís Correia de França e Amaral era estimado como poeta frio e todavia correcto, propugnador da independência da língua, e refractário tanto a neologismos como a exumações quinhentistas de Francisco Manuel do Nascimento.

Na Academia Real das Ciências também Luís Correia cooperou para a organização dos estatutos, e em Janeiro de 1787 começou a redigir o *Jornal da Real Academia das Ciências de Lisboa*, que nunca se imprimiu, e do qual temos autógrafo o primeiro número, donde coligimos estas notícias autobiográficas. A impertinência própria duma senil aversão a novidades induzira França e Amaral a censurar Barbosa du Bocage:

*Não consiste num verso harmonioso  
Da divina poesia a majestade.  
Pede um contínuo estudo e o mais copioso;*

*Pede um estro que espalhe a heroicidade  
E a glória verdadeira pelo mundo  
Nas azas da maior sublimidade.*

Assim o entendia aquele veterano das academias, saudoso das gélidas e serenas composições do seu Manuel de Figueiredo, do seu Valadares, de todos aqueles frios satélites de Garção, após de quem Luís Correia ia coxeando com as suas sinceras musas; Bocage, porém, que fulminava a um tempo a rúbida juventude de José Agostinho e a cabeleira amarela do velho *Meliseu*, cuja boca se lhe desformara por algum insulto de paralisia, desplicava-se ministrando-lhe a peçonha deste soneto cruelmente bem feito:

*Rapada, amarelenta cabeleira;  
Vesgos olhos que o chá e o doce engoda;  
Boca que à parte esquerda se acomoda...  
Uns afirmam que fede, outros que cheira;*

*Japona, que da Ladra andou na Feira;  
Ferrugento faim que já foi moda*

*No tempo em que Albuquerque fez a poda  
Ao soberbo Hidalcão com mão guerreira.*

*Ruço calção que espipa no joelho;  
Meia e sapato com que ao lodo avança  
Vindo a encontrar-se co o esbrugado artelho;*

*Jarra com apetites de criança,  
Cara com semelhança de besbelho;  
Eis o bedel do Pindo, o doutor França.*

Reportando-se a este soneto, perguntava-lhe José Agostinho de Macedo com impostora piedade na sátira provocativa da *Pena de Talião*:

*Que te fez Meliseu, se a fome e os anos  
Lhe deixam erma e transversal a boca?*

Estes versos são o capítulo final da velhice infeliz do académico, sessenta anos a lidar com sábios, e a trabalhar escondidamente na parte disciplinar e mais obscura das academias. Não obstante, Bocage, porque talvez no vigor da idade, e pobre como Amaral, era pouco sensível a desventuras de pobreza alheia, replicou-lhe:

*Pede ao bom Meliseu da Arcádia fauno  
De avelada existência e mente exausta  
Que afectas lamentar e astuto abates,  
Que por alfélua troca os sons de Euterpe  
etc.*

Mais acerbo e justiceiro foi Bocage com o fulo Domingos Caldas Barbosa,

*Nojenta prole da rainha Ginga,  
Sabujo ladrador.....*

Presidiu à Nova Arcádia este quase doméstico do conde de Pombeiro, o autor da *Viola de Lerenó*. A sua especialidade era a trova arpejada na guitarra, no género das modinhas brasileiras com que este palaciano mulato aligeirava os saraus do conde seu protector. Assumiu Caldas a presidência da Arcádia onde estavam Belchior Manuel Curvo Semedo (rival de Bocage, na beleza mais acurada do apólogo, e considerado seu igual, senão superior, na indiscreta opinião das maiorias), Francisco Joaquim Bingre, José Tomás da Silva Quintanilha, França e Amaral, o abade de Almoester, Joaquim Franco de Araújo e Domingos Maximiano Torre<sup>3</sup>, o dilecto de Francisco Manuel do Nascimento, Francisco da Silveira Malhão, Joaquim Severino Ferraz de Campos e Tomás António dos Santos e Silva, Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, etc. Santos e Silva é o autor da *Brasilíada*, cuja acção, diz ele, é a «judiciosíssima evasão de SAR para os seus estados do Brasil.» A epopeia fundamentada em sucesso de tão pedestre heroísmo define-se cabalmente só pelo título. Santos Silva, o conterrâneo de Bocage, tinha diminuta ciência da língua, e exprimia-se com desnecessários empréstimos das línguas que estudara. Formando o poema dos episódios que traduzia literalmente de relações francesas acerca da revolução, transplantava a frase com a fidelidade de quem desconhece a correspondente forma nacional. As locuções triviais e plebeias, descabidas

no estilo épico, denotam que a cultura do espírito é imperfeita, se a não sobre-doura a polidez que se adquire no trato civil. «Inculta montanha de talento» o denomina honrosamente o Sr. José Feliciano de Castilho, avaliando-o, talvez, pela *Sepultura de Lésbia*, trecho da hora inspirada. Quanto aos seus dois poemas, *Silveira* e *Brasilíada*, são montanhas de mui bravios sargaçais. A respeito do segundo cantava Costa e Silva com pasmoso desplante:

....*De um só Camões Lísia não paga*  
*(De um Camões que lhe inveja o mundo inteiro)*  
*Um seu digno rival aos céus pedia*  
*E em ti lhe cumpre o voto o céu propício.*

Santos e Silva rival de Camões! E por tais árbitros tem andado a crítica literária em Portugal.

A Nova Arcádia dispersou-se a repelões de desabridos ódios. A maioria dos seus sócios pouco valeu em relação ao tempo, e pouco mais sobreviveu às pugnas que lhe deram nome. Consumiram vidas longas na crassa ignorância do mundo externo. Traduziam Voltaire agorentando-lhe os convencionais predicados de beleza dramática já hoje imperceptíveis. Escreviam elogios teatrais de fictício entusiasmo, e espontavam as derradeiras vergôntes da tradição nacional que ainda refloriram nos lavores da velha Arcádia. A relaxação do sentimento do belo abismara-se até às sordícies donde a título de engenho imerge o poeta, vociferando os sonetos torpes que modernamente, em mais corruptos tempos, têm vindo a lume na colecção bocagiana, e noutros tomos que pareciam sepultados com o epitáfio da infâmia.

### **Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional**

A reformação chamada convencionalmente, e já agora indiscutivelmente, o «romantismo», operou-se primeiro no teatro. A rápidos traços bosquejaremos o perfil do teatro nacional, quando Almeida Garrett lhe restaurou a nacionalidade sem precedentes que dessem a esperar tão subitânea e fundamental regeneração.

João Baptista Gomes dera ao palco português com a tragédia *Nova Castra*, imitação da *Segunda Castro*, de Domingos dos Reis Quita, uma agradável diversão das tragédias gregas apresentadas pelos poetas cesários de Luís XIV. A poética de Baptista Gomes tem as raras belezas e os espessos defeitos do elmanismo. O entrecho segue de perto a sentimentalidade que lhe sinalaram as mágoas abafadas do poeta cabeleireiro que os árcades levantando-o ao seu nível social pela grande superioridade intelectual, remiram da afronta do seu baixo ofício. Inês de Castro, desde Garcia de Resende até João Baptista Gomes, havia sido o assunto nacional mais explorado na lírica, na epopeia e na tragédia; e, nesta última e mais adequada manifestação, quem de certo melhormente o compreendeu foi o esquecido Manuel de Figueiredo.

João Baptista Gomes, obscuro obreiro da lida mercantil portuense, replantara no teatro a tragédia que tinha a seu favor o assunto e a forma: decoravam-se como sentenças os versos fáceis de reter por seus mesmos defeitos de antíteses e tautologias, «versos de virar», com os filintistas lhes chamavam. Com o aparecimento da *Nova Castra* descaíram da estima as tragédias de Metastásio e de Voltaire, destimadas das pessoas previstas e receosas do espírito liberal que balbuciava mal disfarçado nas frases, trazidas depois para as doutrinas da Revolução Francesa. Colaboravam nesse audaz propósito Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Tomás António dos Santos e Silva, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar e outros menos graduados.

A atenção popular, estranha a filosofias, voltara-se de preferência para António Xavier Ferreira de Azevedo, o qual soldara a cadeia interrompida em Nicolau Luís, intérprete e bom aferidor da inteligência das chusmas. José Agostinho de Macedo enxovalhava-lhe o género, e vinha à praça discutir as inverosimilhanças da farsa *Manuel Mendes* com uma gravidade que seria inepta, se não procedesse do vilanaz desforço de se ver desprezado nas suas deslavadas composições dramáticas. Ricardo José Fortuna e Manuel Rodrigues Maia afinaram na mesma toada de Ferreira de Azevedo, e sustentaram a cena com as requentadas iguarias de António José da Silva, as mais digeríveis para os entendimentos a quem eram destinadas. Isto, porém, não era teatro: era a dissolução de todas as escolas, depositando um sedimento, que se formou em farsa, em incentivo de gargalhada, sem alcance moral nem na educação nem no desenvolvimento das comoções afectivas. A chocarrice tinha com certeza um auditório; mas também, com certeza, não estava aí a porção dos homens que, em literatura, constituem o espírito público, e significam a fisionomia de qualquer civilização.

Nós, os Portugueses, fomos os mais tardios a desertar da escola francesa, a renegar dos dogmas que já lá mesmo em França eram desacatados. Foi mister que os efeitos da revolução fundamental chegassem até nós, para que o espírito literário seguisse a corrente das ideias políticas. Primeiramente, e com muita antecipação, fermentou o romantismo na Alemanha, rejeitando os cânones das pautadas poéticas da França, e aceitando a influência nativa de Inglaterra, que mantivera a sua independência e individualidade saxónia. Apareceram os dramas de Lessing, que em *Emilia Galotti* criara a comédia burguesa da Alemanha. Ao mesmo tempo, abriu-se o caminho das origens teutónicas, e os mitos helénicos foram banidos. A cediça epopeia escurentou-se quando repontou a aurora das graciosas lendas germânicas. À lenda seguiu-se a evolução do drama e do romance histórico. Florescera Schiller com os dramas revolucionários e Goethe com as profundas revoluções do sentimento, sob as grandes formas panteístas, ao passo que Schlegel germinava as ideais simpatias pelo mundo da Idade Média entrevisto à luz crepuscular de uma vaga saudade. Triunfara a inflexa razão da arte, a força inviolável do belo. Da Germânia levava Madame de Stäel e espírito cativo e palpitante das novas ideias do *Curso de Literatura Dramática*, de Schlegel. O seu livro, a *Alemanha*, ainda que imperfeito no critério dos produtos que avaliou, nomeadamente o *Fausto*, actuou sobre espíritos da tèmpera de Alfredo de Vigny e de Victor Hugo. Conjuntamente, lirismo e teatro, a despeito da travada luta, haviam entrado na brilhante fase. Em Itália era confirmada a iniciação de Hugo Foscolo por Manzoni, que assistira, como Almeida Garrett, à florescência do romantismo em França. Na Espanha era de crer que mais cedo se restabelecesse o nacionalismo literário, porque aí, como na Inglaterra, prevaleceram sempre os característicos de literaturas que de si mesmas se alimentavam nas duas grandes personalidades de Shakespeare e Lope de Vega. Os poemas *D. Branca e Camões*, sugeridos a um emigrado, que se acalentara com a toada das musas clássicas, são não somente a aurora, que também o alto dia do romantismo em Portugal. «Os poemas *D. Branca e Camões*», diz o Sr. Alexandre Herculano, «apareceram um dia nas páginas da nossa história literária sem precedentes que os anunciassem; um, representando a poesia nacional, o romântico, outro a moderna poesia sentimental do Norte... são para nós os primeiros e até agora únicos monumentos duma poesia mais liberal do que a dos nossos maiores.»<sup>135</sup> Almeida Garrett simboliza as remodelações da literatura nacional dando-se a si mesmo como exemplo.

O autor do *Catão* não era superior aos sócios da segunda Arcádia; o autor do *Alfageme* e de *Um Auto de Gil Vicente* constituiu-se o fundador do drama nacional, e

---

<sup>135</sup> *Repositório Literário*, nº1.

inaugurava a tragédia na perfeitíssima elegia de *Frei Luís de Sousa*, pondo já o fito em corrigir o ultra-romantismo dos dramas históricos modelados pelo reportório francês. Os dramas concorrentes a prémio tinham de português escassamente os nomes das personagens sem outra caracterização congenial. Urdiam-se dramas históricos que ultrapassavam o fabulário das crónicas, e aceitavam da tradição o mais inverosímil e maravilhoso.

A onda límpida ou barrenta que deriva para aquém dos vinte brilhantes anos que aplaudiram Garrett, Herculano e rastilho no magistério da literatura é assunto alheio deste bosquejo.

As obras de Almeida Garrett destinadas a imperecedouro renome são *D. Branca*, *Frei Luís de Sorna*, *Um Auto de Gil Vicente*, *O Alfageme de Santarém* e as *Viagens na Minha Terra*, senão pelo fino tacto do romance, decerto pelo gracioso e variado interesse da narrativa. *O Arco de Santana* é obra de bom cunho literário pela linguagem, mas prejudicada pelo intuito de satirizar paixões coevas com mal escolhidas situações dum século remoto. De António Feliciano de Castilho os poemas *Noite do Castelo* e *Os Ciúmes do Bardo* são o romantismo no mais alto apuro do género. É a balada feudal de Bavur-Lormian. Aqueles poemas impulsionaram grandemente o desapego das tradições arcádicas. Aprendiam-se de cor, eram imitados e deles procede a enchente de solaus em que primorosamente se distinguiu António de Serpa. De Castilho não temos outros livros a que possamos atribuir influência directa no romantismo; mas nem um só deixou, quer original quer traduzido, que não seja o mais formoso modelo de linguagem. Em Portugal, quem atingiu a suprema perfeição da língua portuguesa foi António Feliciano de Castilho. Para os dois mestres eminentes, já mortos e redivivos na perpetuidade da glória e nos monumentos de suas obras, é intempestiva a história. O juízo demorado e particularizado que houvéssemos de formar dos viscondes de Almeida Garrett e de Castilho seria fraseado como as apologias de perenal glorificação.

## NOTAS

[11 No *Manual da História da Literatura Portuguesa*, o professor, Sr. Dr. Teófilo Braga, a pág. 322, dizendo da morte de Damião de Góis, escreve: «A morte de Damião de Góis é obscura, e é de crer que morrera no cárcere inquisitorial.» Não é de crer tal coisa desde que António Pedro Lopes de Mendonça publicou o processo de Damião de Góis, onde claramente se diz que ele saiu da Inquisição para o Mosteiro da Batalha. Eis aqui os documentos trasladados dos autos, exceptuada a ortografia: «É verdade que Rui Fernandes veio aqui a esta casa do Mosteiro da Batalha com Damião de Góis, e o deixou aqui nesta casa entregue ao prior e padres; e por nos pedir esta certidão lha demos, por nós assinada hoje na Batalha aos 16 de Dezembro. Frei Francisco Pereira, Superior, Frei António Nogueira.» A este documento segue-se a apresentação que Rui Fernandes fez do recibo aos inquisidores, em Lisboa, aos 19 de Dezembro de 1572. Estes documentos estão impressos, desde 1859, nos *Anais de Literatura da Academia Real das Ciências*, e no livro intitulado *Damião de Góis e a Inquisição de Portugal, Estudo Biográfico*, por A. P. Lopes de Mendonça, págs. 37 e 38. O professor de Literatura devia ter lido esta notícia tão vulgarizada.

Com referência a Damião de Góis, reproduziremos um escrito nosso que esclarece a vida do ilustre cronista, e até certo ponto estabelece algumas bases novas sobre que futuros escritores lhe levantem a biografia:

Não era boa pessoa. Tinha talento, fazia crónicas de reis, escrevia em variados assuntos; mas era mordacíssimo, deslenguado e desluzia as gerações dos seus inimigos com a injustiça própria de sua malquerença.

D. António de Ataíde, conde de Castanheira e valido de D. João III, foi um dos fidalgos mais agravados.

Uma sátira apareceu na corte por aquele tempo, precisamente no ano de 1554. Um homem vestido de frade a entregou pessoalmente ao rei.

Diogo de Paiva de Andrade (*Memórias Inéditas*) refere assim o caso: «Um frade capucho, ou, como também se disse, pessoa que vestiu aquele hábito, procurou com grande empenho falar a D. João III, que estava no Paço da Ribeira, em ocasião que se recolhia a dormir a sesta; e, pelo esforço que fazia em se lhe dar recado, se deu parte a el-rei; o qual mandou entrar o frade. Este se queixou extraordinariamente de um régulo que havia na sua terra, pedindo a Sua Alteza desagrasse o oprimido povo; e, acabando de falar, se retirou, entregando-lhe um papel. Abriu el-rei o papel; e, vendo que era uma sátira contra o conde de Castanheira, D. António de Ataíde, ordenou logo fossem em busca do frade; e, por maiores diligências que se fizeram, não foi possível encontrá-lo. Este papel guardou el-rei na sua guarda-roupa, donde o pôde haver Damião de Góis que, copiando-o, o deixou junto a um nobiliário, que tinha escrito das famílias deste reino, e daqui teve origem, sem fundamento, a seita puritana; porque, depois de descompor o conde na figura e nos costumes, o infamou na família, nas seguintes quadras:

*Mestre João sacerdote,  
de Barcelos natural.  
houve de uma moura tal  
um filho de boa sorte.*

*Pêro Esteves se chamou;  
honradamente vivia;  
por amores se casou*

*com uma formosa judia.*

*Deste (pois nada se esconde)  
nasceu Maria Pinheira,  
mãe da mãe daquele conde  
que é conde da Castanheira.*

Em outro lanço das *Memórias*, Diogo de Paiva, reportando-se novamente a este caso que estrondeou naquela época, acrescenta: «Damião de Góis, bem conhecido neste reino por seus escritos, foi grande inimigo de D. António de Ataíde, primeiro conde da Castanheira e valido de D. João III; porque aparecendo em palácio a célebre sátira contra o mesmo conde, que deu causa à murmuração de Maria Pinheira, Damião de Góis a ajuntou a um nobiliário que tinha escrito; sabendo-o o conde, o esperou na Rua Nova de Lisboa uma noite, e lhe deu com um pau. Aumentou-se de parte a parte a inimizade; e, achando-se D. António de Ataíde na Casa da Índia uma manhã, como vedor da fazenda, e Damião de Góis como feitor de Flandres, que havia ocupado, aí se travaram de razões, e o conde lhe deu com umas luvas na cara.»

A sátira que D. João III releu muitíssimas vezes, e outras tantas fechou no contador dos seus papéis particularíssimos, devia de ser acerba para o vingativo conde, e mortalmente funesta para Damião de Góis.

O leitor, sem dúvida, deseja vê-la, porque, se a não viu manuscrita, com certeza a não encontrou ainda impressa. As três quadras trasladadas por Diogo de Paiva são as únicas apenas conhecidas dos leitores de genealogias; mas o mordaz poema compreende sessenta e quatro quadras.

Por não empecer à curiosidade, damos primeiro o traslado da sátira; hão-de ver depois outras coisas importantíssimas no caso.

«Trovas que se mandaram dar a el-rei D. João III por um frade de Santo António, dois anos antes da sua morte, e as tinha na sua gaveta, e as lia algumas vezes, e as mandou queimar por Manuel de S. Tiago no dia que veio da Misericórdia, três dias antes do seu falecimento, que foi a 22 de Junho do ano de Cristo de 1557.

1

*Deus sabe que esconder  
a minha tenção não posso,  
e, por seu serviço e vosso,  
digo quanto aqui disser*

2

*Se sobre isto o dessirvo,  
com a demência que soe,  
como a vassalo e cativo,  
que o ama, me perdoe.*

3

*Um poeta dos latinos  
a um seu amigo escrevia:  
«Já agora a terra cria*

*homens maus e pequeninos.»*

4

*Como que, com a idade  
tudo cansa e nos esquece,  
afora só a maldade,  
que esta prevalece.*

5

*Homens bons de muito ser  
nesta terra haver soía;  
ainda os há; mais haveria,  
se os deixassem viver*

6

*Os que metem pelos portos  
mercadorias defesas,  
com que os mortos são mortos  
e os vivos são suas presas.*

7

*Esses no reino meteram  
mentiras e judiarias,  
baixezas e hipocrisias  
que toda esta terra encheram.*

8

*E tanto que, mor valia  
tem já isto em Portugal  
que droga, cravo e tincal,  
nobreza e cavalaria.*

9

*Mas de um, que tudo pende,<sup>136</sup>  
vos direi, senhor, um pouco,  
em que me tenhais por louco  
que deus calar me defende*

10

*Pois dá brado sem cessar  
– diz Isaiás – e canta;*

---

<sup>136</sup> Principia a desancar o valido.

*como trombeta, levanta  
tua voz sem descansar.*

11

*E ele, que tudo é, tudo  
nos salva pela tenção!  
Ver eu tanta perdição  
me faz falar, sendo mudo.*

12

*E eu, com esta ousadia,  
o direi porém com febre,  
que em sua fisionomia  
vereis melhor que tem lebre.*

13

*Convenho no que se diz:  
Dês que o mundo se criou,  
aquele a quem Deus bem quis  
no rosto lho amostrou.*

14

*Após isto, no cabelo,  
na sombra tão infernal!  
de estopa de ruim pêlo  
nunca se fez bom saia!*

15

*As sobrancelhas hirsutas  
maiores que abebedouro,  
no meio da testa justas,  
sinal é de mau agouro.*

16

*Olheiras por meio rosto,  
olhos tristes, embaciados,  
risinhos falsos, sem gosto,  
pensamentos esfaimados.*

17

*Esfaimados de cobiça,  
de soberba e de inveja,  
de quantos males atiça*

*quem todo o mundo deseja.*

18

*Esfaimado de suspeitas,  
enganos e falsidades,  
e palavras contrafeitas  
onde nunca entrou verdade.*

19

*Esfaimado por lançar  
o reino e terra, a perder.  
o preço, a honra e o ser  
dos que são para estimar.*

20

*Esfaimado e esfaimado  
por acabar de roubar  
honra, fazenda e estado  
de quem isto lhe foi dar.*

21

*Ente do seu parecer,  
nas obras de tanta perda,  
parentesco deve ter  
co ladrão da mão esquerda.*

22

*É um sem fundo, adverso  
da direita e do envés,  
em ser ruins e perverso  
da cabeça até aos pés.*

23

*Do qual ousei afirmar  
a um seu (ninguém se espante)  
pardelhos e calcanhar  
são mores que por diante,*

24

*São de ladrão calcanhares,  
dizem todos a urna voz,  
faz com ratos nos altares  
mais lavoura que mia foz.*

25

*Té quando, pois, durará,  
Senhor, tão cruel engano,  
sortido em tanto dano,  
trinta e três anos há!*

26

*Ponhamos em termos isto,  
vejamos quem tem razão,  
sela juiz Jesus Cristo  
em quem não há suspeição.*

27

*Vossa Alteza que achou  
neste homem feito em pelado,  
que assim se apoderou  
de si e do seu estado?*

28

*Entregues à sua vontade  
donde dependem as leis,  
tudo podem dar os reis,  
salvo sua liberdade.*

29

*Este, tudo tem de vós,  
com que se fez soberano,  
ingrato, cruel tirano,  
A Deus, a vós e a nós.*

30

*Este, a mais sobre todos,  
este credes desde a cuna<sup>137</sup>  
este tem convosco os modos  
de D. Álvaro de Luna.*

31

*Senhor, que engano é este?  
Como não fugis deste homem  
de que tantos outros morrem*

---

<sup>137</sup> Berço.

*por ser o seu mal de peste?*

32

*Que só dois, três dias dura  
qualquer outro em vossa graça,  
logo de vós a rechaça  
sua levacão <sup>138</sup> sem cura.*

33

*Não podem ser todos maus;  
ele só é virtuoso,  
sendo, a fé, falso raposo  
todo cheio de desvãs. <sup>139</sup>*

34

*Faz quanto se lhe autoja;  
e diz, quando adoece:  
«Quem me visita, me enoja,  
Quem o não faz me aborrece.»*

35

*Olhai lá pelo virote!  
Amais-lhe os cabelinhos?  
Criai-lhe bem os filhinhos,  
governais por este norte.*

36

*Em qualquer outra pessoa  
passará isto por graça;  
que quem não tem cousa sua,  
ponha os seus boles na praça.*

37

*Malditos sejam os pais  
que geraram tão má cousa,  
de que todos dão mil ais,  
e nenhum falar não ousa!*

38

*Por terem reconhecido  
ser de vós apoderado,*

---

<sup>138</sup> Tumor.

<sup>139</sup> Subterfúgios.

*como Deus é adorado,  
como o diabo é temido.*

39

*Dai ao demo este diabo,  
dai este diabo ao demo!  
Não é bom, não vo-lo gabo,  
de governalho e de remo.*

40

*Nem se lhe sabe virtude,  
não viu leão nem pelejou,  
nem mortos ressuscitou,  
dos vivos tolhe a saúde.*

41

*Pois que milagres são estes,  
que siso, que descrição,  
pois que assim lhe concedestes  
o da vossa jurisdição?*

42

*Se ele fora sisudo  
e discreto em seus modos,  
não governara ele tudo,  
e mais com dolo de todos.*

43

*É da gloriosa lei,  
que a todos nós ensina,  
imigo, e de Deus e Rei  
ante quem todos malsina.*

44

*Se vos tem amor ou não,  
não é texto de Hipocrás;  
as obras vo-lo dirão,  
não cureis dos seus salás<sup>140</sup>*

45

*Que são figuras, e basta,*

---

<sup>140</sup> Zumbaias.

*vilãs reverenciaduras  
com que vos caçou e arrasta  
por nossas desaventuras*

46

*Que o criado verdadeiro  
que tem verdadeiro amor,  
mais que o seu, e primeiro,  
sente o mal de seu senhor.*

47

*Nos conselhos, Vossa Alteza  
em ele somente crê;  
sendo tudo mia grandeza  
da perdição que se vê.*

48

*Por seu conselho casou  
a princesa em Castela<sup>141</sup>;  
vede como Deus livrou  
este vosso reino dela.*

49

*Por seu conselho deixastes  
quatro lugares aos mouros<sup>142</sup>;  
verdade é que pau pastes  
com isso grandes tesouros.*

50

*Mas por seu procurador  
pôs Deus boas contraditas,  
que não fizessem mesquitas  
nos templos do Salvador.*

51

*Ao duque pôs suspeição;  
que sempre em tudo procede  
por ser parente d'Abraão  
e também de Mafamede.*

52

---

<sup>141</sup> A infanta D. Maria, que casou com Filipe II, de Castela, e mãe do infeliz príncipe D. Carlos.

<sup>142</sup> Safim e Azamor foram abandonados à mourisma em 1524. Em seguida, perdemos Arzila.

*Que como homem antigo  
parece que lhe sabia  
a sua genealogia,  
que é esta que aqui digo:*

53

*Mestre João sacerdote,  
de Barcelos natural,  
houve de uma moura  
tal um filho de boa sorte.*

54

*Pêro Esteves se chamou,  
honradamente vivia,  
por amores se casou  
com uma formosa judia.*

55

*Deste (pois nada se esconde)  
nasceu Maria Pinheira,  
mãe da mãe daquele conde,  
e sua avó verdadeira<sup>143</sup>.*

56

*Vede se era bem provada  
esta sua suspeição;  
mas não aproveita já nada  
onde sobeja a afeição.*

57

*E com juiz tão suspeito,  
mal inclinado, teimoso,  
desalmado, cobiçoso,  
todos perdem seu direito.*

58

*Farto trabalho receio  
lhe faz tal sentença dar:  
cristão e sisudo meio  
para o meu aproveitar.*

59

---

<sup>143</sup> «Que é conde da Castanheira», variante de Diogo de Paiva.

*Antepor a Deus fazenda  
receio, e maior trabalho;  
nunca já será atalho  
mas rodeio sem emenda.*

60

*Veja isto Vossa Alteza  
nas cousas que tal causaram,  
pois que todas se dobraram  
e muito mais a pobreza.*

61

*E como, para poupar  
gastos, se faz a tal obra,  
Ai!, da ilação que soçobra,  
e dobra-se o endividar!*

62

*Em os tais conselhos vão  
verá o mais a que veio;  
nascerão mil de um receio  
de mouros aos bons cristãos.*

63

*O trabalho era dalém  
em meritória guerra;  
agora, a além e aquém,  
em todo o mar e na terra.*

64

*Vós, senhor, não tendes  
pouca culpa neste feito;  
peço-vos tudo gemais  
sempre dentro em vosso peito.*

O autor da sátira era o próprio Damião de Góis, que juntara a cópia ao seu nobiliário; e o portador dela a D. João III fora um familiar do conde da Portela, inimigo do conde da Castanheira. Assim mo assevera o padre

D. Manuel Caetano de Sousa, aquele doutíssimo teatino, cujas duzentas e oitenta e nove horas em várias línguas catalogou o conde da Ericeira, no livro intitulado *Biblioteca Sousana*.

Entre os manuscritos que temos do insigne académico está a sátira que deixamos copiada com mais razoável ortografia da que Damião de Góis interpusera na genealogia do conde da Castanheira.

«Formosa», lhe chama ele. A nós não nos quis parecer cousa para mediana admiração. A escola de Sá de Miranda não pode gabar-se de mui notável aluno no engenho de Damião de Góis; todavia, mais como documento histórico, e pouquíssimo como modelo de poesia, a consideramos digníssima da publicidade.

O esclarecido possuidor da sátira invectiva contra Damião de Góis alcunhando-o de detraidor de alheios créditos. Eis a textual exprobração do clérigo.

Tudo isto continha aquela formosa sátira de que se não sabem mais que as copias 53, 54 e 55, as quais malícia e inveja encomendaram mais à memória por encerrarem em si falta que se transfunde na posteridade quando não é tão falsamente imposta como neste caso. Cheias andam as memórias dos genealógicos de argumentos que convencem de falta aquela impostura; aos quais eu só acrescento que não quero maior prova de sua falsidade do que ver aquelas copias, entre tantas tão malélicas, que dizem de um só homem, e tão grande como aquele conde foi, tantos defeitos que não cabem em tantos homens vis e facinorosos; e ver que nas copias 9, 10 e 11 quer o autor com pouco respeito às divinas escrituras atribuir a impulsos do Espírito Divino os que só são efeitos do espírito maligno que sem dúvida levaria consigo ao inferno o autor das copias, se ele antes de morrer se não desdisses como se afirma que desdisse. E Deus, que é sumamente justo, quer que aquele mesmo conde, cuja descendência, nesta sátira, se empreendeu infamar, tivesse uma mui esclarecida descendência, cheia de varões insignes em santidade, letras, armas, dignidades eclesiásticas e seculares, as maiores que se podem conseguir em Portugal, como sabem os que têm menos que mediana notícia das famílias deste reino, na qual sempre os mais sisudos tiveram estas copias por falsidade.<sup>144</sup>

Damião de Góis, em favores ou desfavores genealógicos, não era extremamente consciencioso. Quando recolheu de suas ilustradas viagens procurou António Carneiro, secretário de Estado de el-rei D. João III, e entregou-lhe um papel em que demonstrava que a sua família, dele secretário, descendia do duque de Mouton, de França, que, aportuguesado, dizia «Carneiro». O ministro sorriu-se zombeteiro à destampada lisonja, lançou o papel, sem o abrir ao brasido de uma chaminé, e disse a Damião de Góis: «Contento-me com que os meus descendentes contem por progenitora a honra com que procuro viver sendo útil ao rei e à pátria.»

António Carneiro bem sabia que não procedia dos Moutons. Era natural do Porto, e de família honrada. Foi a Lisboa por dependência que tinha de Pedro Fernandes de Alcáçova, escrivão da Fazenda de el-rei D. João II. Pedro Fernandes tanto se lhe afeiçoou que, além do pronto despacho, o convidou a ficar na corte, empregando-o no expediente do seu ofício. Como António Carneiro fosse o encarregado de levar a despacho real o saco dos papéis, nestas idas ao paço deu trela ao coração e requestou D. Brites de Alcáçova, filha do seu protector e dama da rainha.

Casou-se com ela a furto; mas, publicado o delito, foram ambos degredados para a ilha do Príncipe. Decorridos anos, as reiteradas súplicas da desterrada comiseraram o coração do pai. Veio António Carneiro para o reino com sua mulher, e logo se habilitou para secretário do despacho universal de

D. Manuel, revelando-se político sagacíssimo. Iguais honras lhe concedeu D. João III, e com elas o senhorio da ilha do Príncipe, onde havia gemido degredado e pobre. Morreu aos oitenta e seis anos de idade, deixando larga descendência.

Se leram *Damião de Góis e a Inquisição de Portugal*, estudo biográfico de Lopes de Mendonça, ou sequer a sumariada notícia que escreveu o Sr. Inocência Francisco da

---

<sup>144</sup> A casa da Castanheira passou ao segundo marquês de Cascais por herança de sua prima D. Ana de Ataíde, última condessa da Castanheira, falecida no meado do século XVII. Na casa de Cascais sucedeu a de Nisa.

Silva, sabem que o adversário do conde da Castanheira denunciado pelo padre Simão Rodrigues, particularíssimo amigo daquele conde, foi preso como luterano nos cárceres da Inquisição, donde o mandaram penitenciar-se em reclusão austera no Mosteiro da Batalha.

Concluído o prazo da expiação, quando já orçava pelos setenta anos, transferiu-se a sua casa.

«Um dia», diz o Sr. Inocência, atido ao testemunho de memórias contemporâneas, «o velho cronista de el-rei D. Manuel foi encontrado morto, *quer de acidente apopléctico, quer assassinado por domésticos ou estranhos.*»

D. Manuel Caetano de Sousa refere que a maledicência heráldica de Damião de Góis não despontara com a velhice, antes se afiara mais na pedra do rancor ao que ele suspeitava seus inimigos. O segundo conde da Castanheira, desferrando-se dos velhos e renovados ultrajes a Maria Pinheira, mandou criados seus moerem com sacos de areia o ancião no pátio de sua mesma casa, e de modo se houveram que Damião de Góis apenas teve forças que o arrastassem à cama, onde se desprende da vida, e mormente da língua, que tantos trabalhos lhe custara.

Esta relação do teatino Sousa encontrei eu confirmada em um nobiliário de Pinheiros, que pertence ao meu jovem e ilustrado amigo Vicente Pinheiro de Melo e Almada, filho do primeiro visconde de Pindela, e também descendente de D. Maria Pinheira.

[12] Não é alheio da história da literatura o empenho que o doutor Sanches nesta carta mostrava em começar desde o regaço das mães a reforma predisponente para a educação literária, e primeiramente moral dos filhos. Pela segunda vez trazemos a público este traslado, que nunca será de mais enquanto os espíritos modernos o não fizerem mais proficientemente.

Em um capítulo intitulado: «Em que idade deveriam entrar os educandos na Escola Real Militar», divaga o insigne médico por considerações a respeito das mães. Transcrevemos o que nos parece digno de ser lido por elas: «Tanto que as riquezas da África e do Oriente entraram em Portugal, logo começou a mostrar-se o luxo nos vestidos, comidas e mais comodidades estrangeiras; começou a esfriar-se o amor das famílias, e por último da pátria. El-rei D. João III foi o último rei que foi criado com ama nobre, e já seus filhos, nem seu neto, el-rei D. Sebastião, tiveram amas mais que da classe plebeia; indício certo que as senhoras não criavam já seus filhos, como nos tempos anteriores: introduziu-se este destrutivo costume da raça humana, do amor filial e dos bons costumes; e apesar de tanto sermão, missões e práticas espirituais, nenhuma senhora quer sacrificar a sua formosura. Seria loucura persuadir o que ninguém quer abraçar.

Têm para si estas mães, que não criam, que conservarão por mais tempo a formosura, e que dilatarão a vida com mais vigor e forças, e que perderiam a sua boa constituição criando por dezoito meses ou dois anos. Mas é engano manifesto, e o contrário se sabe pela experiência, e pela boa física.

A mulher que deu à luz um filho, e que não o cria, em pouco tempo vem a conceber de novo: a gravidez de nove meses é uma enfermidade, que enfraquece mais o corpo do que criar aos peitos por ano e meio: e como concebem antes que as partes da geração adquirissem pelo repouso a sua natural consistência, sucede que estas senhoras abortam mais frequentemente: enfermidade tão considerável que muitas ou perdem a vida, ou ficam achacadas; perdendo em poucos anos o ídolo da sua beleza, ficando frustradas do seu intento, e expostas a viverem por toda a vida com mil desgostos e pesares...

Até agora os danos que sofrem as mães. Mas os mais consideráveis e lamentáveis são aqueles que se imprimem ao ânimo das crianças criadas por amas. Se fôramos nascidos para viver nos desertos da África, ou nos bosques da América, pouco importava que as amas imprimissem no nosso ânimo aquelas ideias de terror de feitiços, de feiticeiras, de duendes, de crueldade e de vingança; mas somos nascidos em sociedade civil e cristã; aquelas ideias que nos dão as amas são destrutivas de tudo o que devemos querer e obrar: ficam aquelas crianças expostas ao ensino de mulheres ignorantes, supersticiosas; são os primeiros mestres da língua, dos desejos, dos apetites das paixões depravadas: chegou o menino a falar, já está cercado de duas ou três mulheres mais ignorantes, mais supersticiosas do que a ama; porque estas são mais velhas, e sabem mais para destruir aquela primeira inteligência do menino: chega à idade de caminhar, já tem seu mocinho, ordinariamente escravo, e como foram pelas mães criados por tais amas, e velhas, são os terceiros mestres até à idade de seis ou sete anos; e se o mau exemplo do pai e da mãe põe o selo a esta educação, fica o menino embebido nestes detestáveis princípios, que mui dificilmente os melhores mestres podem arrancar aqueles vícios pelo discurso da idade pueril.

Será impossível introduzir-se a boa educação na fidalguia portuguesa enquanto não houver um colégio, ou recolhimento, quero dizer, uma escola com clausura, para se educarem ali as meninas fidalgas desde a mais tenra idade; porque, por último, as mães e o sexo feminino são os primeiros mestres do nosso; todas as primeiras ideias que temos provêm da criação que temos das mães, amas e aias; e se estas forem bem educadas no conhecimento da verdadeira religião, da vida civil e das nossas obrigações, reduzindo todo o ensino destas meninas fidalgas à geografia, à história sagrada e profana e ao trabalho de mãos senhoril, que se emprega no risco, no bordar, pintar e estofar, não perderiam tanto tempo em ler novelas amorosas, versas, que nem todos são sagrados, e em outros passatempos aonde o ânimo não só se dissipa, mas às vezes se corrompe; pior desta vida assim empregada é que se comunica aos filhos, aos irmãos e aos maridos. Daqui vem, que sendo da mesma nação, da mesma família, da mesma casa, estão introduzidas duas sortes de língua, ou modos de falar: a conversação que se deve ter com as senhoras, não há-de ser sobre matéria grave, séria; estas conversações judiciosas ficam reservadas para algum velho, ou para algum notado extravagante: e assim sucede que ficam as senhoras por toda a vida (ordinariamente) meninas no modo de pensar, e com tão miseráveis princípios vem elas as suas amas, as suas aias e donas a serem os mestres daqueles destinados a servir os reis.

Não me acuse V. Ill.<sup>ma</sup> que saí fora do intento que lhe prometi: achei que tratar da educação que deviam ter as meninas nobres e fidalgas merecia a maior atenção, porque por último vêm a ser os primeiros mestres de seus filhos, irmãos e maridos. V. Ill.<sup>ma</sup> sabe muito melhor do que eu aqueles monumentos que temos na história romana, e também na nossa, de tantas mães que por criarem e ensinarem seus filhos foram as que salvaram a pátria e a ilustraram: houve em Rosna muitas Cornélias, como em Portugal muitas Filipas de Vilhena. Mas naquele tempo ainda o luxo, ou a dissolução, não se tinha apoderado do ânimo português, porque as riquezas não eram tão apetecidas. A conexão que tem a educação da mocidade nobre que prometi a V. Ill.<sup>ma</sup> me obriga a ponderar se não seria mais útil para a conservação e aumento da religião católica transformarem-se tantos conventos de freiras e das ordens, principalmente militares sem exercício algum da sua destinação, nestes estabelecimentos que proponho, tanto para a mocidade nobre masculina, como feminina? Com o exemplo das educandas, ou *filles* de Saint-Cyr, fundação perto de Versalhes, e como da Escola Real Militar, se poderiam fundar no reino outros ainda mais vantajosos para a mesma nobreza, e para a conservação e aumento da religião e do reino. Mas espero ainda ver nos meus dias

estabelecimentos semelhantes em tudo, ou em parte, que satisfaçam todo o meu desejo.»

[3] Ode ao Ex.<sup>mo</sup> Conde de Oeiras (inédito):

Estrofe I

*Tu, difícil virtude, dom celeste,  
Que meus hinos governas,  
Tu que, sereno o rosto,  
De Cévola puseste a mão no fogo,  
Que, invicta, não receias  
De purpúreos tiranos a presença,  
Que régulo mandastes  
Pelos cepos trocar a liberdade.*

Antístrofe I

*Tu me chamas aqui para em meus versas  
Da venturosa Oeiras  
Cantar a nova glória  
Do magnânimo conde, o amor da Pátria!  
Se o raio luminoso  
Por sobre ele brilhou com que tu mostras  
A constante justiça,  
O valor, e a prudência, oiça meus versas.*

Epodo I

*Não me instiga a lisonja; não invoco  
As musas fabulosas,  
O céu, o céu m'inspira: da verdade  
Os trovões, e relâmpagos me cercam.  
O intrépido zelo  
O florente comércio, a paz doirada,  
Não são cinzas de Tróia, ou de Cartago.*

Estrofe II

*Vinde, sonoros hinos, sobre minha  
Cítara ditosa,  
Batei as brancas asas!  
Tremam, caiam d'Alcides as colunas!  
Pelos etéreos campos,  
Das que vos trazem, rápidas carroças  
Oíço gemer as rodas,  
Dois luminosos círculos abrindo!*

Antístrofe II

*Que mais fiel sibila que a experiência!*

*Não fala, não responde,  
Sem do profundo abismo,  
Evocarmos a sombra de Tirésias?  
Testemunhas maiores  
São de tuas acções, sábio ministro,  
O Trono defendido,  
A Pátria restaurada, e nós felizes!*

### Epodo II

*As nove ricas pérolas que brilham  
No coronel doirado,  
Que teu semblante plácido guarnecem,  
Por prémio te são dadas, não exemplo  
Virtudes coroam,  
E virtudes que impávidas domaram  
A cruenta discórdia, a vil cobiça.*

### Estrofe III

*Mas negro fado, que árbitro se julga  
D'impérios e cidades,  
Temia erguer Lisboa,  
Coroada de mil torres, a cabeça;  
As artes e ciências,  
À sombra de teu nome, receava  
Da barbara ignorância  
Os pesados grilhões despedaçarem.*

### Antístrofe III

*Bramir já via justamente atada  
Em ferros vergonhosos  
Co rosto descorado  
A perversa doutrina abominável.  
Nas cerúleas espáduas  
Erguer o Telo mil rompentes quilhas,  
E respeitar Arturo  
As sagradas bandeiras lusitanas.*

### Epodo III

*Abrir o Grão-Pará os fulos braços,  
E em seus verdes cabelos  
Roxos corais, e aljôfares atando,  
Nas doiradas manilhas ler teu nome,  
Co farpado tridente,  
Que ergue, a já livre mão lançar por terra  
Os nefandos altares da avareza!*

## Estrofe IV

*As santas leis, magníficos projectos,  
 O público sossego,  
 O reino venturoso,  
 Com cruéis olhos via o triste fado!  
 Oculta providência  
 Cevar-lhe permitiu em nosso sangue  
 As áridas entranhas:  
 Não valeram incensos, nem altares!*<sup>145</sup>

## Antístrofe IV

*Já o fatal decreto a mão potente,  
 Justiceira, rubrica;  
 Procelosos vapores  
 As convulsas cabeças levantaram;  
 Dos cárceres terrenos  
 Abalaram indómitos os muros,  
 E aos hórridos bramidos  
 Estremeceu a mísera cidade!*

## Epodo IV

*Estremeceu a serpe triunfadora,  
 Que, no real escudo,  
 Tantas vezes voou sobre as profanas  
 Despedaçadas luas agarenas!  
 Silvou espavorida  
 Nas escamosas asas mal segura:  
 Tão mudada ficou a natureza!*

## Estrofe V

*A pávida Lisboa desgrenhada  
 Em negra cinza envolta,  
 Vendo os reais castelos  
 Caírem-lhe da frente destroçados,  
 Em ti fixou os olhos,  
 Os olhos em ti pôs, ilustre conde!  
 Em ti que sacrificas  
 À pública saúde teu cuidado.*

## Antístrofe V

*Qual a casta Penélope, chegando  
 A pátria saudosa,  
 O desejado Ulisses,*

---

<sup>145</sup> Alusão ao terremoto de 1755.

*Os traidores amigos não temia,  
Da simulada teia  
Larga a tarefa, as lágrimas enxuga,  
Assim, assim Lisboa  
Em teus braços descansa, em ti confia.*

Epodo V

*Nos grandes perigos brilham almas grandes!  
Tindaridas estrelas  
Que na força da negra tempestade  
Aplacam o furor das bravas ondas:  
O piedoso Eneias,  
A poucas cinzas Tróia reduzida,  
O pai salvou, amigos e penates.*

Estrofe VI

*Clamar ouvimos a infeliz cidade  
Aos altos céus erguendo,  
As mãos enfraquecidas;  
Ainda os ecos ouvimos destas vozes:  
«Se em tuas santas aras  
Puro incenso queimei, senhor, guardai  
O constante ministro  
O defensor do lusitano Augusto!»*

Antístrofe VI

*Assim aflita, assim a pátria ilustre  
Por ti ao céu clamava!  
Os pólos abalaram  
Cum tremendo sussurro respondendo!  
Desceu celeste chama,  
Sobre os destroços dos caídos templos;  
E, recobrada esperança.  
Agoirou mil venturas do presságio.*

Epodo VI

*Ainda guardadas tenho, excelso conde  
Em minha rica aliava  
Mil refulgentes setas que podiam  
Os olhos assombrar do torpe vulgo;  
Porém, da mão me arranca,  
Não sei que força, a citara soberba!  
Mas quem há-de calar a tua fama?*

Estrofe VII

*No Menalau, se arcádia não levanta  
Em honra de teu nome  
Uma soberba estátua  
De rico jaspe, como tu mereces,  
Seus hinos te consagra,  
E neles viverá tua memória,  
Teu nome escreveremos  
Em nossos corações, em nossos versas.*

#### Antístrofe VII

*Dirceus hinos que sobre as áureas liras  
Lançais eternas luzes  
E ao som de ilustres nomes,  
Espalhais da virtude os resplendores,  
Vós a lúbrica foice,  
Tirais da mão do tempo, e derramando  
O volúvel relógio,  
Senhores vos fareis da eternidade!*

#### Epodo VII

*Não ergue a mão cruenta a fria morte  
Contra sonoros versos!  
Em vão levanta templos e colunas,  
Quem da pátria os louvares não merece;  
Teu zelo incontrastável  
Tuas acções ilustres cantaremos!  
A macilenta inveja  
As víboras cerúleas despedace!*

[4] Destes «goliardos» trata o Sr. Dr. Teófilo Braga, no *Manual de Literatura*, pág. 211; e, corroborando o seu parecer, cita um dito de António Ribeiro Chiado na «Prática de Oito Figuras»:

*No beber sou um Golias.*

Não se lhe aceite o dislate. O personagem do Chiado, querendo inculcar que bebia muito, mediu hiperbolicamente o líquido pelo bojo do corpulentíssimo gigante filisteu Goliath ou Golias, a quem David derrubou com a pedrada. «No beber sou um Golias» como quem diz «bebo como gigante». O professor, porém, confundiu o gigante com o truão enfrascado na taverna, fazendo Golias sinónimo de Goliardo. Tem maravilhosas intuições. Explicando os segredos da *Écloga II* de Bernardim Ribeiro, onde falam dois pastares, «Jano» e «Franco de Sandomir», conta que «Jano» é o próprio Bernardim Ribeiro, e que «Franco» é Francisco de Sã de Miranda (*Manual de Literatura*, págs. 252 e segs.). O pastor «Jano» queixa-se de «Joana». Assevera o Sr. Teófilo Braga que esta «Joana» é D. Joana de Vilhena, prima de el-rei D. Manuel a qual viera de Castela, onde estava com sua família, quando D. Manuel sucedeu no trono, e chamou à pátria os foragidos inimigos de D. João II. Este facto deu-se em 1495. O Sr. Dr. Teófilo assenta categoricamente que Bernardim Ribeiro passara do Torrão para Lisboa, em 1496, e se

apaixonara por aquela D. Joana. Até aqui tudo é possível.

Benardim Ribeiro, ou «Jano», tinha vinte e um anos em 1496, como ele mesmo diz na referida *Écloga II*, conversando com «Franco»:

*agora ei vinte e um anos.*

Diz o Sr. Dr. Teófilo Braga que o pastor «Franco» era «evidentemente» Francisco de Sá de Miranda. Ora tendo nascido Sá de Miranda em 1495, e pondo-se a tagarelar pastorilmente nas margens do Tejo com Bernardim Ribeiro em 1496, ficamos em dúvida qual seja mais prodigioso, se o tal Sá pequerruchinho de um ano a falar, se o senhor doutor e mestre de Literatura a escrever! Em um só verso desta écloga achou o lúcido professor um drama arredondado. O pastor «Jano» diz:

.....  
*Que não me entendo comigo.  
 Donde esperarei repairo?<sup>146</sup>  
 Que vejo grande o perigo  
 E muito mor o contraíro.*

O poeta (ou o pastor) quer dizer neste fragmento da écloga que, no desvairamento em que se vê, não atina com o remédio da sua desgraça; porquanto, se a sua paixão o expõe a grande risco, ele considera «maior ainda o perigo», apartando-se da mulher que adora. O professor, porém, diluiu assim o verso «e muito mor o contraíro»: «A superioridade deste contrário fundamenta-se em ter o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, também poeta do *Cancioneiro Geral*, casado com D. Joana de Vilhena, por ajuste de el-rei D. Manuel.» (*Manual*, pág. 254.) O naturalista Cuvier, escavando nos detritos do cosmos desvanecido, com um só osso formava um mastodonte; nas escavações biográficas, o Sr. Dr. Teófilo, de um chocho verso de redondilha menor, esponjou a vida completa de Bernardim Ribeiro e de D. Joana de Vilhena.

[5] O remate desta ode, que Luís Pinto dedicava à esposa no dia de noivado, fecha de maneira tão desusada e tão picarescamente original, que pode considerar-se a preexistência do «realismo» moderníssimo.

Aos desposórios da Ex.<sup>mo</sup> Sr<sup>a</sup> D. Catarina César de Lencastre, por seu marido

### **Hino epitalâmico**

*Tonante Jove, que de um gesto irado  
 Fazes tudo tremer;  
 A quem a força do supremo fado  
 Prostrada vem ceder;  
 Ah!, depõem o trissulco raio ardente  
 E muda, ó Deus imenso,  
 Em aspecto sereno esse veemente;  
 Prossegue lá do extenso  
 Empíreo luminoso, vem ao mundo  
 Neste ditoso dia*

---

<sup>146</sup> Reparo, remédio.

*Em que a Coríntia dou a mão jocunda  
 Notar minha alegria.  
 Com o eterno himeneu te espera ufano  
 O amado da beleza.  
 De Vertúnio, e de Marte soberano!  
 Vem pai da natureza.*

Pausa I

*Mas submisso te rogo  
 Que moderes um pouco aquele logo  
 Com que terno te inflamam entre as belas  
 E buscas engenhoso  
 Tomar a forma de Anfitrião formoso  
 Baixando das estrelas:  
 No carro radiante  
 De rubins que arrasta o pavão brilhante,  
 A deusa nupcial, a augusta Juno  
 Conduz também contigo;  
 Talvez ela fará que um Deus amigo  
 Me não seja importuno.*

Pausa II

*Olha como Coríntia a ti saudosa  
 Adornada da púrpura de esposa,  
 A pura castidade  
 Ao longo busca, e cobre o belo rosto  
 Da roxa cor, da cor da virgindade?  
 Ah!, depõem, terna esposa, esse desgosto:  
 Toma as grinaldas das púrpuras flores  
 Da mão das Graças, volta-te aos amores.  
 Mas não te esqueças, não, para beijá-la  
 Da áurea chuva; dá-me para abrasá-la  
 As asas radiantes.*

*Como cisne amoroso te adornavas  
 A Leda dando os beijos vacilante:  
 Porém os belos cornos com que amavas  
 Europa visitar, ah Nume eterno!  
 Nos céus os deixa, ou os manda ao deus do Averno.*

Esta ode de Sebastião José Ferreira Barroco tem movimentos de alto espírito e alguns lances que seriam belíssimos se lhes limpassem a brotoeja mitológica.

**À morte de...**

*Ó morte, ó morte aonde vais voando  
 De tão lindos despojos carregada?  
 Quem não namoras? O colo ofereço*

*À incansável foice!*  
*Não vás, cruel, sem mim; o passo forço,*  
*Canso-te, insto-te, e peço o golpe eterno,*  
*Nem mais te deixo enquanto a mim não volves*  
*os apagados olhos.*  
*Eu bárbara te vi contra ela armada!*  
*Temeste-a, eu te envergonho, em mim te vinga,*  
*Da estige às plúmbeas ondas soterrâneas*  
*Em teus braços me leva.*  
*Dentre os mimos da mãe, sulcando os ares,*  
*Vê-a chorando amor, pula a meu peito,*  
*Nele os joelhos finca, arranca as hastes*  
*Dos doirados farpões;*  
*Mas eu prendo-lhe as mãos, ele resiste,*  
*Cinjo-o ao peito, e lhe enxugo as ternas faces*  
*Provo a flama, que em torno me circula*  
*Com ele me consolo:*  
*«Irás, irás, me diz entre soluços,*  
*Ao feio Orco, e farás volver gemendo*  
*Os duros quícios da enxofrada porta*  
*Com espanto dos manes.*  
*Os tristes moradores admirados*  
*Deporão os tormentos, e em segredo*  
*De Orfeu, d'Alcides, contarão os casos*  
*Nos arquivos guardados.*  
*Um cola lira revoca a luz do dia,*  
*Eurídice perdida, arranca aos deuses,*  
*Os eternos trabalhos interrompe*  
*Pelos juízes dados.*  
*Outro brandindo a massa, traz valente*  
*O trifauce cachorro, que se humilha.*  
*E coas orelhas baixas teme dele*  
*Qual fagueiro podengo.*  
*Esvoaça, meu bem, passemos juntos*  
*As esquecidas ondas, e veremos*  
*Com cem cadeias presa a noite eterna*  
*Entre montes de fumo.*  
*Coa lira nesta mão e nesta espada,*  
*Ou co meu canto amansarei as Fúrias*  
*Ou farei que Plutão no trono enfie,*  
*E te torne a meus braços.*

[6] O poeta escreveu o seguinte prefácio ilustrativo: «Escreveu o padre Macedo uma canção louvando desmedidamente a Zamperini, e fez outras várias asneiras: primeira, em chamar «ode» ao que é puramente «canção», e esta é cheia de vozes, e nenhum pensamento bom quanto a filosofia, nem sublime quanto a poética; segunda, em ser escrita no estilo dos sermões, com certa dúzia de palavras a modo de xadrez; terceira, nos galicismos é um mar seguido e prosaico, e outros inumeráveis erros, para seus e nossos pecados. E o pior é insultar as senhoras sérias e joco-sérias, entrando francesas e italianas, maniatando tudo à tábua do carrinho da Zamperini. É pouca-

vergonha em um clérigo. Ode com ele.»

Segue a ode:

*Assaz tem Pluto à Espanha fulminado  
maus versas; e mas prosas  
com as fumadas mãos tem jaculado.  
Vão cantoras famosas,  
itálicas, hispânicas, francesas  
de Zamperini ao torpe carro presas.*

*Com que saudade os pés assinalados  
deixaste, recta Astreia,  
lá de Atlante nos ombros estrelados!  
Com dourada cadeia  
a balança a teus pés levaste presa:  
outra ficou em que a paixão só pesa.*

*Tem Vénus impudica o pomo de ouro  
a Minerva negado;  
não serve às de usas belas de desdouro  
ter sempre Marte ao lado;  
do estranho voto ora a razão concebo:  
foi o juiz o adúltero mancebo.*

*Tu que de Abril nas roxas madrugados,  
rouxinol sou oro,  
dás a Titã as primeiras alvoradas,  
se em cárcere formoso  
deliciosos ouvidos adormentas,  
em corações exaustos te sustentas*

*Não arrancou Quixote desvelado  
entre aéreos carinhos  
a durindana mais vãmente ousado  
contra duros moinhos,  
que tu com o verso em que a alma derreteste,  
sem ouro à Dulcineia acometeste.*

*O volúvel penedo a baixo e a cima  
vai Sísifo rolando.  
Se os que nos forem com má prosa e verso.  
Jove, assim castigando,  
à incessante fadiga os destinara,  
muita lição penosa nos forrara.*

*Nem víramos gravar entre as estrelas  
a Eco em casto nome,  
sem atentar que o claro lume delas  
a luz baça consome;*

*nem viramos em Pafos profanados  
os vasos de ouro ao Templo consagrados.*

*Mas a nossa vaidade empavesada  
não consente que os numes  
riam desta estultícia descarada  
d'alma os nativos lumes.  
ousamos repreender nossos maiores,  
vimos por presunção a ser piores.*

[7] O poeta satírico António Lobo de Carvalho, falecido em Lisboa aos 26 de Outubro de 1787, nasceu em Guimarães, não se sabe precisamente quando. Era filho ilegítimo de fidalgo e tinha em Vila Real parentes maternos que o educaram nas letras, consoante os frades da terra podiam ministrar-lhas. O bom que os frades tinham não o aprendeu o rapaz. Era poeta de língua farpada, da escola de Gregório de Matos Guerra, o maior e mais sujo talento que deram as pingas de Santa Cruz.

Os cavalheiros vila-realenses andavam mordidas pelas vespas das suas trovas. Lobo não perdia o lanço de os satirizar.

Em uma precisão de *Corpus Christi*, o senado da terra ordenou que S. Jorge fosse em andor e não a cavalo. A razão deste descavalgamento não é bem líquida. Há muitos mistérios que nunca se hão-de dilucidar. mormente em coisas de cavalgaduras.

Nessa ocasião, António Lobo de Carvalho escreveu e divulgou o seguinte soneto:

*Pátria de valentões, país guerreiro,  
Só tu, Vila Real, contigo falo!  
Vão Panças e Roldões jogar o talo,  
Ou vão mia tua escola andar primeiro.*

*Quem há que os teus aguente no terreiro,  
Se até S. Jorge foram desmontá-lo!  
Pois, indo nas mais terras a cavalo,  
Nesta é capucho o santo cavaleiro!*

*Nos triunfos de Baco a vila armada,  
Uns com brancos arneses, outros tintos,  
As meretrizes levam de assaltada.*

*Fez-lhe o Entrudo os broquéis, compôs-lhe os cintos,  
E soltou um pendão co'esta fachada:  
«Todos são pobretões, mas mui distintos.»*

Os fidalgos da vila dilecta de el-rei D. Dinis – que eram muitos, a julgar pelos brasões musgosos em que as andorinhas dormem de Verão e as corujas assobiam no Inverno – assanharam-se contra o poeta, fazendo-se representar no desforço pelos seus mochilas.

Espancado e fugitivo, foi parar a Lisboa António Lobo, onde conhecia um tal Anacleto, que mais tarde foi juiz de fora em Angeja.

A mãe do poeta era remediada de bens de fortuna, e quanto tinha quanto deu ao estouvado do filho, que nunca procurou modo de vida, nem bajulou os grandes, à imitação dos vates do seu tempo.

O duque de Cadaval, D. Miguel, ouvindo recitar versos de António Lobo, disse aos seus criados que lho levassem ao palácio... para se divertir. Um laçao de Sua Excelência procurou o poeta e deu conta do recado. Lobo mandou-o esperar, improvisou um soneto e remeteu-o ao duque. E o mais galhardo feito de poeta do século XVIII. Dizia assim:

*Se eu fora, excelso duque, homem perito,  
Capinha, ferrador, cabeleireiro,  
De cães decurião ou cozinheiro  
Em sopas mestre, em massas erudito.*

*Se em letra antiga visse o que anda escrito  
Do vosso grande avô, João Primeiro,  
Que o gótico mostrasse ao mau caseiro;  
Que o tombo velho nunca está prescrito.*

*Neste caso, senhor, a vossa graça  
Mais quisera alcançar, que ter mil burras,  
Do metal louro que se ri da traça.*

*Mas como a sorte me tem dado surras,  
Não vou servir-vos só por não ter praça  
No livro mestre dos santões caturras.*

António Lobo indispôs-se em Lisboa com fidalgos e frades. A mesada que a mãe lhe enviava permitia-lhe dispensar-se das simpatias do clero e nobreza. Foi muito suado e mordido um soneto que ele dardejou contra um frade leigo, dado a libações de certa taberna. Era desta laia o poema:

*Borracha de estamemha, odre sarrento,  
Mil parabéns te dou do novo estado.  
Pois de estúpido leigo a um jubilado  
Lente de rolhas vais em largo vento.*

*Se há longos anos metes fogo lento  
Nessa pança que é mãe de vinho aguado,  
Frei Bordeaux será hoje o teu prelado,  
A adega desta casa o teu convento.*

*Bebe, esponja claustral, té que a fumaça  
Das vasilhas de França encha as pichorras  
De umas bêbadas tripas de outra raça;*

*E, antes que os limos dos toneis escurras,  
Fuja o do Carmo, fuja o Leão da Graça  
Que hoje o que reina é o Leão dos Borrás.*

Ao ódio do clero e nobreza ajuntou o poeta o ódio do povo representado nas pessoas ias capelistas, acirrados por estes versas:

*Um rapaz a gritar como um cabrito  
Com saudades da mãe sobre um valado,  
Que entre duas canastras vem deitado,  
Em burro de almocreve, ansioso e aflito;*

*Com rosário ao pescoço mui bonito,  
Descalço, de barrete e de cajado,  
Cum saco à cinta, onde traz (coitado!)  
A sua côdea e o seu bacalhau frito.*

*Posto a pé este mísero mamote  
Ora cai, ora treme, ora encordoa,  
Um lhe prega um sopapo, outro um calote.*

*Pois esta figurinha ou má ou boa  
Faz qualquer capelista franchinote  
Quando vem do sertão para Lisboa.*

Nesta vida de ódios e irritações, viveu António Lobo de Carvalho até aos cinquenta anos. Se nos merecesse crédito o que João Bernardo da Rocha escreveu no *Português*, Tomo X, pág. 356, o atrevido vate haveria sido aleivosamente assassinado por ordem de um tio do marquês de Olhão, a quem o maldizente frechara com um soneto que abria assim:

*Ferrabrás, Satanás, Fernão Zarolho,  
Cruel harpia das que o inferno encerra...*

Mas o Sr. Inocência Francisco da Silva, posto que não decida qual haja sido a morte do poeta, com justificados motivos desabona a afirmativa de João Bernardo da Rocha.

[8] Catálogo dos livros mencionados no decreto que concede o privilégio a

	<i>Volumes</i>
<i>Recreação Filosófica...</i>	Nove
<i>Cartaz Físico-Matemáticas</i>	Dois
Continuação das mesmas para se imprimir	Dois *
<i>Institutiones Physicce ad Usum Scholarum...</i>	Três
<i>Geografia...</i>	Um
<i>O Feliz Independente...</i>	Três
<i>Sermões Vários...</i>	Três
Continuação deles para se imprimir...	Dois *
<i>Os Entretenimentos do Coração Devoto com o de Jesus...</i>	Um
<i>Os Estímulos do Amor da Virgem Maria...</i>	Um
<i>Os Gemidos da Mãe de Deus Aflita...</i>	Um
<i>O Tesouro da Paciência...</i>	Um *

Para a impressão, havendo primeiro obtido as licenças devidas

*Meditações dos Atributos de Deus para Todo o Ano...* Quatro

*O Pastor Evangélico, com Exortações para os Párcos, Tiradas do*

*Evangelho, para Todos os Domingos e Festas do Ano... .. . Quatro*  
*História da Fundação do Mosteiro da Visitação em Lisboa... .. . Um*  
*Opúsculos Poéticos e Ascéticos... .. . Três*

Palácio de Queluz, em 6 de Novembro de 1795.

*Marquês Mordomo-Mor*

\* As três obras designadas no catálogo ficaram inéditas. Dos opúsculos foi estampada uma parte. Ignora-se o destino dos manuscritos. Das Cartas Físico-Matemáticas não veio a lume o quarto tomo; e o décimo da Recreação Filosófica não se encontra ainda catalogado nesta lista, nem sabemos em que ano foi impresso.

[9] Epístola a Critilo

*Vejo, ó Critilo, do Chilino chefe*  
*Tão bem pintada a história mios teus versos,*  
*Que não sei decidir qual seja a cópia,*  
*Qual seja o original. Dentro em minha alma,*  
*Que diversas paixões, que afectos sérios*  
*A um tempo se suscitam! Pelo e tremo*  
*Umas vezes de horror de mágoa e susto,*  
*Outras vezes do riso apenas posso*  
*Resistir aos impulsos. igualmente*  
*Me sinto vacilar entre os combates*  
*Da raiva e do prazer. Mas ah... que disse!*  
*Eu retrato a expressão, nem me subscrevo*  
*Ao sufrágio daquele que assim pensa*  
*Alheio da razão, que me surpreende.*  
*Trata-se aqui da humanidade aflita;*  
*Exige à natureza os seus deveres:*  
*Nem da mágoa ou do riso pode a ideia*  
*Jamais nutrir-se enquanto aos olhos nossos*  
*Se propõem do teu chefe a infame história.*  
*Quem me dirá que da estultice as obras*  
*Infestas à virtude e dirigidas*  
*A despertar o escândalo, conseguem*  
*No prudente varão mover o riso?*  
*Eu vejo que um Calígula se empenha*  
*Em fazer que de Roma ao consulado*  
*Se jure o seu cavalo por colega:*  
*Vejo que os cidadãos e as tropas arma*  
*O filho de Agripina, que os transporta*  
*Em grossos vasos sobre o Tibre; e logo*  
*Por inimigos lhes assina os matos,*  
*Que atacar manda com guerreiro estrondo!*  
*Direi: que me recreia esta loucura?*

*Que devo rir-me, e sufocar o pranto,  
Que pula nos meus olhos? Não, Critilo,  
Não é esta moção que n'alma provo.  
Por entre estes delírios, insensível,  
Me conduz a razão brilhante e sábia  
A gemer igualmente na desgraça  
Dos míseros vassallos que honrar devem  
De um tirano o poder, o trono, o ceptro.*

*Se Tália, e Malpómene nos pintam  
Nos seus teatros as paixões humanas  
Ao ridículo gesto, ou ao semblante  
Da cena, que o coturno me apresenta,  
Eu me conformo ao interesse quando  
Aborreço a maldade, e quando rendo  
A formosa virtude os dignos votos.  
Despedace Medeia os caros filhos;  
Guiz e Atreu de seus netos as entranhas;  
Eu terei sempre horror às impiedades;  
Jamais da irreligião da fé mentida  
Me hão-de enganar os pérfidos rebuços,  
Ou da fingida cena os vãos adornos.*

*Devo pois confessar, Critilo amado,  
Que teus escritos de uma idade a outra  
Passarão sempre de esplendor cingidos:  
Que a humanidade enfim desagradada  
Das injúrias, que sofre, por teu braço,  
Os ferros soltará, que desafrouxa,  
Tintos do fresco gotejado sangue.*

*Súbditos infelizes, que provastes  
Os estragos da bárbara desordem,  
Respirai, respirai. Do benefício  
Deveis ao bom Critilo a paz suave.  
Que a vossa liberdade alegre goza.*

*Sim, Critilo, são estes os agoiros,  
Que lendo a tua história ao mundo faço.  
De pejo, e de vergonha os bons monarcas  
Que pias intenções sempre alimentam;  
De reger como filhos os seus povos  
Tocados se verão. Prudentes, sábios.  
Consultarão primeiro sobre a escolha  
Daqueles chefes, que a remotos climas  
Determinem mandar, deles fiando  
A importante porção do seu governo:  
Prevenidos que a vã, brutal soberba  
Só nas obras influi destes monstros;  
Pelo escrutínio da virtude espero  
Que regulados os seus votos sejam.*

*De uma estéril, mortal genealogia,  
Que o mérito produz de seus maiores  
Eles, amigo, argumentar não devem*

*Propagados talentos. A virtude  
 Nem sempre aos netos por herança desce;  
 Pode o pai ser piedoso, sábio e justo,  
 Manso, afável, pacífico e prudente:  
 Não se segue daqui que um ímpio filho,  
 Perverso, infame, díscolo e malvado  
 Não desordene de seus pais a glória.  
 Nem sempre as águias doutras águias nascem;  
 Nem sempre de leões, leões se geram:  
 Quantas vezes as pombas e os cordeiros  
 São partas dos leões, das águias portos?*

*Para reger ó reis, os vossos povos,  
 Debalde ides buscar brasões e escudos  
 Entre os vossos dinastas. Roma, Roma  
 As faxas, as secures, mais as outras  
 Imperiais insígnias só tirava  
 Da prova virtude. Se das togas  
 Distinguia uma e outra espécie. Atenas  
 É quem a todos o carácter dava;  
 Igualmente civil jurisconsulto,  
 Que instruído guerreiro, era mandado  
 Um cidadão, que da província es rédeas  
 Manejasse fiel. Daqui os Fábios  
 Daqui os Cipiões e os bons Emílios,  
 Os Césares daqui, que os fastos ornaram.  
 Que diferentes hoje os nossos grandes!*

*É filho do marquês, do conde é filho?  
 Vá das Índias reger o vasto império.  
 Ó Deus! E que infelizes os vassallos  
 Que tão longe do trono prostitui  
 O vosso império aos abortivos chefes!  
 Lá vai aquele, que de avara sede  
 É por génio arrastado: que tesouros  
 Não espera ajuntar? Do teu cofre  
 Se há-de esgotar a aferrolhada soma,  
 Desgraçada justiça! Da igualdade  
 Tu não sabes o ponto: e a balança  
 Do interesse, que só por ti decide,  
 Que despachos injustos, que despesas.  
 Que mercês... e que postos se não compram  
 Ao grave peso da selada firma?*

*Outro vai, que lascivo e desenvolto,  
 Só da carne as paixões adora e segue.  
 Honras. decoras, vós sereis despojos  
 Do seu bruto apetite. Em vão, cansados  
 Pais de famílias zelareis vós outros  
 Da vossa casa o pundonor herdado;  
 Aos vis ataques do atrevido orgulho  
 Hão-de ceder as prevenções mais fortes;  
 Vítimas da voraz sensualidade*

*Vossas filhas serão, vossas mulheres,  
 Que direi do soberbo, do vaidoso,  
 Do colérico e de outros vários monstros,  
 Que, freio algum não conhecendo, passam  
 A sustentar no autorizado cargo  
 Tudo quanto a paixão lhes dita e manda!  
 Não sofre aquele que o vassalo oculte  
 Os cabedais, que à sua indústria deve;  
 E que a seus filhos e a seus netos possa  
 Deixar, morrendo, uma opulenta herança:  
 Um falso crime lhe figura, aonde  
 Esgote as forças, que levar procura  
 Além das frias apagadas cinzas.*

*Este medita que a nobreza illustre  
 Sufocada se veja. A prisão dura,  
 O distante degredo é que promete  
 Da prevista vingança o fim prescrito.  
 Ó senhores! Ó reis! Ó grandes, quanto  
 São para nós as vossas leis inúteis?  
 Mandais debalde sem julgada culpa  
 Que o vosso chefe ao arbítrio seu não possa  
 Exterminar aos réus; punir os ímpios.  
 É cos ministros de menor esfera  
 Que falam vossas leis. Nos chefes vossos  
 Somente o despotismo impera e reina.*

*Gozar da sombra do copado tronco  
 É só livre ao que perto tem o abrigo  
 Dos seus ramos frondosos. Se se aparta  
 Da clara fonte, o passageiro prova  
 Turbadas as águas em maior distância.*

*Mas, ah, Critilo meu, que eu estou vendo  
 Que já chegam a ler as cartas tuas:  
 Estes bárbaros monstros são cobertos  
 De vivo pejo ao ver os seus delitos,  
 Que em tão disforme vulto hoje aparecem.  
 Destro pintor, em um só quadro a muitos  
 Soubeste descrever: sim que o teu chefe  
 As maldades de todos compreende  
 Aqui vê-se o soberbo, que, pensando  
 Do resto dos mais homens nada serem  
 Mais que humildes insectos; só de fúrias  
 Nutre o vil coração e a seus pés calca  
 A pobre humanidade. Aqui se encontra  
 O ímpio, o libertino, que, ultrajando  
 Tudo quanto é sagrado, tem por timbre  
 Ao público mostrar, que o santo culto,  
 Que nos intima a religião, somente  
 Aos pequenos obriga e que por arte  
 Os conserva a ilusão no fanatismo;  
 Porque da obediência as leis se dobrem.*

*Aqui se acha o lascivo e o vaidoso.  
E o estúpido, enfim, e o demente  
O que ao vivo aparece nesta empresa.*

*Tu, severo Catão, tu repreendes  
Com teu mudo semblante a pátria Roma  
Nem seus teatros de lascívia cheios  
Sofrem teus olhos nobremente irados.  
Pede o congresso de terror ferido  
Que o rígido censor o circo deixe  
Ou que se não produza a torpe cena.*

*Este, ó Critilo, o precioso efeito  
Dos teus versas será, como em espelho,  
Que as cores toma, e que reflecte a imagem;  
Os ímpios chefes de uma igual conduta  
A ele se verão sendo arguidos  
Pela face brilhante da virtude,  
Que, nos defeitos de um, castiga a tantos.  
Lições prudentes de um discreto aviso  
No mesmo horror do crime que os infama  
Teus escritos lhes dêem sobrada usura:  
É este o prémio das fadigas tuas.*

*Eles dirão, voltando-se a Critilo.  
Quanto devemos, ó censor fecundo.  
Ao castigado metro, com que afeias  
Nossos delitos, e buscar nos fazes  
Da cândida virtude a sã doutrina.*

[10] Sátira:

*De que procede ser Itália ou França  
Mais fértil de bom gosto em seus escritos?  
À terra, ao ar, aos astros influentes  
O carunchoso físico recorre,  
E a poucos passas arma labirinto  
Onde, ao través de Motus, Formas. Entes,  
Passadas muitas horas de fadiga  
Sai às apalpadelas esgrimindo  
Distinções que nem eu nem ele entende.  
«Atalafron», que traz amontoados  
Mil textos na cabeça, afirma e prova  
Com sofismas fanáticos que a causa  
Vem do céu por castigo, «Micropanto»  
Clama contra o amor da novidade  
Que aqui se sabe mais que em todo o mundo.*

*Meu amado Agnoristo, eu cavo à roda  
Enquanto o régio braço arranca e queima  
Estas velhas raízes que ainda brotam  
Orgulhosa ignorância e má doutrina.  
Certo pintor, que mal fingia pedra*

*E dava mal verdete nas janelas.  
 Viu prometer por um pequeno quadro  
 De Rafael quarenta mil escudos.  
 Desejoso de ter igual fortuna  
 Prepara seus pincéis e suas tintas,  
 Desenha, risca e, tendo leito a obra,  
 Nem ele a conhecia, e foi preciso  
 Pôr-lhe a letra por cima: «Isto é cavalo.»*

*Igual mania me tornou poeta.  
 Se merece este nome quem faz versos.*<sup>147</sup>

*Mas como te não vendo estas pinturas,  
 Em cada uma pondo o seu letreiro,  
 Basta-me que te rias e conheças  
 O mau poeta, o crítico pedante.  
 Que um prólogo francês tem lido apenas,  
 E já crê ser Despreaux, sem que ainda honrasse  
 De suas reflexões nem de seus versos  
 A casa de Borel<sup>148</sup> e que, suspenso.*

*Sem respirar, os olhos fitos, pende  
 Da boca alheia para dar um «bravo»,  
 Com r que parece italiano,  
 No meio de uma estrofe, e em tanto escuta  
 Arqueando pouco e pouco as sobrancelhas.*

*Aquele que enganar aos mais presume  
 Aqui pilha um.. soneto e ali repete  
 Uma canção aos anjos de Amarílis,  
 E o madrigal que fez a certa ausência  
 O roubador do plagiário Quita<sup>149</sup>,*

*De frívolas discursos satisfeito,  
 Anda de rua em rua mendigando  
 Quem lhe ature unia dúzia de romances  
 E de cantigas que glosou cem vezes  
 A Sílvias, Clóris, Néris e Terceias;*

---

<sup>147</sup> ...Neque enim concludere versum  
 Dixeris esse satis: neque siquis scribat  
 Sermoni propria, putes hunc esse poetam.

Horat, Lib. I, Sátira IV

(Nota do poeta)

<sup>148</sup> Pode ser que esta alusão quisesse ferir António Dias da Cruz e Silva, cujo poema herói-cómico *O Hissopo* corria manuscrito desde 1765 em Lisboa, e aspirava pelos perfis das personagens a ter parentesco com o *Lutrin*, de Despreaux. Não ser ainda conhecido o poeta condiz com o autor das *Odes Pindáricas*, porque, à excepção de pequenas peças poéticas, todos os livros de Dinis do póstumo.

<sup>149</sup> Pode-se louvar este autor pelo seu génio, bem que seja plagiário e superficial; e, se os outros árcades não excedem a este e a **Meliseu** que razão terá **Cândido Lusitano** para lhes chamar felizes imitadores dos árcades romanos? (Nota do poeta)

*Eu, que o conheço, sempre acautelado,  
Tenho trancada a porta que não venha  
Seca-me com seus versas importunos.*

*Do que é bom mofo, aquele quando ataca,  
Devendo pôr em público o defeito;  
Volta à banda o nariz e franze a testa,  
Meneando a cabeça, por dar mostras  
De grande esfera e gosto delicado.*

*Por seu conselho o estúpido sincero,  
Porque tudo lhe agrada e pouco entende,  
Engrossa colecções, que avaro estima,  
De quanto se viu mau em nossa idade.  
Se lhes forcas à mão estes meus versas,  
Nenhum deles conhece o seu retrato  
Por mais que se pareça; e na sentença  
Que profere este oráculo das musas  
Fazem-me a honra, de não ser guardado  
Entre os frios papéis da sua escolha.  
Quem sofre o riso vendo autor moderno  
Destes belos espíritos da moda  
Em êxtasis ouvir: «No verde prado  
Soltai meus cordeirinhos inocentes  
Mais brancos do que a neve»<sup>150</sup>, e, a sangue-frio,*

*Ver fumegando nas desertas praias  
Lagos de sangue tépidos e impuros  
Em que balançam lívidos cadáveres.*

[11] Na *D. Branca*, poema o mais filintista e todavia menos vernáculo do grande poeta, de uma leitura interpolada, colhemos os seguintes versas abordados à palavra da predilecção, quer tomada como adjectivo quer adverbialmente:

*Que vem do coração, que doce mana.....  
Doce arroio de luz celeste e meia.....  
Ó formosura! Ó doce encanto d'olhos.....  
Doce futuro de um esposo amável.....*

---

<sup>150</sup> Nas obras dos espíritos medíocres não aparecem mais que lugares-comuns, e isto é o que louvam. Em certa ocasião, repetindo-se o soneto de José Basílio. passaram por muitas belezas a esta:

*Os ventos sobre as asas se afirmaram  
Por ver de perto a nova maravilha,  
E co'vasto peso da disforme quilha  
Gemeu Neptuno, as ondas se encurvaram.*

E bateram as palmas ao verso da primeira tercina:

*Verdes ninfas e azuis do mar ondoso!*

(Nota do poeta)

*Onde vem doce esp'rança d'alma posto.....  
Que a teu sebento confessor tão doce.....  
Do inimigo da fé! – que olhar tão doce.....  
Sonho nos acordou de ilusões doces.....  
Que a nossos doces climas transplantaram.....  
Do alecrim flóreo-azul seu doce aroma.....  
(Se não a doce agitação) convida.....  
Porém, rompeu-se alfim uma voz doce.....  
De celeste doçura: «Filha», disse.....  
Sente o doce calor do brando corpo.....  
O doce peso que a seu peito aperta.....  
Doce é morrer assim; mas todo o cálix.....  
Estreitou-os amor em doce abraço: .....  
Doce direi!... As lágrimas sofria.....  
A linda infanta ele... os tormentos todos.....  
Do inferno padecia: .....  
Ó doce amado.....  
Triste sim, melancólico; mas doce.....  
...Alto poder em prisões doces.....*

\*\*\*\*\*

Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera a partir da edição de 1876. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2000

<http://www.ipn.pt/literatura>

\*\*\*\*\*